

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
UNIVERSITÉ LUMIÈRE LYON 2
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA
ÉCOLE DOCTORALE N° 483 - SCIENCES SOCIALES
DOCTORAT EN ERGONOMIE**

**REFLEXOS DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DOS ESPAÇOS
AMAZÔNICOS SOBRE OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E
TRABALHO DAS POPULAÇÕES MORADORAS EM ÁREAS
PROTEGIDAS**

JOSÉ FERNANDES BARROS

**MANAUS-AM
2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
UNIVERSITÉ LUMIÈRE LYON 2
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE
E CULTURA NA AMAZÔNIA
ÉCOLE DOCTORALE N° 483 - SCIENCES SOCIALES
DOCTORAT EN ERGONOMIE**

JOSÉ FERNANDES BARROS

**REFLEXOS DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DOS ESPAÇOS
AMAZÔNICOS SOBRE OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E
TRABALHO DAS POPULAÇÕES MORADORAS EM ÁREAS
PROTEGIDAS**

Tese de doutorado, em regime de cotutela, apresentada aos Programas de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (Brasil - Universidade Federal do Amazonas) e Ergonomia (França - Université Lumière Lyon 2), como requisito parcial para obtenção dos títulos de Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM) e Ergonomia (Université Lumière Lyon 2), áreas de concentração Processos Sociais, Ambientais e Relações de Poder; Ergonomia.

Orientadora (Brasil): Prof.^a Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves
Orientador (França): Prof. Dr. Pascal Béguin

MANAUS-AM
2017

Ficha Catalográfica

Barros, José Fernandes

- B277r Reflexos das políticas de proteção dos espaços amazônicos sobre os sistemas de produção e trabalho das populações moradoras em áreas protegidas / José Fernandes Barros. 2017 252 f.: il. color; 31 cm.
Orientadora: Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues Chaves
Orientador: Pascal Béguin
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.
1. Gestão Territorial. 2. Unidades de Conservação. 3. Trabalho. 4. Atividades Produtivas. 5. Sustentabilidade. I. Chaves, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues
II. Universidade Federal do Amazonas
III. Título

JOSÉ FERNANDES BARROS

**REFLEXOS DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DOS ESPAÇOS
AMAZÔNICOS SOBRE OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E
TRABALHO DAS POPULAÇÕES MORADORAS EM ÁREAS
PROTEGIDAS**

Tese de doutorado, em regime de cotutela, apresentada aos Programas de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (Brasil - Universidade Federal do Amazonas) e Ergonomia (França - Université Lumière Lyon 2), como requisito parcial para obtenção dos títulos de Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM) e Ergonomia (Université Lumière Lyon 2), áreas de concentração Processos Sociais, Ambientais e Relações de Poder; Ergonomia.

Aprovado em 23 de maio de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco José de Castro Moura Duarte, Presidente
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Francisco de Paula Antunes Lima, Membro
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof.^a Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Pascal Béguin, Membro
Université Lumière Lyon 2

Às populações tradicionais e rurais da Amazônia que, com seus trabalhos e conhecimentos, vêm contribuindo para a manutenção da biodiversidade e sustentabilidade dos territórios amazônicos.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, pelo apoio à pesquisa e fomento à qualificação acadêmico-profissional, por meio da concessão da bolsa de estudos no Brasil e no exterior, que permitiu a realização dessa tese doutoral;

À minha orientadora no Brasil, prof.^a Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, pelo compromisso, dedicação e generosidade no compartilhamento do saber;

Ao orientador na França, prof. Dr. Pascal Béguin, pela contribuição acadêmica no processo de formação no exterior;

À família, referência e base estrutural de valores;

Aos amigos, sem eles a vida seria dura demais. E aqui presto homenagem àqueles que contribuíram diretamente, cada um a seu modo, para a consecução deste empreendimento. Meu muito obrigado ao Alexandre de Oliveira, Achilles Fernandes, Gabriel Ishikawa, André Oliveira, Salatiel Braga, Celso Torres, Janaína Aguiar, Liane Galvão, Lucynier Omena, Florent Abrial, Guillaume Regard, Fanny Vauray, Renaud e à amiga-irmã Sebastiana Fernandes Barros. Sem dúvida, vocês merecem meu reconhecimento e gratidão.

(...) Cada um de nós
Compõe a sua história
Cada ser em si
Carrega o dom de ser capaz
De ser feliz (...)

Música – Tocando em frente
Almir Sater/Renato Teixeira

Reflexos das políticas de proteção dos espaços amazônicos sobre os sistemas de produção e trabalho das populações moradoras em áreas protegidas

RESUMO

Trabalho, agricultura e sustentabilidade constituem uma tríade que não pode ser analisada separadamente, principalmente em se tratando da atual fase de crise econômica e socioambiental em que está imersa a sociedade global. Levando em consideração esta problemática, foi realizada no estudo uma análise comparativa das políticas de gestão territorial implementadas no Brasil e na França, por meio da criação e gestão de áreas protegidas. O principal objetivo centrou-se na identificação e interpretação dos efeitos das políticas de gestão territorial sobre as formas de trabalho e sistemas de produção das populações moradoras de áreas legalmente protegidas pelo poder público. Por via da abordagem metodológica foi possível dialogar com diversos autores que reconhecidamente vêm promovendo debates sobre essas temáticas e, a partir dos procedimentos de coleta de dados, foram realizadas atividades de pesquisa de campo com levantamentos de informações junto aos moradores das áreas pesquisadas, cujo conteúdo destas foi tratada analiticamente. Os resultados do estudo indicam que os dois países em questão vêm implementando ações visando promover a sustentabilidade de seus territórios, por meio do fomento ao trabalho e às atividades produtivas, no entanto, apesar dos esforços, na Amazônia, os reflexos dessas ações ainda são limitados. Na França, por mais que o país disponha de uma variedade de instrumentos legislativos de gestão do território, o desafio que prevalece é a necessidade de criar um sistema nacional de áreas protegidas que possa subsidiar a implementação de políticas territoriais que o novo momento histórico exige.

PALAVRAS-CHAVE: gestão territorial; unidades de conservação; trabalho; atividades produtivas; sustentabilidade.

RÉSUMÉ

Travail, l'agriculture et la durabilité forment une triade qui ne peut être analysé séparément, en particulier dans le cas de la phase actuelle de la crise économique et socioenvironnemental dans lequel il est immergé la société mondiale. Compte tenu de ce problème, a été réalisée dans l'étude, une analyse comparative des politiques de gestion territoriales mises en œuvre au Brésil et en France, à travers la création et la gestion des aires protégées. L'objectif principal a porté sur l'identification et l'interprétation des effets des politiques de gestion des terres dans les formes de travail et les systèmes de production des populations résidents dans les zones protégées par loi. Via approche méthodologique, était possible établir dialogues avec plusieurs auteurs connus pour favoriser les débats sur ces questions, et à partir dès les activités de recherche sur le terrain ont été effectuées procédures de collecte de données des informations provenant d'enquêtes avec les résidents des domaines de la recherche, dont le contenu de ceux-ci ont été traités analytiquement. Les résultats de l'étude indiquent que les deux pays concernés ont mis en œuvre des actions visant à promouvoir la durabilité de leurs territoires en favorisant les activités de travail et de production, cependant, malgré les efforts, en l'Amazonie, les réflexes de ces actions sont encore limitées. En France, plus que le pays a une variété d'instruments législatifs pour la gestion territoriale, le défi qui prévaut est la nécessité de créer un système national d'aires protégées qui peuvent soutenir la mise en œuvre des politiques régionales que le nouveau moment historique exige.

MOTS-CLEFS : gestion territorial ; aires protégées ; travail ; activités productives ; durabilité.

LISTA DE SIGLAS MAIS RECORRENTES

AET - Análise Ergonômica do Trabalho
AOC - Apelação de Origem Controlada
AOP – Apelação de Origem Produzida
APA - Área de Proteção Ambiental
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDB - Convenção da Diversidade Biológica
CEP - Comitê de Ética da Pesquisa
CEUC - Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
DEMUC – Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação
FAS - Fundação Amazônia Sustentável
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
IUCN - União Internacional para Conservação da Natureza
MMA – Ministério do Meio Ambiente
ONU – Organização das Nações Unidas
O.T – Ordenamento Territorial
PAC - Politique Agricole Commune
PCTIS - Parque Científico e Tecnológico para Inclusão Social
PIB - Produto Interno Bruto
PNMA - Programa Nacional de Meio Ambiente
PNR – Parc Naturel Régional
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RPPNs - Reservas Particulares de Patrimônio Nacional
SDS - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
SELF - Sociedade de Ergonomia da Língua Francesa
SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amazonas

SEMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SEUC - Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

UCs – Unidades de Conservação

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

URCVL - Union Régionale Coop Vente de Lait

UICN – União Internacional para Conservação da Natureza

UTH - Unidade de Trabalho Humano

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1 - Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa	18
1. Categorias analítico-explicativas	19
2. Técnicas e abordagens de campo	46
3. Abordagens de campo no <i>terrain</i> francês	47
4. Abordagens de campo no <i>terrain</i> brasileiro	51
Capítulo 2 – Gestão territorial à <i>la francesa</i>	56
1. Trabalho agrícola e sustentabilidade dos territórios rurais na França	58
2. Políticas de proteção dos espaços na França	67
3. Estudo de caso - reflexos das políticas territoriais francesas na <i>commune Sainte-Croix-en-Jarez</i> , PNR do Pilat	93
4. Síntese do capítulo	113
Capítulo 3 – Políticas de proteção dos espaços no Brasil	114
1. Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil - SNUC	115
2. Amazonas: da política territorial de assentamentos rurais ao Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC	133
3. Estudo de caso: reflexos das políticas territoriais na comunidade Tumbira, RDS do Rio Negro	170
4. Síntese do capítulo	192
Capítulo 4 – Análise comparativa dos dispositivos institucionais do Brasil e da França na gestão de áreas protegidas	193
1 - Dispositivos institucionais na gestão de áreas protegidas no Brasil e na França	197
2 - Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas	201
3 - Instrumentos de políticas públicas de fomento às atividades produtivas das populações moradoras de áreas protegidas	205
4 - Reflexos das políticas de gestão territorial sobre as formas de trabalho das populações moradoras/trabalhadoras de áreas protegidas no Brasil e na França	209
5 - Considerações finais	213
6 - Referências	219
7 – Apêndice	226

Introdução

Desde a segunda metade do século XX, no pós Segunda Guerra Mundial, os governos têm assumido o processo de gestão territorial como importante instrumento de planejamento, convertendo-o na última década em políticas oficiais de Estado.

Enquanto prática institucional, este modelo de planejamento já vem sendo implantado na Europa desde a década de 1950, período em que grande parte dos países europeus passou a utilizá-lo como ferramenta de desenvolvimento para reconstrução de suas economias destruídas pela guerra. Em um quartel que se estendeu por quarenta anos (1950-1990), o foco de atenção prioritária das ações governamentais esteve voltado majoritariamente para o uso econômico de seus territórios, a fim de torná-los competitivos.

Todavia, este paradigma que guiou as políticas territoriais até o início da década de 1990, aos poucos foi sendo suplantado pelo advento do ideário da sustentabilidade, que tem sua proposição germinal na noção do desenvolvimento sustentável, apresentada ao mundo na II Conferência Mundial de Meio Ambiente das Organizações das Nações Unidas (Rio 92), no qual propunha um estilo de desenvolvimento inovador para a humanidade, apregoando a necessidade do uso moderado dos recursos naturais e incorporação de novos valores éticos na relação homem-natureza, como condição *sine qua non* para a sobrevivência do planeta.

Apesar da noção da sustentabilidade ter sido apresentada ao mundo somente na década de 90, sua concepção ideológica já vinha sendo gestada desde 1972, quando da realização da I Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, na cidade de Estocolmo (Suécia), em que foram lançadas suas bases ideológicas, com a proposta do ecodesenvolvimento.

O reconhecimento definitivo da dimensão ambiental como parte integrante do processo de desenvolvimento territorial contribuiu para que a gestão territorial adquirisse um caráter dinâmico, passando a ser utilizada como instrumento regulador e participativo do uso e ocupação do território. Estudos apontam (MASSIRIS CABEZA, 2002), que o interesse dos países da América Latina em ordenar a ocupação do território e disciplinar o uso dos recursos naturais surgiu em função da emergência do movimento

do ecodesenvolvimento na década de 70, que criou as bases para a proposta do desenvolvimento sustentável. Esta proposta, idealizada inicialmente por Ignacy Sachs (1927), naquele momento consultor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, e utilizado por Maurice Strong (1929) em 1973, propunha uma nova ética de desenvolvimento, conclamando a necessidade de utilização dos recursos naturais em níveis que pudessem garantir sua sustentabilidade e uso entre as gerações.

Apesar de os princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável terem surgidos em um contexto diferente das preocupações territoriais, aos poucos seus ideais foram sendo incorporados nas pautas de planejamento dos países do mundo todo, ao notarem que este conceito pode ser melhor traduzido e posto em prática na escala da gestão dos territórios (BRASIL, 2006).

Atualmente, as estratégias de gestão territorial utilizadas em vários países passaram a se pautar, sobretudo, na criação de áreas legalmente protegidas pelo poder público, mais conhecidas no Brasil como unidades de conservação (UCs), tornando-se prioridade nas agendas políticas nacionais e internacionais, em função de estarem associadas aos princípios da sustentabilidade.

Embora seja notório o empenho de alguns governos na criação de instrumentos regulatórios para a gestão de seus territórios via áreas protegidas, no Brasil e, mais especificamente no Estado do Amazonas, ainda é perceptível a ausência de estudos que possam avaliar a eficácia dessas políticas, em que pese seus reflexos sobre a sustentabilidade do uso dos territórios associado às formas de trabalho das populações moradoras dessas áreas.

Acredita-se que vale a pena discutir e avaliar a proficiência desses instrumentos de gestão para o ordenamento territorial e, assim, contribuir para subsidiar proposições de políticas públicas pautadas em ações sustentáveis e decisões políticas compartilhadas.

A problemática central em análise na presente tese refere-se às políticas de gestão territorial que vêm sendo implementadas no Estado do Amazonas (Brasil) e na região Rhône-Alpes (França) via criação de áreas protegidas. O estudo pretendeu realizar uma análise comparativa dos dispositivos institucionais de gestão territorial no Brasil e na França, tendo como foco de análise a seguinte questão norteadora:

- Quais os efeitos das políticas de gestão territorial nos sistemas de produção e trabalho das populações moradoras de áreas protegidas?

A hipótese de trabalho caminha em direção à ideia de que certos dispositivos institucionais de gestão do território podem limitar a polivalência das formas de trabalho do homem do campo, notadamente dos moradores de áreas legalmente protegidas. Nossa contribuição nesse estudo, será desvendar de que forma certas políticas de gestão territorial influenciam no trabalho e nas atividades produtivas do morador/trabalhador de zonas protegidas no Brasil e na França.

Acredita-se que a relevância de um trabalho de pesquisa dessa natureza, se justifica pela necessidade de conhecer e ampliar as discussões que vêm sendo realizadas no Brasil e no mundo, no que se refere à produção de instrumentos e tecnologias de inovação sobre práticas de sustentabilidade na gestão dos territórios. Além disso, a pesquisa propiciará um primeiro passo para a consolidação de uma base de informações integradas sobre as experiências de uso e ocupação dos espaços no Brasil e na França, contribuindo como subsídios para proposição de políticas macrorregionais de gestão territorial.

Particularmente, a iniciativa do estudo ocorreu em função da necessidade de analisar, a partir de um aparato técnico-científico, as políticas de gestão territorial implementadas no Estado do Amazonas, já que nos últimos anos o autor deste estudo teve a oportunidade de atuar profissionalmente nos órgãos de meio ambiente do Amazonas, implementando as políticas oficiais de gestão territorial em áreas protegidas.

Dentre os principais trabalhos, pode-se citar aqueles desenvolvidos na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), realizando o Zoneamento Ecológico-Econômico no sul do Estado do Amazonas durante os anos de 2006 e 2007 (BARROS; SANTOS; CERDEIRA, 2013). Também cabe destacar a atuação como técnico junto ao Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (CEUC), durante o biênio 2007-2009, período em que foi promulgada a Lei Complementar Nº 53, de 05 de junho de 2007 que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC), mesmo período em que foi criada a maior quantidade de unidades de conservação no território amazonense.

Além disso, a atuação como consultor no Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), desenvolvendo trabalhos de pesquisa e intervenção social no âmbito da Área de Proteção Ambiental – APA Caverna do Maroaga, em Presidente Figueiredo; bem como os trabalhos junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Manaus, coordenando a elaboração do Plano de Manejo do Parque Municipal do Mindu, somado à realização de estudos interdisciplinares para subsidiar a criação de unidades de conservação no Amazonas, propiciaram certo arcabouço técnico sobre os sistemas municipais e estadual de unidades de conservação do Amazonas, contribuindo para fomentar a ideia de um estudo científico que pudesse identificar, na contemporaneidade, elementos para desvendar a natureza política dos sistemas de áreas protegidas no Brasil e no Estado do Amazonas.

Adido às experiências profissionais, no ano de 2013, ao participar da seleção para compor o quadro de bolsistas do projeto *Trabalho, Inovação e Desenvolvimento Sustentável* (Projeto CAPES-COFECUB – 702/11) para realização de estágio doutoral na França durante o período de 2013 a 2015 em regime de cotutela, convenção firmada entre a Universidade Federal do Amazonas (Brasil) e a *Université Lumière Lyon 2* (França), teve-se a possibilidade de estender o foco da pesquisa doutoral, que se ampliou para a realização de um estudo comparativo entre as experiências de gestão territorial desenvolvidas no Brasil e na França, no que se refere aos reflexos das políticas territoriais sobre os sistemas de trabalho e produção das populações moradoras de áreas protegidas.

Ao longo dos 18 meses de estágio doutoral na França, ao participar de grupos de discussões acerca de temas sobre *trabalho, conflitos e territórios*, realizar cursos sobre áreas protegidas na França, trocar experiências sobre atividades de pesquisas com estudantes e pesquisadores nas áreas de Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Ergonomia da *Université Lumière Lyon 2*, pôde-se amadurecer o olhar investigativo sobre a temática da pesquisa que ora se apresenta.

Ao retornar ao Brasil em fevereiro de 2015, desenharam-se as estratégias e os caminhos que seriam trilhados no *terrain* brasileiro para alcançar os resultados do projeto de qualificação, quais sejam: (i) realizar análise comparativa entre as políticas de gestão territorial no Estado do Amazonas (Brasil) e Região Rhône-Alpes (França) em

relação às práticas de sustentabilidade nos sistemas de produção e trabalho das populações moradoras de áreas protegidas; (ii) desvendar os fundamentos das políticas de gestão territorial em áreas protegidas no Brasil e na França; (iii) identificar os sistemas de produção e trabalho das populações de áreas protegidas; (iv) analisar a forma como as populações, a sociedade civil organizada e o poder público vêm participando nos processos de gestão dos territórios.

Com base na questão norteadora da pesquisa, construiu-se o empreendimento investigativo desta tese doutoral, desenvolvida ao longo de quatro anos e meio. Espera-se que o estudo possa contribuir com subsídios teórico-metodológicos para discussões na atualidade, acerca do papel da sustentabilidade como novo paradigma da modernidade, em que está jogo não somente a preocupação com a proteção da natureza em si, mas também, e no mesmo nível de prioridade, as estratégias de reprodução social das populações humanas, por meio do fomento às práticas de trabalho e ao uso dos territórios.

A tese está dividida em quatro capítulos principais. No primeiro capítulo apresentam-se os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa, no que se refere às categorias analítico-explicativas adotadas para subsidiar as discussões teóricas, bem como as abordagens de campo e técnicas aplicadas para o levantamento de dados nos *terrains* francês e brasileiro.

O segundo capítulo discorre sobre o tema da gestão territorial na França, analisando o processo de institucionalização das políticas de áreas protegidas neste país, sua evolução e desdobramentos na contemporaneidade. Além disso, faz-se uma abordagem sobre a situação atual do trabalho no setor agrícola, a forma como se apresenta a governança territorial e os reflexos das políticas territoriais sobre os sistemas de produção e trabalho dos moradores de áreas protegidas, por meio de um estudo de caso em uma localidade situada no Parque Natural Regional do Pilat, na região Rhône-Alpes, França.

O terceiro capítulo analisa os dispositivos da política de gestão territorial via unidades de conservação no Brasil, destacando os marcos institucionais de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC), bem como seus desdobramentos sobre

as formas de trabalho das populações moradoras de UCs, tendo como *locus* de estudo a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, localizada no baixo rio Negro, Estado do Amazonas.

No quarto capítulo da tese, faz-se uma análise comparativa dos dispositivos institucionais do Brasil e da França, no que se refere à efetividade das políticas de criação e gestão de áreas legalmente protegidas e seus efeitos sobre os sistemas de trabalho das populações moradoras das zonas que serviram de *terrain* da pesquisa. Por último, nas considerações finais procura-se tecer reflexões sobre o exercício da realização da pesquisa e sugerir possíveis ações que poderão ser incorporadas nas políticas de gestão de áreas protegidas no Brasil e na França, com vistas à sustentabilidade de seus territórios.

Capítulo 1 - Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa

Com o objetivo de trazer à baila discussões teóricas sobre a problemática da pesquisa e entender como se articula a gestão territorial nas perspectivas do trabalho e da sustentabilidade, a primeira parte da tese, que pretende ser introdutória ao tema, apresentará as categorias analítico-explicativas que subsidiaram as discussões e reflexões do estudo, bem como as abordagens e técnicas metodológicas adotadas para os levantamentos de campo. Buscou-se dialogar com diversos autores que reconhecidamente vêm promovendo debates sobre as temáticas envolvidas na pesquisa, dentre eles Godard (2002) e Becker (1983; 2005) que capitanearam as discussões sobre a noção de gestão territorial. Na extensão da análise acerca da gestão territorial, abordou-se a noção de governança territorial, fazendo uma imersão sobre a situação do território francês, amparado em trabalhos de Yannick (2007), Dallabrida & Becker (2003) e Soulard (2014).

No domínio da ideia de sustentabilidade os esforços foram concentrados nas referências de Sachs (1986; 2002), reconhecidamente o idealizador e promotor desta abordagem teórica, sem, contudo, deixar de lado contribuições importantes de pesquisadores que, na contemporaneidade, vêm ampliando e dando fôlego ao debate sobre esta emergente categoria científica.

Acerca do conceito de trabalho, procurou-se direcionar as leituras para uma abordagem interdisciplinar das Ciências Sociais e da Ergonomia, amparadas principalmente nas discussões de Marx (1996), Arendt (2002), Teiger (1993), Schwartz (2004), Béguin (2005), dentre outros.

Cabe ressaltar que a estratégia metodológica adotada em apresentar os referenciais teóricos e abordagens de campo nesta parte introdutória do estudo, não determinará a separação das reflexões aqui expostas com as demais partes constitutivas da pesquisa. Este caminho adotado é tão somente para horizontalizar as discussões e aprofundar os entendimentos teóricos que serão utilizados transversalmente em todos os campos deste empreendimento investigativo.

1 - Categorias analítico-explicativas

▪ Gestão territorial e seus desdobramentos epistemológicos

Sobre a noção de gestão territorial, Godard (2002) se destaca como um dos autores mais significativos na contemporaneidade para a compreensão desta nova e fluida categoria científica.

Analisando o arcabouço teórico que constitui esta noção, nota-se que suas bases epistemológicas estão prenhes de significações presentes no conceito de ordenamento territorial, que podem ser agrupadas a partir de seis diferentes interpretações:

a) o ordenamento territorial como disciplina científica; b) como técnica administrativa; c) como política ou conjunto de políticas; d) como processo; e) como estratégia de desenvolvimento e; f) como conjunto de ações político-administrativas.

No campo de entendimento do ordenamento territorial (O.T.) como disciplina científica, Vigliola (2001) dedica um artigo para refletir o O.T. como disciplina do conhecimento, destacando que no decorrer da História o O.T. foi sendo utilizado com distintas denominações, dando ênfase ao espaço urbano, em contraposição ao rural. Segundo o autor, com o passar do tempo, o ordenamento territorial foi se transformando até chegar à contemporaneidade como disciplina científica, inaugurando um novo campo epistemológico sob a égide da noção de gestão do território, voltada para a compreensão de temas vinculados ao suporte físico das atividades humanas e instrumento de planejamento do território, tanto urbano quanto rural.

Ainda de acordo com Vigliola (*op. cit.*), dois conceitos regem essa disciplina, a antecipação (prospecção de cenários) e oportunidade. O primeiro permite prever antecipadamente cenários e tendências a partir de múltiplas variáveis que atuam sobre o território, considerando-o como um sistema complexo. O segundo conceito vincula-se à otimização do tempo e de recursos em lugares específicos, a fim de corrigir desequilíbrios no momento oportuno e no lugar adequado.

Na linha de entendimento do ordenamento territorial como processo e técnica político-administrativo, destacam-se as contribuições de Mendéz (1990) que entende o O.T. como um processo planejado e uma política do Estado, de natureza técnica e administrativa, a serviço da gestão ambiental e do desenvolvimento territorial. Neste

campo de entendimento o ordenamento territorial é tratado como um instrumento político e administrativo voltado para organizar, harmonizar e administrar a ocupação do espaço. Da mesma forma, Pérez (2004) reconhece que ao pensar o ordenamento territorial é preciso entendê-lo a partir de interpretações, visto pelo autor como:

um conjunto de ações concertadas empreendidas pela nação e entidades territoriais, para orientar a transformação, ocupação e utilização dos espaços geográficos, buscando o desenvolvimento socioeconômico e levando em consideração as necessidades e interesses da população, as potencialidades do território e a harmonia do meio ambiente. O mesmo deve cumprir duas funções principais: por uma parte se constituir como uma política do Estado que deve adequar a organização político-administrativo da nação de acordo com as disposições constitucionais e por outra, permitir uma adequada projeção espacial das políticas econômicas, sociais, ambientais e culturais da nação (PÉREZ, 2004).

Ainda nessa linha de entendimento do O.T como um processo e instrumento técnico-administrativo, o governo boliviano, ao apresentar sua concepção de ordenamento territorial no documento *El Ordenamiento Territorial en Bolivia* (2002), o define como um processo voltado para a organização do uso e ocupação do território. Enquanto processo, segundo o documento de planejamento boliviano, permite identificar as potencialidades e limitações do território nacional, regional e municipal, levando em consideração suas características ambientais, socioeconômicas, culturais e político-institucionais. Para o governo boliviano que, desde a última década institucionalizou o ordenamento territorial como política de Estado, o ordenamento do território deve ser construído e implementado regido por alguns princípios, dentre eles:

- ✓ Integralidade – articulando os componentes biofísicos, econômicos, sociais, culturais e político-institucionais;
- ✓ Competitividade – promovendo a articulação administrativa e institucional como base de um planejamento e administração coerente tanto vertical como horizontal, racionalizando a tomada de decisões e otimizando o uso dos recursos disponíveis;

- ✓ Subsidiaridade – fortalecendo o processo de descentralização administrativa, apontando às instâncias de gestão pública em níveis nacional, regional e municipal, responsabilidades e competências definidas;
- ✓ Participação – assumindo e dinamizando a integração entre as entidades públicas, privadas e a sociedade civil;
- ✓ Precaução – através do conhecimento que se tem do território, permite definir ações preventivas para evitar danos ambientais, sociais e econômicos que poderiam ser irreversíveis.

Como política pública, todos os autores pesquisados reconhecem o ordenamento como um instrumento político que deve ser adotado pelo Estado para o alcance do desenvolvimento. Neste campo de entendimentos, Hildebrand (1996, *apud* MASSIRIS CABEZA, 2002), reconhece que o ordenamento do território é uma das políticas públicas típicas do Estado de bem-estar social, nascida na maioria dos países industrializados, após a Segunda Guerra Mundial, embora, segundo o autor (*op. cit.*, 1996), não se incluam nesse grupo países como a Alemanha, Suíça e Holanda, que iniciaram bem anteriormente seus processos de ordenamento territorial. Comungando com esta linha de compreensão, Zoido (1998, *apud* MASSIRIS CABEZA, 2002), põe em evidência o entendimento que o ordenamento territorial é uma função pública, uma política complexa e de recente implantação, que pode e deve apoiar-se sobre instrumentos jurídicos (convênios internacionais, leis, decretos), sobre práticas administrativas e princípios consolidados (planejamento, participação, dentre outros) e em diferentes conhecimentos científicos e aportes pluridisciplinares. De acordo com Zoido (*op. cit.*, 1998) o ordenamento territorial sendo função pública ou política é, sobretudo, um instrumento e não um fim em si mesmo.

Nesse mesmo grupo de pensadores, Dollfus (1993) entende que é válido pensar o ordenamento territorial como uma política de Estado e um instrumento de planejamento que permite ao mesmo tempo um tipo de organização político-administrativo da Nação e a projeção espacial das políticas sociais, econômicas, ambientais e culturais da sociedade, atendendo tanto aos interesses da população como a conservação do ambiente.

Feita uma breve digressão acerca do entendimento do ordenamento territorial como política de Estado, é válido destacar que o ordenamento de um território deve antes de tudo, beneficiar ou alcançar toda a sociedade, envolvendo os setores públicos e privados, garantindo espaços de participação na tomada de decisão por todos os atores sociais envolvidos.

Em todos os autores analisados nota-se que, apesar do conceito de ordenamento territorial encontrar-se em processo de construção, de possuir um caráter polissêmico e por isso, passível de diversas interpretações, é nítido o entendimento dessa prática como um instrumento de planejamento de caráter técnico-político-administrativo a serviço da organização do uso e ocupação do território. Levando em consideração essas prerrogativas, é bom não perder de vista que ao planejar ações de ordenamento territorial, devam-se evitar planos uniformes para todo um território nacional, pois cada região possui características distintas do ponto de vista biofísico, socioeconômico e cultural que precisam ser levadas em consideração no processo da gestão dos espaços. Neste último aspecto, o conceito de ordenamento encontra seu maior ponto de intersecção com a noção de gestão territorial, ao reconhecer que o território é um ente dinâmico e multifacetado e, por isso, há a necessidade de entendê-lo a partir de uma visão holística e sistêmica, que somente a noção de gestão, enquanto instrumento e prática política, poderá absorvê-lo em sua plenitude.

Trazendo à baila a discussão sobre a ideia de gestão territorial, que nasceu ontologicamente no âmbito das ciências da natureza e depois passou a ser adotado em outras áreas do conhecimento, Godard (2002) destaca que, ao longo da história, a noção de gestão assumiu diferentes significados, sendo utilizada para fins diversos. Inicialmente serviu para definir procedimentos de exploração das florestas submetidas a um regime jurídico particular, denominado regime florestal e mais tarde passou a designar a ação do Estado voltado para a realização de trabalhos planejados e de grande envergadura, visando à reorganização de certos espaços naturais, tais como os pântanos ou as áreas litorâneas (BARROS, 2006).

De acordo com Godard (*op. cit.*, 2002), a partir dos anos 50 foi introduzida na França a noção de gestão do território, voltada para designar a ação do Estado e das coletividades, a fim de corrigir desequilíbrios regionais, tanto populacionais quanto no

âmbito das atividades econômicas. Essa concepção, segundo o autor citado, permitiu ampliar o conceito de gestão para uma visão mais complexa, a partir de duas vertentes:

A primeira vertente designando a gestão cotidiana dos elementos do meio que são considerados, num sentido ou noutro, como recursos naturais, visando satisfazer os diversos tipos de demandas com o menor custo possível e limitar certos efeitos negativos ou excessivos. A segunda concepção, ligada a um contexto mais amplo e complexo de gestão permanente de recursos, do espaço e da qualidade do meio natural e construído, buscando apreender o grau de compatibilidade entre as condições de reprodução ecológica e as necessidades de desenvolvimento a longo prazo, traduzido na concepção teórica da conservação ambiental.

Um conceito bastante utilizado nas agendas ambientais, a conservação é vista como “o manejo do uso humano de organismos e ecossistemas, com o fim de garantir a sustentabilidade desse uso, que inclui proteção, manutenção, reabilitação, restauração e melhoramento de populações naturais e ecossistemas” (DIEGUES, 2000). Este enfoque ganhou espaço nas agendas políticas nacionais e internacionais somente com a publicação da *Estratégia Mundial para a Conservação* pela União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais - UICN, em 1980, enfatizando a necessidade da proteção da diversidade biológica e genética e a incorporação dos conhecimentos das populações locais, que se encontram em íntimo contato com os ecossistemas e espécies animais e vegetais, aproveitando-as de maneira sustentável.

Nota-se que, no contexto dos processos macrossociais e ambientais, a noção de gestão territorial aparece como um ponto de convergência onde se confrontam e se reencontram os objetivos associados ao desenvolvimento e ao ordenamento do território, bem como aqueles voltados à conservação da natureza. Nesta concepção, a ideia de gestão territorial passa a adquirir um caráter muito mais amplo que, de acordo com Godard (2002), para se constituir um instrumento de políticas territoriais deve trazer consigo as seguintes premissas:

- a) Participação - a gestão do território e dos recursos naturais, somente poderá ser implementada com a participação dos diferentes atores sociais que, direta ou indiretamente, atuam no processo de utilização dos recursos naturais. Antes de pretenderem estabelecer consensos sociais a qualquer custo, as

instituições devem ser definidas de maneira a permitir uma expressão plural dos diversos grupos sociais envolvidos no esforço da gestão;

- b) Disseminação e acesso à informação - para a efetivação dessa participação é preciso que as informações derivadas do exercício da gestão possam ser adaptadas aos diferentes públicos a que se destinam, criando as condições de comunicação necessárias ao entendimento dos meios e dos objetivos da gestão pretendida;
- c) Descentralização - significa, na prática, criar espaços de oportunidade para que as soluções dos problemas possam ser equacionadas local e regionalmente. Trata-se de permitir que agentes governamentais locais, com poder de decisão, assumam, em conjunto com os agentes sociais, a construção de uma pauta de atividades que leve à gestão sustentável do território e dos recursos naturais. Mesmo que exista a necessidade de uma estrutura institucional explícita, capaz de promover e implementar um tipo de gestão global e integrada, torna-se mister garantir a multiplicidade de atores participando direta ou indiretamente, conscientes, intervindo diretamente no processo de gestão.

Em linhas gerais, percebe-se que a gestão territorial envolve uma estrutura integrada de ações em que atores sociais, tomadores de decisões e acesso a informações caminham juntos. Estes elementos constituem a parte essencial para a construção de um modelo de gestão compartilhada de uso do território, que podem ser adotados nas políticas territoriais na atualidade, quando vislumbrada a sustentabilidade do homem e do planeta.

Outra ideia de gestão do território que chama a atenção, apresentada por autores como Marulanda (2000), Becker (1983; 2005) e Raffestin (1993), diz respeito ao fato da gestão territorial permitir trazer à tona outros elementos subjetivos como a revalorização da cultura e do conhecimento, implicando o respeito pela organização social e pelas culturas locais, bem como na multidimensionalidade do poder em diferentes níveis espaciais, não somente como espaço do Estado, mas também da sociedade civil organizada atuante sobre determinada área.

De toda forma, nota-se que as várias correntes que dão suporte teórico à noção de gestão territorial trazem consigo a concepção de uma ação coletiva visando ao controle e ao desenvolvimento do território que, no nosso entendimento, deve ser prioritariamente capitaneada pelo poder público por meio de políticas de Estado, mas não necessariamente isolada dos demais segmentos da sociedade civil.

Em um sentido ou noutro percebe-se que a gestão do território envolve um conjunto de fatores que não podem ser vistos e avaliados separadamente, mas percebidos de forma integrada com a presença do Estado e dos demais atores representativos da sociedade civil. Sua concepção teórica traz consigo a ideia de promoção do desenvolvimento do território em conjunto com os diversos atores e coletividades que compõem o cenário territorial, concepção essa que vem ao encontro da noção de governança territorial, enquanto extensão e elemento aglutinador dos diversos matizes presentes na categoria de gestão do território, conforme se apresenta a seguir.

- **Uma análise sobre a noção de governança territorial**

A definição de governança territorial ainda é bastante difusa. Seu real entendimento passa pela compreensão de que certos processos territoriais vão além da ação política do Estado, pois envolvem diferentes pautas que precisam ser negociadas em ações concertadas com os interesses da sociedade civil, tais como ONGs, movimentos sociais, representantes dos setores privados e agentes territoriais, em tomadas de decisão relativamente horizontal, visando ao desenvolvimento territorial local, regional e nacional.

O termo *governance* surgiu na Europa em um contexto onde se colocavam em xeque as formas clássicas de ações públicas centralizadas e demandava-se a emergência de novos instrumentos de apoio para a tomada de decisão por parte do Estado, em consonância com a participação dos diversos atores e representações da sociedade civil (YANNICK, 2007).

P. Le Galès (2006, *apud* YANNICK *op. cit.*, 2007) caracteriza esta noção como *un chantier de recherche qui concerne les formes de coordination, de pilotage et de*

*direction des secteurs, des groupes, de la société, au-delà des organes classiques du gouvernement*¹.

Dallabrida & Becker (2003) entendem o termo governança, ou governança territorial, segundo o princípio da participação cidadã. De acordo com os autores, esta categoria diz respeito ao

exercício do poder e autoridade, por parte dos cidadãos ou grupos devidamente articulados nas suas instituições e organizações regionais, incluindo todos os processos, com o objetivo de diagnosticar a realidade, definir prioridades, planejar a implementação das ações e determinar como os recursos financeiros, materiais e humanos devam ser alocados para a dinamização das potencialidades e superação dos desafios, visando ao desenvolvimento de uma região ou território (DALLABRIDA & BECKER, 2003).

Como se nota, é intrínseca à noção de governança a ideia de ações públicas integradas sobre um determinado território com participação cidadã em todos os níveis. Na verdade, quando se trata de pôr em prática determinadas políticas públicas que envolvam o desenvolvimento de uma determinada localidade ou região, o território ganha relevo, já que o mesmo pode adquirir variados entendimentos e conotações na medida em que se aprofunda o olhar sobre o espaço e entram em cena diferentes atores e organizações com os mais variados interesses. Yannick (2007) caracteriza esta noção com base em três dimensões:

- i) A dimensão identitária, na medida em que o território é visto, vivido e apropriado por seus habitantes;
- ii) A dimensão material, enquanto espaço geográfico dotado de propriedades naturais e materiais, resultado do manejo dos recursos naturais e gestão do território por uma determinada sociedade;
- iii) E a dimensão organizacional, onde estão presentes diferentes atores ligados por interesses e relações de poder hierárquicos, de dominação, de solidariedade e complementariedade.

O mesmo autor (*op. cit.* 2007) chama a atenção para a necessidade de distinguir dois processos em curso atualmente, quando se refere às ações do Estado no âmbito dos

¹ “Um canteiro de pesquisas que diz respeito às formas de coordenação, de gestão e de direção dos setores, de grupos da sociedade ou mesmo dos órgãos tradicionais do governo » (Tradução livre).

territórios e das governanças territoriais. O primeiro processo diz respeito ao que o mesmo define de “Territorialização da Ação Pública”, em que estão presentes as ramificações do poder do Estado, sem, contudo, abdicar de seu poder controlador e centralizador adaptado às particularidades territoriais, considerada como espaços pertinentes para as ações públicas. O segundo processo se refere à descentralização em si, consistindo na institucionalização de novos territórios político-administrativos dotados de autonomia e competências políticas legitimadas pelo próprio Estado.

Ainda de acordo com Yannick (*op. cit.*, 2007) um exemplo típico de descentralização pode ser citado nas políticas de cogestão estabelecidas entre o Ministério da Agricultura e o Sindicalismo Majoritário na França (FNSEA), no decorrer da década de 1980, período que até então o FNSEA dispunha do monopólio de representação do mundo agrícola. Com a política de descentralização as representatividades locais ganharam autonomia de gestão de seus territórios e o Estado teve que procurar conciliar os diversos interesses fragmentados entre os agricultores para além da política produtivista, onde ressaltou-se a importância da manutenção do meio ambiente e da gestão sustentável do território.

Contudo, ressalta Yannick (*op. cit.*), com a política de descentralização duas outras formas de territorialidade apareceram em cena: as políticas territoriais e as políticas locais. As políticas territoriais ligadas ao primeiro ato de descentralização permitiram a criação de novas *collectivités territoriales*² (região, departamentos e comunidades locais), contribuindo para difundir as competências dos territórios locais, legitimadas e amparadas pelo Estado em regime de compartilhamento de poder, em que se realocaram o centro decisório do Estado para as coletividades locais em regime de partilhamento de gerência e decisão. Essas ações, no entanto, quando analisadas à luz de interpretações sociológicas, enfatiza Yannick (2007), devem ser recebidas com cautela, pois, uma leitura mais crítica permite compreender que certos partilhamentos de poder e decisão são relativos, já que, no caso francês, serviram muito mais para dessetorializar as ações públicas, atribuindo aos conselhos regionais o papel de federalizar os interesses e projetos locais.

² “Organizações territoriais” (Tradução livre).

Na visão de Yannick (*op. cit.*), as chamadas políticas locais constituíram a etapa que mais caracterizou a descentralização e territorialidade da ação pública na França, já que atribuiu às coletividades reais poderes de decisão e autonomia, tanto no nível da concepção como na implementação de projetos locais de desenvolvimento que, embora mantendo certas prerrogativas de poder de decisão pelo Estado, garantiram todo um ajuste de dispositivos legislativo e regulamentador a favor das intercomunidades locais.

De fato, em estudo realizado sobre as práticas agrícolas e políticas territoriais na França, Soulard (2014) confirma que com a segunda descentralização política no país, iniciada no começo dos anos 80 com a Lei *Defferre* (SOULARD, 2014), a gestão descentralizada ganhou um novo status com a criação das *intercommunalités*³ durante os anos 90, quando reforçaram as competências das organizações locais (*collectivités locales*), onde o Estado passou a delegar certos poderes e autonomia para a implementação das ações públicas. Esse movimento, de acordo com Soulard (*op. cit.*, 2014), nasceu predominantemente nos domínios das políticas territoriais de gestão e desenvolvimento territorial em que as ações rurais, elaboradas em nível continental europeu, passaram a ser implementadas regionalmente e praticadas em nível local.

Um exemplo claro dessa descentralização política foi a criação das territorialidades locais denominadas *pays*, instituídas na França com a lei de gestão e desenvolvimento sustentável dos territórios (Lei de 25 de junho de 1999, *apud* YANNICK, 2007). Também conhecidos como “espaços infrarregionais”, os *pays* correspondem aos territórios em construção, baseado em engajamento voluntário de redes e atores locais (YANNICK, 2007).

Ao passo que os *pays* servem de exemplos de inovação em termos de administração, também são referências na forma de distribuição de competências e poderes locais. Em termos de gestão do território, essa entidade territorial consegue unir diversos grupos intercomunitários que, federalizados em delegações conseguem planejar e implementar projetos multidimensionais e pluriparticipativos com os diferentes atores que compõem a cena local, visando ao desenvolvimento e sustentabilidade do território.

³ Intercomunidades – na França, este termo designa um conjunto de atores e órgãos de cooperação, associados em si ou em parte, para o exercício de certas competências no âmbito da gestão dos territórios.

Na atualidade, de acordo com Soulard (2014), as coletividades territoriais (regiões, departamentos, comunidades e *pays*) adquiriram competências de intervenção sobre a gestão de seus territórios em diferentes escalas intercomunitárias, seja em forma de associações de comunidades, de áreas protegidas, de *pays* ou de governanças regionais que, inspiradas nos princípios da sustentabilidade, buscam aliar abordagens participativas dos usuários nas diferentes escalas de decisões, ampliando possibilidades de participação de um número crescente de atores sociais para discutir estratégias de desenvolvimento territorial.

Em suma, pode-se dizer que a relação entre gestão e governança territorial passa pela compreensão dessas abordagens como resultados das relações de poder, se efetivando na medida em que as ações do Estado ganham dimensões de descentralização das ações públicas. Essa descentralização não pode consistir simplesmente na delegação de responsabilidades, mas, sobretudo, no estabelecimento de processos de autonomia e co-responsabilidades em que as particularidades locais ganham competências político-administrativas de gerenciamento de seus territórios, legitimadas pelo próprio Estado. Esse modelo de gestão está presente não somente no gerenciamento do setor agrícola francês, mas também nas políticas de criação e gestão de áreas protegidas, pautadas nos princípios da sustentabilidade, como será apresentado no decorrer do estudo.

- **Entendimentos sobre a noção de sustentabilidade**

Na atualidade a noção de sustentabilidade e as práticas centradas sob sua égide se destacam nas agendas políticas de todo o mundo. Esse fato ocorre em razão da necessidade de enfrentar os desafios socioambientais e de pensar em modelos de desenvolvimento a médio e longo prazo que possam garantir a manutenção da biodiversidade, da natureza em si, e do próprio homem.

Pensando nesta problemática, a presente seção estará voltada para a uma breve análise da noção de sustentabilidade, amparada nas contribuições de Sachs (1986; 2002), autor polonês, naturalizado francês, considerado um dos fundadores desta categoria científica; apesar de reconhecermos contribuições de outros autores na contemporaneidade, como os trabalhos de Freitas & Silva Freitas (2014) no livro *La*

*sostenibilidad – el mundo amazónico del hombre*⁴. Nesta obra, os autores discutem, dentre outros temas, princípios que regem a noção da sustentabilidade, seus desdobramentos epistemológicos e a importância da Amazônia frente aos novos processos civilizatórios oriundos das transmutações do capitalismo mundial. Os autores em evidência levantam questões imanentes das Ciências Sociais e das Ciências da Natureza, fazendo notar que a noção da sustentabilidade, comumente associada ao conceito de conservação da natureza, transcende a relação homem-natureza, pois envolve um aspecto peculiar que é o seu caráter intercultural.

Destacam ainda Freitas & Silva Freitas (2014), que a sustentabilidade deva ser reconhecida pelo seu aspecto de unidade e não apenas como um elemento da natureza ou da gestão associada a ela, isolada, já que, da mesma forma que na natureza existem interdependências, onde é possível notar o todo nas partes e as partes no todo, a sustentabilidade traz consigo complexidades, em que é necessário pensar tanto em perspectivas de proteção da natureza (sustentabilidade da natureza) como em modelos de desenvolvimento (sustentabilidade do desenvolvimento). Por último, mas não menos importante, outro aspecto analítico que chama a atenção no terceiro capítulo do livro – *La naturaleza de la sostenibilidad y la Amazonia: una “mirada” hacia el futuro*⁵ -, se refere à exigência de pensar a sustentabilidade como elemento da humanidade (sustentabilidade da humanidade), ao trazer à baila a compreensão da complexidade do homem que, de acordo com Freitas (2014), vai bem além dos aspectos econômicos e políticos, transfigurando-se na própria cultura, que se entrelaça à natureza, formando uma nova sustentabilidade, comprometida com o destino da humanidade (FREITAS, 2014). Toda essa discussão nos leva a refletir sobre a importância do aprofundamento do debate em torno desse campo epistemológico que, por seu próprio caráter paradigmático, merece toda nossa atenção como subsídios de orientação teórica para pesquisas futuras.

Fazendo uma digressão sobre o surgimento do termo sustentabilidade, pode-se inferir que esta ideia já vem sendo discutida há tempos por autores que, desde séculos pretéritos, já chamavam a atenção sobre a finitude dos recursos naturais e a tendência de crescimento exponencial das populações humanas. Apesar disso, somente a partir da

⁴ A sustentabilidade – o mundo amazônico do homem (Tradução livre).

⁵ A natureza da sustentabilidade e a Amazônia: um “olhar” para o futuro (Tradução livre).

segunda metade do século XX é que a ideia de sustentabilidade ganhou atenção das autoridades mundiais, quando do lançamento da noção do desenvolvimento sustentável em 1987 pela Organização das Nações Unidas (ONU), no Relatório Brundtland, sob o título de “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*) que, como já destacado neste empreendimento de pesquisa, teve suas bases conceituais originalmente propostas pelo ecodesenvolvimento (SACHS, 1986).

O ecodesenvolvimento surgiu como uma abordagem crítica ao modelo de sociedade de consumo, bem como resposta à crise ambiental que ganhou fôlego a partir da década de 70, visando definir um estilo de desenvolvimento baseado no atendimento às necessidades fundamentais como habitação, alimentação, saúde, condições sanitárias, educação, participação nas decisões e respeito à diversidade cultural das populações menos favorecidas, prioritariamente das populações rurais do terceiro mundo. Com o ecodesenvolvimento, Ignacy Sachs (*op. cit.*, 1986) propõe um novo paradigma baseado em uma nova ética da natureza e uma solidariedade diacrônica com as gerações futuras, amparado em cinco pilares estruturais de sustentabilidade, dentre os quais se destacam:

- 1) Sustentabilidade social – referente à criação de processos de desenvolvimento pautados na distribuição equitativa de renda e bens, subsidiada pela ideia do que seja uma sociedade boa, que garanta a promoção de acesso aos direitos sociais e redução dos abismos entre os padrões de vida e desigualdade social entre ricos e pobres;
- 2) Sustentabilidade econômica – avaliada em termos macrossociais e não apenas pautada na rentabilidade empresarial. Trata-se de garantir e ampliar os investimentos públicos e privados de modo que possibilite os reinvestimentos necessários da saída líquida dos recursos financeiros dos países do terceiro mundo (do cone Sul); das trocas desfavoráveis entre os países do Norte e do Sul; das políticas protecionistas e do acesso limitado às informações, à ciência e tecnologia, presentes nos países do primeiro mundo;
- 3) Sustentabilidade ecológica – garantida através do uso responsável do potencial dos diversos ecossistemas, do uso limitado do consumo de combustíveis fósseis e de demais recursos naturais que são mais frágeis e difíceis de garantir sua resiliência, otimizando seu uso com o mínimo de deterioração possível do meio ambiente, somado à intensificação de pesquisas para a obtenção de tecnologias

de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial;

- 4) Sustentabilidade geográfico-espacial – refere-se a medidas que garantam um equilíbrio territorial rural-urbano, permitindo reduzir a concentração nas áreas metropolitanas, frear a destruição de ecossistemas frágeis, potencializar o uso e as técnicas de uma agricultura sustentável, notadamente do pequeno produtor, permitindo o acesso a tecnologias apropriadas ao meio rural, ao crédito e a mercados;
- 5) Sustentabilidade cultural – voltada para a potencialização de processos endógenos de modernização e de sistemas agrícolas que permitam um tipo de transformação e inovação, seguindo a dinâmica cultural de cada local, região ou país, através do uso dos conhecimentos e habilidades culturais locais, com vistas à busca de soluções endógenas para cada situação específica, respeitando os ecossistemas e o *modus vivendi* de cada grupo social.

Tendo em vista os novos desafios intensificados por pressões sobre o meio ambiente e como estratégia alternativa ao modelo econômico mundial em voga, mais recentemente Ignacy Sachs (2002), propôs a inclusão de três novos pilares para o alcance da sustentabilidade, quais sejam:

- Sustentabilidade ambiental – manter e conservar a capacidade de suporte e resiliência dos ecossistemas naturais;
- Sustentabilidade política (nacional) – fortalecimento das democracias locais, garantia dos direitos universais do cidadão e capacidade do Estado em implementar os projetos nacionais com a coparticipação dos atores sociais locais em um nível razoável de equidade e coesão social;
- Sustentabilidade política (internacional) – baseado em um sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e promoção da cooperação internacional que resultem em níveis equilibrados de co-desenvolvimento entre os países do Norte e Sul, gestão do patrimônio global enquanto herança da humanidade, baseada na corresponsabilidade e sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional.

Com essa visão, Ignacy Sachs conseguiu articular diferentes dimensões e princípios que, à sua percepção e aqui comungando com o autor, garantem não somente o suporte físico para manutenção das diferentes formas de vida na Terra, mas também propõe uma retomada a valores sociais como justiça social, participação cidadã, solidariedade diacrônica entre as gerações e respeito à biossociodiversidade. Além disso, a valorização do saber-fazer local, o fomento às atividades produtivas sustentáveis em consonância com o acesso à produção científica e tecnológica, se apresentam como elementos estratégicos que podem contribuir para a redução das desigualdades sociais e manutenção dos processos ambientais e ecológicos do planeta.

Certamente, a verdadeira compreensão da sustentabilidade vai exigir um conjunto de ações concertadas em consonância com a participação das diferentes organizações sociais, tendo como foco uma percepção holística dos problemas da sociedade e do mundo natural, base epistêmica da sustentabilidade, no qual está em jogo não somente a capacidade de suporte físico da Terra, mas também a possibilidade de manutenção da espécie humana, em que cultura e natureza se entrelaçam e se coadunam. É nesta perspectiva que será discutida a categoria trabalho, a partir de olhares interdisciplinares sob a luz das Ciências Sociais e da Ergonomia.

- **Análise do conceito de trabalho e suas multidimensionalidades**

O conceito de trabalho há muito vem sendo debatido na literatura científica. Seu significado traz consigo uma série de interpretações e questionamentos que certamente não poderão ser respondidos somente por um domínio do conhecimento, afinal, como traduzir e interpretar uma atividade da vida humana que a cada dia se torna mais complexa?

No âmbito das Ciências Sociais, a categoria trabalho sempre mereceu atenção de diferentes correntes teóricas. Apesar da polifonia de entendimentos, as diferentes tradições do pensamento social, notadamente a Sociologia e a Antropologia Social, propõem a ideia do trabalho como uma atividade voltada para satisfazer as necessidades humanas, desde as mais simples às mais complexas. No entanto, este entendimento nem sempre vem imbuído do mesmo valor e significado, isso porque dependendo do tipo de sociedade, a ideia de trabalho ganha as mais variadas conotações.

Schwartz (2004), filósofo do trabalho que tem contribuído para a ampliação das discussões sobre esta categoria científica no campo da Ergonomia e áreas afins, chama a atenção para a dificuldade de conceituação do termo trabalho, já que por si só este é um termo que escapa a uma simples e única definição. Segundo o autor, talvez o maior problema esteja no fato da categoria trabalho trazer consigo a ideia de uma “realidade enigmática”, subsistindo sua compreensão como categoria cultural, segundo a qual

*dans toutes les sociétés, quels que soient les lieux ou les temps, les hommes et les femmes travaillent, c'est-à-dire engagent leur corps dans une activité socialement programmée qui vise à produire les moyens matériels de leur existence*⁶ (CENTRE DES TRAVAUX HISTORIQUE ET SCIENTIFIQUE, 2002, *apud* SCHWARTZ, 2004).

Outra dificuldade, segundo Schwartz (2004), incide no fato de não haver consenso quanto à data de nascimento do trabalho, indicado na literatura científica como um triplo nascimento, que vai desde o início da fabricação dos primeiros artefatos pelo homem para sua sobrevivência, passando pelo período Neolítico, quando se assiste a emergência das sociedades de produção, e, por fim o trabalho *stricto sensu*, ou trabalho remunerado, oriundo da sociedade de mercado e do direito. Essa diversidade e complexidade de entendimentos acerca da categoria trabalho, continua Schwartz (2004), leva a um segundo impasse de definição do termo, a impossibilidade de sua simplificação. No entendimento do autor, esse impasse começa por volta do século XVII com a ideia de uma Filosofia da Natureza, em que o homem passou a utilizar o conhecimento racional para melhor compreender as leis que regem o funcionamento da natureza, a fim de utilizá-la a seu serviço.

No século XVIII, o trabalho sofreu grandes transformações e, por conseguinte, passou a ter outras conotações na era industrial, visto por uma corrente teórica capitaneada por Adam Smith, como a causa primária da riqueza das nações (SCHWARTZ, 2004). Já nos séculos seguintes, ganha terreno a corrente teórica marxista (materialismo histórico) que vê no trabalho, ou na forma como os homens se organizam para a produção, a principal causa da divisão societária e da exploração do

⁶ “Em todas as sociedades, independentemente de local ou tempo, homens e mulheres trabalham, ou seja, engajam seus corpos em uma atividade socialmente programada, que visa produzir os meios materiais de sua existência” (Tradução livre).

homem pelo homem, que tem sua pujança no aparecimento da sociedade de classes, com o advento do capitalismo urbano-industrial.

Do ponto de vista da tradição Marxista, o trabalho é visto como condição *sine qua non* da vida em sociedade, já que é através dele que o homem expressa sua humanidade, dando sentido à sua existência. Para Marx (1996:202):

O trabalho é antes de tudo um processo, uma atividade mediadora de trocas de energia entre o homem e a natureza em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza, que atuando sobre essa natureza externa, ao modificá-la, também modifica sua própria natureza.

Karl Marx (1818-1883) atribui sentido ontológico à categoria trabalho, contudo a maior parte de seus estudos faz uma abordagem situando-o do ponto de vista da história, associando-o às relações de produção típicas da sociedade capitalista, em que o trabalho é compreendido a partir de duas perspectivas. A primeira refere-se à sua posição central, por constituir a mola propulsora do processo histórico para atender as necessidades de reprodução material do homem. A segunda, em que o trabalho aparece como atividade de alienação do homem, como força de trabalho, mercadoria, atividade pela qual o homem transforma objetos em produtos para atender as necessidades do capital. Nesta abordagem o trabalho é visto como o meio pelo qual o homem, ao produzir, se distancia do produto do seu trabalho, perdendo sua humanidade.

Cabe destacar e, comungando com Tomazi (2000), quando nos referimos à questão do trabalho na sociedade capitalista, não estamos falando de um único modelo de sociedade, mas de muitos, que foram se constituindo de diferentes formas e níveis de organização social nas mais diversas regiões do planeta. Entretanto, o que elas têm em comum é a forma como a produção material se desenvolve, pautado na propriedade privada, trabalho assalariado, sistema de trocas e divisão social do trabalho (TOMAZI, 2000).

Na segunda metade do século XX, a questão do trabalho se torna ainda mais desafiadora para as Ciências Sociais. Frederick Taylor (1856-1915), experimenta um novo método produtivo, visando a aproveitar/explorar ao máximo possível a mão de

obra humana com o mínimo de investimento e o máximo de lucro, através de uma produção em série, utilizando para tanto alguns princípios metodológicos e científicos.

Para Taylor (1971 *apud* SCHWARTZ, 2004) *existe toujours une méthode et un outil qui permettent un travail plus rapide et meilleur que tous les autres (...) l'organisation scientifique du travail*⁷. Esse novo modelo organizativo do trabalho, conhecido como taylorismo, inicialmente conduzido nas indústrias manufatureiras dos Estados Unidos e mais tarde na Europa, mudou radicalmente os gestos produtivos e mensuração do tempo, transformando ainda mais o trabalhador em máquina produtiva.

Diante dessa complexidade, algumas áreas do conhecimento como a Sociologia, a Psicologia e a Ergonomia, esta última nascendo como resposta contestadora e negadora do modelo produtivo taylorista, passaram a definir ramos específicos para discutir e pôr como foco central de suas análises a questão do trabalho, que a cada avanço e/ou transformação da sociedade capitalista, revela novos desafios para serem decifrados. Daí, a dificuldade em defini-lo e categorizá-lo.

A partir dos anos 60, diante das transformações socioprodutivas no meio rural ocasionadas, sobretudo, pela extensão do modelo produtivo industrial ao campo (mecanização, incorporação de insumos produtivos, proletarianização do trabalhador rural, dentre outros), e a emergência das questões indígenas que surgiram no cenário internacional (desmatamento, invasão de terras, negação dos direitos sociais, proletarianização do trabalho indígena), a Antropologia também passou a dedicar parte de sua atenção à questão do trabalho.

Segundo Godelier (1991, *apud* TEIGER, 1993), antropólogo francês e um dos representantes da corrente antropológica marxista

*Le travail humain est d'abord une activité individuelle ou collective, intentionnelle et non instinctive, s'exerçant sur la nature à travers une succession d'opérations ayant pour but d'en disjoindre les éléments matériels pour le faire servir à des besoins humains*⁸ (GODELIER, 1991 *apud* TEIGER, 1993).

⁷ “existe sempre um método e um instrumento que permitem um trabalho mais rápido e melhor que todos os outros (...) a organização científica do trabalho” (Tradução livre).

⁸ “O trabalho humano é, antes de tudo, uma atividade individual ou coletiva, intencional e não instintiva, agindo sobre a natureza através de uma sucessão de operações, destinada a transformar os elementos materiais para satisfazer as necessidades humanas” (Tradução livre).

Apesar de genérica, essa definição antropológica para a categoria trabalho parece querer esclarecer que além de servir para satisfazer determinadas necessidades materiais do homem, como a fome, por exemplo, o trabalho é, sobretudo, uma atividade eminentemente social, adquirida e assimilada pelos valores socioculturais do grupo a que o indivíduo pertence.

Por se caracterizar como uma atividade social, o trabalho pode adquirir uma diversidade de conotações nas suas formas de organização e de valores, que dependendo das condições sociais e materiais adquirem novos sentidos e significados. De acordo com Edna Castro (1999),

o trabalho está longe de ser uma realidade simplesmente econômica. Nas sociedades tradicionais, no seio da pequena produção agroextrativista, o trabalho é representado por um caráter único, ou seja, reúne nos elementos técnicos e de gestão, o mágico, o ritual, enfim, o imaginário coletivo recriado no mundo simbólico (CASTRO, 1999:32).

Da mesma forma como Castro (1999) chama a atenção para a necessidade de relativização do entendimento sobre a categoria trabalho, Parente (2003), destaca que, dependendo das condições culturais e socioambientais, o trabalho adquire novas conotações, principalmente quando se refere àqueles caracterizados pelos padrões rurais. De acordo com Parente (*op. cit.*, 2003), entre as populações ribeirinhas da Amazônia, a lógica econômica e os sistemas de organização da produção diferem do modelo capitalista de produção, já que neste tipo de sociedade, baseada, sobretudo, pelos padrões rurais, a pequena produção é voltada *a priori* para suprir as necessidades de sobrevivência e reprodução social do grupo familiar, diferente da produção capitalista que visa ao lucro em médio prazo (PARENTE, 2003).

Como é perceptível, no âmbito das Ciências Sociais, o entendimento acerca da categoria trabalho está longe de ser consenso. No entanto, apesar das contradições, torna-se *mister* pensar o trabalho não somente como uma categoria analítica, abstrata, distante da realidade, mas como algo real, que possa ser compreendido e analisado em sua forma mais concreta, factível de ação e intervenção, igual àquele preconizado pela Ergonomia, como será analisado a seguir.

▪ **Concepções ergonômicas sobre o trabalho**

Na perspectiva ergonômica, o trabalho possui um campo de atenção epistemológico central, já que constitui o próprio objeto e objetivo final da disciplina, confundindo, muitas vezes em seu interior, o sujeito de reflexão com o objeto de ação (TEIGER, 1993).

Tal situação se deve ao fato, segundo Teiger (*op. cit.*, 1993), de a Ergonomia se constituir em uma disciplina jovem em seus conceitos e métodos, nascida oficialmente em 1949, após a Segunda Guerra Mundial, em contestação ao taylorismo, enquanto forma de organização científica do trabalho, pautado na ideia de adaptação do homem ao trabalho.

De origem híbrida, mas eminentemente social, a Ergonomia surge como uma disciplina agregadora de outros ramos do conhecimento, centrada na questão do trabalho, sobretudo, no que diz respeito ao funcionamento técnico da produção, à segurança, à saúde e à eficiência do trabalhador.

No decorrer dos anos, a abordagem e atuação da disciplina foi ganhando novas conotações e dimensionamentos, em concomitância ao avanço das questões do trabalho no âmbito da sociedade urbano-industrial e, de acordo com Teiger (1993) “a mesma continua avançando e amadurecendo a mercê das transformações dos problemas do trabalho e da evolução das teorias científicas”.

Inicialmente a Sociedade de Ergonomia da Língua Francesa (SELF) definiu a Ergonomia como *l'ensemble des connaissances scientifiques relatives à l'homme et nécessaires pour concevoir des outils, des machines et des dispositifs qui puissent être utilisés avec le maximum de confort, de sécurité et d'efficacité*⁹ (TEIGER, 1993). Mais tarde esta definição foi ganhando novas amplitudes em seu campo de atuação, passando a considerar outros aspectos como o ambiente organizacional, a comunicação e os conhecimentos e representações do trabalhador acerca das atividades exercidas, e sua saúde.

⁹ “o conjunto de conhecimentos científicos relativos ao homem e necessários para manutenção de ferramentas, máquinas e dispositivos que possam ser utilizados com o máximo de conforto, segurança e eficiência” (Tradução livre),

De fato, segundo Pueyo (2013), a nova análise ergonômica do trabalho (AET) vislumbra uma abordagem interdisciplinar, onde cada situação deve ser tratada de forma singular, específica, levando em consideração a diversidade e a complexidade que exige o tema trabalho.

L'AET est une démarche nouvelle, Il s'agit d'une nouvelle façon de comprendre les situations (...) chaque situation est singulière, Il est nécessaire de prendre en compte les variabilités. L'analyse des situations de travail se base sur un corpus de connaissance (qui permet de mieux comprendre les situations singulières) et sur une analyse contextuelle (voir et comprendre les spécificités de chaque situation)¹⁰ (PUEYO, 2013).

De acordo com Falzon (2007), um dos maiores expoentes da Ergonomia francesa na atualidade,

a especificidade da Ergonomia reside em sua tensão entre dois objetivos. De um lado, um objetivo centrado nas organizações e no seu desempenho. Esse desempenho pode ser apreendido sob diferentes aspectos: eficiência, produtividade, confiabilidade, qualidade, durabilidade etc. De outro, um objetivo centrado nas pessoas, este também se desdobrando em diferentes dimensões: segurança, saúde, conforto, facilidade de uso, satisfação, interesse do trabalho, prazer etc.

Provavelmente pela plêiade de concepções teórico-metodológicas que integram a disciplina, ou mesmo por ser considerada muito mais um ramo do conhecimento voltado para a ação e, por isso, reivindicar hoje sua autonomia e especificidade (LEPLAT & MONTMOLLIN, 2007), a Ergonomia ainda não possui uma clara definição da categoria trabalho, permanecendo com poucas referências sobre o tema entre os pesquisadores que integram a disciplina.

Talvez a definição de trabalho mais conhecida entre os ergonomistas seja aquela proposta por Teiger (1993) em seu artigo intitulado “*L’approche ergonomique: du travail humain à l’activité des hommes et des femmes au travail*”¹¹. Neste texto Teiger traça um perfil da Ergonomia, refletindo sobre suas abordagens teóricas e campos de

¹⁰ “A AET é uma nova abordagem, surge de uma nova maneira de compreender situações (...) cada situação é única, é necessário levar em conta a variabilidade de situações. Análise de situações do trabalho baseia-se em um corpo de conhecimento (para melhor compreender as situações únicas) e uma análise contextual (ver e compreender as especificidades de cada situação)” (Tradução livre).

¹¹ “A abordagem ergonômica: do trabalho humano à atividade dos homens e mulheres” (Tradução livre).

ação, e onde apresenta uma definição para o objeto de estudo da disciplina, tendo como referencial epistemológico as abordagens das Ciências Sociais, sobretudo, da Antropologia, da Sociologia e da Psicologia Social. Segundo Teiger (1993),

*Le travail est une activité finalisée, réalisée de façon individuelle ou collective par un homme ou une femme donnés, dans une temporalité donnée, situe dans un contexte particulier que fixe les contraintes immédiates de la situation. Cette activité n'est pas neutre, elle engage et transforme en retour celui (celle) qui l'accomplit*¹² (TEIGER, 1993).

Ainda no contexto da análise ergonômica, outro referencial que se pode destacar foi o proposto por Béguin (2013) em seu curso de Introdução à Ergonomia, do Mestrado em “DRT Social/Ergonomia” na *Université Lumière Lyon 2*. De acordo com Béguin,

*En ergonomie, c'est le travail que intéresse, le travail est considéré comme quelque chose d'incarné (...) c'est la façon dont se mobilise un individu dans une situation donnée (...) Le travail est à la fois un objet de connaissance et un objet de transformation, un objet sur lequel on agit*¹³ (BÉGUIN, 2013).

Considerada *une discipline-carrefour, intégratrice*¹⁴ (TEIGER, 1993) por congregar um conjunto de princípios teóricos de vários ramos do conhecimento, a Ergonomia possui um campo privilegiado de estudo e ação, no entanto, ainda traz grandes desafios e, talvez, o maior deles seja definir seu *corpus* teórico conceitual acerca da categoria trabalho. É perceptível que a base epistêmica da Ergonomia é constituída pelo diálogo com vários ramos do conhecimento como a Fisiologia, a Engenharia, a Biomecânica, a Psicologia, a Antropologia, dentre outros. O desafio é reconhecer os limites desta condição e passar a buscar sua autonomia, como já vem ocorrendo no interior de alguns grupos de pesquisas.

¹² “O trabalho é uma atividade finalizada, realizado de forma individual ou coletivo por um dado homem ou mulher, em uma dada temporalidade, situado em um contexto particular que fixa as restrições imediatas da situação. Esta atividade não é neutra, ela envolve e transforma e é transformada por quem a realiza” (Tradução livre).

¹³ “Na Ergonomia, o trabalho é o que interessa, o trabalho é considerado com algo encarnado (...) é a maneira onde o indivíduo se mobiliza em uma dada situação (...) O trabalho é um objeto de conhecimento e um objeto de transformação, um objeto sobre o qual a gente age” (Tradução livre).

¹⁴ “Uma disciplina-acolhedora, integradora” (Tradução livre).

Com base nas indicações bibliográficas propostas por pesquisadores da disciplina (SCHWARTZ, 2004; TEIGER, 1993; BÉGUIN, 2013 e outros), acredita-se que um dos principais referenciais epistemológicos da Ergonomia sobre o conceito de trabalho seja aquele presente no pensamento de Hannah Arendt (1906-1975), apesar da bibliografia consultada não se referir única e diretamente a esta pensadora alemã de origem judia, que viveu grande parte de sua vida profissional exilada na França e nos Estados Unidos, em função da ofensiva nazista da Segunda Guerra Mundial.

Hannah Arendt vivenciou as transformações da sociedade de sua época, notadamente as mudanças nos modos de vida da população urbana, oriundas das transformações nas formas de organização do trabalho (fordismo, taylorismo), por isso teceu profundas críticas à estrutura da sociedade moderna, onde o trabalho aparecia como elemento glorificador e os indivíduos constantemente subordinados à produção de massa, desumanizados e fragmentados na ideia do consumo desenfreado.

Apesar de Arendt ser considerada uma grande pensadora com influências marxistas, a mesma foi categórica em distinguir a concepção de trabalho defendida por Marx e aquela que a mesma denominou em *La Condition de l'Homme Moderne*¹⁵ (1958), como atividade estruturante da *Vita Activa* em sociedade, capaz de libertar e imortalizar o indivíduo, através da obra de seu trabalho e de sua ação na sociedade, em oposição a *Vita Contemplative*, apesar de, segundo a autora, a Filosofia ter dado muito mais ênfase e valorização à esta última noção nos últimos séculos (ARENDRT, 2002).

De acordo com Arendt (2002), a atividade do trabalho não pode ser pensada genericamente. Para a autora alemã, ao considerar o trabalho como atividade humanizadora do homem e ao mesmo tempo alienante, coisificado, Marx acabou por empobrecer a noção, reduzindo-o a apenas uma dimensão, ao considerar o trabalho como a atividade mais elementar, ligada à sobrevivência imediata do indivíduo. Todavia, entende-se, conforme exposto em momento anterior, que Marx aborda o trabalho em duas perspectivas, uma ontológica e outra histórica, o que refutaria a crítica proposta pela autora.

Para ampliar e diferenciar as diversas atividades do homem no processo produtivo, Arendt propõe categorizar a atividade do trabalho em três dimensões. Na

¹⁵ A Condição do Homem Moderno (Tradução livre).

tradução francesa da obra *La Condition de l'Homme Moderne* (1958), essas dimensões encontram-se categorizadas nas ideias de (i) *le travail*, (ii) *l'œuvre* e (iii) *l'action*¹⁶.

Le travail, segundo Arendt, corresponde ao trabalho não-qualificado, ao esforço físico voltado para a sobrevivência do corpo, submissa ao ritmo da natureza, cujo exemplo pode ser citado o trabalho de cultivo da terra, onde o homem não tem controle da natureza, dependendo sempre das variações do clima e das estações, o qual não pode controlar (TOMAZI, 2000);

Em *l'œuvre*, a ação recai sobre o fazer, o ato de fabricar, de criar algo, cujo resultado ou produto subsiste à vida de quem o fabricou (*op. cit.*, 2000) e que marcará a ligação do homem com o mundo exterior, concretizando sua “eternidade” neste mundo.

A *action*, ou práxis, é a atividade marcada pelo uso da palavra ou do discurso. É o espaço da política, da vida pública, o lugar onde o homem encontra sua liberdade. Na práxis a atividade é totalmente livre, uma vez que só se utilizam os objetos e as coisas produzidos pelos outros (TOMAZI, 2000), mas é aí, que o homem ao exercer sua liberdade, encontra sua plena realização.

Com essa análise, Hannah Arendt não só categorizou as diversas práticas que caracterizam o trabalho na sociedade capitalista, como também deu as bases para ampliação do olhar sobre esse conceito, contribuindo para aprofundar sua compreensão em diversos campos do conhecimento.

Para Arendt, a ação ou práxis é a parte da atividade humana que move os indivíduos em sociedade, traduzida na política e na vida pública. É a ação que eterniza o indivíduo, por meio de seu discurso e de sua obra. Arendt vai se interessar pela práxis, entendida como o agir, e não somente pela teoria, presente na vida contemplativa ou na vida do espírito, como apregoa a autora. E é justamente nesta ideia de ação ou práxis que a Ergonomia encontra seu terreno mais fértil ao trazer à baila a noção de “*activité*”.

▪ **Trabalho – *l'activité action***¹⁷

Para a Ergonomia, a ideia de *activité* do trabalho não pode ser reduzida ao simples ato de realização de tarefas, mas deve ser vista pela sua multiplicidade de ação e

¹⁶ (i) o trabalho, (ii) a obra, (iii) a ação (Tradução livre).

¹⁷ “A atividade-prática” (Tradução livre).

significados que a própria atividade traz em si. Apesar de ainda não ser plenamente conhecida e consensuada entre as diferentes correntes de pensamento, de acordo com Béguin (2005), esse conceito ainda está em vias de emergir com fôlego na cena internacional e no interior de numerosos grupos e correntes de pensamento.

Diretamente influenciado pela noção de *Vita Activa* em H. Arendt (1906-1975), notadamente pela compreensão acerca do trabalho em suas diversas dimensões, o conceito de *activité* adotado pela Ergonomia de Língua Francesa surgiu em função de fazer-se notar uma distinção clara entre o chamado “trabalho prescrito” - aquele pensado e planejado - e o “trabalho real” - aquele realmente executado, finalizado (COQUIL, 2014), trazendo à cena novas compreensões ou mesmo, reunindo em uma única noção, diversas características desse conceito enigmático, como ressalta Teiger (1993), ao caracterizar o trabalho.

Em linhas gerais, a Ergonomia entende a *activité* como o trabalho final, aquele executado e realizado concretamente, o que envolve os meios necessários para atender a um objetivo. Segundo Béguin (2005:02), é a *activité* que distingue o homem da máquina no processo produtivo, pois envolve dentre outras coisas a técnica e o conhecimento vivenciado e adquirido pelo trabalhador no processo produtivo e, quiçá, forjado na sua própria história de vida.

Para Teiger (1993), a ideia de *activité* não se resume à realização do trabalho em si, mas também na consideração e reconhecimento de elementos essenciais que permitem compreender o trabalho em diferentes dimensões, tais como:

- 1) A multidimensionalidade da *activité*, compreendendo as dimensões biológica, cognitiva, afetiva e axiológica;
- 2) O tempo do indivíduo, o tempo da produção e o tempo da sociedade;
- 3) O pensamento orientado para a resolução de problemas concretos, em oposição às questões reflexivas do espírito;
- 4) A atenção voltada para o caráter pluralista do funcionamento cognitivo, amparado no conceito da Psicologia, enquanto categoria teórica e metodológica que ainda precisa ser explorado.

Reiterando as proposições feitas por Teiger (1993), Béguin (2005), chama a atenção para o fato de, apesar do termo “*activité*” talvez ser muito mais uma

nomenclatura forjada pela Ergonomia de Língua Francesa, ainda assim, deve-se pôr em relevo algumas questões, dentre elas:

- ✓ Compreender que, quando se trata da *activité* do trabalho, a atenção deve estar voltada para o indivíduo, à pessoa em si, ao ator humano, em contraposição a ideia de fator humano, enquanto engrenagem de uma máquina;
- ✓ A *activité* terá sempre características singulares que vão desde as dimensões psicológicas às dimensões culturais (WISNER & COLL, 2003 *apud*, BÉGUIN, 2005), realizada em contextos singulares e variáveis, das quais não se pode excluir as dimensões materiais, organizacionais ou sociais;
- ✓ A compreensão que a *activité* é algo finalizado, pois, visa a atender sempre determinado objetivo, utilizando diferentes estratégias nem sempre previamente determinadas e inflexíveis;
- ✓ Pensar a *activité* é pensar não somente nas situações que se apresentam ao observador, mas, sobretudo, levar em consideração as questões intrínsecas, compreendendo a estrutura interna para melhor agir sobre o problema ou situação dada ao trabalhador;
- ✓ A *activité* é integradora, agregadora, pois congrega uma série de fatores e situações que não podem ser ignorados, tais como a história de vida do trabalhador, a relação entre trabalhador e jornada de trabalho, dentre outros; dimensões estas capazes de oferecer respostas originais e condizentes com as situações dadas no ambiente do trabalho.

Ao fazer uma breve análise dos entendimentos acerca da noção de *activité* proposta pela Ergonomia de Língua Francesa, fica evidente que do ponto de vista teórico-metodológico o campo de ação dessa disciplina é extremamente rico e potencialmente explorável, principalmente por sua capacidade de ampliar as discussões acerca do tema trabalho. Contudo, apesar da disciplina se configurar como uma área do conhecimento voltada sobretudo à aplicabilidade e experimentação de conceitos e noções, não se pode dizer que a mesma se preocupe somente com os aspectos empíricos do trabalho. Com as transformações advindas da sociedade urbano-industrial, seu campo de ação se ampliou, assim como seu olhar sobre o homem em suas diversas relações com as atividades produtivas, seja do ponto de vista cognitivo, comportamental, físico e organizacional.

Hoje o desafio da Ergonomia está em delimitar seu campo de pesquisa e consolidar suas bases epistemológicas que darão substrato à sua autonomia, reivindicada atualmente enquanto disciplina científica. Do ponto de vista do conhecimento do ser humano seus desafios são enormes, já que o homem em sua complexidade da vida em sociedade ainda é um enigma a ser decifrado. Do ponto de vista epistemológico, caberá à disciplina, por meio dos mais variados métodos e técnicas interdisciplinares, reconhecer a complexidade que a relação homem-natureza exigem, principalmente quando se considera essa relação elemento-chave para a engrenagem da sustentabilidade da vida na Terra.

No que concerne à relação entre sustentabilidade, gestão territorial e trabalho, acredita-se que em uma micro escala, em que entra em cena o manejo dos recursos naturais, o desenvolvimento do território e o trabalho nas suas mais diferentes escalas e dimensões, os indicadores da sustentabilidade podem e devem ser aplicados em direção a subsidiar políticas promotoras de inovação tecnológica, de desenvolvimento humano e de planejamento territorial.

Na contemporaneidade, os princípios da sustentabilidade exigem uma nova relação entre o homem e a natureza, por conseguinte, as políticas de desenvolvimento territorial não podem mais seguir a mesma lógica do passado, no qual estava intrínseco o crescimento a qualquer preço. Os novos paradigmas da sustentabilidade exigem ações governamentais que levem em consideração não somente as necessidades do presente, mas, sobretudo, a sustentação das futuras gerações. É justamente nesse âmbito que os princípios da sustentabilidade poderão orientar a elaboração de políticas públicas que levem em conta o trabalho e as atividades produtivas, ampliando as oportunidades de emprego e renda e valorizando a cultura e o conhecimento local como molas propulsoras a um tipo gestão sustentável dos territórios.

Do ponto de vista epistemológico, o conceito de trabalho adotado neste estudo amparar-se-á na ideia de “*activité*” preconizado pela Ergonomia de Língua Francesa que reconhece o trabalho como a própria práxis, ligado à maneira do saber-fazer do trabalhador, envolvendo a técnica, a prática e os conhecimentos adquiridos ao longo de sua vivência e história de vida.

Por último, conforme já destacado anteriormente, as discussões apresentadas nesta primeira parte da pesquisa não estarão separadas das demais temáticas que serão discutidas no decorrer do estudo. As reflexões epistemológicas e posicionamentos teóricos adotados serviram apenas como guias metodológicos que indicaram os caminhos, mas não necessariamente determinaram o conteúdo e a forma.

2 - Técnicas e abordagens de campo

Entendendo o método como uma forma de proceder do cientista para alcançar um dado objetivo ou “um conjunto coerente de procedimentos racionais ou prático-racionais que orienta o pensamento para serem alcançados os conhecimentos válidos” (NÉRICI, 1978 *apud* LAKATOS, 2011), esta parte do texto é dedicada a apresentar os caminhos trilhados na pesquisa, incluindo as técnicas e abordagens adotadas para a realização dos levantamentos de dados em campo.

A fim de atender os objetivos deste empreendimento científico, adotou-se como estratégia investigativa a combinação de diferentes recursos metodológicos, dentre eles o método estatístico (LAKATOS, 2011) com vistas a fornecer uma descrição quantitativa dos fenômenos observados e levantados em campo, por meio de formulários de pesquisa. Transversalmente, utilizou-se o método comparativo (SCHNEIDER & SCHIMITT, 1998; FORNI, 2012; VIDAL, 2013), que visa a analisar comparativamente diferentes fatos e contextos socioculturais, estabelecendo relações entre si, a fim de compreender e elucidar fenômenos e comportamentos intrínsecos que nem sempre se apresentam explicitamente ao observador.

Como estratégia de abordagens de campo optou-se pela divisão dos trabalhos em dois momentos interdependentes. A primeira parte da investigação foi dedicada à realização de levantamentos bibliográficos e documentais em artigos, revistas e sites especializados sobre a produção técnico-científica das temáticas “trabalho”, “sustentabilidade”, “gestão territorial” e “áreas protegidas”, com vistas a apropriar-se de informações necessárias para caracterizar e compreender o Sistema Nacional de Áreas Protegidas no Brasil e na França. A segunda parte se constituiu nos levantamentos de informações em campo.

No Brasil, visando a atender os critérios exigidos pelo Comitê de Ética da Pesquisa (CEP) quando envolve seres humanos em pesquisas sociais e humanas, adotaram-se alguns critérios que determinaram os fatores de inclusão e exclusão dos sujeitos nos processos de levantamentos de dados de campo.

Como parâmetro de inclusão dos sujeitos na pesquisa, levou-se em consideração os seguintes critérios:

- (i) Pessoas civilmente capazes, com mais de dezoito anos nos termos do Art. 5. do Código Civil, ou seja, quando cessada a menoridade civil;
- (ii) Ribeirinhos e agricultores, reconhecidos como tais;
- (iii) Moradores e trabalhadores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro;
- (iv) Representantes de pessoa jurídica (presidentes de associações de moradores e/ou entidades representativas que atuam diretamente na RDS do Rio Negro).

Ainda sobre os fatores de inclusão/exclusão dos sujeitos na pesquisa, como parâmetro de exclusão foram adotados os critérios a seguir:

- (i) Os absolutamente incapazes nos termos do Artigo 3, do Código Civil, ou seja, “I - os menores de dezesseis anos; II - os que, por enfermidade ou deficiência mental não tinham o necessário discernimento para a prática desses atos; III - os que, mesmo por causa transitória, não pudessem exprimir sua vontade” (Código Civil, 2012);
- (ii) Os relativamente incapazes nos termos do Artigo 4, do Código Civil, isto é, “I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; II - os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tinham o discernimento reduzido; III - os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo”.

3 - Abordagens de campo no *terrain* francês

As abordagens de campo no *terrain* francês congregaram um conjunto de estratégias metodológicas, envolvendo a participação de diferentes instituições

governamentais, não-governamentais, atores sociais e representações de organizações dos trabalhadores rurais que, direta e indiretamente, atuam no processo de gestão territorial na França.

Os trabalhos de pesquisa foram realizados em duas etapas interdependentes. A primeira etapa se constituiu basicamente de atividades de formação. Na ocasião foi possível participar e concluir o curso de Mestrado em Ergonomia na *Université Lumière Lyon 2*, a fim de se apropriar de conceitos e categorias científicas relacionadas ao tema “Trabalho”.

Além disso, participou-se de três cursos de formação oferecidos pela Escola Doutoral da *Université Lumière Lyon 2*, dentre eles se destacam o curso sobre “*Zones Protégées en France*¹⁸”, oferecido pelo Mestrado “*Interfaces Nature-Société*¹⁹” que abordou e sistematizou informações sobre o processo de institucionalização das áreas protegidas na França. Da mesma forma, frequentou-se os cursos “*Internationalisation des Savoirs en Sciences Sociales*²⁰” e “*Visa pour la Thèse*²¹”, oferecidos pela *École Normale Supérieure – ENS* da *Université Lumière Lyon 2*, a fim de se instrumentalizar sobre questões epistêmicas relacionadas à formação do pensamento social no Ocidente e questões técnicas relacionadas aos processos de elaboração e constituição de uma tese doutoral.

Somado a isto, participou-se de encontros, congressos, seminários e eventos científicos na França²² e em Portugal²³, a fim de se apropriar de conhecimentos produzidos por pesquisadores que abordam a temática da gestão dos territórios na Europa e em outros continentes como a África e a América do Sul.

A segunda etapa da pesquisa se constituiu em dois momentos, divididos em:

- a) Pesquisas bibliográfica e documental

¹⁸ “Zonas Protegidas na França” (Tradução livre).

¹⁹ “Interfaces Natureza-Sociedade” (Tradução Livre).

²⁰ “Internacionalização dos Saberes em Ciências Sociais” (Tradução livre).

²¹ “Visto para a Tese” (Tradução livre).

²² Reuniões mensais no Instituto de Estudos do Trabalho de Lyon – Centro Max Weber (*Université Lumière Lyon 2*); seminários mensais sobre o tema «*Conflits et Territoires* » organizado por pesquisadores do Inra-AgroParisTech (UMR 1048) (*Universités Paris V et Paris Sud*).

²³ 20th APDR Congress on Renaissance of the Regions of Southern Europe, 2014 (University of Évora).

Momento dedicado à revisão bibliográfica, cujos enfoques se voltaram para o aprofundamento teórico dos principais temas transversais presentes na investigação, dos quais se destacam:

- Tema “Trabalho”

Nesse campo da pesquisa priorizaram-se os estudos em torno da categoria “trabalho” a partir de uma abordagem interdisciplinar da Ergonomia e Sociologia, a fim de subsidiar as discussões aplicadas à situação dos trabalhadores rurais, moradores de áreas protegidas na França, sobretudo, no que se refere aos sistemas de produção e suas estratégias de organização sociopolítica.

Paralelo às atividades de leituras e revisão bibliográfica, procurou-se dialogar com grupos de discussões e participar de reuniões temáticas sobre o “trabalho e suas multidimensionalidades”, no Instituto de Estudos do Trabalho de Lyon – Centro Max Weber, da *Université Lumière Lyon 2*.

- Tema “Áreas Protegidas na França”

Sobre esta temática foi realizado um estudo bibliográfico e documental em publicações especializadas, revistas e sites governamentais, com vistas a se atualizar sobre as políticas de proteção dos espaços na França, tendo como foco:

- ✓ Identificar e analisar o Sistema Nacional de Áreas Protegidas na França;
- ✓ Historicizar o surgimento de Áreas Protegidas na França;
- ✓ Identificar o marco histórico da institucionalização das políticas de proteção dos espaços na França;
- ✓ Identificar as formas de participação das populações locais no contexto da criação e implementação de áreas protegidas;
- ✓ Analisar os reflexos das políticas de gestão do território sobre os sistemas de produção e trabalho das populações moradoras de áreas protegidas na França.

Além da revisão bibliográfica, participou-se de seminários mensais organizados por pesquisadores do Inra-AgroParisTech (UMR 1048), ligados às *Universités Paris V et Paris Sud*, na capital francesa, cujas discussões «*Conflicts et Territoires*» abordavam a questão da relação entre o uso dos territórios e seus conflitos, tanto na França como em outras partes do planeta.

b) Levantamentos de dados em campo

A última etapa da pesquisa no *terrain* francês foi dedicada às atividades de investigação de campo, que ocorreram mediante as seguintes estratégias:

1. Identificação de uma área protegida para levantamento de dados (*Parc Naturel Régional du Pilat*²⁴);
2. Visita ao órgão governamental da região *Rhône-Alpes*, responsável pela gestão do *Parc Naturel Régional (PNR) du Pilat*;
3. Contato com os gestores do *PNR du Pilat* para apresentação do projeto de investigação e convite para participar do empreendimento científico;
4. Contato com os administradores da localidade onde foram realizados os levantamentos de campo (*commune*²⁵ *Sainte Croix-en-Jarez*);
5. Visita de reconhecimento de campo;
6. Levantamento de dados em campo.

A área protegida selecionada para a realização da pesquisa de campo foi o Parque Natural Regional do Pilat; sua escolha ocorreu em função de sua localização no perímetro de influência da investigação científica (região Rhône-Alpes) e do tipo de categoria de gestão da área, tratando-se de uma zona de uso sustentável, com características de proteção e manejo dos recursos naturais, com ênfase no fomento a atividades do trabalho rural como a agricultura, a pecuária, a hotelaria e o turismo²⁶.

Para o levantamento de dados em campo, optou-se pela realização de entrevista semiestruturada, aplicação de formulários e registros fotográficos, direcionados a moradores/trabalhadores da *commune Sainte-Croix-en-Jarez* (Figura 01), localidade situada no interior do *Parc Naturel Régional du Pilat* (Figura 02), no Departamento de *la Loire*, região *Rhône-Alpes*.

²⁴ Parque Natural Regional do Pilat (Tradução livre).

²⁵ A França possui uma organização administrativa e territorial diferente do Brasil. O território administrativo é dividido em 26 regiões, 100 departamentos e 36.784 *communes* (termo que se refere a uma autarquia territorial). Recentemente foram criadas as comunidades das *communes (intercommunalité des communes)*, divisão territorial que pode se constituir de *ville*, com mais de 2.000 habitantes e *villages*, com menos de 2.000 habitantes (DELELIS, 2010).

²⁶ Uma das diferenças de organização territorial entre o Brasil e a França reside nas categorias de áreas protegidas. No Brasil os Parques (municipais, estaduais e nacionais) se enquadram na categoria de área protegida de uso indireto, de caráter restritivo (SNUC, 2000). Na França existem duas categorias de Parques: os Parques Naturais Regionais (de uso direto e sustentável) e os Parques Naturais Nacionais (de uso indireto e restrito).

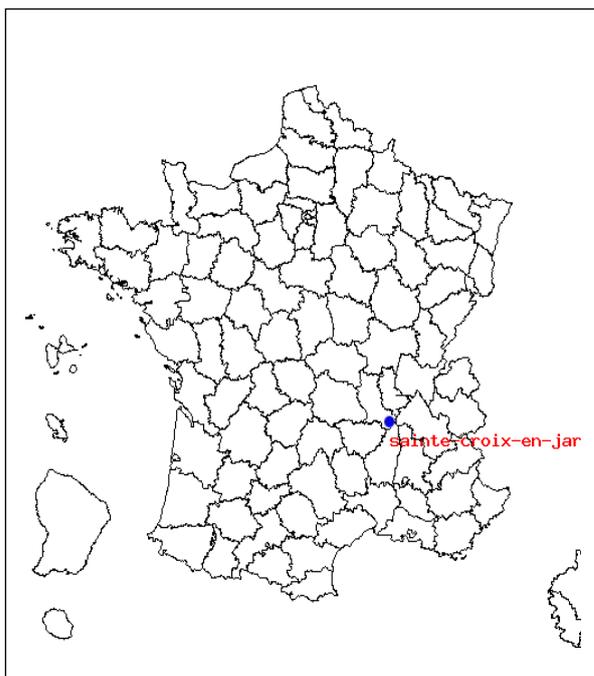


Figura 01 – Localização da *commune Sainte-Croix-en-Jarez*.
 Fonte: www.code-villes.com, 2015.

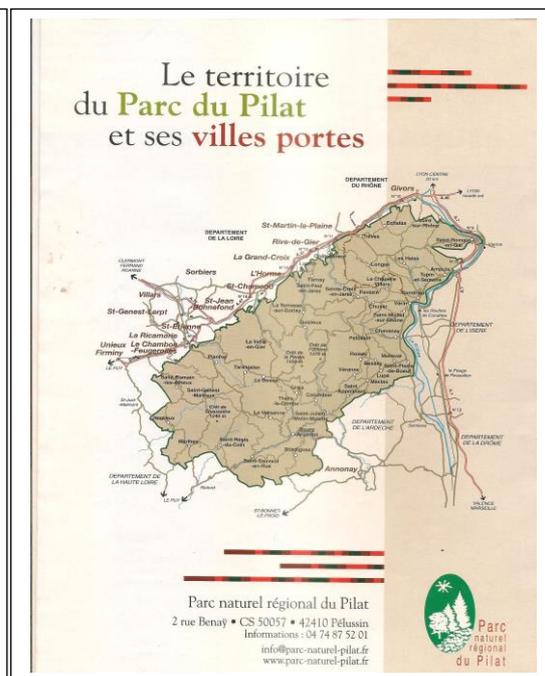


Figura 02 – Território do PNR do Pilat.
 Fonte: www.parc-naturel-pilat.fr, 2015.

Os dados levantados obedeceram a um plano amostral que consistiu na aplicação de seis (06) formulários e na realização de uma (01) entrevista, reunindo diferentes categorias de trabalhadores, dentre eles: agricultor, pecuarista, leiteiro, comerciante, profissional liberal, hoteleiro, administrador da *commune* e o presidente da *Association de Sauvegarde de la Chartreuse de Sainte-Croix-en-Jarez*, entidade representativa dos moradores da localidade pesquisada.

4 - Abordagens de campo no *terrain* brasileiro

As estratégias de abordagens de campo no Brasil obedeceram às mesmas dinâmicas adotadas no *terrain* francês. Inicialmente foram realizadas as disciplinas obrigatórias e optativas do Programa de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA-UFAM) como forma de instrumentalização teórica, que culminou na elaboração do documento apresentado no exame de qualificação.

Após o estágio doutoral na França, durante o período de setembro de 2013 a fevereiro de 2015, já com retorno ao Brasil, foram adotadas algumas estratégias de pesquisa visando a atender três objetivos principais, quais sejam:

- (i) Desvendar os fundamentos das políticas de gestão territorial em áreas protegidas (unidades de conservação) no Estado do Amazonas, a fim de compreender seus efeitos nas formas de uso dos territórios;
- (ii) Identificar os sistemas de produção e trabalho, sob a perspectiva da sustentabilidade das populações de unidades de conservação do Estado do Amazonas;
- (iii) Analisar a forma como as populações de unidades de conservação, a sociedade civil organizada, a iniciativa privada e o poder público têm participado nos processos de gestão de UCs no Estado do Amazonas.

Com vistas à consecução de tais objetivos, as atividades de pesquisa foram desenvolvidas em duas etapas principais, das quais se destacam:

- a) Pesquisa bibliográfica e documental
 - Tema “Trabalho”

Neste campo da pesquisa foi priorizada uma discussão sobre a categoria “Trabalho”, a partir de uma abordagem sociológica e antropológica aplicada à situação dos trabalhadores rurais da Amazônia, sobretudo, no que se refere aos sistemas de produção e as estratégias de reprodução social dos moradores de UCs no Amazonas.

- Sustentabilidade e Gestão Territorial

Para subsidiar as análises sobre as práticas de gestão territorial no Brasil, a atenção repousou sobre o entendimento das categorias “sustentabilidade” e “gestão territorial”, com vistas a construir compreensões sobre as políticas de gestão territorial no Brasil e no Estado do Amazonas, a fim de avaliar os reflexos dessas políticas sobre os sistemas de produção e trabalho em unidades de conservação.

- Unidades de Conservação

Neste campo de abordagem foi realizado um estudo bibliográfico e documental sobre a temática de unidades de conservação no Brasil, procurando direcionar as leituras para:

- ✓ Identificar e analisar os Sistemas Nacional e Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SNUC\SEUC);

- ✓ Contextualizar o movimento de criação e surgimento de áreas protegidas no Brasil e na Amazônia;
- ✓ Identificar o marco histórico de institucionalização das políticas de proteção dos espaços no Brasil;
- ✓ Compreender a atual configuração do sistema de áreas protegidas no Estado do Amazonas.

b) Levantamento de dados em campo

Na segunda fase da pesquisa no Brasil, foram realizados os levantamentos de dados em campo, seguindo uma ordem cronológica, mediante as seguintes etapas:

- ✓ Submissão do projeto de pesquisa ao Conselho de Ética de Pesquisa (Plataforma Brasil/CEP);
- ✓ Solicitação de autorização para realização de pesquisa em unidades de conservação estadual do Amazonas, junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas – SEMA (Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação – DEMUC);
- ✓ Contatos institucionais com gestores e órgãos governamentais e não-governamentais responsáveis pela gestão de unidades de conservação no Estado do Amazonas, dentre eles o DEMUC e a Fundação Amazônia Sustentável – FAS, organização não-governamental responsável pela implementação de políticas de gestão territorial em unidades de conservação no Amazonas, como o Programa Bolsa Floresta;
- ✓ Identificação de uma unidade de conservação estadual para a realização da pesquisa de campo - Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro;
- ✓ Visita de reconhecimento de campo e levantamento de dados. Neste momento procurou-se estabelecer contatos com os sujeitos da pesquisa e sensibilizá-los para participarem da investigação, apresentando-lhes os objetivos do projeto de pesquisa e realizando a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que já havia sido submetido ao Comitê de Ética da Pesquisa;

- ✓ Após a sensibilização dos sujeitos, o público-alvo da pesquisa (moradores/trabalhadores da RDS do Rio Negro) foi convidado para participar dos levantamentos de dados, de forma voluntária e espontânea;
- ✓ O levantamento de dados de campo foi realizado mediante a aplicação dos seguintes instrumentos:
 - a. Aplicação de formulários de pesquisa;
 - b. Realização de entrevistas;
 - c. Registros fotográficos.

A escolha da unidade de conservação para o levantamento de campo foi realizada, diante do conjunto de UCs estaduais que se enquadrassem nos seguintes critérios:

- a) Fazer parte do Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas - SEUC;
- b) Estar inserida no grupo de unidades de conservação de uso sustentável;
- c) Fazer parte do conjunto de UCs que recebessem algum tipo de política pública de incentivo ao trabalho e geração de renda – Programa Bolsa Floresta;
- d) Ter facilidade de acesso a partir da cidade de Manaus.

Além da pesquisa *in loco*, foi realizada consulta à base de dados do Parque Científico e Tecnológico para Inclusão Social (PCTIS), uma rede de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), cujos objetivos estão voltados para gerir os instrumentos da política institucional de inovação tecnológica para fomentar, apoiar, promover e acompanhar as ações que tenham por finalidade a inovação tecnológica e a proteção e valorização dos saberes dos povos tradicionais. Essa rede, ligada à Pró-Reitoria de Inovação Tecnológica – Protec, também é responsável por acompanhar pesquisas que envolvam o uso das tecnologias sociais na busca de transferência e comercialização dos ativos intelectuais produzidos para o setor produtivo, fornecendo subsídios qualificados para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico da região (UFAM, 2015).

Os dados primários levantados obedeceram a uma amostragem que reuniu diferentes categorias de moradores/trabalhadores da comunidade Tumbira e outras três

localidades (comunidades Terra Preta, XV de Setembro e Nossa Senhora de Fátima), pertencentes à RDS do Rio Negro. No total foram aplicados onze (11) formulários direcionados a produtores rurais, prestadores de serviços (transportador de alunos [Seduc], serviços gerais [FAS]), professores, agentes comunitários de saúde e profissionais liberais (gerente de restaurante/pousada, artesãs, comerciante) que atuam diretamente na RDS do Rio Negro. Além dos formulários foram realizadas duas (02) entrevistas, sendo uma (01) direcionada à atual presidente da comunidade Tumbira, e uma (01) entrevista com o gerente do restaurante/pousada e ex-presidente da comunidade Tumbira, localidade que serviu como principal referência para a realização do levantamento de dados em campo.

Capítulo 2 – Gestão territorial *à la française*

As políticas de proteção dos espaços na França cada vez mais vêm ganhando notoriedade no mundo contemporâneo, tanto por sua capacidade de condução dos instrumentos de proteção do meio ambiente, como por sua fluidez na conciliação dos princípios da sustentabilidade e competitividade territorial.

Desde a institucionalização da lei regulamentadora de áreas protegidas do território francês no início da década de 60, a França demonstra capacidade de acompanhar as transformações territoriais que ocorrem neste setor, sobretudo, no que se refere às mudanças de paradigmas na relação homem-natureza, incorporando novos dispositivos de leis que têm contribuído para aumentar as sinergias da proteção da natureza, do patrimônio histórico-cultural com o desenvolvimento territorial.

Atualmente, as instâncias político-administrativas estão incorporando o próprio termo “território” para designar não apenas aparatos burocráticos, mas também programas, planos e projetos de reorganização de espaços e territórios (ALMEIDA, 2014). A lei de 14 de abril de 2006, revisada e atualizada daquela que institucionalizou a criação de áreas protegidas na França relativa aos Parques Nacionais e Parques Naturais Regionais na década de 60, vem reafirmar a ideia do território como elemento indutor do desenvolvimento e palco de políticas de proteção dos recursos materiais e imateriais, emergindo como a nova política territorial *à française* (LARRÈRE, 2009).

Por outro lado, constata-se que apesar de a França dispor de um conjunto de instrumentos legislativos e regulamentadores relativamente completos, sabe-se que novas territorialidades vêm emergindo no mundo em diferentes escalas, exigindo novas percepções de realidades. A partir dos anos 1970, por exemplo, o modelo de modernização do território pautado na competitividade econômica e na exploração irrestrita dos recursos naturais, deu sinal de crise, exigindo novas estratégias de gestão, passando a priorizar o uso multifuncional de seus territórios como parâmetro de sustentabilidade.

De fato, estes novos elementos, advindos com a política de modernização da agricultura na França, trouxeram uma nova postura governamental na relação entre proteção do espaço e competitividade territorial. De acordo com Soulard (2014), dentre

os fatores de mudanças, destaca-se a diversificação dos modelos de desenvolvimento e a questão do local que surgiu durante os anos 1980; a emergência e a preponderância da questão ambiental, que ressignificou a questão rural enquanto novo paradigma de desenvolvimento, aliado a uma multiplicidade de ferramentas e normas destinadas a promover novas relações de práticas agrícolas, pautadas nos princípios da sustentabilidade, adaptadas às especificidades territoriais.

Percebe-se que nesse novo contexto a discussão em torno das transformações nas relações entre agricultura e território ganhou novo foco, que não se restringiu à produção agrícola e à proteção do meio ambiente, mas, sobretudo, ao reconhecimento da multifuncionalidade do trabalho agrícola como instrumento de promoção do desenvolvimento e sustentabilidade do território.

Estudos apontam (BRASIL, 2006; GODARD, 2002) que alguns países europeus como a França, que vêm implementando políticas de desenvolvimento territorial desde a década de 50, têm produzido importantes tecnologias inovadoras por meio da criação e da gestão de zonas protegidas. Acredita-se que alguns processos de inovação científica e tecnológica podem e devem ser multiplicados experimentalmente e, devidamente adaptados às realidades ambientais e socioculturais de cada região, podem tornar-se instrumentos inovadores e indutores de políticas de sustentabilidade e proteção do planeta.

Com base nas questões apresentadas, este capítulo versará sobre os dispositivos das políticas territoriais desenvolvidos atualmente na França, no que concerne aos movimentos de criação e gestão de áreas protegidas e seus efeitos sobre as formas de trabalho das populações moradoras e trabalhadoras de zonas protegidas.

O texto está dividido em quatro partes principais. Na primeira parte procede-se à discussão sobre a temática do trabalho agrícola e a polivalência dos territórios rurais na França e, em seguida, faz-se uma caracterização do marco histórico de criação e gestão de áreas protegidas do território francês. Logo após, apresentam-se os resultados da pesquisa de campo, analisando os reflexos das políticas de proteção dos espaços sobre os sistemas de produção e trabalho dos moradores e trabalhadores de uma *commune* rural, localizada no Parque Natural Regional do Pilat, região Rhône-Alpes. Por fim, na

última parte do segundo capítulo, faz-se um balanço do exercício investigativo empreendido no território francês.

1. Trabalho agrícola e sustentabilidade dos territórios rurais na França

Trabalho, agricultura e sustentabilidade constituem uma tríade que não pode ser analisada separadamente, principalmente em se tratando desta atual fase de crise econômica e socioambiental em que está imersa a sociedade global.

As políticas agrícolas implementadas pelos países tanto do cone Norte como do Sul são exemplos claros da importância deste setor para o desenvolvimento econômico e territorial. Os governos e a sociedade civil reconhecem que é através do fomento às atividades agrícolas sustentáveis que se poderá amenizar a fome e a pobreza no mundo e vislumbrar um futuro mais equitativo, com reais possibilidades de melhoria das condições de vida do agricultor e do homem do campo (SACHS, 1986).

Na atualidade, o conceito de sustentabilidade e das práticas centradas sob sua égide destacam-se nas agendas políticas de todo o mundo em razão da necessidade de enfrentar os desafios socioambientais e de pensar em modelos de desenvolvimento a médio e a longo prazo que possam garantir a manutenção das diversas formas de vida, da natureza em si, e do próprio homem.

Nesta seção proceder-se-á uma breve análise da situação do trabalho no setor agrícola francês, relacionando as práticas produtivas e ações públicas do Estado a parâmetros de sustentabilidade. Para tanto, amparar-se-á nos estudos de Soulard (2014), Yannick (2007), Béguin & Pueyo (2011) e Sachs (1986; 2002). Os três primeiros, autores franceses, apresentam contribuições relevantes para compreensão da situação do trabalho no setor agrícola e das ações públicas nos territórios rurais do seu país e, este último autor, economista polonês naturalizado francês, contribui para subsidiar as discussões em torno da noção de sustentabilidade.

▪ Dimensões do trabalho agrícola e dos territórios rurais na França

O trabalho agrícola na França constitui atualmente um dos principais focos de atenção das políticas setoriais deste país e da União Europeia, representando forte aporte financeiro no Produto Interno Bruto (PIB). Segundo o boletim anual do PRN du

Pilat, somente no *Parc Naturel Régional du Pilat* em 2011, foi gerado cerca de 90 milhões de euros (PRN DU PILAT, 2011), corroborando com a importância deste setor para o desenvolvimento territorial francês.

Considerado o *terrain* do agricultor, os territórios rurais na França ganham conotações múltiplas. Por um lado podem ser vistos como o lugar de trabalho, de pertencimento ao lugar e de desenvolvimento das práticas socioculturais. Por outro, constitui o ambiente das *actions* do agricultor, no sentido arendtiano quando se refere às práticas de ações coletivas e individuais. Esse conjunto de relações fomentam o ambiente de reprodução social do morador do campo, e elemento estruturante da sustentabilidade dos territórios rurais.

Ressalta-se que o uso adotado aqui das noções de espaço e território amparam-se sobremaneira na conceituação proposta por Dollfus (1993), segundo a qual as diferenças entre estas noções residem basicamente na ideia de que em determinado espaço, que é georreferenciado, se reflete a paisagem natural ou construída, enquanto que no território estão presentes os contrastes e contradições de planos, políticas, relações sociais e formas de uso do solo.

De acordo com Soulard (2014), durante a fase de modernização da agricultura francesa iniciada na década de 50 até o fim dos anos 70, o campo constituiu um setor produtivo que combinou um sistema de organização vertical e piramidal da produção, no tocante ao aparelhamento do setor em diferentes escalas, tanto em nível local (grupos de desenvolvimento agrícola, associações e cooperativas de produtores); em nível departamental (organizações profissionais agrícolas, administrações) e em âmbito nacional (políticas de desenvolvimento agrícola, cuja consequência foi o aprofundamento de certas particularidades sobre a forma como o território foi visto e reconhecido, enquanto lugar da produção e campo de ação e defesa dos interesses agrícolas, em que os arranjos não produtivos e as atividades mistas não eram reconhecidos (SOULARD, 2014).

No final da década de 70, foi sendo instituído um novo paradigma de desenvolvimento, amparado na necessidade de combater os problemas socioambientais oriundos do modelo econômico pautado na produtividade a qualquer custo. Essas idiosincrasias criaram relações entre o setor agrícola e o território, ganhando terreno as

diretrizes apregoadas pela sustentabilidade, priorizando o desenvolvimento endógeno, local e inter-geracional e reconhecendo a polivalência e multifuncionalidade dos territórios agrícolas.

A partir da segunda metade da década de 90, novos arranjos político-ideológicos ganharam força em escala planetária, na mesma medida em que os problemas ambientais passaram a adquirir centralidade nas pautas políticas em larga escala. No bojo desse processo, a agricultura teve tratamento diferenciado em decorrência dos impactos das práticas agrícola predatórias sobre o meio ambiente e a necessidade de reverter o antigo quadro para o novo modelo de desenvolvimento proposto, agora pautado nos princípios da sustentabilidade.

Na França, a rede ecológica Natura 2000, um programa que visa proteger espécies e meios naturais ameaçados em todo território europeu, deu um novo fôlego às políticas ambientais voltadas para o meio rural, entrando em evidência nos dispositivos institucionais novos atores sociais, como os caçadores e madeireiros, juntamente com os agricultores, enquanto sujeitos a serem sensibilizados e inseridos na nova lógica de desenvolvimento, amparados na estratégia pan-europeia de manutenção e proteção da diversidade biológica e paisagística. Nessa lógica, ficou evidente a necessidade de incorporar novos instrumentos subsidiários para o meio rural, por meio de ações públicas que garantissem a multifuncionalidade do campo e das atividades agrícolas, enquanto estratégias propícias à concretização de uma proposta do desenvolvimento rural sustentável.

Em meio a esta conjuntura, o conceito de multifuncionalidade introduzido por Hervieu (2002 *apud* SOULARD, 2014), ratificou a noção da polivalência do campo para além de uma política agrícola, vislumbrando a complexidade e riqueza de possibilidades que a agricultura pode trazer como lugar multifuncional de exploração dos espaços rurais pelos agricultores. Nesse âmbito, segundo Perrier-Cornet (2002 *apud* SOULARD, 2014), o campo passou a ser classificado de acordo com três formas de uso, dentre as quais se evidencia:

1. O campo visto como lugar da produção ou espaço produtivo, lugar onde estão presentes diferentes atores/produtores, desenvolvendo variadas atividades como agricultura, exploração florestal, caça e indústria rural;

2. O campo como zona residencial, lugar de ida e vinda de novos sujeitos, onde é possível identificar produtos e serviços residenciais, de lazer, turísticos e de preservação do patrimônio histórico-cultural e paisagístico;
3. O campo enquanto zona de espaço natural, de proteção ecológica, de manutenção dos ecossistemas e de conservação ambiental.

O reconhecimento da multifuncionalidade dos espaços rurais por meio de ações públicas possibilitou ao agricultor o desenvolvimento de diferentes práticas, onde o *terrain* agrícola passou a ser visto e reconhecido como o lugar de produção, moradia e vivência diária do agricultor, refletido nas diferentes formas de uso do território. É por esta razão que os espaços rurais na França, de acordo com Soulard (*op. cit*, 2014), hoje são reconhecidos como ambientes multifuncionais do agricultor e, por isso, não podem se limitar a perímetros delimitados pela produção e exploração, já que seu uso vai bem além de suas atividades produtivas.

- **Multifuncionalidade das práticas agrícolas na França**

A multifuncionalidade rural é um novo campo que permitiu ampliar a visão e análise sobre as atividades agrícolas no tocante ao que ela representa para a gestão do território em termos de benefícios econômicos, sociais e ambientais.

Atualmente as relações entre práticas agrícolas e multifuncionalidade soam quase como sinônimos no âmbito das ações públicas de gestão territorial francesa. As pesquisas desenvolvidas por Soulard (2014) indicam que o território rural na França hoje se configura em função da multifuncionalidade que ele representa, combinando diferentes níveis e formas de apropriação em função de sua configuração territorial (bairros próximos, territórios interligados e ambientes agroecológicos) com interfaces que coadunam políticas de desenvolvimento rural e proteção da natureza (SOULARD, 2014).

De fato, em se tratando de sustentabilidade do uso do solo e a multifuncionalidade das práticas agrícolas presentes no território francês, Soulard (2014), chama a atenção para a importância de conhecer a dinâmica territorial e suas interfaces de ações múltiplas, pois, é em função dos diversos tipos de usos do espaço que as atividades agrícolas se desenvolvem criando uma dinâmica espacial que se ampliam de acordo com as “*activités*” e os campos de ações do agricultor, seja nas

formas de exploração agrícola, seja nos tipos de relações estabelecidas entre os diferentes atores e organizações territoriais.

No que tange à polivalência das práticas agrícolas, Coquil (2014), em sua tese de doutorado intitulada *Transition des systèmes de polyculture élevage laitiers vers l'autonomie: une approche par le développement des mondes professionnels*²⁷ cujo objetivo centrou-se em analisar as mudanças no âmbito dos sistemas autônomos mistos de criação de gado leiteiro, aponta a importância que essa atividade vem ganhando nas políticas agrícolas de fomento às atividades produtivas rurais na França, por constituir uma ferramenta que combina produção agrícola e respeito ao meio ambiente.

Segundo o autor, os sistemas mistos de criação trazem uma contribuição importante à criação de animais em nível mundial, já que integram a maior parte dos efetivos da pecuária e constituem fonte principal de geração de empregos no âmbito das atividades de criação mistas (THORNTON, 2010 *apud* COQUIL, 2014).

Esse novo conceito e prática agrícola, de acordo com Coqui (*op.cit.*) remonta à Van Keulen e Schiere (2004 *apud* COQUIL, 2014) que os classificam como "associação/integração entre culturas e gado em um determinado contexto e com mais frequência em toda a exploração agrícola, embora a associação possa ser considerada a nível regional"²⁸. O autor em questão destaca ainda que, embora estes modelos produtivos tenham recebido tratamentos secundários na agenda da *Politique Agricole Commune* (PAC) a partir de 1962, já que naquele momento a tônica guiava-se pela lógica produtivista baseada na especialização de atividades com vistas ao aumento da produção e formação de mão-de-obra, atualmente, além de representar a principal fonte de emprego e trabalho no setor de criação mista, também são reconhecidos como importantes atividades produtivas nos planos econômico, social e ambiental.

Na esfera econômica, o sistema funciona interagindo com outros sistemas produtivos, em que os resíduos produzidos por uma unidade (*atelier*) podem ser reciclados e aproveitados em outras atividades dentro das zonas de produção, segundo o princípio de que "os rendimentos coletivos são mais importantes que os rendimentos

²⁷ "Transição dos sistemas de policultivo de criação de gado leiteiro para a autonomia: uma abordagem através do desenvolvimento de mundos profissionais" (Tradução livre).

²⁸ "D'association/intégration entre cultures et élevage dans un cadre donné e plus souvent à l'échelle de l'exploitation agricole, bien que l'association puisse être considérée au niveau régional ».

isolados” (SCHIERE ET KATER, 2001 *apud* COQUIL, 2014). Essa lógica, de acordo com Coquil (*op. cit.*, 2014), se opõe à prática da agricultura especializada que prioriza a produção em larga escala, levando o agricultor a se especializar em determinada prática produtiva, com vistas ao aumento da produção, deixando de aproveitar as receitas e/ou resíduos produzidos pelas atividades agroecológicas, típicos dos sistemas mistos. Esse modelo de produção, de acordo com o autor citado, além de gerar economia, garante maiores ganhos para o agricultor, pois possibilita a diversificação da produção e da venda dos produtos, sem deixá-lo à mercê das flutuações de preços de um único produto no mercado.

No plano social, esta prática valoriza a formação de mão-de-obra no campo, unindo o conhecimento empírico e o especializado para o fomento do multiuso das diversas culturas agrícolas com a criação de animais, possibilitando ao produtor maior inserção nos mercados locais, regionais e nacionais, e, conseqüentemente sua autonomia, com reflexos na manutenção da biodiversidade e na melhoria de sua qualidade de vida (COQUIL, 2014). Do ponto de vista ambiental, ainda segundo Coquil (2014), a sustentabilidade dos sistemas de criação mista ampara-se na intensa prática da reciclagem de dejetos e resíduos, permitindo o pleno aproveitamento do material descartado em outras etapas da produção, com reflexos positivos, inclusive nos sistemas de ciclagem de nutrientes, favorecendo o controle de pragas e combatendo a erosão do solo.

Cabe ressaltar que os sistemas de criação mista são apenas uma alternativa de multiuso e da multifuncionalidade da agricultura na França. O setor agrícola francês é bastante heterogêneo no tocante à diversidade de atividades desenvolvidas no interior do *campus* de ação dos territórios rurais. Atualmente existem diversas práticas produtivas em vigor, desenvolvidas concomitantes ao modelo de sistemas mistos, como a agricultura especializada, a criação de grandes e pequenos animais, a silvicultura, as explorações florestais, bem como a presença de empresas agrícolas, vitícolas e florestais no campo (BÉGUIN & PUEYO, 2011).

Algumas atividades priorizam muito mais os aparatos tecnológicos (adubos químicos, maquinarias, divisão social do trabalho no campo, dentre outros) visando ao aumento da produção para atender o mercado. Da mesma forma, existem outras que

estão em processo de transição para uma agricultura mais sustentável como aquelas denominadas Sistemas de Policulturas Autônomos (COQUIL, 2014) em que entram em cena não somente os conhecimentos técnicos que a profissão agrícola exige, mas o próprio *savoir-faire* dos agricultores na concepção e execução de suas *activités*.

Estas transformações que estão em curso atualmente no setor agrícola são focos de diversos estudos científicos como aqueles produzidos por Coquil (2014), e tentam demonstrar como esta mudança é importante na atualidade, principalmente quando se considera não somente a produção em si, como ocorria no passado, mas, sobretudo, a valorização do trabalhador agrícola enquanto detentor de conhecimentos próprios que podem contribuir para a sustentabilidade dos territórios e do trabalho rural. É justamente este conjunto de fatores que caracterizam a multifuncionalidade das práticas agrícolas na França.

- **Os desafios da sustentabilidade no setor agrícola francês**

Desde a década de 1970, com a intensificação das transformações que vêm ocorrendo no meio rural francês, diversos estudos indicam (COQUIL, 2014; BÉGUIN & PUEYO, 2011; SOULARD, 2014) que as atividades agrícolas geram impactos muitas vezes desastrosos para o meio ambiente e à saúde do agricultor. O desafio de colocar em prática as políticas de sustentabilidade é grande, pois, ainda pairam sobre o setor a resistência aos antigos modelos de produção e a manutenção de velhos paradigmas de desenvolvimento já arraigados na lógica produtivista das instituições públicas e privadas e nos próprios hábitos dos agricultores.

Em artigo publicado em versões francesa e portuguesa Béguin & Pueyo (2011) fazem uma análise sobre os reflexos que as atividades agrícolas geram sobre as condições de trabalho dos agricultores, bem como os efeitos negativos atribuídos à agricultura sobre o meio ambiente. Com base nas reflexões destes autores, far-se-á um breve balanço sobre a crise que o setor agrícola francês enfrenta atualmente, no tocante aos impactos sobre as condições de trabalho e sobre a saúde dos agricultores, e os desafios de imprimir modelos inovadores, pautados em parâmetros de sustentabilidade.

De acordo com Béguin & Pueyo (2011), desde 1979 estudiosos já apontavam a necessidade de implementar políticas sustentáveis para o setor agrícola francês, já que há muito o meio rural vem sofrendo grandes transformações como o abandono das

atividades agrícolas pelas gerações mais jovens, a ausência de políticas de valorização do trabalho agrícola e a falta de atrativos e qualificação profissional, representando sérios riscos para o próprio futuro do setor.

Ressaltam ainda Béguin & Pueyo (*op. cit.*, 2011) que embora há setenta anos a modernização agrícola na França tenha permitido melhorias estruturais no setor, atualmente a sociedade científica global vem colocando em xeque a sustentabilidade de determinados modelos produtivos rurais e seus impactos sobre a manutenção da biodiversidade, questionando as práticas agrícolas no que se refere à equidade social no campo e suas consequências ligadas ao desmatamento, à redução da biodiversidade cultivada e à diminuição do emprego rural.

Sobre a relação trabalho-saúde do agricultor, os dados oficiais e as pesquisas de campo realizadas pelos autores mencionados neste estudo evidenciam que a profissão agrícola provoca uma série de perturbações e doenças ocupacionais precoces, temidas por, todos os já envolvidos e por aqueles que estão à mercê de envolvimento, muitas vezes vistas como inelutáveis e sem perspectivas de melhorias. Os autores são tácitos em afirmar que, no setor agrícola, as exposições do trabalhador aos riscos de doenças do trabalho são eminentemente maiores que em outros segmentos. Os resultados das pesquisas realizadas com os produtores rurais apontam uma série de agravos à saúde que se sobressaem em meio à plêiade de situações de riscos da atividade, dentre as quais se destacam:

- i) Doenças posturais e articulares;
- ii) Situações fatigantes;
- iii) Posturas penosas;
- iv) Patologias provenientes da condução de equipamentos (principalmente de tratores);
- v) Doenças resultantes da utilização de máquinas com vibração
- vi) Constrangimentos térmicos e sonoros;
- vii) Exposições ambientais de ruído e calor, dentre outros.

Somado a isto, de acordo com Béguin & Pueyo (2011), entram em cena exposições aos riscos biológicos e químicos provenientes do contato com animais, do uso de pesticidas, das poeiras vegetais, bem como dos herbicidas e fungicidas, que se

tornam mais perigosos à medida que aumenta a duração das jornadas de trabalho, cada vez mais longas.

Todas essas situações de riscos geram exclusão e falta de interesse dos jovens para o trabalho agrícola na França. Dentre os elementos notados por Béguin & Pueyo (*op. cit.* 2011) como fatores limitantes para a sustentabilidade do setor agrícola francês, podem-se destacar:

- i) A pouca atratividade deste setor para os mais jovens em função das severas condições de trabalho;
- ii) O abandono dos postos de trabalho pelos trabalhadores na faixa dos trinta anos por receio dos intensos desgastes e esgotamento físicos a médio e longo prazo;
- iii) A quase obrigatoriedade de abandono das atividades laborais pelos trabalhadores na faixa dos 40 anos por razões de agravos à saúde;
- iv) Ausência, ou mesmo limitações de políticas públicas voltadas para a precaução e cuidados especiais com a saúde do agricultor.

Nota-se que são grandes os desafios de implementar modelos produtivos sustentáveis no campo que levem em conta não somente a produção e o cuidado com o meio ambiente, mas também, e no mesmo nível de igualdade, a atenção devida ao trabalhador, incorporando seus conhecimentos empíricos e levando em consideração suas capacidades e limitações de resiliência física, bem como suas estratégias organizacionais, de forma que possam empoderá-los como protagonistas legítimos nos processos produtivos.

Nossa compreensão sobre o tema, resultado dos estudos realizados neste empreendimento de pesquisa, qualifica indicar que a presença de ações públicas são fundamentais, juntamente com o apoio das organizações territoriais locais (*les collectivites locales*²⁹), a fim de vislumbrar um futuro sustentável para o setor agrícola francês. Coquil (2014), aponta que na nova reforma do PAC (*Politique Agricole Commune*³⁰) são previstas ações de subvenções para o setor agrícola, mas não necessariamente para o agricultor, segundo duas perspectivas: apoio à produção

²⁹ “As coletividades locais” (Tradução livre).

³⁰ “Política Agrícola Comum” (Tradução livre).

especializada, como já vem sendo realizada no âmbito do atual modelo de intensificação da produção, e auxílios específicos aos sistemas agrícolas favoráveis à proteção do meio ambiente.

As experiências que vêm sendo desenvolvidas nos países ao redor do mundo no sentido de implantar programas e projetos de sustentabilidade territorial no setor agrícola, como na Holanda, Suíça e Alemanha, por exemplo, que iniciaram bem antes da década de 50 as reformas no mundo rural (HILDEBRAND, 1996 *apud* MASSÍRIS CABEZA, 2002), portanto, anterior às políticas de modernização do setor agrícola francês, leva a supor que, em se tratando de políticas públicas de sustentabilidade para o setor agrícola, deva-se priorizar o trabalho nas suas mais variadas vertentes e, sobretudo, o trabalhador como produtor e agente transformador capaz de ajustar suas próprias escolhas, e não o contrário, tendo que se ajustar às flutuações das condições do mercado para sobreviver. Neste contexto, a presença do Estado, através das suas variadas formas de ação, em consonância com as organizações da sociedade civil em regime de compartilhamento de poderes e decisões descentralizadas, poderá reverter o atual quadro que ora se apresenta. Entende-se que essa é uma condição fundamental para poder pensar em um futuro realmente sustentável para a agricultura e para os territórios rurais nesse novo milênio, situações estas que podem ser percebidas na evolução das políticas de proteção dos espaços no território francês, tema que será discutido na sessão a seguir.

2. Políticas de proteção dos espaços na França

▪ Breve histórico da institucionalização das áreas protegidas na França

A história da regulamentação das políticas de áreas protegidas na França é marcada por um conjunto de ideias e visões de mundo em que se chocam e coadunam vertentes ideológicas acerca do papel da natureza e do homem, por meio de seu trabalho e de suas práticas produtivas tradicionais, na manutenção da biodiversidade e sustentabilidade do território.

A passagem do século XIX viu emergir no cenário científico francês correntes de pensamentos advindas de outros países da Europa e dos Estados Unidos que combinavam elementos ideológicos em que a natureza em si (flora e fauna) ganhava

status de patrimônio edênico a ser preservado (modelos de parques italianos e norte-americanos), em detrimento de um tipo de gestão integrada onde homem e natureza pudessem interagir sustentavelmente (visão conservacionista).

Os primeiros projetos de parques na Europa foram criados, influenciados por visões romantizadas sobre a ideia da natureza como paraíso idílico intocável que, enquanto zonas protegidas pelo poder público, teriam funções lúdicas, espirituais, econômicas e de refúgio da vida urbana. De acordo com Selmi (2009), desde o século XVIII nota-se o desenvolvimento da ideia de santuarização da natureza, principalmente em função dos escritos de autores como Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) que contribuiu para exaltar as belezas das paisagens naturais.

Larrère (2009), em artigo publicado no compêndio do livro sobre a história dos parques nacionais franceses, ressalta que os processos de regulamentação dos espaços protegidos na França possuem uma história que remete à segunda metade do século XIX, ganhando força política durante o império colonial, momento em que os parques e reservas integrais foram sendo experimentados inicialmente nas colônias antes mesmo de disporem de uma base legal metropolitana.

De acordo com Larrère (*op. cit.*), os processos de institucionalização de uma política de regulamentação de áreas protegidas no território metropolitano francês podem ser notadas principalmente a partir da criação das “séries artísticas” na floresta de *Fontainebleau*, no Segundo Império, momento em que se desenharam os primeiros esboços do que viria a ser mais tarde o texto embrionário dos projetos de áreas protegidas, pois, foi a primeira vez que se utilizou um decreto real para proibir a extração de madeira dentro da zona metropolitana.

Influenciado por intelectuais, homens da política e artistas como Victor Hugo (1802-1885), Prosper Mérimée (1803-1870) e Charles Forbes René - Conde de Montalembert (1810-1870) que reivindicavam uma lei a favor da proteção dos monumentos históricos em reação às destruições do patrimônio arquitetural francês do período revolucionário (SELMÍ, 2009), em 1861, Napoleão III classifica por decreto 1.097 hectares da floresta de *Fontainebleau* como área a ser protegida contra o corte e derrubada de madeira. Deste período datam as primeiras militâncias a favor da proteção

de sítios e monumentos naturais, notadamente a militância pela criação de reservas naturais integrais em prol da preservação das paisagens rurais.

Mesmo após os movimentos a favor da proteção da natureza, de acordo com Selmi (*op.cit.*), ainda assim, na extensão do território metropolitano encontravam-se entraves que limitavam a implementação dos primeiros parques protegidos, conforme pode ser observado no relato a seguir:

Les promoteurs des parcs et de réserves intégrales s'investissent alors dans l'empire colonial français où ils ne sont pas confrontés aux trois entraves qui ont limité leur action en métropole : un pays densément peuplé et intégralement approprié, un droit protégeant la propriété individuelle et des habitants qui, citoyens de la République, peuvent être défendus par leurs élus³¹ (SELMI, 2009)

Apoiados pelos então criados *Touring Club de France (TCF)* e *Club Alpin Français (CAF)*, entidades representativas que congregavam silvicultores, caçadores, profissionais do turismo, escritores, pintores, dentre outros, a estratégia dos administradores florestais do império foi iniciar a implementação dos projetos de áreas protegidas nas colônias francesas. Em fevereiro de 1921, por meio de decreto do governo geral da Argélia foi dado início ao processo de institucionalização de áreas protegidas. Em um período de dez anos, 13 parques nacionais foram criados nos Departamentos da Argélia, Constantine e Oran, que culminou na regulamentação de mais de 27.000 ha de áreas protegidas (SELMI, 2009), e a criação do maior dos parques, Djurdjura, com uma extensão de 16.550 ha.

Na metrópole, os projetos de zonas legalmente protegidas foram elaborados durante o período entre guerras e atualizados após a Segunda Guerra Mundial. Em 1912 foram criados pequenos fragmentos protegidos (*les Calanques*). Em junho de 1913 organizou-se o primeiro Congresso Florestal Internacional na cidade de Paris onde vários países pronunciaram-se a favor da criação de parques nacionais em seus respectivos territórios. Nessa mesma ocasião criou-se a Associação de Parques

³¹ “Os promotores de parques e reservas integrais investiram no império colonial francês, onde eles não se confrontaram com três entraves que limitavam a sua ação na metrópole: um país densamente povoado e totalmente apropriado, uma lei que protege a propriedade privada e moradores que, considerados cidadãos da República, podiam ser defendidos por seus representantes eleitos” (Tradução livre).

Nacionais da França e das Colônias, fortalecendo ainda mais a ideia de implantação de áreas protegidas no território metropolitano.

A experimentação de áreas protegidas nas colônias como Argélia, Marrocos, Tunísia, Madagascar e outras na África Equatorial, de acordo com Selmi (2009), por um lado permitiu aos administradores florestais da metrópole dispor de um arcabouço de experiências tácitas e *savoir-faire* acerca dos dispositivos legais que pudessem ser implementados no território francês. Além disso, a lei que instituiu as zonas protegidas na metrópole foi elaborada durante um contexto de grandes transformações no mundo rural em que era preciso ao mesmo tempo assegurar o homem camponês no solo, sobretudo, as populações mais jovens, proteger as paisagens naturais e pensar em alternativas de desenvolvimento para o meio rural.

Ao passo que se testemunhava a saída de jovens dos meios rurais em direção aos grandes centros urbanos, os anos 1950 assistiram ao desenvolvimento de estações de esporte de inverno nos altos das montanhas. Os primeiros idealistas dos projetos de áreas protegidas como Gilbert André (LARRÈRE, 2009), idealizador dos primeiros projetos de parques culturais que, apesar de não se opor ao processo de modernização das economias rurais com a implantação dos complexos turísticos, já percebia os perigos que os esportes de inverno e o turismo descontrolado poderiam representar enquanto ameaça de destruição das pequenas vilas, da beleza das paisagens e a preservação dos estilos de vida das populações alpinas.

De acordo com Larrère (2009), a lei de 22 de julho de 1960, precursora daquela que mais tarde serviria de marco institucional da criação dos primeiros parques nacionais metropolitanos (1963), foi inspirada no compromisso proposto por Denys Pradelle (1913-1999) no âmbito do Projeto *Savoyard*. Consistindo num modelo de gestão concentrada do território, os primeiros projetos de parques nacionais, de acordo com Larrère (*op.cit.*), deveriam comportar em sua zona central (coração do parque) reservas integrais, de forma que permitissem proteger as espécies ameaçadas pelas práticas de caça e coletas, ao mesmo tempo conservando os aspectos naturais das paisagens, ao estilo naturalista e dos promotores da ideia de parques culturais. Às zonas periféricas do parque ficariam reservadas ao acolhimento de atividades econômicas de manejo turístico direcionado, atuando como zonas tampão entre os campos “ordinários”

e o parque, que teriam a função de dar suporte à preservação da vida rural e das culturas locais. Desta forma instituiu-se um modelo de legislação de parque *à la francesa*, associando proteção da natureza e desenvolvimento econômico, diferente dos modelos de parques norte-americanos, em que o homem não passava de um mero apreciador e visitante temporário (LARRÈRE, 2009).

A bibliografia consultada sobre a história dos espaços protegidos na França indica que as mudanças propostas na experiência relatada estão relacionadas com as transformações do setor agrícola, iniciada no fim dos anos 1950, e que modificaram profundamente o contexto econômico e ecológico onde os parques estão localizados, principalmente nas regiões de montanhas em que prevaleciam atividades produtivas eminentemente agropastoris e começaram a desenvolver outros sistemas mais complexos de criação como o *polyculture-élevage* que, dentre outros benefícios socioambientais, conforme já destacados no decorrer do texto, contribuem para a fertilidade do solo e proteção contra a erosão, favorecendo a rotação de diferentes culturas e assegurando certo controle sobre a circulação das águas.

A partir dos anos 60, com a introdução de novos sistemas produtivos no campo, mudanças significativas foram visíveis tanto pelo avanço nas pesquisas agrônomicas como pela modernização da legislação rural, favorecida pela Política Agrícola Comum (PAC), na qual a agricultura deixou de ser um segmento eminentemente de criação de animais para se tornar uma atividade intensiva e multifuncional.

Neste contexto, o processo de produção dos sistemas mistos de criação começaram a se inserir no novo modelo produtivo do campo, ao passo que as empresas agroquímicas passaram a ter domínio de mercado, modificando radicalmente as condições de produção e as paisagens naturais. Este processo traduziu-se em uma emigração massiva do campo, do mesmo modo que os próprios cidadãos passaram a investir no meio rural como alternativa de lazer, juntamente com as empresas de turismo que começaram a instalar-se no campo (LARRÈRE, 2009).

Em meio às transformações sociais e produtivas, segundo os autores pesquisados, os agricultores cada vez mais foram perdendo espaço no campo, cedendo lugar para os residentes de final de semana que, portando aspirações muito mais lúdicas em relação à natureza, tornou-se cada vez mais difícil conciliar ações de lazer com

atividades eminentemente agrícolas, tendo como consequência a propagação progressiva dos chamados *friches*, espaços sem atividade produtiva agrícola, dominados por ervas daninhas. Estas transformações levaram o governo francês a discutir e atualizar as leis relativas à gestão dos parques, modificando consideravelmente a estrutura e a forma de gerir as áreas protegidas.

A partir dos anos 1990, ressalta Larrère (2009), a gestão dos parques começou a integrar-se em um ambiente científico, político e social diferentes, onde foram empreendidas mudanças acerca da visão ecológica da natureza e repensou-se a proteção dos espaços sob um novo paradigma. Isto fez com que se conduzissem os objetos de proteção da natureza, deixando o foco estritamente preservacionista para a assimilação de que as atividades humanas podem contribuir no processo da gestão do território.

No início da constituição dos parques a preocupação maior guiava-se no sentido de proteger a zona central, local onde estavam presentes as espécies mais vulneráveis. Neste modelo, a gestão deveria estar voltada para a preservação da natureza e dos modos de vida tradicional em reação a ação turística dos empreendimentos das estações de inverno que poderiam modificar os modos de vida rural e interferir na preservação das paisagens naturais.

A partir da década de 1990, a lógica de proteção começou a mudar, influenciada pelos movimentos socioambientalistas e pelos novos paradigmas conservacionistas oriundos do ideário do desenvolvimento sustentável, apresentado e defendido na Conferência da Rio 92, passando a incorporar a ideia de que o trabalho e as atividades humanas podem ser instrumentos importantes para a manutenção da diversidade biológica, para a conservação da heterogeneidade das paisagens e para o desenvolvimento territorial.

A lei de 14 de abril de 2006 veio ratificar a necessidade de mudanças relativas à gestão de zonas protegidas, sobretudo aos parques nacionais, parques marinhos e parques naturais regionais, se apresentando como um novo dispositivo da política nacional de áreas protegidas na França.

De acordo com as novas disposições da lei de 2006 e do decreto de 28/07/2006 relativas aos parques nacionais, considera-se atualmente não mais a existência de zonas central e periférica como previsto no início da constituição dos parques na França, mas

sim um perímetro instituído como o coração do parque e sua área de adesão. Inclusive neste novo dispositivo de lei as novas áreas protegidas a serem criadas poderão dispor de vários “corações de parque” e sua antiga zona periférica ser constituída por um conjunto de territórios que apresentem uma solidariedade ecológica entre eles e o coração da área protegida (LARRÈRE, 2009).

Nesta atualização da lei de 1963, a criação de novos parques deverá obedecer à necessidade de proteção de uma área de excepcional interesse nacional e internacional, visando à conservação do patrimônio existente para as futuras gerações, pautadas em uma política de proteção integrada, de gestão e educação sobre a natureza, elaborada em conjunto com os habitantes e usuários, tendo como elo um projeto compartilhado com as organizações territoriais locais sobre o valor e importância da diversidade biológica, paisagística e dos elementos do patrimônio cultural.

Na versão atualizada da lei, de acordo com a bibliografia consultada, a carta/mapa do parque (plano de gestão na versão brasileira) deverá conter detalhadamente as características de cada zona, identificando flora, fauna, paisagens, monumentos e sua arquitetura, bem como conter elementos da história e da constituição da área a ser protegida. No mesmo âmbito, o documento de planejamento (carta/mapa) deverá definir de forma clara os objetivos de proteção do patrimônio natural, cultural e paisagístico excepcionais, bem como as áreas regulamentadas para preservação e aquelas reservadas para as boas práticas a serem promovidas pelas atividades agrícolas, silvícolas e turísticas, compatíveis com os objetivos da proteção, que deverão ser revisados por um período de doze anos.

A lei e o decreto de 2006 modificaram a composição do Conselho de Administração que passou a ser constituído por representantes das organizações territoriais com interesses comuns aos grupamentos locais. Da mesma forma, institui o Conselho Econômico e Social formado por representantes de organismos, associações, personalidades e representantes de moradores e usuários que de alguma forma participam das atividades econômicas, sociais e culturais do parque ou que contribuam para o desenvolvimento territorial, assessorando sobre os rumos e diretrizes das políticas contratuais, do monitoramento da carta/mapa do parque e fomento das atividades locais.

Os Conselhos de Administração passaram a ter como objetivo central a responsabilidade de eleger um grupo coletivo composto pelo seu Presidente, o Presidente dos Conselhos Científico, Regional e Geral, representantes das coletividades territoriais e estabelecimentos locais, além de uma personalidade qualificada e pelo menos um representante do Estado.

Nesta nova lei, o Comitê Científico transformou-se em Conselho Científico, constituído por personalidades qualificadas das ciências da vida, da terra e das ciências humanas e sociais, encarregado de assessorar o Conselho de Administração e seu diretor, validando estudos e pesquisas necessárias à gestão do patrimônio natural, cultural e paisagístico do parque.

Nesta nova moldagem institucional uma outra forma de gerir os territórios franceses foi inaugurado, pautado em um tipo de gestão que considera o homem como elemento estruturante na condução de um tipo de gestão territorial compartilhada e sustentável, sem dependência estrita dos interesses econômicos e políticos a curto prazo.

▪ **Estado da arte das áreas protegidas na França**

Apesar do reconhecimento sobre a importância de uma adequada gestão de espaços protegidos para a sustentabilidade ambiental e proteção do patrimônio natural, cultural e paisagístico, o governo francês, na condição de signatário da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), segundo Martinez (2007; 2008), tem clareza que um balanço dos dispositivos sobre as áreas protegidas de seu território faz-se necessário.

De acordo com o documento elaborado pelo Comitê francês da União Mundial pela Natureza (UICN), no âmbito do grupo de trabalho sobre áreas protegidas, a França dispõe atualmente de um conjunto de instrumentos legislativos e regulamentadores da natureza relativamente completo; no entanto, algumas questões relevantes ainda precisam ser discutidas. A primeira delas, de acordo com Martinez (2007), diz respeito à ausência de uma verdadeira estratégia nacional de gestão das áreas protegidas.

O Comitê francês aponta que, apesar do empenho do governo em implementar políticas adequadas de proteção e gestão da biodiversidade, ainda assim, se faz necessária uma legislação mais coerente que caminhe em direção aos reais interesses coletivos, quando relacionados à escolha das prioridades de criação e gestão de áreas,

considerando sua eficácia e abrangência. Além disso, de acordo com o documento, ainda se confundem os papéis das organizações locais, no que diz respeito à divisão de responsabilidades e atribuições, seja do Estado, das autarquias territoriais e das associações locais quando se relacionam à gestão de áreas protegidas.

Nesta mesma direção, a Comissão francesa da CDB reafirma a necessidade de o país melhor definir as condições nas quais ele deva aplicar os dispositivos da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), notadamente no que se refere às áreas protegidas. Torna-se necessário aprofundar seu programa de ações, sobretudo no dispositivo sobre “patrimônio natural”, uma estratégia coerente que se aplique ao plano nacional de áreas protegidas do território francês, afirma Martinez (2007), coordenadora da Comissão.

Reconhecendo que, na atualidade, o conjunto de áreas protegidas ainda não dispõe de espaços suficientes, representativos de ecossistemas do planeta devidamente protegidos, e não assegura ainda como deveria ser a proteção de diferentes tipos de habitats, de biomas e de espécies ameaçadas; o Programa da CDB propõe uma série de medidas pautadas em quatro linhas de ações, a fim de atingir um nível adequado de sustentabilidade da gestão de áreas protegidas, dentre as quais se destacam:

- a) Ações diretas para o planejamento, definições, fortalecimento e gestão de zonas e sistemas de áreas protegidas;
- b) Governança, participação, equidade e compartilhamento de vantagens advindas com políticas de proteção de áreas;
- c) Atividades habilitantes, fortalecimento das capacidades, viabilidade financeira, fortalecimento da comunicação, educação e sensibilização sobre a importância das áreas protegidas para a população e para o planeta;
- d) Normas, avaliações e monitoramento.

Com estas 04 linhas de ações, de acordo com a Comissão francesa, espera-se atingir pelo menos 16 objetivos previstos na CDB, nos quais se reconhecem os fundamentos científicos, a gestão em si, a eficácia, a comunicação e o financiamento para as áreas protegidas. No que concerne à situação francesa, destaca Martinez (2007) que em comparação aos outros direitos nacionais, o dispositivo institucional sobre áreas protegidas encontra-se variado e disperso.

Ao fazer um balanço histórico dos projetos das primeiras áreas protegidas na França, a comissão da CDB reconhece que, após a criação das reservas de caça reais e as séries artísticas dos séculos XIX e XX, as zonas protegidas ampliaram-se e ainda hoje apresenta um campo fértil a ser explorado no âmbito da política de proteção dos espaços na França.

Após os passos embrionários de criação dos primeiros parques nacionais franceses em Terras Austrais e na Antártica, datada de 1901 e 1938, respectivamente, somada à criação das primeiras reservas naturais sob aplicação da lei relativa à proteção dos espaços em 1930; foi somente após os anos 60 que a França promulgou e reconheceu efetivamente uma legislação voltada para a gestão de áreas protegidas (MARTINEZ, 2007).

A adoção de uma variedade de textos voltados para a regulamentação de áreas protegidas tais como: a lei de 1960 que instituiu a criação de parques nacionais, o decreto de 1967 que reconheceu e regulamentou os parques naturais regionais, somado à lei de criação do conservatório das zonas costeiras e margens lacustres em 1975, e a lei relativa à proteção da natureza, criando as reservas naturais em 1976, conferem à França uma diversidade de abordagens relativamente progressistas de reconhecimento da importância da proteção da natureza. Além disso, outros dispositivos institucionais como a rede Natura 2000, reforçam a predisposição deste país de desenvolver ações afirmativas de proteção do meio natural de seu território.

Neste mesmo âmbito, a recente Lei de 14 de abril de 2006 relativa aos parques, não só mudou os dispositivos institucionais de regulamentação das áreas protegidas na França, melhorando a governança territorial, mas também criou uma nova categoria de área protegida: os parques naturais marinhos (MARTINEZ, 2007).

Apesar desta multitude de leis regulamentadoras de proteção da natureza, o Comitê francês da CDB chama a atenção para a necessidade de ampliação quantitativa e qualitativa das atuais prerrogativas institucionais, em reconhecer e pôr em prática certos dispositivos voltados para a institucionalização de outras áreas protegidas que sejam estratégicas para a França, sobretudo as áreas marinhas e de além-mar. Este reconhecimento, enfatiza a Comissão francesa da CDB, constitui um pré-requisito indispensável para assegurar uma política coerente e eficaz de criação e gestão de áreas

protegidas. Para tanto, de acordo com Martinez (2007; 2008) torna-se indispensável a preparação prévia de inventários científicos completos, com plena definição de uma verdadeira doutrina nacional, em que esteja assegurada uma clara visão sobre a criação, coordenação, cooperação, parcerias e políticas integradas para as áreas protegidas francesas.

Até chegar ao atual estado da arte, a legislação francesa de áreas protegidas vem regularmente sendo revisada, procurando atualizar demandas da sociedade civil por meio de suas diferentes formas de representação, desde as coletividades locais (*pays*, comunidades, organizações territoriais, entre outros), ou mesmo da sociedade global, que a cada dia reconhece a necessidade de proteção do patrimônio natural e sociocultural do planeta. Desde a primeira lei de criação dos parques nacionais de 1960, considerado efetivamente o primeiro dispositivo jurídico de regulamentação dos espaços protegidos, até a última revisão datada de 14 de abril de 2006 (modificando o regime dos parques nacionais, criando os parques naturais marinhos e modificando os parques naturais regionais) a França vem reunindo esforços para criar e gerir novos espaços protegidos, tendo como parâmetro a orientação de que os espaços protegidos constituem elemento estruturante da política de proteção e preservação do patrimônio natural do país (MARTINEZ, 2008).

Atualmente a França dispõe de uma diversidade de áreas protegidas localizadas dentro do seu espaço metropolitano e no além-mar, o qual pode ser dividido em seis grandes categorias, dentre elas:

- i) Parques (parques nacionais, parques naturais regionais, parques naturais marinhos);
- ii) Reservas (reservas naturais nacionais, reservas naturais regionais, reservas naturais da Corsa, reservas biológicas, reservas da caça e da fauna selvagem, reserva da biosfera);
- iii) Espaços Especiais Notáveis (espaços do conservatório litoral, espaços dos conservatórios regionais, espaços naturais sensíveis, espaços de proteção do biótipo, sítios classificados, sítios inscritos);
- iv) Rede Francesa Natura 2000;

- v) Zonas (zonas naturais de interesse ecológico, faunístico e florístico; zonas úmidas da conservação (sítios Ramsar);
- vi) Áreas Protegidas no Além-Mar (espaços protegidos da Polinésia Francesa, espaços protegidos da Nova Caledônia, espaços protegidos da Wallis e Futuna, espaços protegidos das Terras Austrais e Antárticas francesas, parque natural regional na Guiana e Martinica).

Em linhas gerais nota-se que a França conta com uma larga malha de categorias de áreas protegidas, que podem advir tanto de demandas do Estado como das coletividades territoriais. Estas zonas protegidas são criadas sob os fundamentos tanto da legislação ambiental, como de legislações setoriais, a exemplo dos códigos de urbanismo e florestal, gerando muitas vezes certa confusão quanto à aplicabilidade, controle e fiscalização, apresentando-se como fator limitante da sustentabilidade das áreas protegidas na França.

Somando a integralidade de áreas protegidas, o território francês dispõe na atualidade de 09 parques nacionais, 52 parques naturais regionais (50 na metrópole, 01 na Guiana e 01 na Martinica), mais de 150 reservas naturais, aproximadamente 600 “*arrêtés préfectoraux*” de proteção de biótipo e mais de 1700 fragmentos protegidos pela rede Natura 2000, este último cobrindo 12,4% da superfície da França (UICN, 2008; SELMI, 2009; *FPNRF*³², 2015).

Esta multiplicidade de instrumentos legislativos confere à França a capacidade de instalar em seu território um tipo de governança que tanto pode trazer benefícios na gestão do território, no sentido de estar próximo de seus habitantes, administradores e agentes governamentais, combinando proteção e desenvolvimento manejado; quanto de fomentar limitações administrativas ao carecer de estratégias e aparatos institucionais nacionais que possam potencializar a implementação de instrumentos legislativos, coadunando conservação, projetos culturais de preservação do patrimônio histórico e a valorização do saber-fazer do homem em sua relação com a natureza.

A nova lei revisada de 2006, voltada para a gestão dos parques nacionais, instituiu a interdisciplinaridade nos conselhos científicos, criando um conselho econômico e social. Essa nova missão consiste em elaborar, com os habitantes e

³² *Fédération des Parcs Naturels Régionaux de France*.

usuários, um projeto de território pautado em uma visão compartilhada do valor da diversidade biológica, das paisagens e dos elementos do patrimônio cultural (LIZET, 2009).

Neste contexto, a biodiversidade ganha um novo *status*, atribuindo um novo valor à gestão da natureza, no qual, conforme o artigo 8j da Convenção do Rio de 1992, se reconhece que certas atividades agrícolas e silvícolas, podem ser consideradas elementos estruturantes na gestão de um determinado patrimônio natural e cultural, considerando o saber-fazer do homem em sua relação com a natureza como elementos determinantes na gestão sustentável do território. Isto pode ser notado quando se analisam os dispositivos institucionais voltados para a gestão dos parques naturais regionais na França, em que homem e natureza desempenham papéis centrais e complementares no conjunto de dispositivos legislativos, voltados para o desenvolvimento territorial deste país.

- **Conciliando proteção da natureza e desenvolvimento territorial: o caso dos parques naturais regionais franceses**

A história dos parques naturais regionais da França teve início na segunda metade da década de 60, no âmbito da política territorial implementada pela Delegação do Ordenamento Territorial (DATAR), uma estrutura interministerial composta de planejadores, engenheiros, ambientalistas e agricultores, cujo objetivo visava experimentar uma nova forma de planejamento territorial e encontrar alternativas para além dos modelos de parques nacionais que, como categoria de área protegida recém-institucionalizada, voltava-se muito mais para a preservação de espaços naturais não habitados.

Após viagem de reconhecimento dos modelos de áreas protegidas manejadas pelo homem, em países como Holanda, Bélgica e Alemanha, a equipe DATAR, visando estudar e compreender esse novo conceito de gestão de espaços, organizou uma jornada de eventos na região de Provence, em 1966, que incluiu sociólogos, arquitetos, urbanistas, planejadores, técnicos, engenheiros, políticos, agricultores, silvicultores, atores e artistas que passaram a discutir e propor um novo modelo de espaços protegidos, culminando alguns meses depois na assinatura do Decreto que criou oficialmente os parques naturais regionais.

Os parques naturais regionais na França foram instituídos como áreas legalmente protegidas pelo Decreto do General de Gaulle, datado de 1º de março de 1967. Tais territórios se diferenciam dos parques nacionais eminentemente pela sua extensão (geralmente maiores que os parques nacionais) e estratégia de gestão adotada, reconhecendo a importância das atividades humanas manejadas para a conservação da natureza e para promoção do desenvolvimento territorial.

Geralmente estes espaços não surgem em função da necessidade de proteção de uma determinada reserva natural que se prioriza a preservação em si, mas do intuito de promoção da pesquisa e do desenvolvimento socioeconômico e cultural, em equilíbrio com a conservação da natureza e manutenção das atividades agrícolas tradicionais. São criados para proteger e apresentar grandes áreas rurais habitadas cujas paisagens, ambientes naturais e patrimônio cultural possuem alta qualidade, mas geralmente com frágil equilíbrio ecológico. Na França, um parque natural regional (PNR) é criado pelos municípios/coletividades locais (*pays, commune, ville*) adjacentes que desejam implementar um projeto de território compartilhado, visando à conservação de seu patrimônio natural e cultural, nem sempre obedecendo aos limites administrativos tradicionais. A criação de um parque exige a homologação pelo Estado e deve fazer parte de um território notável e desejável para proteger a qualidade da paisagem e patrimônio natural, histórico ou cultural (FPNRF, 2015).

O instrumento que subsidia as atividades de gestão é instituído pela carta/mapa do parque, que define o programa de conservação, estudo e desenvolvimento das atividades a serem implementadas no território, geralmente durante um período de 12 anos. É um documento de planejamento que define as diretrizes da gestão do parque e garante a coerência e a coordenação das ações que serão levadas a cabo pelas autoridades públicas. Diferentes temas integram o documento tais como a paisagem natural e construída, o planejamento urbano, a agricultura, a silvicultura, as ações das empresas industriais (da madeira, da terra, do turismo), aspectos socioeconômicos e culturais, educação, a coesão intercomunitária e, finalmente, as estratégias de cogestão que serão adotadas em colaboração com as instituições públicas, os atores sociais locais, as empresas e organizações territoriais (ECO-EQUADOR, 2005-2006).

Os parques naturais regionais são geridos por uma instituição pública de cooperação e Sindicato Misto aberto, cujo Conselho de Administração é composto por membros eleitos dos representantes de comunidades locais, municípios, departamentos, regiões e parceiros socioeconômicos de entidades privadas e da sociedade civil organizada.

Estes modelos de áreas protegidas são organizados em torno de um projeto de desenvolvimento territorial sustentável, fundamentado na proteção e valorização do patrimônio natural e cultural. É uma coletividade territorial isenta de impostos, pautado muito mais em missões de proteger, conservar e fomentar potencialidades locais, tendo como principais atribuições:

- ✓ Proteger o patrimônio natural e cultural do território, notadamente através da gestão adequada dos ambientes e paisagens naturais;
- ✓ Assegurar a recepção, educação e informação ao público;
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento econômico, social, cultural e da qualidade de vida;
- ✓ Contribuir para o planejamento e gestão do território;
- ✓ Realizar ações experimentais ou exemplares que sirvam de modelos replicáveis para a sociedade como um todo (FPNRF, 2015).

Como se nota, os parques naturais regionais seguem a perspectiva da gestão territorial pautada na conciliação da proteção da natureza e desenvolvimento territorial. Essa tônica fundamenta-se na estratégia adotada tanto pelo governo francês como de outros países, em reconhecer o papel das populações locais, por meio do trabalho e manejo dos recursos naturais, na manutenção da biodiversidade e sustentabilidade dos territórios. Estas prerrogativas podem ser notadas em vários casos e experiências que vêm sendo implementadas em diferentes áreas protegidas ao redor do mundo.

Em relação à experiência francesa, nota-se que este modelo de gestão passou a ser adotado de forma contundente na política nacional de áreas protegidas, visível no aumento a cada ano de novas zonas de proteção de uso sustentável. Estas zonas procuram conciliar proteção da natureza e desenvolvimento territorial, através de políticas regionais de fomento ao trabalho e às atividades produtivas, aliadas à conservação da biodiversidade, do patrimônio histórico e cultural e manutenção dos

modos de vida tradicionais, como é caso da criação e gestão do Parque Natural Regional do *Pilat*, que serviu de *terrain* para a realização dos estudos de campo na França.

- **Parque Natural Regional do *Pilat* – 42 anos de gestão territorial**

O Parque Natural Regional - PNR do *Pilat* localiza-se entre os Departamentos do *Rhône e Loire*. Possui uma extensão de 70.000 ha, com uma população de aproximadamente 54.000 habitantes e uma densidade de 80,2 habitantes/km², densidade suficientemente elevada para um parque natural, apresentando-se como um dos PNR mais populosos da França (L'ECHO, 2014).

Esta área protegida teve seu decreto de criação instituído em 17 de maio de 1974, após uma década de mobilização de associações e autoridades « *stéphanoises*³³ » engajadas em proteger o território da pressão das aglomerações das cidades vizinhas de *Lyon* e *St. Étienne*.

O parque delimita-se a noroeste com a cidade de *Saint-Étienne* e o *Vale do Gier*, a leste pelo *Vale do Rhône* e, a sudoeste suas fronteiras levam ao *Haute-Loire* e *Ardèche*, a poucos quilômetros da cidade de *Annonay*, conforme pode ser observado na figura 03.

³³ Habitantes da cidade de *St. Étienne* (Tradução livre).

Além destas localidades, juntam-se ao conjunto de *intercommunalités* as 16 cidades do entorno que participam direta e indiretamente da gestão do PNR do Pilat, dentre elas : *Annonay, Firminy, Givors, La Grand-Croix, La Ricamarie, Le-Chambon-Feugerolles, L'Horme, Lorette, Rive-de-Gier, Saint-Chamond, Saint-Étienne, Saint-Genest-Lerpt, Saint-Jean-Bonnefonds, Saint-Martin-La-Plaine, Sorbiers e Unieux Villars.*

As coletividades territoriais, em conjunto com o Conselho Regional *Rhône-Alpes* e os Conselhos Gerais dos Departamentos da *Loire e do Rhône*, compõem a equipe gestora do PNR, formando um Comitê Sindical com 86 representantes eleitos, que se reúnem para votar o orçamento, definir o programa de ação e eleger o Presidente e o Conselho Sindical, encarregados de aplicar a política de ação descrita na carta/mapa do parque, que em conjunto com uma equipe multidisciplinar e parceiros institucionais contribuem com a execução das principais linhas de ação planejadas para esta área protegida (L'ECHO, 2014).

- **Breve histórico do processo de criação do PNR do *Pilat***

A história de criação do Parque Natural Regional do *Pilat* está relacionada com a própria situação da França no pós-guerra dos anos 50, quando passava por grandes transformações no meio rural oriunda da rápida modernização no campo, da crise nas indústrias tradicionais, da pressão urbana e a passagem da agricultura tradicional à agricultura intensiva que ameaçava destruir as paisagens naturais e os modos de vida do homem do campo.

A atuação de Claude Berthier, professor do colégio Claude Fauriel em *Saint-Étienne* e delegado do *Touring Club de France* (TCF), foi primordial para a concretização do projeto, já que desde essa época visionava o interesse turístico do maciço do *Pilat*, incluindo a capacidade de atração desta área natural para as populações urbanas do entorno (ECO-EQUADOR, 2005-2006). No ano de 1946, em um artigo na revista do TCF, este intelectual já mencionava a necessidade de criação de um parque natural protegido na região do *Pilat*, que aos poucos foi ganhando força.

Na década de 1960 o médico Bernard Etienne Muller, deputado do Departamento da Loire de 1964 a 1967, juntamente com a Associação dos Amigos do Parque e as redes departamentais e intercomunitárias da região levaram adiante o

projeto de criação de um parque natural. Em 29 de dezembro de 1965, inspirado por um debate parlamentar, Bernard Muller desenvolveu em uma carta circular quatro argumentos para a criação de um parque natural no *Pilat*. Dentre suas principais arguições, de acordo com o boletim Eco-Ecuador (2005-2006), o parlamentar destacava a proximidade desta área com as cidades de *Saint-Étienne*, *Lyon* e seus aglomerados urbanos; a presença de uma área natural, bem como a extensão das florestas contínuas que favoreciam a institucionalização de uma área destinada à proteção dos recursos florestais e fixação do homem no campo. Além disso, a criação de aglomerados de edifícios, hotéis e aldeamentos turísticos na região ameaçavam os modos de vida tradicionais, além da necessidade de proteção e manutenção de uma flora e fauna únicas, reforçando a necessidade de criação de um parque regional no maciço do *Pilat*, até sua regulamentação em 1974 (ECO-EQUADOR, 2005-2006).

Em entrevista à revista *L’Echo des Chirats* (2014), boletim informativo em comemoração aos 40 anos do PNR do *Pilat*, o sociólogo André Micoud, membro dos Conselhos Científicos dos parques Camargue, Pilat e Queyras, destaca que o processo de criação do Parque do *Pilat* não foi de toda forma tão harmonioso, pois apesar de naquele momento ter havido uma vontade por parte de alguns cidadãos « *stéphanoises* », sobretudo os administradores das cidades (*préfets*) e aqueles ligados às letras, que influenciados pela corrente de pensamento da época em torno do decreto de institucionalização dos parques naturais regionais em 1967, propuseram a criação de uma área protegida nos moldes da categoria PNR; embora a maior parte dos moradores do maciço do *Pilat* não tenha sido consultada e não tivesse muita clareza sobre os objetivos de um PNR, na época associado muito mais a atividades de lazer para a população urbana.

Essa situação só foi sendo modificada após um intenso trabalho do Centro de Estudos Sociológicos Aplicados da *Loire* (Cresal), que permitiu detectar certos problemas na comunicação e entendimentos dos moradores que, apoiados pelo Sindicato Misto, a Associação dos Amigos do Parque do *Pilat* e outros parceiros, desenvolveram intensos trabalhos de sensibilização junto à população. De acordo com o sociólogo, mesmo na atualidade ainda continuam trabalhando para esclarecer os moradores e usuários sobre a missão do Parque e o papel de cada entidade parceira na gestão do mesmo, apesar de ainda permanecerem algumas incompreensões.

Na última revisão da carta/mapa do parque para o período 2013-2025, segundo Micoud (2014), a população teve uma participação bem mais intensa, sendo o alvo e os atores principais no processo de preparação deste documento de planejamento, elaborado com base em 96 reuniões de trabalhos realizados entre os anos 2009 e 2011, voltados para discutir os principais eixos de ações da carta/mapa e fomentar a participação democrática e cidadã da população sobre as missões e diretrizes da gestão do parque.

- **Instrumentos e estratégias de gestão do PNR do *Pilat***

Carta/mapa do Parque

O PNR do *Pilat* teve sua primeira carta/mapa assinada em 17 de maio de 1974 e, em 1991 obteve sua segunda ratificação aprovada pelo Estado, atualizando sua situação e definindo sua missão para os próximos dez anos. Posteriormente, a carta foi aprovada pelo Estado em 2012 e a cada 12 anos, como outros parques regionais franceses, deve ser revista a fim de manter o rótulo PNR (ECO-EQUADOR, 2005-2006).

Atualmente, após a última revisão, o PNR do *Pilat* já tem sua carta prospectiva discutida e aprovada pelas coletividades locais (*communes e intercommunalités*) para 2025, subdividida em cinco eixos principais de ações, dentre eles:

1. **Gestão controlada dos espaços e dos recursos** – visando implementar um tipo de gestão sustentável para o território do *Pilat*, o primeiro eixo da carta prospectiva pretende concretizar a missão do parque e manter a imagem positiva da marca PNR junto aos habitantes/trabalhadores locais e coletividades parceiras por meio de ações e estratégias tais como: (i) manejo da biodiversidade e sua evolução; (ii) proteção e gestão dos espaços naturais notáveis; (iii) preservação da rede de corredores vegetais e aquáticos; (iv) valorização dos elementos estruturais da paisagem como a costa *rhodanienne* e as bordas do *Pilat*; (v) utilização de uma abordagem sustentável para o planejamento urbano através do uso eficiente dos recursos, a fim de garantir uma identidade rural e promover um novo estilo de vida coletivo para os habitantes, trabalhadores e parceiros do parque.
2. **Modos de vida mais sóbrios e mais solidários** – este eixo se inscreve na perspectiva de valorização e conservação dos modos de vida e projetos

arquiteturais existentes. De acordo com a proposta da nova carta, essas ações deverão ser implementadas por meio de várias linhas de atuação, dentre elas: (i) adaptação dos habitats existentes; (ii) construção para favorecer os laços sociais, a sobriedade proprietária e energética; (iii) desenvolvimento e promoção da eco-mobilidade através da Casa da Mobilidade; (iv) gestão de infraestruturas compatíveis com as questões do território; (v) promoção de comportamentos de lazer de baixo impacto sobre o meio ambiente; (vi) desenvolvimento de ofertas de lazer flexíveis para todos os públicos; (vii) fomento à descoberta do patrimônio humano do *Pilat*; e (viii) incentivo a uma vida cultural dinâmica.

3. **Modos de produção sustentáveis ligadas ao consumo local** – voltada para potencializar as atividades produtivas locais, o terceiro eixo da carta vislumbra: (i) melhorar o desempenho ambiental das empresas agrícolas; (ii) diversificar e valorizar localmente os produtos e serviços da agricultura do *Pilat*; (iii) valorizar a profissão do agricultor; (iv) garantir a gestão sustentável das florestas, antecipando as mudanças climáticas; (v) descobrir formas de valorização local dos recursos madeireiros; (vi) favorecer as práticas dos operadores turísticos segundo os princípios do turismo sustentável; (vii) promover o território como um destino ecoturístico; (viii) melhorar a performance ambiental e social das coletividades e negócios locais; (ix) implementar uma política de desenvolvimento econômico e de serviços; (x) manter e criar atividades geradoras de empregos não realocáveis; (xi) buscar prioritariamente a sobriedade e eficácia do consumo energético; (xii) desenvolver localmente as energias renováveis, respeitando o meio ambiente e as paisagens, em benefício do território e dos atores locais; (xiii) assegurar a coerência dos planos climáticos-energéticos territoriais.

4. **Um parque-ator do e além do território regional** – neste eixo a ideia central é tornar o PNR do *Pilat* um território pró-ativo através de práticas sustentáveis e de fortalecimento político-institucionais, por meio de ações como: (i) organização da sinergia entre o Sindicato Misto do parque e as coletividades do território; (ii) desenvolvimento de relações com as metrópoles e coletividade vizinhas; (iii) favorecimento de reflexões prospectivas e antecipação de desafios futuros; (iv) transformação do parque em um lugar privilegiado para a experimentação e a pesquisa; (v) participação nas redes departamentais,

regionais, nacionais e europeias; (vi) fomento de projetos de cooperação inter-territoriais e internacionais.

5. **Mobilização de todos os cidadãos para uma nova era** – por fim, seguindo a tônica de transformação do parque em um território ativo, a carta-mapa 2013-2025 vislumbra implementar práticas socioeducativas visando à formação de recursos humanos em atores cidadãos comprometidos com o presente e o futuro do parque por meio de estratégias a serem adotadas como: (i) educação e sensibilização dos mais jovens sobre e para o território; (ii) difusão de conhecimentos ao grande público; (iii) compartilhamento do projeto territorial com a população do parque e seus entornos e; (iv) desenvolvimento de capacidades entre os habitantes (*PLAN DE PARC DE LA CHARTE DU PILAT 'OBJECTIF 2025', 2011*).

Estes 05 eixos traduzem as principais propostas de ações prospectivas a serem adotadas pelas coletividades que compõem o Sindicato Misto e para o próprio Estado, que deverão ser materializadas em políticas públicas e ações concretas no parque, visando ao desenvolvimento territorial e à sustentabilidade das futuras gerações, pelo menos até o ano 2025. De acordo com o documento de avaliação de gestão do Parque, a nova carta/mapa já está validada por meio do decreto interministerial de 23 de outubro de 2012 e reconhecida como parte da Agenda 21 pelo Ministério da Ecologia, do Desenvolvimento Sustentável e da Energia desde junho de 2013 (*PNR DU PILAT, 2011*).

Parcerias interinstitucionais

Assim como as demais categorias de áreas protegidas na França, o PNR do *Pilat* dispõe de um malha de parcerias interinstitucionais que subsidiam a organização político-institucional e planos de ações desenvolvidos no parque. Estes incluem as Associações de Proteção do Meio Ambiente, Câmaras Consulares (agricultura, comércio e indústria,) Centros Regionais de Propriedades Florestais, Instituto Nacional de Florestas, Federação de Caçadores e Pescadores da região, além de Comissões Departamentais de Turismo, dentre outros (Quadro 01). Além destes atores, o PNR do *Pilat* trabalha em parceria com diversos cientistas que monitoram ações do parque endossando abordagens, assessorando sobre questões importantes tais como estudos de

impacto ambiental, inventários, estabelecimento de protocolos científicos, reflexões e orientações sobre corredores ecológicos, entre outros (ECO-EQUADOR, 2005-2006).

Quadro 01 - Parceiros institucionais do Parque Natural Regional do *Pilat*.

Fonte: Eco-Ecuador, 2005-2006.

<p>Région Rhône-Alpes Conseil Général de la Loire Conseil Général du Rhône Communes du territoire et Villes-Portes Fédération des Parcs naturels régionaux de France Ministère de l'Environnement, de l'énergie et de la mer DIREN Rhône-Alpes Union européenne Direction Régionale des Affaires Culturelles (DRAC Rhône-Alpes) Direction Départementale de l'Equipement Ministère de la Jeunesse et des Sports Education nationale Communauté de Communes de la Région de Condrieu Communauté de Communes de la Déôme Communauté de Communes du Pilat Rhodanien SIVOM du Haut-Pilat Syndicat Intercommunal du Pays du Gier Saint-Étienne Métropole Office National des Forêts (ONF) Centre Régional de la Propriété forestière (CRPF) Fédérations Départementales de Chasse et Pêche Fédération Rhône-Alpes pour la Protection de la Nature (FRAPNA) Ligue de Protection des Oiseaux (LPO) Comité d'Expansion Economique 42 Chambres consulaires : Agriculture, Métiers, Commerce & Industrie Conseil Economique et Social de la Région Rhône-Alpes Conseil Scientifique du Parc Maison de l'Eau et de l'Environnement (CPIE de Marllhes) Centre d'Observation de la Nature de l'Ile du Beurre (CONIB) Guides Animateurs du Pilat Fédération des Habitants, Usagers et Amis du Parc L'Eau qui bruit Maison de Tourisme du Parc Comité Régional de Tourisme Comité Départemental du Tourisme de la Loire (CDT LOIRE) Comité Départemental du Tourisme du Rhône (CDT RHONE) Offices de Tourisme et Syndicats d'Initiative du Parc et des Villes Portes Inter Parcs Massif Central (IPAMAC) Association de sauvegarde de la Chartreuse de Sainte-Croix-en-Jarez Esplanade de Saint-Etienne APTANA Association Culturelle du Pilat Graine de Malice Conservatoire Botanique National du Massif Central</p>	<p>CDES de la Loire et du Rhône ADASEA de la Loire CEIPAL Comité de développement agricole du Haut-Pilat Confédération Paysanne FDSEA Bourg-Argental Groupement des Sylviculteurs du Pilat INRA-ENSAIA de Nancy Syndicats caprins de la Loire et du Rhône Syndicat de défense de la "Rigotte de Condrieu" Action Conseil ADIE Agence Nationale Pour l'Emploi (ANPE) Cap Emploi Direction Départementale du Travail, de l'Emploi et de la Formation Professionnelle de la Loire (DDTEFP) Fonds Formation CES GRETA MIFE Saint Etienne Mission locale Gier Pilat Plates Formes d'Initiative Locale (ARPI – LIDIE) AFAQ Agence de l'Environnement et de la Maîtrise de l'Energie (ADEME) BE CESAME Cabinet SITELLE Ecole Nationale Supérieure des Mines de Saint-Etienne EDF ESRI Rhônalpénergie Environnement Hespul Héliose SDAP Service Départemental d'Incendie et de Sécurité (SDIS) Société d'Encouragement aux Métiers d'Art (SEMA) Société Elf Société ONYX Syndicat Départemental d'Energies du Rhône (SYDER) Syndicat Intercommunal d'Energies de la Loire (SIEL)</p>
---	---

▪ **Atividades desenvolvidas no parque**

Seguindo a tônica dos parques regionais franceses, o PNR do *Pilat* tem como principal missão "proteger e melhorar o desenvolvimento natural, cultural e humano do seu território" (*PNR DU PILAT*, 2011).

A assistência arquitetônica é um dos pontos em que o parque tem trabalhado desde meados da década de 1970, e até então continua sendo sua prioridade. Para tanto, fomenta diversas atividades sócio-produtivas e culturais visando ao atendimento dos objetivos da carta/mapa. Dentre as principais atividades desenvolvidas no interior desta área protegida se destacam:

a) Turismo e lazer

A atividade turística se apresenta como um dos principais focos de desenvolvimento local, congregando diversos atrativos como sítios naturais, elementos do patrimônio arquitetônico local, paisagens intocadas, festivais gastronômicos e musicais, tradições culturais e produtos regionais, constituindo-se como uma das mais importantes atividades na geração de emprego e renda.

Além disso, caminhadas e esportes de inverno concentram grande parte das atividades turísticas e de lazer, amparados por um conjunto de trilhas e caminhos florestais para passeios a cavalo e práticas de ciclismo, bem como os desportos aquáticos praticados no *Condrieu*, o maior rio artificial da França situado em *Saint-Pierre-de-Boeuf*.

Os recursos hídricos do *Pilat* desempenham um papel vital no desenvolvimento econômico da região. Dada à utilização da água potável das montanhas, a proteção deste recurso é um grande desafio para os gestores do parque, já que as atividades da indústria química e a presença de uma usina nuclear na margem esquerda do rio Rhône são ameaças de forte poluição para toda a região (*ECO-EQUADOR*, 2005-2006).

✓ Carta europeia de turismo sustentável

A carta europeia de turismo sustentável em áreas protegidas é uma ferramenta de gerenciamento do turismo sustentável e um selo de qualidade, uma vez que o parque a possui para alcançar uma estratégia global e implementar um plano de ação para a

gestão do turismo sustentável na Europa. O PNR do *Pilat* aderiu à carta europeia em 2003 e, como tal, teve que se adequar aos princípios da sustentabilidade ao tratar de temas como a proteção e valorização do patrimônio cultural e paisagístico, o desenvolvimento econômico e social, preservação e a melhoria da qualidade de vida dos moradores, bem como dominar o atendimento e melhorar a qualidade da oferta, de acordo com os princípios deste documento de gestão.

b) Agricultura e floresta

Com cerca de 1.800 empregos (16% dos postos de trabalho no território do parque), a agricultura continua a ser um importante setor no conjunto das atividades produtivas do parque do *Pilat*. A fim de elaborar produtos genuínos e garantir a sua origem, a agricultura do PNR do *Pilat* está cada vez mais se voltando para o beneficiamento de alimentos com certificação de origem controlada (AOC) e de origem protegida (AOP), como é o caso do *Rigotte de Condrieu*, um tipo de queijo de cabra que, após mais de dez anos de trabalho, conseguiu estes importantes selos de certificação. Além disso, os vinhos estão entre os produtos de primeira qualidade do parque, identificados por seus rótulos de certificação como o *Côte-Rôtie*, *Saint-Joseph*, o *Condrieu* ou o *Château-Grillet*, este dois últimos considerados entre os melhores vinhos brancos da *Côte du Rhône*, conhecidos mundialmente.

Atualmente, aproximadamente 1.335 fazendas estão presentes na área, mas apenas 650 sendo exploradas profissionalmente por trabalhadores operacionais que trabalham em tempo integral, com uma área de exploração agrícola de cerca de 25 hectares em média por fazenda (ECO-EQUADOR, 2005-2006).

As ações agrícolas do parque procuram obedecer às diretrizes da nova Política Agrícola Comum (PAC), promovendo os sistemas de produção sustentáveis, apoiando o desenvolvimento de produtos e serviços de qualidade e garantindo a coerência das políticas agrícolas. De acordo com estudo realizado sobre esta zona protegida (ECO-EQUADOR, 2005-2006), são fomentadas a produção de diversos produtos no território do parque, com destaque para a criação de vacas leiteiras, cabras, produção de vinhos, frutas, dentre outras (criações domésticas de alguns tipos de aves para comercialização de carnes, ovos e penas).

Quanto à produção florestal, cobrindo cerca de 35.000 ha do território, a floresta é um importante recurso natural do maciço do *Pilat*, no entanto, ainda permanece subutilizada, conforme destacam os gestores do parque (L'ECHO, 2014). Cerca de dezessete (17) empresas empregam aproximadamente 170 funcionários, colocando a indústria madeireira como essencialmente primária no setor de processamento, que se constitui em atividades de serraria, aplainamento e marcenaria.

c) Ações culturais

A política cultural do parque visa a apoiar e desenvolver iniciativas culturais, coordenando ofertas no seu território para promover o intercâmbio e criação de redes de cooperação com outros territórios ou outros parceiros dentro da Europa, assim como outros parques naturais.

As ações do parque são ricas e diversificadas com várias iniciativas como festivais e eventos culturais, exposições, residências artísticas, artes cênicas, música, artes visuais, práticas amadoras, dentre outros.

Em suma, fazendo um balanço geral pode-se aferir que o parque do *Pilat* vem concretizando o tipo de política territorial vislumbrada pelos precursores dos modelos de áreas protegidas na França. Após 42 anos de criação, esta área protegida vem contribuindo para implementar um modelo de desenvolvimento territorial que coaduna preservação, valorização das riquezas naturais e culturais e melhoria da qualidade de vida do homem do campo.

Em matéria de desenvolvimento agrícola, o parque tem favorecido um tipo de sustentabilidade ao contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural, além do caráter da proteção e cuidado com o meio ambiente, tudo isso por si só já valeram a pena os investimentos alocados na sua criação e consolidação como área protegida.

A carta/mapa prospectiva para o ano de 2025 deixa clara a preocupação desta zona protegida em implementar um tipo de política territorial transparente e coerente, consolidando-se como uma importante ferramenta de gestão territorial, atuando sobre uma problemática que vem se reproduzindo no decorrer dos anos na França, que é

manter o dinamismo territorial entre as diferentes organizações e divisões do seu território (*pays, commune, ville, département e région*).

Uma análise crítica se faz necessária, principalmente quando se relaciona o planejamento àquilo que realmente é executado. No âmbito da análise do trabalho a Ergonomia denomina essa relação de “trabalho prescrito e trabalho real”. Nesse caso o trabalho real, aquele finalizado, quase sempre não é o mesmo que aquele inicialmente projetado. É nesta perspectiva que iremos analisar os reflexos das políticas de proteção dos espaços sobre as formas de trabalho dos moradores/trabalhadores do Parque Natural Regional do *Pilat*, com a pesquisa de campo realizada na *commune Sainte-Croix-en-Jarez*.

3. Estudo de caso - reflexos das políticas territoriais francesas na *commune Sainte-Croix-en-Jarez*, PNR do *Pilat*

▪ *Commune Sainte-Croix-en-Jarez* – de mosteiro a centro histórico-cultural protegido

Sainte-Croix-en-Jarez é uma pequena vila do sudeste da França, situada na região Rhône-Alpes, pertencente à coletividade territorial da cidade de *Saint-Étienne*. Desde 2015, com a reforma departamental, passou a fazer parte do distrito do *Pilat* - N° 8, no Departamento da *Loire* (<http://trouveruneville.fr/ville/42/sainte-croix-en-jarez>). Suas coordenadas geográficas distribuem-se em 45° 28' 44" Norte e 4° 38' 49" Leste, com altitudes Min. 349 m – Max. 955 m (Figura 04).

Situada no Parque Natural Regional do *Pilat* a 420 metros de altitude (Figura 05), *Sainte-Croix-en-Jarez* teve uma população estimada no ano de 2013 de 437 habitantes, com uma densidade populacional de 36 habitantes por km². Os habitantes deste antigo monastério, são conhecidos como *les Cartusiens et les Cartusiennes*. Possui uma rica paisagem arquitetural com pinturas religiosas e pedrarias murais datados do início do século XIV (<https://fr.geneawiki.com>, 2016).



Figura 04- Localização de *Sainte-Croix-en-Jarez* no território do distrito do *Pilat*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

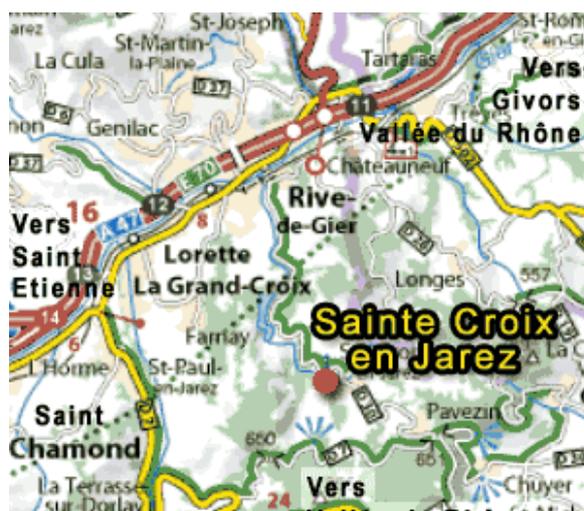


Figura 05 Localização de *Sainte-Croix-en-Jarez* no território do Parque Natural Regional do *Pilat*.
Fonte: www.recoin.fr, 2015.

▪ **Histórico da *commune***

Sainte-Croix-en-Jarez possui uma história marcada pela combinação de um conjunto de fatores que a moldaram em um rico *carrefour* sociocultural, unindo a tradição medieval, nascida de sua relação com a religião católica por meio da ordem religiosa dos *Chartreux* que por lá se instalou e, na contemporaneidade, pelos novos arranjos territoriais advindos dos movimentos ecológicos de proteção da natureza e conservação do patrimônio histórico-cultural.

Esta pequena vila já foi palco de grandes eventos no passado que a transformaram na atualidade em lugar de passagem e ponto de intersecção de milhares de turistas que para lá se dirigem em busca de conhecer sua história, ter acesso aos produtos de origem agrícola bioecológicos e contemplar as belezas naturais, resultado do intenso trabalho de diversas coletividades territoriais (representantes governamentais e não-governamentais, iniciativa privada, entidades representativas de trabalhadores, dentre outros) que atuam coletivamente imbuídas de preservar a história, a arquitetura patrimonial e desenvolver ações visando à manutenção dos serviços ambientais e à melhoria da qualidade de vida dos moradores e trabalhadores locais.

Sainte-Croix-en-Jarez é um antigo mosteiro fundado entre os anos de 1277-80 por uma viúva que viu seu marido desaparecer na região de *Saint Acre*. Beatrice de la

Tour du Pin, viúva de William de Roussillon, teria fundado esse mosteiro em função de querer honrar a memória de seu marido, construindo um lugar dedicado somente à oração, que mais tarde foi repassada à ordem religiosa dos *Chartreux*, fundada por Saint Bruno em 1084 que, segundo relatos dos moradores da região, recebeu esse nome em função do famoso licor produzido pelos monges do maciço da *Chartreuse*.

No período revolucionário, esse lugarejo foi alvo de ataques e ações dos insurretos que a deixaram totalmente desestruturada. A ordem religiosa se manteve até 1792 após confisco da propriedade durante a Revolução. Em 1794 foi vendido em leilão, dividido em 44 lotes para famílias que se estabeleceram em seu interior. Após o período revolucionário o mosteiro permaneceu sob o nome de *Sainte-Croix-en-Pavezin* em decorrência de sua relação com o município vizinho de *Pavezin*. Em 1888 tornou-se uma *commune* independente, recebendo o nome de *Sainte-Croix-en-Jarez*.

Após sua autonomia política a *commune* já teve vários administradores (*maires*) e atualmente está sob a administração de Daniel TORGUES (Figura 06) com exercício de mandato para 2014-2020.



Figura 06 - Entrevista com o administrador (*le maire*) de *Sainte-Croix-en-Jarez*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.



Figura 07 - Vista do prédio da prefeitura (*mairie*) de *Sainte-Croix-en-Jarez*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

▪ Serviços oferecidos

Sainte-Croix-en-Jarez dispõe de treze principais tipos de serviços comerciais oferecidos à população (<http://trouveruneville.fr/ville/42/sainte-croix-en-jarez>), dividido em nove setores, com destaque para o artesanato, o setor de acomodações, as atividades

de manutenção de casas e equipamentos agrícolas, turismo, atividades físicas, e serviços de creches e restaurantes, conforme evidenciado nas figuras 08, 09, 10 e 11.



Figura 08 - Vista do patrimônio arquitetônico de *Sainte-Croix-en-Jarez*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.



Figura 09 - Serviço de creche oferecido em *Sainte-Croix-en-Jarez*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.



Figura 10 - Serviços de manutenção de equipamentos agrícolas.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.



Figura 11 - Atividades desportivas oferecidas aos moradores e turistas de *Sainte-Croix-en-Jarez*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

▪ Trabalho e atividades produtivas em *Sainte-Croix-en-Jarez*

Assim como nas demais sociedades humanas, o trabalho em *Sainte-Croix-en-Jarez* exerce função primordial de garantir sobrevivência, dar humanidade e proporcionar liberdade aos indivíduos, no sentido arendtiano quando se refere ao trabalho como atividade da ação e da práxis. É o meio pelo qual os trabalhadores

exercem suas “*activités*”, incorporando no processo de produção os conhecimentos técnicos, suas experiências práticas e seus *savoir-faire* de forma multidimensional na realização concreta das atividades que o trabalho agrícola exige.

Em *Sainte-Croix-en-Jarez*, o uso do espaço segue a dinâmica das demais áreas rurais na França, sendo praticado um tipo de agricultura multifuncional, possibilitando criar uma dinâmica de uso polivalente do espaço, tanto no exercício da prática laboral como nos diversos tipos de relações sociais estabelecidas entre os trabalhadores e seus respectivos ambientes de moradia e trabalho.

As pesquisas de campo indicam que em *Sainte-Croix-en-Jarez* as atividades ligadas à agricultura e aos serviços vinculados ao turismo, como hotelaria e restaurantes (Figura 12), ocupam um lugar estratégico no conjunto das *activités* desenvolvidas pelos moradores/trabalhadores locais, apesar de se notar uma multifuncionalidade nas práticas laborais que atuam como subsidiárias no conjunto das atividades produtivas geradores de renda, conforme mostra a figura 13.

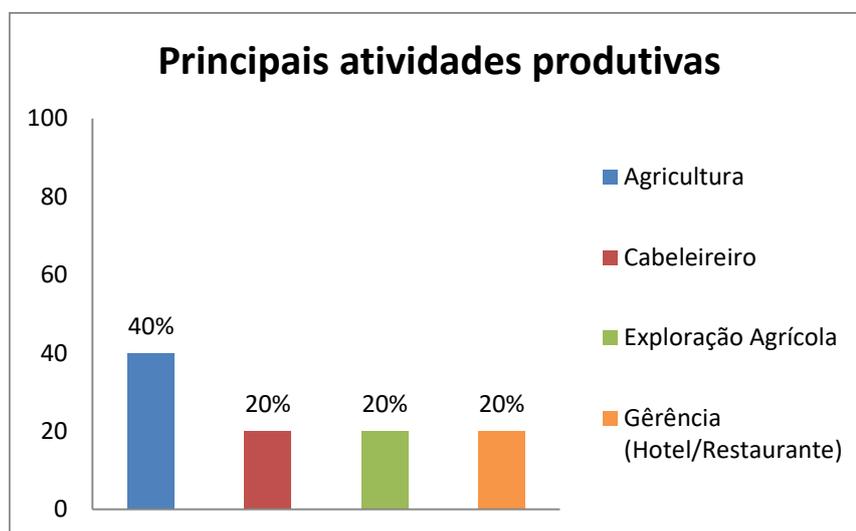


Figura 12 - Principais atividades produtivas em *Sainte-Croix-en-Jarez*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

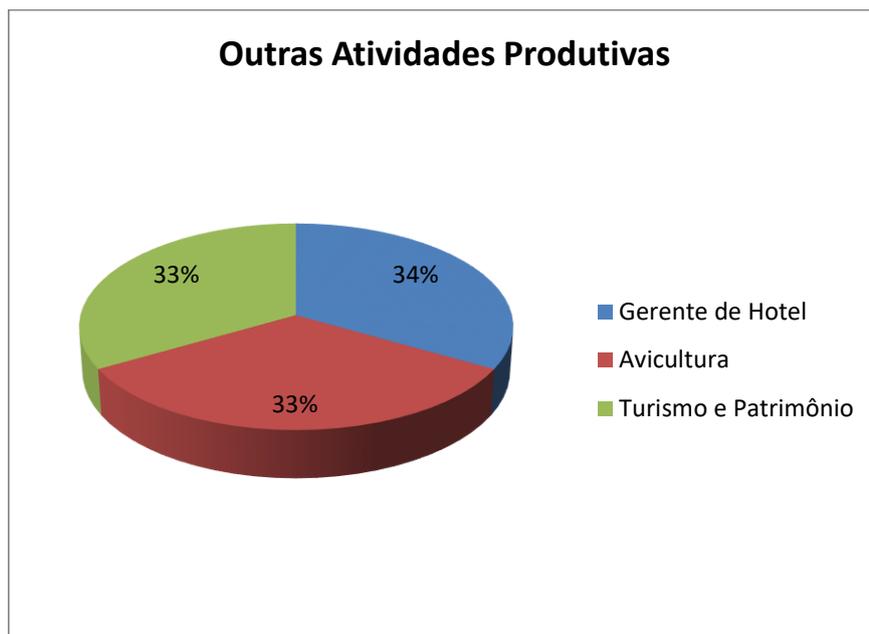


Figura 13 - Atividades produtivas subsidiárias em *Sainte-Croix-en-Jarez*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Como já destacado anteriormente, o trabalho em *Sainte-Croix-en-Jarez* é exercido de forma multidimensional pelos moradores e trabalhadores desta localidade, em que entram em cena diferentes estratégias laborais no conjunto das atividades produtivas. Estas atividades constituem uma das bases sólidas da economia local e se apresentam como ações amplas e transversais no âmbito do projeto de gestão do PNR do *Pilat*, vislumbrado nas linhas de ações de sua carta/mapa, cujos temas voltam-se para o fomento das atividades agrícolas, da proteção do meio ambiente, do turismo, do patrimônio arquitetônico, dentre outras.

- **Família e atividades produtivas**

No que diz respeito à participação da família no processo produtivo, os dados de campo sugerem uma maior participação do homem nas práticas laborais, vinculadas às atividades agrícolas, com pouca inserção dos jovens na força de trabalho.

A maioria dos entrevistados se apresentou do sexo masculino (83%, Figura 14) com uma média de até 03 filhos por núcleo familiar (Figura 15). Nota-se que a média de filhos da família rural francesa apresenta-se baixa, quando comparada com o tamanho

das famílias rurais amazônicas, em média de até 08 filhos por família, sugerindo que esta condição possa estar influenciando diretamente na pouca participação dos jovens no conjunto das atividades agrícolas na França, além da tendência natural desta parcela da população em abandonar o meio rural por uma série de fatores como a pouca atratividade do setor e as duras jornadas de trabalho, conforme já mencionado no decorrer da pesquisa.

No levantamento de campo, durante a aplicação dos formulários e da realização das entrevistas, observou-se o protagonismo do chefe da família (homem) no controle e domínio das informações relativas ao trabalho agrícola (agricultura, pecuária, charcuteria, entre outras), sugerindo o domínio masculino neste ramo do trabalho, apesar de saber da presença da mão de obra feminina no conjunto das atividades agrícolas francesas.

É válido destacar que estas informações aferidas, principalmente no que se refere à divisão sexual do trabalho agrícola na localidade pesquisada, talvez seja apenas uma percepção parcial, sendo necessária uma maior inserção do pesquisador junto ao mundo rural francês, que poderá ser realizada em outra oportunidade de pesquisa.

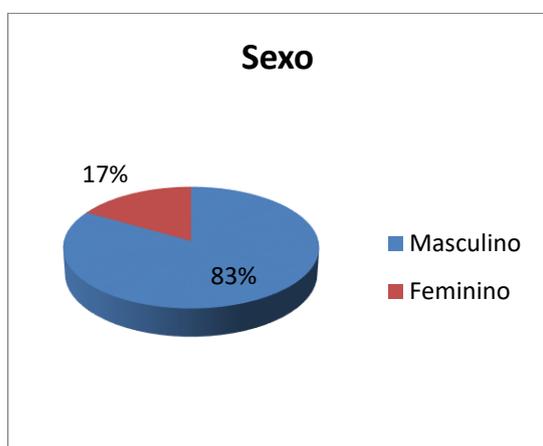


Figura 14 - Divisão de gênero dos entrevistados na pesquisa de campo em *Sainte-Croix-en-Jarez*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

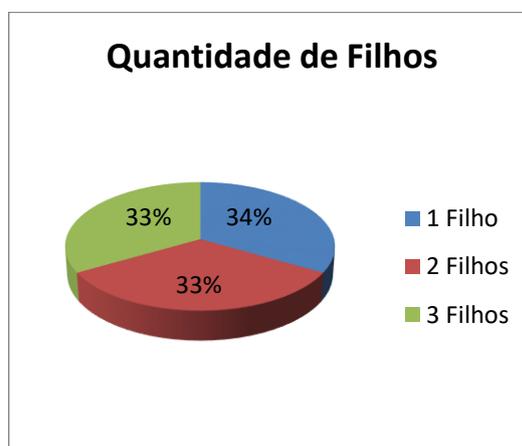


Figura 15 - Média do número de filhos por família em *Sainte-Croix-en-Jarez*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Outro aspecto que merece ser destacado é a valorização do contrato do casamento entre as famílias rurais francesas e uma tendência para concentração do modelo de família nuclear, onde pai, mãe e filhos ocupam uma única residência. Do

total de entrevistados (06 indivíduos), 66% se declarou casado, 17% solteiro e 17% divorciado, conforme destaca a figura 16. Quando perguntado sobre o número de pessoas por residência, a maioria declarou morar com até quatro (04) pessoas em uma única residência (Figura 17), diferentemente da realidade rural amazônica, cuja média atinge até 07 pessoas por núcleo familiar. Estas diferenças na composição familiar, verificadas na França e no Brasil, além de eminentemente estarem vinculadas aos aspectos culturais de cada país, também podem ser reflexo das políticas oficiais francesas adotadas no passado, advindas após os momentos de crise econômica pós-guerras. Inclusive atualmente as políticas sociais na França têm sido implementadas no sentido de fomentar o aumento do número de filhos por casal, já que as prospecções oficiais indicam uma tendência cada vez maior de envelhecimento da população e índices cada vez mais reduzidos dos jovens na participação da força de trabalho entre a população economicamente ativa.

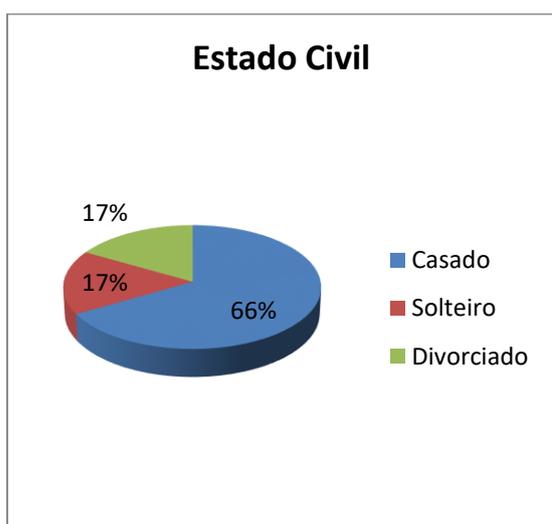


Figura 16 - Estado civil dos entrevistados em *Sainte-Croix-en-Jarez*.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

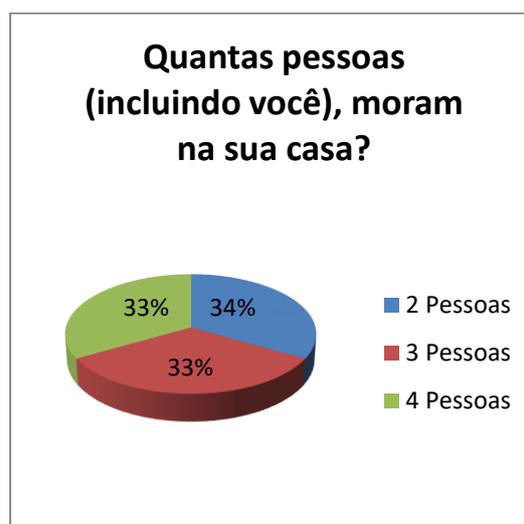


Figura 17 - Média do número de moradores por residência em *Sainte-Croix-en-Jarez*.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

- **Multifuncionalidade do território e das práticas agrícolas em *Sainte-Croix-en-Jarez***

A diversidade de solo e do clima explica a grande variedade de produtos e atividades agrícolas praticados em *Sainte-Croix-en-Jarez*, com destaque para o cultivo de hortas, pomares e vinhas, bem como a criação de animais (Figuras 18 e 19).



Figura 18 - Sistema de criação de animais em *Sainte-Croix-en-Jarez*.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.



Figura 19 - Vista parcial do cultivo de hortas em *Sainte-Croix-en-Jarez*.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A criação de aves e o beneficiamento de seus derivados tais como a produção de ovos (Figura 20), além da fabricação de uma variedade de queijos, mel, leites, doces, polpas (Figuras 21) e produtos de *charcuterie* como linguiças, salsichas, presuntos, salames, etc, (Figuras 22 e 23) são exemplos da multifuncionalidade das *activités* dos produtores de *Sainte-Croix-en-Jarez*. Essa polivalência de atividades é o reflexo da multiplicidade de políticas territoriais voltadas para o setor agrícola presentes em toda a extensão do Parque Natural Regional do *Pilat*, verificados na pesquisa de campo e nos boletins e relatórios de gestão desta zona protegida, já destacados anteriormente na pesquisa.



Figura 20 - Produção de ovos em *Sainte-Croix-en-Jarez*.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.



Figura 21 - Placa indicando os principais produtos produzidos, beneficiados e comercializados em *Sainte-Croix-en-Jarez*.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.



Figura 22 - Agricultor com produtos beneficiados e vendidos em *Sainte-Croix-en-Jarez*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.



Figura 23 - Variedade de produtos beneficiados localmente e comercializados diretamente com o consumidor em *Sainte-Croix-en-Jarez*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

No que diz respeito à sustentabilidade ecológica do uso dos solos, as práticas de manejo desenvolvidas pelos agricultores, baseadas nos sistemas agroecológicos que combinam a diversificação de cultivos e usos múltiplos dos territórios, favorecem a ciclagem de nutrientes e o combate à erosão do solo, através dos sistemas de barragens e irrigação (Figura 24), culminando no exercício de um tipo de agricultura sustentável, principalmente em relação à proteção das águas e dos lençóis freáticos, atualmente uma das maiores preocupações das políticas de proteção ambiental do governo francês.



Figura 24 - Barragem de proteção contra a erosão dos solos em *Sainte-Croix-en-Jarez*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.



Figura 25 - Realização de entrevista com produtor rural de *Sainte-Croix-en-Jarez*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A dinâmica do uso do território, caracterizado pela variedade de técnicas de cultivo e pelas atividades de trabalho a eles associados, garante um tipo diversificado de produtos, como já ressaltado anteriormente. Além disso, a estrutura turística e as ações de fomento à produção implantada no Parque do *Pilat* pelo governo e coletividades territoriais, favorece a comercialização direta dos produtores com o consumidor final (Figura 26), seja nas lojas/mercados ou mesmo com cooperativas de determinados segmentos produtivos como o leite, trazendo benefícios diretos para o produtor, que se traduz na melhoria da renda e qualidade de vida do trabalhador/morador local.

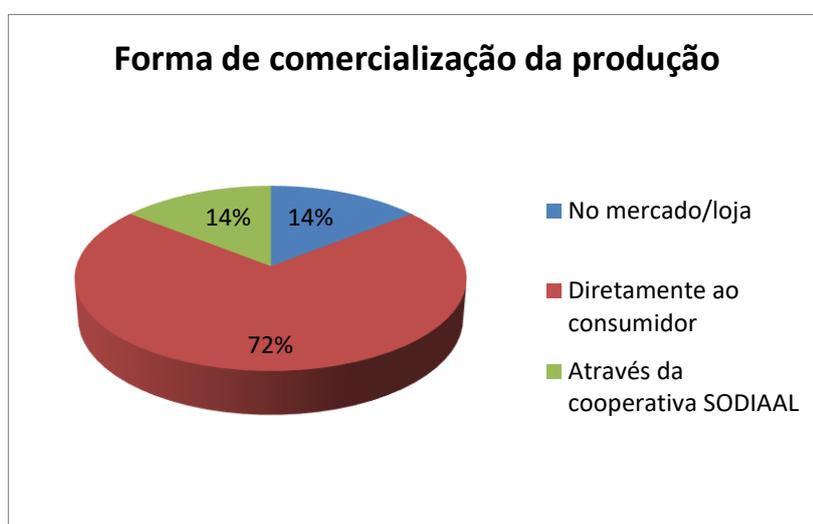


Figura 26 - Forma de comercialização da produção em *Sainte-Croix-en-Jarez*.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

- **Reflexos das políticas de proteção dos espaços sobre o trabalho e as atividades produtivas**

As políticas voltadas para os espaços protegidos na França têm tido diversos reflexos no conjunto das atividades produtivas em *Sainte-Croix-en-Jarez*. Pelo fato de a *commune* pertencer e estar plenamente inserida no circuito da gestão do Parque Natural Regional do *Pilat*, a maioria dos moradores/trabalhadores entrevistados concorda em reconhecer que o parque favorece as atividades produtivas, conforme evidenciado na figura 27.

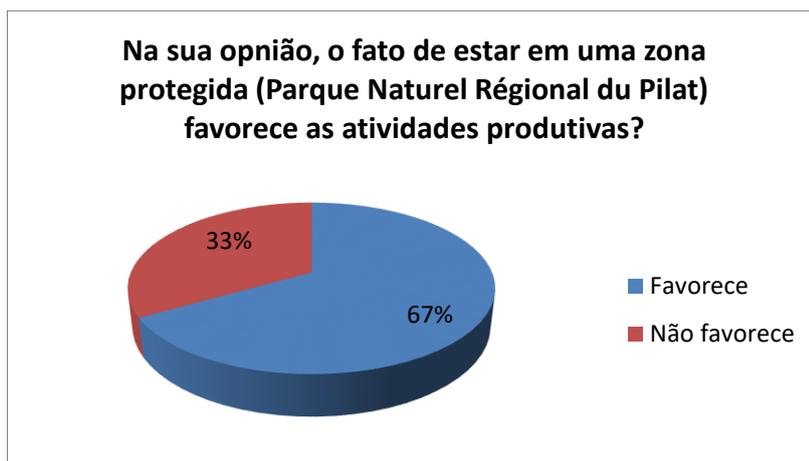


Figura 27 - Reflexos das políticas de proteção dos espaços sobre as atividades produtivas em *Sainte-Croix-en-Jarez*.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O favorecimento do parque em relação ao trabalho e às atividades produtivas dos moradores de *Sainte-Croix-en-Jarez* se concretiza principalmente em função das subvenções recebidas das coletividades governamentais (Figura 28) e na possibilidade de comercialização direta com os consumidores, seja na própria localidade ou em mercados próximos, no âmbito dos chamados mercados de circuito-curto.



Figura 28 - Recebimento de benefícios governamentais para o desenvolvimento de atividades produtivas em *Sainte-Croix-en-Jarez*,

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Quando perguntado se o fato do entrevistado morar e/ou trabalhar em uma área protegida tenha favorecido ou não o desenvolvimento de suas práticas produtivas, a grande maioria (Figura 27) reconheceu a importância das políticas públicas de fomento à produção rural, principalmente em função do turismo e dos modelos de mercados de circuito-curto, que possibilita a comercialização direta dos produtos cultivados e beneficiados localmente com o consumidor final, já evidenciado anteriormente. Somente um entrevistado (criador de gado), apontou o não-favorecimento em função das ações de fiscalização no interior do PNR do *Pilat* em não permitir a utilização de produtos ou práticas agrícolas causadoras de impactos ambientais, sobretudo nos sistemas de água dos lençóis freáticos da região.

A prática do turismo e a venda dos produtos diretamente ao consumidor ou cooperativas (Figura 29) despontam como importantes ramos da economia local, favorecida pela estrutura financiada pelo PNR do *Pilat* e demais atores governamentais como a União Europeia, através da Política Agrícola Comum (PAC), bem como as ajudas recebidas da iniciativa privada, como destacado na figura 30.

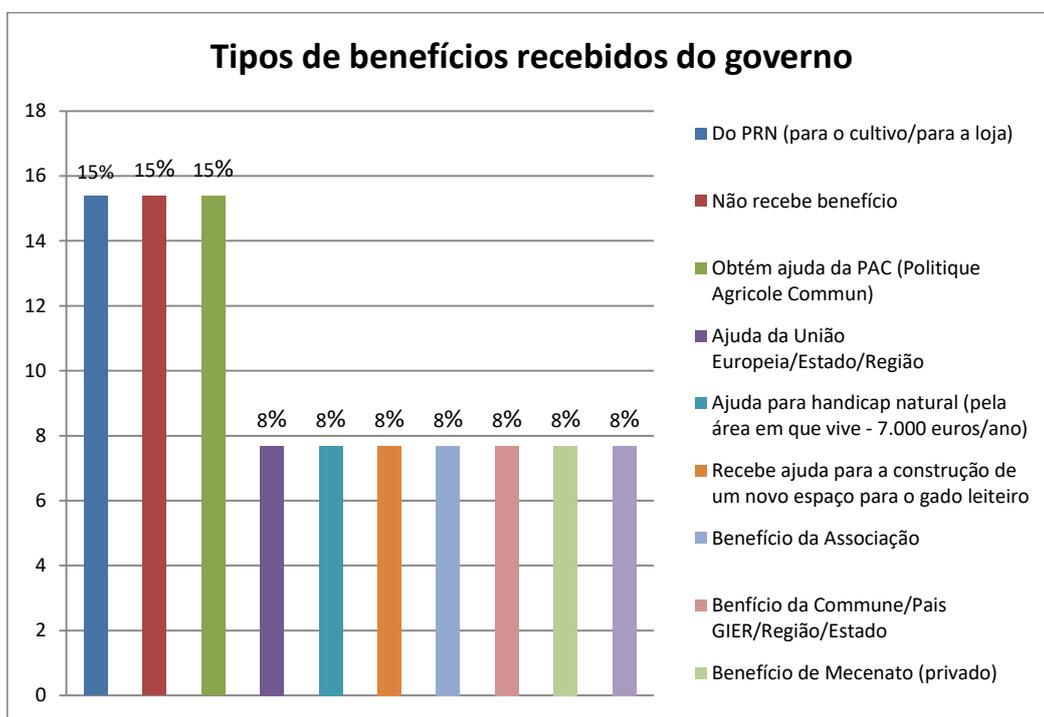


Figura 30 - Tipos de benefícios do governo aos produtores da *commune Sainte-Croix-en-Jarez*, pelo fato de estarem em uma área protegida.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Conforme já mencionado anteriormente neste estudo, uma preocupação constante na política de gestão do PNR do *Pilat* é proporcionar aos trabalhadores/moradores do parque um ambiente favorável para o desenvolvimento de suas práticas laborais que possam ser materializadas na qualidade de vida de seus habitantes. Em *Sainte-Croix-en-Jarez* os reflexos destas políticas podem ser notados de diferentes formas, seja no acesso à educação formal (como parte das ações governamentais em nível nacional), já que todos os moradores e trabalhadores entrevistados declararam possuir formação escolar técnica (Figura 31), seja no acesso às políticas de subvenções proporcionadas pela malha institucional presente em *Sainte-Croix-en-Jarez* (Figura 32), como o Sindicato Misto que, juntamente com os demais parceiros do parque vêm imprimindo ações integradas nesta *commune*.

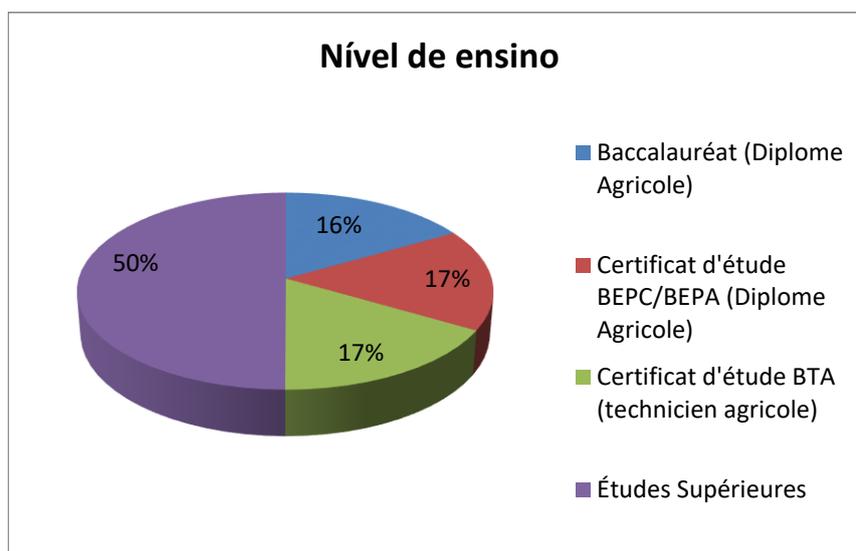


Figura 31 - Nível de ensino dos moradores/trabalhadores entrevistados em *Sainte-Croix-en-Jarez*.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

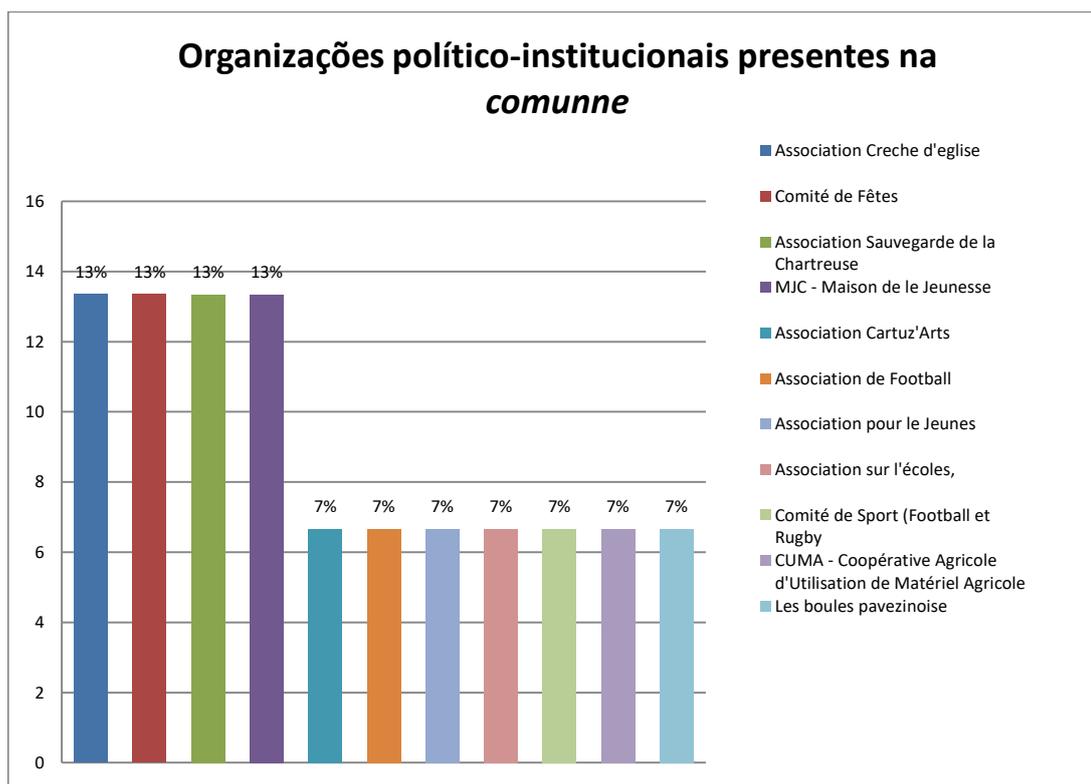


Figura 32 - Organizações político-institucionais presentes em *Sainte-Croix-en-Jarez*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na realidade todas as ações socioeconômicas, culturais e ambientais notadas em *Sainte-Croix-en-Jarez* são reflexos de um conjunto de políticas coerentes, implementadas no âmbito do projeto de gestão territorial definido na carta/mapa do PNR do *Pilat*, permitindo à *commune* e seus habitantes se beneficiarem de uma série de ações do Parque, tais como:

- Serviços de acompanhamentos da equipe técnica pluridisciplinar do parque;
- Acesso aos meios financeiros suplementares para as atividades dos projetos locais;
- Assessoria nos projetos de interesses coletivos da *commune* e do parque;
- Trocas de experiências inovadoras com outras coletividades territoriais com vistas a planejar ações sustentáveis para a localidade e para o próprio parque;
- Manutenção da identidade rural e da sua interação com aglomerações rurais da região;
- Acesso a ambientes naturais preservados;

- Uma melhor compreensão da vida de seu território;
- Ajuda, aconselhamento e apoio para antecipar questões e decisões importantes para o futuro da localidade (L'ECHO, 2014).

Estas e outras ações do governo francês como atividades de formação, gestão, fomento do turismo, qualificação para a prática do artesanato e gestão ambiental (Figura 33) fazem de *Sainte-Croix-en-Jarez* um lugar atrativo para a implementação de políticas públicas integradas à proposta da gestão territorial sustentável, transformada em qualidade de serviços, tanto para turistas como para os próprios moradores e trabalhadores locais, com reflexos nítidos na qualidade ambiental, territorial e nos meios e modos de vida local.

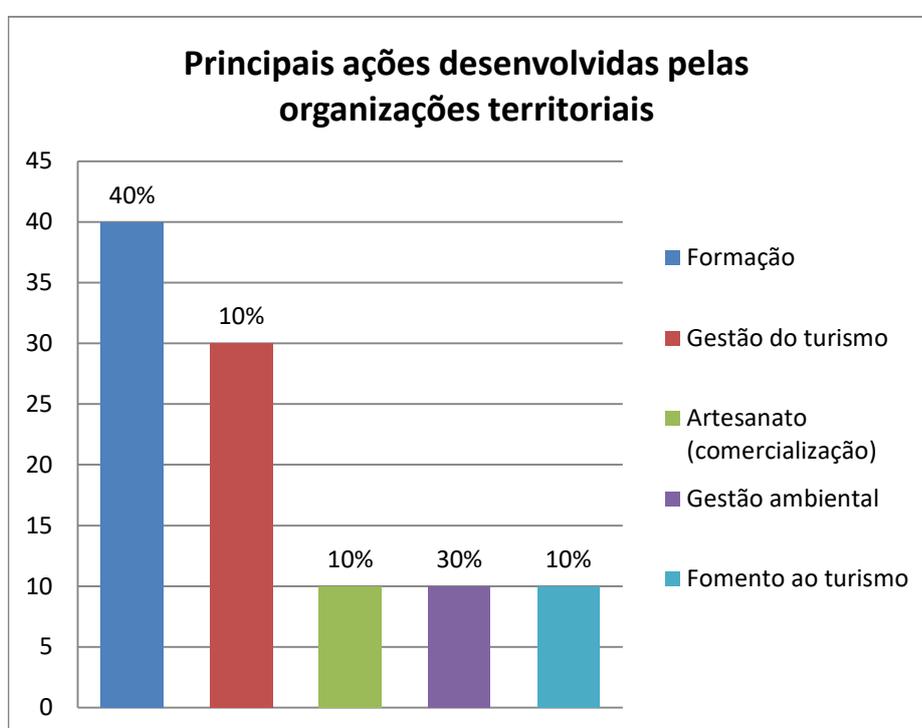


Figura 33 - Principais ações das organizações territoriais em *Sainte-Croix-en-Jarez*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

▪ Governança territorial em *Sainte-Croix-en-Jarez*

Entendendo o sentido da governança territorial como um conjunto concertado de ações do Estado e da sociedade civil em prol da gestão do território, em *Sainte-Croix-en-Jarez* a governança se apresenta em diferentes níveis e escalas.

Nesta localidade as políticas territoriais vêm sendo implementadas por meio da ação de uma rede de organizações governamentais e não-governamentais que atuam em diferentes frentes de ações, seja no processo de formação e capacitação, seja no fomento de atividades produtivas, fortalecimento organizacional e apoio ao turismo, conforme pode ser notado na figura 34.

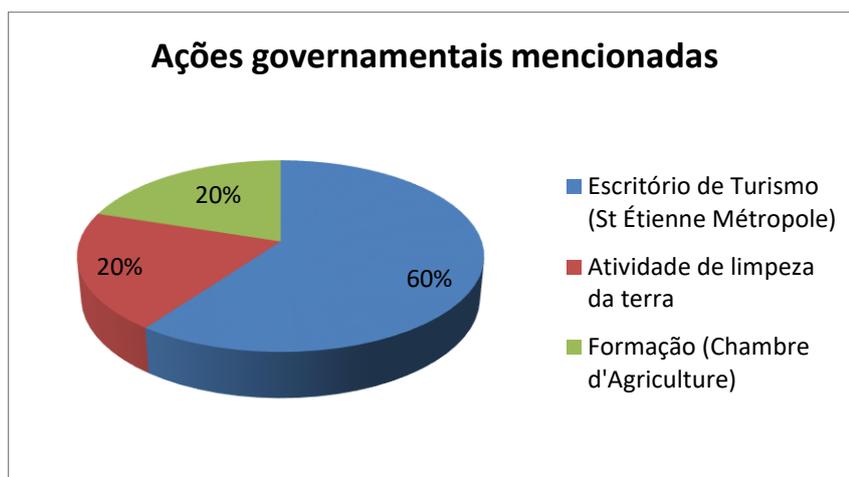


Figura 34 - Principais ações governamentais em *Sainte-Croix-en-Jarez*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Dentre os vários atores presentes em *Sainte-Croix-en-Jarez* pode-se citar a atuação do Sindicato Misto do Parque do *Pilat*, da Comunidade de Aglomerações *Saint-Étienne Métropole*, da Associação de *Sauvegarde de la Chartreuse de Sainte-Croix-en-Jarez*, dentre outras (Quadro 02). Esta última presidida por Jean Michel CHAUVET, atuando principalmente na proteção das edificações históricas e no fomento de eventos socioculturais como exposições, pinturas, culinária, esportes, turismo e outros, visando à “animação” da *commune*.

Para participar diretamente da gestão de *Sainte-Croix-en-Jarez* é necessário que cada ator social (Associação, Estado/PNR do *Pilat*, coletividade territorial, iniciativa privada e moradores) seja proprietário de imóveis ou de terras. Em contrapartida, amparados pela Lei *Malraux* dos anos 60 que rege sobre o dispositivo jurídico do patrimônio histórico e cultural a fim de assegurar a preservação dos monumentos e edificações históricas, os proprietários dos imóveis recebem vantagens fiscais para a preservação dos monumentos históricos, o que tem proporcionado implantar um sistema

de preservação e valorização dos monumentos históricos, pautados em projetos de fomento e valorização cultural do PNR.

A Associação de *Sauvegarde de la Chartreuse de Sainte-Croix-en-Jarez* é composta de 90 membros, gerida por um Conselho de Administração eleito por representantes da localidade, do PNR do *Pilat* e do Departamento do Conselho Regional do Rhône-Alpes, que se reúnem cinco vezes por ano para discutir políticas e ações voltadas para a *commune*, para o território do Parque do *Pilat* e para a área de influência da região da *Chartreuse*.

Quadro 02 – Organizações institucionais atuantes em *Sainte-Croix-en-Jarez*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

*Aglomeration Saint-Étienne Métropole
*Association Sauvegarde de la Chartreuse de Sainte-Croix-en-Jarez
*Association pour la Crèche Provençale
*Association pour le Jeunes
*Association Cartuz'Arts
*Association sur l'écoles
*Chambre d'Agriculture
* Coopérative SODIAAL
*Conseil Général Rhône-Alpes
*Comité de Fêtes
*Comité de Sport (Football et Rugby)
*Confédération des Paysants
*Conseil Municipal
*CUMA - Coopérative Agricole d'Utilisation de Matériel Agricole
*Les boules pavezinoise (village de Pavezin)
* Mécénat (privé)
*MJC - Maison de le Jeunesse
*Office de Tourisme (St Étienne Métropole)
* PAC (Politique Agricole Commun)
* Pays du Gier
*PNR du Pilat
*Union European

O canteiro de organizações governamentais e não-governamentais em *Sainte-Croix-en-Jarez* reflete por si só o modelo de governança territorial presente nas políticas de áreas protegidas na França. Ações públicas integradas e descentralizadas, presença de entidades representativas de trabalhadores e da iniciativa privada, bem como o favorecimento da participação cidadã por meio das instituições político-institucionais têm garantido ao PNR do *Pilat* implantar um modelo de gestão sustentável do ponto de vista político, econômico, cultural e ambiental. As pesquisas de campo evidenciam a pré-disposição da participação da população rural francesa, através de suas organizações

territoriais nas tomadas de decisões no âmbito das macropolíticas de gestão de seus territórios, conforme pode ser notado nas figuras 35 e 36.

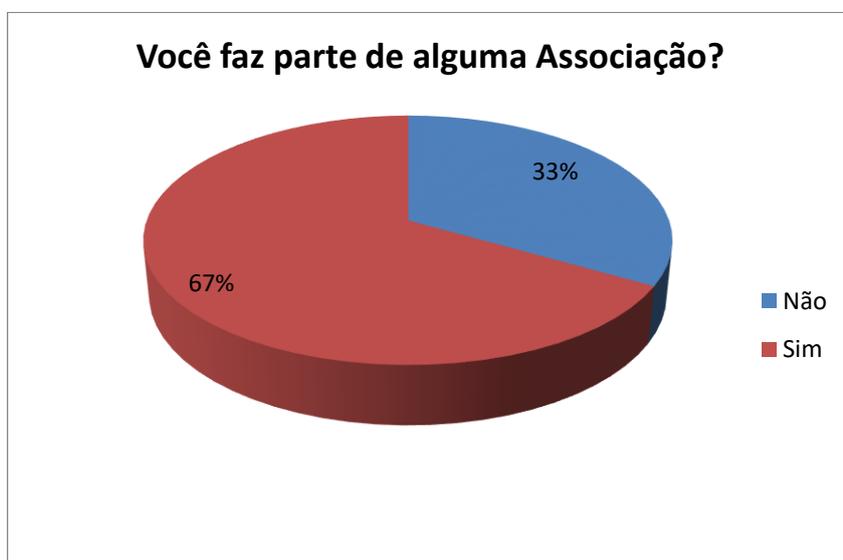


Figura 35 – Percentual da população entrevistada filiada a organizações institucionais (associação) em *Sainte-Croix-en-Jarez*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

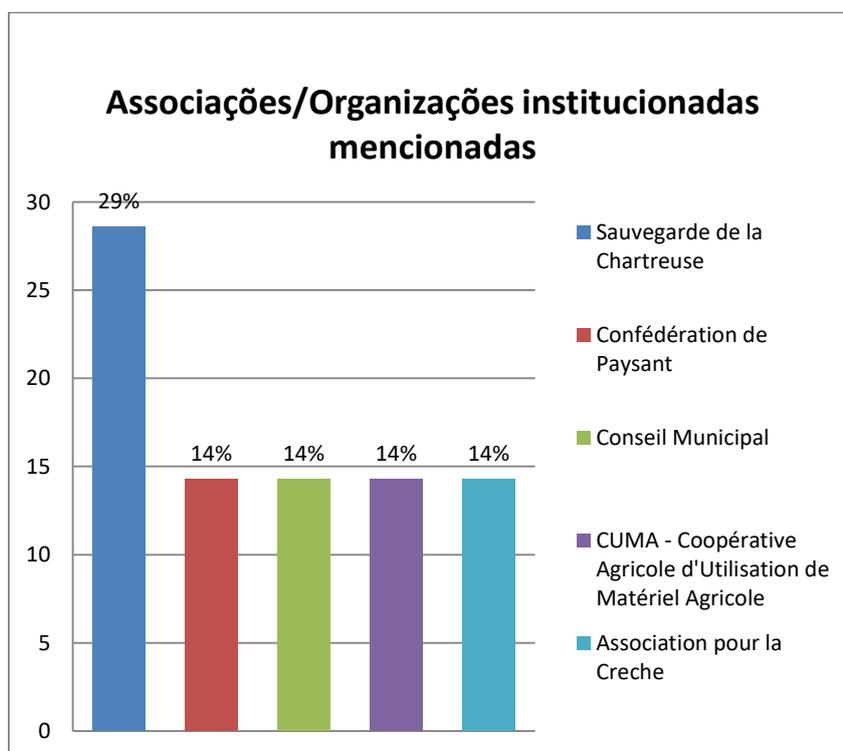


Figura 36 – Principais organizações institucionais (associações) presentes em *Sainte-Croix-en-Jarez*.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O modelo de gestão participativa e a variedade de organizações político-institucionais presentes em *Sainte-Croix-en-Jarez* caracterizam o grau de autonomia que a organização territorial desta *commune* dispõe atualmente no conjunto de políticas voltadas para o território francês que, em nossa interpretação, vem configurar um modelo de gestão territorial adequado, seja pelo nível de compartilhamento de ações e poderes entre o Estado e as organizações da sociedade civil, seja pela preocupação com os danos ambientais sobre o uso do território, fomentando um tipo de trabalho multifacetado e atividades produtivas sustentáveis de baixo impacto ecológico, segundo os princípios da sustentabilidade apresentados no decorrer do estudo.

4. Síntese do Capítulo

A reflexão que se desenvolveu até aqui procurou analisar alguns efeitos das políticas territoriais implementadas atualmente na França sobre os sistemas de produção e trabalho de moradores de áreas protegidas. Para tanto, fez-se uma breve digressão sobre o cenário atual do trabalho e dos sistemas de produção rural no contexto das políticas de proteção dos espaços naquele país, abordando alguns desafios governamentais para o alcance de um tipo de gestão territorial sustentável.

Em linhas gerais, pode-se dizer que as políticas de gestão territorial francesa se fazem presentes nas áreas protegidas em diferentes formas e escalas, em que entram em cena variados atores e coletividades territoriais, ganhando dimensões de descentralização das ações públicas e da autonomia das coletividades locais em nível de competências político-administrativas para o gerenciamento de seus territórios.

Esse tipo de governança está presente não somente na gestão de áreas protegidas, mas também nas ações intercomunais de fomento ao trabalho e às atividades produtivas das populações moradoras e trabalhadoras da *campagne*³⁴.

Nota-se que a presença de ações públicas no meio rural, juntamente com o apoio das organizações locais (*les collectivités locales*) na gestão de seus territórios é fundamental para vislumbrar um futuro sustentável para o setor agrícola francês.

Acredita-se que, assim como na França, outros países que utilizam instrumentos legais para gerir seus territórios por meio de áreas protegidas, devam pensar em políticas públicas concertadas como estas que vêm sendo implementadas na atualidade no território francês, levando em consideração o trabalho rural nas suas mais variadas vertentes, fomentando as atividades produtivas sustentáveis e, sobretudo, incentivando a participação cidadã dos diferentes atores que compõem a cena territorial, enquanto agentes transformadores, capazes de vislumbrar um futuro sustentável para si e para seus territórios.

³⁴ Meio rural (Tradução livre).

Capítulo 3 – Políticas de proteção dos espaços no Brasil

O termo “áreas protegidas” possui diferentes conotações ao redor do mundo, variando de acordo com o sistema de gestão que rege as formas de uso dos territórios de determinado país. Esta expressão foi introduzida pela UICN para designar um território especialmente gerido pelo poder público com perímetros delimitados e objetivos de proteção definidos. No Brasil o equivalente a esta categoria de proteção é conhecida como “unidade de conservação”, não existindo o mesmo termo em outros países para definir uma zona especialmente protegida.

“Áreas protegidas” na política ambiental brasileira engloba não somente as unidades de conservação (UCs), mas também as Terras Indígenas (TI) e outros espaços de proteção ambiental como fragmentos florestais e parques urbanos, utilizados para lazer e proteção de determinado perímetro de relevância socioambiental.

O marco legal que rege o conjunto de unidades de conservação no Brasil denomina-se SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído e regulamentado pela Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, gerido pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que tem por incumbência acompanhar a implementação do Sistema pelo órgão central do Ministério do Meio Ambiente (MMA), responsável pela coordenação no território nacional do conjunto de unidades de conservação.

Neste capítulo, o termo áreas protegidas no Brasil, estará comumente se referindo às unidades de conservação, enquanto território especialmente protegido pelo poder público com sua área, perímetro e localização definidos por Decreto ou Lei.

O texto que se apresenta, aborda a influência das políticas de unidades de conservação nos processos de gestão territorial no Brasil e, em particular, no Estado do Amazonas, analisando seus reflexos nos sistemas de produção e trabalho de populações moradoras dessas áreas protegidas. No decorrer do capítulo, serão discutidas a forma como ocorreu o processo de institucionalização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e os dispositivos institucionais da política ambiental brasileira até culminar na regulamentação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC), criado através da Lei Complementar nº 53/2007. Por fim, será realizada uma análise dos reflexos das políticas de áreas protegidas sobre os sistemas de

trabalho em uma comunidade amazônica, através de um estudo de caso na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, no Estado do Amazonas.

1. Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil - SNUC

O Brasil construiu a gestão de seu território pautado muito mais em modelos provenientes de terras de além-mar do que propriamente nas suas características e potencialidades próprias. As primeiras áreas protegidas brasileiras foram criadas ao estilo dos jardins botânicos e hortos florestais europeus e americanos que tinham um caráter extremamente restritivo de uso dos recursos naturais.

Por outro lado, apesar da implantação de uma política de gestão territorial ter advindo de um caráter exógeno às características da sociedade brasileira, na qual o homem aparecia como entrave e ameaça à manutenção da biodiversidade, com o avanço das discussões em nível mundial acerca das estratégias de proteção da natureza, desde a década de 1990 os governos brasileiros vêm desenhando políticas de gestão territorial em bases mais ou menos sustentáveis, levando em consideração as características socioambientais de cada lugar e região.

Com a institucionalização da Política Nacional do Meio Ambiente no começo dos anos 80, o Brasil passou a inaugurar um modelo de gestão territorial mais descentralizado, em que entraram em cena diversos segmentos da sociedade civil organizada, intervindo e apontado caminhos para a implementação de um tipo de gestão compartilhada do meio ambiente.

Mais tarde, em 2000, com a promulgação da Lei no 9.985, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que estabelece os critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação, a gestão territorial brasileira passou a se pautar em políticas ambientais, baseadas em critérios técnicos e científicos, levando em consideração aspectos da fauna, flora e modos de vida das populações humanas.

Como já destacado anteriormente neste empreendimento de pesquisa, na segunda metade do século XX, dois movimentos ideológicos convergiram na maneira de empregar a noção de uso dos recursos naturais à gestão do território. De um lado, observou-se um enfoque voltado para a preservação da natureza em si; e, do outro, para

um modelo de gestão do território baseado na ideia de controle e submissão do meio ambiente às necessidades humanas, através da técnica e do conhecimento.

Estas correntes ideológicas nortearam a implantação de políticas ambientais ao redor do mundo influenciando a forma de gerir os territórios. No caso do Brasil, sobretudo após a Rio-92 quando foi assinada a Convenção da Diversidade Biológica reconhecendo a importância das atividades humanas para a conservação ambiental, incorporaram-se nos dispositivos institucionais as unidades de conservação como instrumentos de sustentabilidade da gestão e desenvolvimento territorial.

Apesar de a história de criação das áreas protegidas no mundo datar desde o final do século XIX; no Brasil, o marco regulatório de institucionalização da gestão das unidades de conservação possui uma história recente, tendo aparecido nos anais institucionais nos últimos 17 anos.

Os primeiros parques brasileiros foram criados desde a década de 1930, no entanto, durante um período que se estendeu por mais de 60 anos, notou-se a ausência de dispositivos institucionais que pudessem gerir as áreas protegidas em bases legais, já que a ideia dominante naquele momento girava em torno da delimitação de uma determinada zona para isolá-la das ações e influências antrópicas.

De acordo com Araújo (2007), a primeira proposta de concepção de unidades de conservação no Brasil data do fim do período Imperial, em 1876, quando André Rebouças (1838-1898) indicou duas áreas para criação de parques nacionais, uma localizada na Ilha do Bananal, no rio Araguaia; e a outra em Sete Quedas, no rio Paraná; vislumbrando a promoção do turismo, inspirado na experiência norte-americana da criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872. No entanto, segundo o autor, as condições conjunturais daquele momento não foram propícias para a concretização daquela proposta, pois ainda prevalecia a doutrina de expansão das fronteiras agrícolas em todo Brasil, que se estendeu mais fortemente entre o período Imperial e a Primeira República.

Durante aquele período, o café despontava como produto mais importante para exportação do Brasil, estimulando as fronteiras agrícolas e a grilagem de terras, que, “por meio de inúmeros artifícios fraudulentos, milhares de hectares de terras públicas

foram legalizadas por grileiros” (ARAÚJO, 2007), contribuindo para expandir a lavoura cafeeira, onde instalaram-se grandes especulações imobiliárias, fortalecendo ainda mais o distanciamento de uma política de proteção legal de áreas públicas. Nesta época, o controle político e econômico do país concentrava-se nas mãos das oligarquias agroexportadoras, cuja mentalidade voltava-se à concepção de lucro a qualquer custo, por meio da exploração da natureza.

Até o final do século XIX e a primeira década da República, poucos avanços foram notados para a institucionalização de unidades de conservação no Brasil, tendo alguma discussão sobre a temática da degradação ambiental no início do século XX, com a contribuição do escritor e jornalista Euclides da Cunha (1866-1909), que nos seus escritos “Fazedores de desertos” e “Entre as ruínas”, chamava a atenção para os desperdícios de lenhas ao longo das ferrovias e para o esgotamento dos solos, por conta do uso inadequado das lavouras de café. Tanto que, após sua intervenção jornalística sobre o tema, a classe média urbana começou a aderir à campanha em prol da minimização dos impactos ambientais causados por essas práticas predatórias (DEAN, 2000 *apud* ARAÚJO, 2007).

Neste período, surgem algumas lideranças encabeçando discussões a favor da conservação da natureza, com destaque para Alberto Loefgren (1854-1918), que iniciou uma campanha em prol da institucionalização de um código florestal para regularizar a criação de parques e serviços nacionais de florestas, culminando, sob sua influência, na criação de uma área protegida no Itatiaia, que mais tarde veio se tornar o primeiro parque nacional brasileiro (DEAN, 2000; FRANCO, 2002 *apud* ARAÚJO, 2007).

Ainda de acordo com Araújo (2007), a década de 1920 caracterizou-se por um período de grande efervescência política e cultural no Brasil, inspirados nas concepções ideológicas da *belle époque*, em que entrou em cena o clima intelectual, cultural e artístico da França, se estendendo de aproximadamente 1880 até o fim da Primeira Guerra Mundial em 1918, quando as elites brasileiras tomaram como referência o estilo de vida da então capital cultural mundial, Paris. Naquele momento, o Brasil caminhava para a discussão sobre a necessidade de elaboração de um projeto de identidade nacional, atingindo seu ponto mais alto na Semana de Arte Moderna em 1922, que de

alguma forma trouxe um novo ímpeto à discussão sobre a necessidade de pensar na proteção do patrimônio cultural e ordenamento do uso dos recursos naturais do Brasil.

Nos anos 1930 a 1945, o golpe militar liderado por Getúlio Vargas, que suplantou o governo de Júlio Prestes, inaugurou um novo ciclo na política econômica, cultural e ambiental do país. Com a revolução de 1930, o Brasil lançou as bases para a implantação do modelo da política de Estado Social, com a institucionalização da Constituição de 1934. A nova Constituição decretou o fim da política econômica liberal e implantou um novo estilo de desenvolvimento, deslocando as preocupações para a questão social e ambiental.

Com a instauração do governo provisório pelo Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, amparado pela ideologia nacionalista, iniciou-se uma nova ordem, onde a temática ambiental recebeu atenção, ainda que limitada, resultando na promulgação de diversos códigos, regulamentando o uso racional dos recursos naturais, nos quais estão inseridos os códigos das águas, das minas, das florestas, de caça e de pesca (ARAÚJO, 2007).

No âmbito da temática das unidades de conservação, o código florestal, transformado em Lei em janeiro de 1934 por meio do Decreto nº 23.793/1934, deu especial atenção à gestão das florestas nacionais, abrindo espaço para a criação de parques nacionais, estaduais e municipais, inspirados no modelo suíço, de caráter bastante reservado, com ênfase no desenvolvimento da pesquisa científica, mas com objetivos voltados ao turismo, tal qual aqueles implementados no território norte-americano. Com isso inaugurava-se um novo arcabouço legal para a institucionalização de áreas protegidas *à la bresilienne*, por meio dos modelos de unidades de conservação.

No mesmo ano de 1934, com vistas a fortalecer o recém aprovado Código Florestal Brasileiro e fomentar a criação do Sistema de Parques Nacionais, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, que dedicou especial atenção à sensibilização da sociedade sobre os imensos danos ambientais causados pela devastação florestal em todo Brasil. Da mesma forma, o relator de abertura da Conferência, Leôncio Corrêa, um dos capitaneadores da nova geração de conservacionistas, enfatizou em seu discurso a necessidade de valorização e

do uso racional dos recursos naturais, enquanto instrumentos de desenvolvimento econômico e objeto de valorização estética.

Diversos defensores conclamaram a necessidade de institucionalização de um Sistema de Proteção da Natureza, tal qual vinha ocorrendo ao redor do mundo. De acordo com Araújo (2007), Roquete Pinto enfatizou em um artigo, a preocupação de Alberto Sampaio que, desde 1931 conclamava a necessidade de elaboração de um projeto brasileiro voltado para a temática dos parques nacionais, tema já abordado na Convenção Internacional do Turismo, organizado pelo Touring Clube do Brasil, entidade que congregava e ainda congrega diversos segmentos da iniciativa privada, cujo objetivo era divulgar as belezas naturais brasileiras, abrindo campanha para a proteção ambiental e a criação de áreas protegidas, culminando na institucionalização do Parque Nacional Serra dos Órgãos (PARNA SO), em 1939.

Em meio a este cenário favorável, em 1937 foi criado o Parque Nacional do Itatiaia, considerado de fato a primeira unidade de conservação do Brasil, cujos princípios de criação voltavam-se para incentivar a pesquisa científica, fomentar o lazer às populações urbanas e proteger a natureza, abrangendo uma extensão de 11.943 ha, em substituição a Estação Biológica de Itatiaia, mantida desde 1914 pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro (ARAÚJO, *op. cit.*, 2007).

A partir de 1939 foi dada continuidade à criação de novas áreas protegidas com a institucionalização do Parque Nacional de Foz do Iguaçu e a Serra dos Órgãos, fortalecidos com a consolidação de uma Seção de Parques Nacionais no âmbito do Serviço Florestal Brasileiro. Desta forma, a década de 1930 ficou registrada como marco regulatório na criação das primeiras áreas legalmente protegidas no Brasil.

Nos anos de 1940, com as atenções voltadas para a Segunda Guerra Mundial, o início da década representou pouco avanço para a criação de novas unidades de conservação. Somente próximo da segunda metade desta década, as políticas governamentais começaram a dar alguma atenção para a temática de áreas protegidas no Brasil. Em 1945, foi criado o primeiro Refúgio da Vida Silvestre no Espírito Santo e, em, 1946 foi criada a Floresta Nacional do Araripe-Apodí, abrangendo os estados do Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, a primeira categoria de unidade de conservação dessa natureza (ARAÚJO, *op. cit.*, 2007). Nesse mesmo período, a

Constituição de 1946 inaugurou um novo cenário de incentivos à ocupação e exploração da Amazônia, tanto que, em 1953, Getúlio Vargas (1882-1954) regulamentou o artigo 199 da Constituição Federal, delimitando a Amazônia Legal, e em 1966, por meio da Lei 5.173/66, extinguiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, criando a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (LEI 5.173/1966), instaurando assim um novo ciclo de desenvolvimento e ocupação da região amazônica.

- **Os avanços da legislação ambiental e a consolidação das unidades de conservação no Brasil**

O período conhecido como a era Vargas (1930-1945), é considerado o marco regulatório de criação das primeiras unidades de conservação no Brasil e o início da aplicação de medidas regulatórias de ocupação do interior do país, com destaque para as regiões Norte e Centro-Oeste.

Nesta nova concepção de ordenamento do território brasileiro, a Amazônia ganhou atenção ao receber diversos projetos e programas de ocupação, tendo reflexos consideráveis sobre a biodiversidade, ocasionando conflitos territoriais de várias ordens. No âmbito destes programas de ocupação, as unidades de conservação ganharam força e fomentaram discussões calorosas sobre a maneira como foram sendo criadas e implementadas.

Na década de 1950, já sob o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), deu-se início a construção da nova capital federal na região Centro-Oeste, visando integrar o território nacional e consolidar a ocupação do interior do Brasil, com a construção de rodovias como a Belém-Brasília e Brasília-Acre, marcando consideravelmente o processo de ocupação da Amazônia que, segundo Araújo (2007), em uma década (1950-1960) representou um aporte populacional de 500% na região Norte.

A partir dos anos 60, novas unidades de conservação foram criadas com destaque para o curto período que Jânio Quadros (1917-1992) esteve na Presidência, que renunciou ainda no primeiro ano de mandato, em 1961. Neste período, foram criados os Parques Nacionais de Caparaó em Minas Gerais e Espírito Santo; Sete Cidades, no Piauí; São Joaquim, em Santa Catarina; Tijuca, no Rio de Janeiro; e Sete

Quedas, no Paraná e, logo em seguida, em novembro do mesmo ano de renúncia de Jânio Quadros, já sob o regime parlamentarista, foram criados os Parques Nacionais de Brasília, no Distrito Federal; do Monte Pascoal, na Bahia; e a Floresta Nacional de Caxiua, no Pará (ARAÚJO, 2007).

Com a instauração do golpe militar em 1964, novas estratégias foram pensadas para imprimir um outro tipo de ordenamento do território nacional, pautado na ideia de integração das diferentes regiões, sobretudo, aquelas consideradas mais remotas. Neste processo, a Amazônia foi recebendo cada vez mais atenção das políticas de ocupação e integração nacional, com nítidos reflexos sobre as formas de trabalho e as práticas produtivas das populações que habitavam a região. Por meio desta nova política, ampliou-se o território amazônico, agora com uma nova configuração territorial constituída pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e de Goiás, formando a Amazônia Legal. Como estratégia de ocupação da região, o governo federal instituiu a criação de instituições socioeconômicas como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia, e a Zona Franca de Manaus, em 1967. Desta forma, inaugurou-se uma nova era no marco regulatório de ordenamento territorial, nas formas de trabalho e na ocupação da região.

Nos anos 1970, sob o governo Médici (1969-1974), criou-se o Programa de Integração Nacional – PIN, por meio do Decreto-Lei 1.106/1970 (ARAÚJO, 2007), objetivando aproximar as regiões Norte e Nordeste à economia nacional, com base em projetos de colonização, cujo discurso oficial amparava-se na ideia de transferir contingentes populacionais do Nordeste para ocupar a região amazônica.

Em 1971, foi lançado o Programa Proterra (Programa de Redistribuição de Terras), enquanto estratégia de complementação e fortalecimento do Programa de Integração Nacional – PIN, que visava reorientar as estratégias de desenvolvimento regional da Amazônia Legal através de incentivos fiscais no setor industrial, prevendo uma faixa de terra de até 10 Km nas margens das rodovias, que seriam abertas para promover a colonização e reforma agrária (ARAÚJO, 2007).

Com a criação do I PND – Plano Nacional de Desenvolvimento para o biênio 1972-1974, a ocupação da Amazônia a qualquer custo passava a ganhar mais uma vez

ordem de prioridade na agenda política nacional, prevendo o mapeamento dos solos, das reservas minerais e demais recursos naturais da região, realizados pelo Projeto Radam Brasil, que subsidiou durante anos as ações de Zoneamento Ecológico Econômico na região amazônica. Neste mesmo período, influenciada pela I Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Programa das Nações Unidas em 1972, na cidade de Estocolmo, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente do Brasil, em 1973.

Como são notórios, os vários projetos de integração nacional implementados pelos governos militares na Amazônia Legal trouxeram sérios danos socioambientais irreversíveis para a região, como exemplo pode-se citar o Projeto Polamazônia, um programa de Polos, que ao invés de promover ampla colonização ao longo da rodovia Transamazônica, se restringiu a promover programas agropecuários, agroindustriais, florestais e minerais em algumas áreas prioritárias da região que mais tarde foram abandonados, deixando marcas deletérias na região. Neste programa, de acordo com Araújo (2007), recomendava-se a criação de algumas categorias de unidades de conservação, dentre elas parques nacionais, reservas biológicas, florestas nacionais e parques indígenas, em cada um dos 15 polos definidos prioritariamente pelo Projeto Polamazônia.

Com o lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento no final de 1974, novas metas de desenvolvimento para a Amazônia foram lançadas, desta vez a prioridade era desenvolver sem causar grandes impactos ambientais, inclusive designando a criação de várias categorias de áreas protegidas. Com o II PND foram lançadas as bases para a criação do Plano do Sistema de Parques Nacionais, juntamente com os planos de manejo para parques e reservas biológicas, com prospecções de criação para a Amazônia de 18,5 milhões de hectares de áreas protegidas, contra 5 milhões para o restante do país (IBDF & FBCN *apud* ARAÚJO, 2007).

A partir de 1979, com a proposta do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, embasado nas proposições da Comissão de Parques e Áreas Protegidas da UICN que estabelecia objetivos, normas e categorias de áreas protegidas, novos rumos e critérios para a criação de unidades de conservação no Brasil são pensados e implementados, agora baseados em estudos e aparatos técnico-científicos.

Composta de duas etapas principais, o Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil propunha na primeira etapa estabelecer os critérios técnico-científicos e inventariar as principais áreas nacionais, em especial na Amazônia, com potenciais para criação de unidades de conservação. No total foram identificadas 34 áreas potenciais, dos quais 09 delas foram criadas de fato, com destaque para os Parques Nacionais do Pico da Neblina, no Amazonas; Picaás Novos, em Rondônia; Serra da Capivara, no Piauí; Reservas Biológicas de Trombetas, no Pará; Jarú em Rondônia e Atol das Rocas no Rio Grande do Norte (ARAÚJO, 2007). Neste bojo, em 1980 foram criadas outras unidades de conservação como os Parques Nacionais do Jaú (Amazonas); Cabo Orange (Amapá); as Reservas Biológicas do Lago Piratuba (Amapá), e de Uma (Bahia) e, em 1981, são criados os Parques Nacionais de Lençóis Maranhenses, no Maranhão, e do Pantanal Mato-Grossense, no Mato Grosso (IBDF & FBCN, 1982 *apud* ARAÚJO, 2007).

Posteriormente novos objetivos advindos da biologia da conservação foram sendo incorporados à ideia de criação de áreas legalmente protegidas que pudessem proporcionar à população contato com reservas florestais e preservação de determinados elementos da biodiversidade, por meio dos modelos de parques, influenciando políticas de conservação ambiental ao redor do mundo, dentre eles o Brasil.

A literatura sobre áreas protegidas no Brasil aponta que os primeiros parques brasileiros como o Parque Nacional do Itatiaia (RJ) e o Parque Nacional do Iguaçu (PR) foram instituídos segundo critérios subjetivos, obedecendo a valores estéticos e políticos. Durante mais de 60 anos, o Brasil ficou sem uma legislação que estabelecesse critérios objetivos, baseados em estudos mais consistentes para criação e gestão de áreas protegidas.

Foi somente no início da década de 1980, com o lançamento da proposta da segunda etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, que ampliou-se a proposta de um sistema de áreas protegidas para o restante do território brasileiro. No âmbito desta política, trinta novas áreas protegidas foram propostas para o território nacional, representando a primeira tentativa de organização de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil, que já vinha tomando forma desde 1981 com a promulgação da Lei nº 6.938, que instituiu a Política Nacional do Meio

Ambiente, prevendo a criação de novas categorias de unidades de conservação como as Áreas de Proteção Ambiental (APA) e Reservas e Estações Ecológicas (ARAÚJO, 2007).

A partir de 1985, com a abertura política proveniente do processo de redemocratização do país, fruto do enfretamento de diversos movimentos sociais com a política econômica vigente, extremamente concentradora e destruidora da natureza, somada às visões catastróficas sobre o futuro do planeta, apregoados, sobretudo pelo Clube de Roma em 1972, a Política Nacional de Meio Ambiente ganhou novos ares, abrindo espaço para a emergência de movimentos sociais, de caráter ambiental, que ficaram conhecidos como movimentos socioambientalistas, incorporando antigas reivindicações de inclusão social à nova tônica em torno da preservação ambiental e cuidado com o futuro do planeta.

Esse tipo de movimento, anteriormente denominado ecologismo social ou ambientalismo camponês (Viola, 1991 *apud*. Diegues, 2000), chamava a atenção para a necessidade de manter o acesso das populações tradicionais aos recursos naturais de seus territórios, valorizando o extrativismo sustentável, o manejo dos recursos pesqueiros e os sistemas de produção baseados em tecnologias alternativas.

Na Amazônia, segundo Almeida (2005), a partir de 1988, com a nova Constituição brasileira e a paulatina abertura política, surgem no cenário regional diversos movimentos sociais, representados notadamente por grupos e entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimentos dos Pescadores Artesanais, Movimento de Ribeirinhos e os Movimentos Indígenas. Neste cenário político, houve um redirecionamento ou mesmo uma ruptura com as formas de pensamentos acerca da região, até então tratada apenas como um quadro natural, depositária de paisagens exuberantes e de espécies de animais exóticos.

Esta nova forma de ver a Amazônia, ainda de acordo com Almeida (*op.cit.*, 2005), trouxe em seu bojo um novo olhar para a região, agora mais humanizado, no sentido de perceber os ecossistemas amazônicos como resultados de relações sociais e de antagonismos, levando a uma politização do saber sobre a natureza e por extensão a uma politização da própria natureza (ALMEIDA, 2005).

À medida que foram se aguçando as disputas por territórios e uso dos recursos naturais, a atuação e a abrangência desses movimentos sociais foram ganhando corpo paulatinamente, redesenhando a sociedade civil na Amazônia. No centro dessas discussões, surgem as unidades de conservação como alternativas de gestão dos territórios e instrumentos de amortizações dos conflitos.

Envolto a polêmicas e discussões, de acordo com Araújo (2007), para alguns pesquisadores, a ideia de reservar áreas especiais para a proteção da natureza está associada a princípios altruístas, segundo os quais é importante proteger espaços públicos para todas as gerações (presentes e futuras). No entanto, para outros cientistas, continua Araújo (*op. cit.*, 2007), a concepção de criação de áreas protegidas se relaciona muito mais a interesses comerciais de empresas em promover o turismo nessas áreas, “sem contudo, dar protagonismo a todas as partes envolvidas, dentre elas as populações locais, moradoras das unidades de conservação” [grifo nosso].

Aproveitando a onda de esverdeamento do capital via criação de unidades de conservação e, valendo-se do conhecimento sobre o potencial que essas UC's representam, alguns Estados da Amazônia vêm rediscutindo e redimensionando determinadas categorias de proteção integral, com objetivos bem definidos para a promoção do turismo, e quase nenhum investimento na formação e capacitação técnica de recursos humanos, sobretudo dos moradores/trabalhadores locais para inseri-los no circuito de mercado do chamado turismo ecológico.

Segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC (www.mma.gov.br), até o ano de 2016 existiam no Brasil cerca de 1.762 unidades de conservação de diferentes categorias, distribuídas em 886 UC's federais, 729 estaduais e 147 municipais, cobrindo aproximadamente 1,5 milhão de quilômetro quadrados, a mesma extensão territorial do Estado do Amazonas, e quase três vezes mais que todo o território francês. Na Amazônia Legal estão catalogadas 326 UC's, sendo 184 estaduais e 142 federais (www.socioambiental.org.br), dos quais aproximadamente 112 UC's encontram-se em território amazonense, incluindo as unidades de conservação municipais (figura 38).

Com a realização da Rio-92 no Rio de Janeiro, foi instituído o Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, propondo um novo modelo de

gestão de florestas tropicais no Brasil, baseados no ideário do desenvolvimento sustentável que, contando com recursos provenientes da União Europeia, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Estados Unidos e Reino Unido, reuniu inicialmente uma soma de 34 milhões de dólares, visando à melhoria da gestão de unidades de conservação com a criação de Parques e Reservas, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e Terras Indígenas, bem como a realização do zoneamento ecológico-econômico, monitoramento, vigilância, controle, fiscalização e fortalecimento institucional de órgãos estaduais de meio ambiente (www.mma.gov.br, 2016).

Após esse período de fortalecimento das políticas nacionais de meio ambiente, vários outros programas foram sendo criados como o Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio), que apresentou o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), este último vinculado à iniciativa privada.

Fazendo um balanço do processo de institucionalização do sistema de áreas protegidas no Brasil, é notório o avanço na política nacional de meio ambiente a partir de 1930. No entanto, até o final dos anos 1980 a legislação sobre unidades de conservação ainda não dispunha de bases sólidas. Somente em 1988, após encomendar a elaboração de um anteprojeto de lei para instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação à Fundação Pró-Natureza (Funatura), organização não-governamental dirigida por Maria Tereza Jorge Pádua (ARAÚJO, 2017), que um arcabouço jurídico-institucional voltado exclusivamente gerir as unidades de conservação em todo território nacional ganhou forma e força política.

Em 2000, finalmente foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), lei esta que passou a estabelecer critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação federais, estaduais e municipais em todo Brasil.

- **Jogos e embates ideológicos no processo de institucionalização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o artigo 225 (incisos I, II, III e IV) da Constituição Federal. É o instrumento que estabelece os critérios e normas para a

criação, implantação e gestão das unidades de conservação em nível federal, estadual e municipal no Brasil.

No âmbito do SNUC (2000), unidade de conservação é definida como:

“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

Atualmente, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação ocupa o quarto lugar no mundo em áreas legalmente protegidas, abrangendo cerca de 1,5 milhões de km², algo em torno de 15% do território nacional (MMA, 2016).

A aprovação do SNUC representou a inauguração de um modelo de gestão territorial no Brasil pautado em estratégias e arranjos institucionais que pôs fim a sobreposições e ambivalências de dois sistemas distintos de gerenciamentos de unidades de conservação que vinham se desenhando no Brasil desde a criação do IBDF em 1967 e a SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente, em 1973 (ARAÚJO, 2017).

Apesar de sua sanção ocorrer em meio a inúmeras críticas e embates entre diferentes grupos que defendiam doutrinas ideológicas distintas, não deixou de representar um efetivo avanço na democracia brasileira e instauração de um modelo de gestão territorial compartilhada, em que se delineou a abertura do poder público para a participação de diferentes segmentos da sociedade civil organizada, movimentos sociais, organizações não-governamentais, do próprio poder público e da iniciativa privada.

O SNUC representou a institucionalização de um sistema unificado de gestão de áreas protegidas e veio estabelecer critérios objetivos de gestão das unidades de conservação pautados em modelos técnico-científicos, vislumbrando aspectos ecológicos, ambientais, políticos e sociais, já que até meados da década de 1970 esses critérios obedeciam a parâmetros eminentemente subjetivos.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil começou a ser discutido desde o final dos anos 1970 e nas décadas seguintes foi objeto de correlações

de forças e impasses profundos em que entraram em choque duas correntes ideológicas distintas: a preservacionista e a conservacionista.

Após ser encomendado um anteprojeto de lei à Fundação Pró-Natureza (Funatura), o texto do projeto do SNUC, amparado nas discussões provenientes de diversas reuniões de trabalho e seminários públicos com representantes das organizações da sociedade civil que se desenrolaram em Brasília e São Paulo, foi encaminhado ao Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama), autarquia recém criada que havia sucedido o IBDF (ARAÚJO, 2007); e após discussões e readequações pelo Conama foi encaminhado à Casa Civil da Presidência da República.

No entanto, ao que tudo parecia caminhar para a aprovação rápida e objetiva do anteprojeto, sem muitas tribulações políticas, os embates ideológicos intensificaram-se quando o primeiro relator entre 1992-1995, o deputado Fábio Feldman, introduziu profundas mudanças ao substitutivo do Projeto de Lei 2.892/92, influenciado pelas correntes ideológicas preservacionistas, com os quais o próprio relator se identificava. Nesta concepção, vislumbrava-se a criação de um Sistema de Unidades de Conservação que prezava um tipo de proteção *strictus sensu*, priorizando a pesquisa e o conhecimento dos ecossistemas, em detrimento da presença das populações humanas nos espaços sob regime de proteção.

Somente em 1994, quando o deputado Feldman readequou a proposta com a versão original e, em 1995, ao ser substituído pelo deputado Fernando Gabeira para assumir a relatoria, o anteprojeto ganhou maior projeção e participação popular, pois foram realizados amplos debates e audiências públicas, acrescentando novas propostas advindas das consultas populares.

Até o ano de 1997, os impasses prevaleciam em detrimento de manobras do próprio governo (ARAÚJO, 2007) que se estendeu até 1998, quando entidades preservacionistas e conservacionistas se reuniram buscando romper com os impasses existentes. Em 1999, o deputado Gabeira, em negociação com o governo, pôs fim ao imbróglio institucional, acatando modificações propostas pelo projeto governista, conseguindo avançar na aprovação do mesmo.

Finalmente, em junho de 2000, após oito anos de tramitação no Congresso Nacional, o projeto de Lei do SNUC foi aprovado e sancionado pelo vice-presidente da época, pondo fim a um longo impasse em que vários setores do socioambientalismo se mobilizaram em torno da necessidade de atenção à presença humana em unidades de conservação, na medida em que passou a acatar a coexistência de dois grupos de UC's distintos: as unidades de conservação de proteção integral e as unidades de conservação de uso sustentável.

A distinção entre esses dois grupos reside no fato de que no primeiro, as restrições de uso por populações humanas são bem amplas, já que o objetivo básico é a preservação de determinadas espécies da flora e da fauna, admitindo o uso somente de forma indireta para pesquisas científicas, turismo, educação ambiental, dentre outros, sem, no entanto, causarem alterações significativas nos atributos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei.

No âmbito desse primeiro grupo, de acordo com o SNUC (2000) inserem-se as seguintes categorias de unidades de conservação e suas respectivas características:

- (i) Estação Ecológica;
- (ii) Reserva Biológica;
- (iii) Parque Nacional;
- (iv) Monumento Natural;
- (v) Refúgio de Vida Silvestre.

(i) - A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. Nessa categoria de UC só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de:

- I - medidas que visem à restauração de ecossistemas modificados;
- II - manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica;
- III - coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas;

IV - pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos

ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de mil e quinhentos hectares.

(ii) Reservas Biológicas – visam à preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico.

(iii) - Os Parques Nacionais têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e de beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

(iv) - O Monumento Natural objetiva preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. A visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.

(v) - Refúgio de Vida Silvestre é uma categoria de UC que tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da UC, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

No segundo grupo, denominados unidades de conservação de uso sustentável, admite-se a presença de populações humanas que já desenvolvam relações histórico-sociais com os ambientes e territórios, em que parcelas dos recursos podem ser utilizados de forma sustentável, mediante acompanhamentos e orientações técnicas advindas de instrumentos de manejo, cujo objetivo básico é compatibilizar a

conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável das populações habitantes dessas áreas.

As UCs de uso sustentável estão voltadas para a manutenção e melhoria da qualidade de vida das populações humanas, em consonância com a conservação da natureza e o uso sustentável dos seus recursos naturais. Fazem parte desse segundo grupo, de acordo com o SNUC (*op. cit.*), as seguintes unidades de conservação:

- (i) Área de Proteção Ambiental;
- (ii) Área de Relevante Interesse Ecológico;
- (iii) Floresta Nacional;
- (iv) Reserva Extrativista;
- (v) Reserva de Fauna;
- (vi) Reserva de Desenvolvimento Sustentável;
- (vii) Reserva Particular de Patrimônio Natural.

(i) - Área de Proteção Ambiental, se constitui em geral em uma área extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas; tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas ou privadas.

(ii) - Área de Relevante Interesse Ecológico, trata-se de uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional; seu objetivo principal é manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. É constituída por terras públicas ou privadas.

(iii) - Floresta Nacional, é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas

particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a Lei. Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

(iv) - Reserva Extrativista, território utilizado por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência se baseia no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. É de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 do SNUC e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a Lei.

(v) - Reserva de Fauna, é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos. É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a Lei.

(vi) – Reserva de Desenvolvimento Sustentável, categoria que abriga populações tradicionais, cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, desempenhando um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. Tem como objetivos básicos preservar a natureza e assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos de vida, conciliando proteção e exploração dos recursos naturais. Trata-se de uma UC de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a Lei.

(vii) - Reserva Particular do Patrimônio Natural, é o tipo de UC constituída de área privada, gravada com perpetuidade, tendo como objetivo conservar a diversidade biológica. Só poderão ser permitidas a pesquisa científica e a visitação com propósitos turísticos, recreativos e educacionais, conforme se dispuser em regulamento.

De acordo com a lei regulamentadora do SNUC, a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam

identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a UC. Sua gestão deve ser de responsabilidade do órgão que a criou (município, estado ou união), acompanhado de um Conselho Gestor (Consultivo ou Deliberativo), formado por representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil. Da mesma forma, é condição *sine qua non* a elaboração e implementação do Plano de Manejo, documento técnico que apresenta as diretrizes de planejamento necessários e imprescindíveis para que a unidade de conservação possa ser sensatamente protegida e manejada.

Vale enfatizar que desde o período pós Rio-92 os avanços na legislação ambiental brasileira são visíveis. Em meio a esse cenário, as áreas protegidas ganharam cada vez mais força nas agendas políticas e passaram a se expandir em todo o Brasil. Na Amazônia, encontraram terreno fértil nos programas e projetos externos à região que, amparadas em relatórios catastróficos sobre o futuro da humanidade e o papel da Amazônia frente a esses novos processos ambientais, tomaram relevo nas políticas territoriais e passaram a se expandir em toda região, especialmente no Estado do Amazonas, conforme será analisado a seguir.

2. Amazonas: das políticas de assentamentos rurais ao Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC

Em toda década de 1970, a política territorial do Amazonas esteve pautada em processos de assentamento rurais. Inicialmente desenvolvido no sul do Estado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, esses programas oficiais visavam, sobretudo, à demarcação de faixas de terra em áreas de fronteira e ao longo das rodovias federais como indispensáveis à segurança nacional (Decreto Lei nº 1164/71).

Os Projetos Integrados de Colonização (PIC's) foram os modelos adotados pelo governo federal para territorializar o Estado, com vistas à regularização fundiária das posses e atenuar os inúmeros focos de conflitos e tensões sociais no campo, advindos da modernização cafeeira que expropriou uma grande parcela de trabalhadores, notadamente nos Estados do Espírito Santo e Paraná. Na atualidade, esses projetos continuam sendo implementados, agora com um viés conservacionista sob a denominação de PDS's – Projetos de Desenvolvimento Sustentável (www.incra.gov.br, 2016).

A partir dos anos 1980, novas estratégias foram pensadas para gerir o território amazonense, passando a ser adotados a partir desse momento instrumentos de ordenamento territorial, como o zoneamento ecológico-econômico e as unidades de conservação. No ano de 1982, com base nos mapeamentos dos solos e recursos minerais realizados pelo Projeto Radam, que já vinha realizando estudos na Amazônia desde o começo dos anos 70 (1973-1983), além do já criado Plano do Sistema de Unidades de Conservação pelo governo federal para atuar prioritariamente na Amazônia, foram realizados estudos de campo no território amazonense e identificadas áreas potenciais para a criação de unidades de conservação nos municípios de Manacapuru (Lagos do Jacaré, Paracuúba, Inajá e Cururu), Manaquiri (Lago Araçatuba), Careiro-Manacapuru (Lagos Castanho e Mamuri), Careiro (Rio Jurara), Urucará (Igarapé Piuraquara), Parintins (complexo Lagos do Macuricanã, Lago Uiacurapá, Lago da Valéria, Rio Mumuru) e Barreirinha (Igarapé Açu, ilha dos Papagaios), onde, apesar dos esforços despendidos, nenhuma UC foi criada e homologada efetivamente (SANTOS, 2013).

Na década seguinte, com o intuito de implementar os projetos de criação de áreas protegidas na região amazônica, no início de 1990, o governo federal realizou uma reunião internacional na cidade de Manaus, intitulado Workshop 90 - Áreas Prioritárias para a Conservação da Amazônia, realizado de 10 a 21 de janeiro, tendo ampla participação de cientistas e representantes da sociedade civil organizada (conservacionistas), envolvendo todos os países da Pan-Amazônia (RYLANDS & PINTO, 1998). Desse Workshop foram definidas 94 áreas prioritárias para criação de unidades de conservação nos países partícipes do evento, cujos critérios obedeceram, sobretudo aspectos biogeográficos e geomorfológicos da região (*op. cit.*, 1998). No Estado do Amazonas, como resultado dos esforços deste Workshop foram indicadas seis (06) áreas, que mais tarde se tornaram efetivamente unidades de conservação estaduais [grifo nosso], dentre as quais se destacam a Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos; as Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã; as Áreas de Proteção Ambiental Caverna do Maroaga, Margem Direita do Rio Negro e Margem Esquerda do Rio Negro e o Parque Estadual do Rio Negro (SANTOS, 2013).

A partir de 1989 e toda década dos anos 1990, as áreas protegidas via unidades de conservação começaram a crescer exponencialmente no território amazonense,

fechando a década de 90 com um total de sete unidades de conservação e uma extensão de 5.708.506 ha de áreas legalmente protegidas (ONU/CEPAL, 2007).

Após 2003, com a implementação do Programa Zona Franca Verde, um programa do governo do Estado do Amazonas que, apesar de não ter significado grandes transformações nos sistemas de produção e na qualidade de vida das pessoas, representou um grande incremento na conservação dos recursos florestais por meio da criação de unidades de conservação. De 2002 a 2009, a área protegida no Estado somente por meio de unidades de conservação estaduais, passou de 7,3 milhões de hectares para quase 19 milhões, significando um aumento de 157% (Figura 37).



Figura 37 - Incremento de áreas protegidas por unidades de conservação no Amazonas, de 2002 a 2009. Fonte: CEUC/SDS, 2011 *apud* SANTOS, 2013.

Somando as 47 unidades de conservação federais, 42 estaduais (SEMA, 2016), 23 UC's municipais e 172 Terras Indígenas, a área protegida do Estado do Amazonas é de aproximadamente 54% de sua superfície (Figura 38), maior que todo território francês, com cerca 97,4% da floresta conservada (SEMA, 2015) e taxas de desmatamento decrescendo de 12,1% em 2003 para 4,7% em 2006 (ONU/CEPAL, 2007).

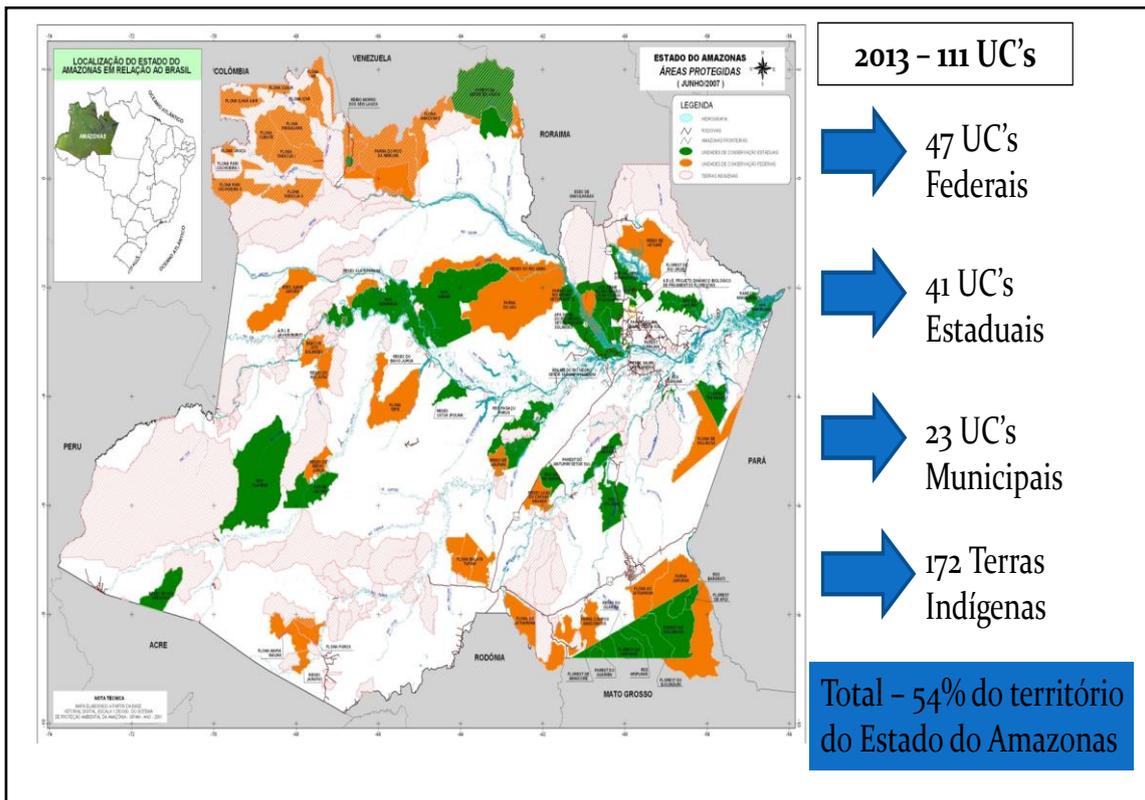


Figura 38 – Mapa das áreas protegidas do Estado do Amazonas (Brasil)
 Fonte: SDS, 2013.

A partir do primeiro triênio do ano 2000, a agenda ambiental passou a ganhar maior atenção por parte do governo do Amazonas no conjunto das políticas públicas do Estado. Isso pode ser evidenciado com a criação do Sistema SDS em 2003, formado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), Fundação Estadual de Povos Indígenas (FEPI), Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), e a Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS), instituídos pela Lei 2.783/2003.

Em 2007, com os avanços na criação de novas unidades de conservação, foi instituído o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC) e incorporado ao Sistema SDS o Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (CEUC), órgão gestor das unidades de conservação do Estado. No mesmo âmbito, em seguida foi criado e incorporado ao sistema SDS o Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA), órgão responsável pela implementação das políticas voltadas para as mudanças climáticas, estruturado em função das frentes de ações de implementação das UC's, cuja política voltava-se prioritariamente para o enfrentamento das questões ambientais como a perda da biodiversidade, as mudanças climáticas, a

conservação dos recursos naturais e a manutenção dos serviços ambientais da floresta amazônica.

A criação do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), como unidade gestora das UC's estaduais, mostrou o interesse do governo em priorizar as unidades de conservação como principal instrumento para a gestão territorial do Estado naquele momento, já que até então a responsabilidade pela gestão das UC's estaduais estava a cargo do Instituto de Proteção Ambiental do Estado (IPAAM), responsável também pela emissão de licenciamentos ambientais e fiscalização.

Pode-se dizer que a institucionalização do CEUC significou avanços na incorporação dos direitos das populações moradoras das unidades de conservação estaduais, notados com a criação do Departamento de Populações Tradicionais de Unidades de Conservação, setor responsável dentre outras, pela gestão e fortalecimento dos Conselhos Gestores, um dos principais espaços e instrumentos de participação das populações moradoras das UC's, da sociedade civil organizada e de representações governamentais na gestão de unidades de conservação.

Em relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a lei estadual do SEUC que estabelece os critérios, normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação estaduais, na época, significou um grande avanço na política de gestão territorial, inovando no estabelecimento de infrações e penalidades, incluindo ressalvas com vistas a regularizar o ordenamento fundiário das UC's e garantir acesso dos moradores às políticas de créditos fundiários. Além disso, a Lei estadual do SEUC incorporou a criação de novas categorias de unidades de conservação como a Estrada Parque, Rio Cênico, e Reserva Particular de Desenvolvimento Sustentável, como unidades não previstas no SNUC.

Somados a isto, as políticas estaduais implementadas via unidades de conservação buscaram, ainda, frear o processo de desmatamento, principalmente na região sul do Estado que vinha sofrendo pressões em função do avanço da frente agropecuária e da conseqüente expansão da fronteira agrícola vinda do Sul/Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Apesar do número muito reduzido de rodovias, fruto da não conclusão dos processos de abertura e pavimentação de estradas iniciado pelo Governo Federal na década de 1970, dificultando a interligação desta região com o restante do

território amazonense, há que se reconhecer o esforço do governo estadual em combater o desmatamento e preservar a biodiversidade como fruto principal da política de gestão territorial implementada naquele momento.

Em linhas gerais, nota-se que até a primeira década dos anos 2000 as políticas que vinham sendo implementadas no Estado do Amazonas procuravam seguir uma linha que coadunava proteção da natureza, reconhecimento dos saberes tradicionais na gestão dos territórios e ações de fomento ao desenvolvimento territorial. A criação do Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas – CEUC, em 2007, demonstrou o compromisso do governo em tornar as unidades de conservação instrumentos viáveis para um tipo de gestão territorial sustentável, por meio do compartilhamento da gestão com a sociedade civil organizada, movimentos sociais e parcerias com a iniciativa privada, no financiamento e execução de programas e ações afirmativas.

No entanto, no último ano de 2015 com a reestruturação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), que passou a denominar-se Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), mudanças significativas foram impostas na política territorial do Estado, regredindo em muitos aspectos, sobretudo, na gestão das unidades de conservação já criadas, ocasionando diversos embates entre movimentos sociais, representantes das populações moradoras de UC's e o governo.

Essa reestruturação do órgão gestor refletiu significativamente sobre as formas de organização do trabalho dos moradores das UC's, pois com a redução do quadro de técnicos para assessorar na elaboração dos documentos jurídicos necessários para a realização de atividades produtivas ligadas ao manejo florestal, pesqueiro e agropecuário (planos de manejos), as populações locais ficaram cada vez mais limitadas para a plena realização de suas atividades produtivas.

A redução do quadro técnico de funcionários para a implementação dos Planos de Gestão, documento este que se compara à carta/mapa das áreas protegidas na França, responsável pelo estabelecimento das missões, objetivos e diretrizes de ações das unidades de conservação, fez-se notar na implementação das políticas voltadas para as UC's estaduais, conforme se nota na fala de um dos coordenadores de campo do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC), departamento responsável pela gestão das UCs estaduais, criado pela fusão

do Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA) e o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC):

Com a reestruturação da Secretaria, os Centros foram transformados em Departamentos e Assessorias. Nessa reestruturação os Centros perderam força executiva, pois devem implementar as ações previstas nos Planos anteriores a 2015, só que agora com um número reduzido de técnicos. Existem os técnicos nos Departamentos e os chefes de UCs que estão na ponta da execução das políticas de gestão territorial. Atualmente o papel da SEMA é implementar os programas que já haviam sido planejados até 2015. Após 2015 foi criado somente mais uma UC (RDS Puranga Conquista, desmembrada do Parque Rio Negro Setor Sul), totalizando 42 UCs estaduais (V.R.G, assessora técnica – DEMUC, 2016).

Como se nota, na atualidade as ações de implementação das UC's estão voltadas prioritariamente para acompanhamentos de alguns programas e subprogramas que já vinham sendo executados, previstos nos Planos de Gestão. Os projetos de geração de emprego e renda para os moradores das UCs estaduais ainda são limitados e os resultados necessitam se concretizar, salvo nas UC's acompanhadas pela Fundação Amazônia Sustentável (FAS), responsável pela implementação do Programa Bolsa Floresta, que após oito anos de ação junto a quinze (15) UC's estaduais e mais recentemente a RDS Puranga Conquista, totalizando dezesseis (16) UCs sob sua ação, alguns resultados já podem ser notados³⁵. Mesmo diante de todo o esforço despendido, o desafio é grande no sentido de implementar as 42 unidades de conservação estaduais já instituídas.

Até o ano de 2016, a SEMA vem executando alguns programas e projetos nas UC's estaduais, em parceria com instituições públicas e privadas, conforme pode ser verificado nas tabelas 04, 05, 06, 07 (Apêndice). Dentre as instituições parceiras cabe mencionar a Fundação Amazônia Sustentável – FAS, entidade sem fins lucrativos que congrega instituições públicas e privadas, cuja missão é “promover o envolvimento sustentável, conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das comunidades moradoras e usuárias das unidades de conservação do Estado do Amazonas” (FAS, 2008).

³⁵ Ver resultados do estudo de caso realizado na RDS do Rio Negro, *locus* da pesquisa de campo no Brasil.

Desde 2008, a FAS vem implantando o Programa Bolsa Floresta, criado pelo governo do Estado em setembro de 2007, através da Lei de Mudanças Climáticas e Lei Complementar 53, sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas – SEUC. Inicialmente o Programa Bolsa Floresta foi implementado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, envolvendo 06 UC's estaduais. A partir de março de 2008 a Fundação Amazônia Sustentável assumiu a responsabilidade de implantar e expandir o PBF a outras unidades de conservação. Atualmente o PBF se constitui como o principal programa voltado para UC's estaduais de uso sustentável, abrangendo 16 zonas protegidas, das quais se destacam:

1. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã;
2. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã;
3. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim;
4. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma;
5. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá;
6. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus;
7. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Amapá;
8. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Madeira;
9. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro;
10. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari;
11. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã;
12. Reserva Extrativista Catuá-Ipixuna;
13. Reserva Extrativista Rio Gregório;
14. Floresta Estadual de Maués;
15. Área de Proteção Ambiental Rio Negro;
16. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista.

Conforme já mencionado, o Programa Bolsa Floresta (PBF) foi instituído pela Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), como instrumento de gestão de pagamento pelos serviços ambientais no Estado do Amazonas, direcionados às famílias moradoras e do entorno de UC's de uso sustentável, como incentivo a ações voluntárias para combater o desmatamento. Para tanto, as famílias assinam um termo de adesão se comprometendo a não realizar desmatamento nas suas áreas produtivas (áreas de

floresta primária), bem como participarem de oficinas de capacitação, matricular e manter seus filhos na escola (FAS, 2016).

O PBF é composto por 4 componentes, divididos em:

1. Bolsa Floresta Familiar, destinado diretamente a cada família um valor de R\$ 50,00 mensal;
2. Bolsa Floresta Renda, voltado para apoiar atividades de produção e geração de renda sustentável;
3. Bolsa Floresta Social, destinado a apoiar benefícios sociais comunitários (educação, saúde, transporte e comunicação);
4. Bolsa Floresta Associação, apoio ao associativismo (FAS, 2016).

Os montantes de investimentos por unidade de conservação dependem do número de adesão voluntária das famílias. “O aumento dos investimentos anuais está condicionado à entrada de novas famílias no PBF por UC, desde que consigam sua documentação, atinjam a maioria de 18 anos e sejam casadas” (SANTOS, 2013).

Os recursos que dão suporte ao Programa Bolsa Floresta são provenientes, sobretudo, da iniciativa privada, com destaque para a Fundação Bradesco, que inicialmente fez um investimento da ordem de R\$ 20 milhões e compromisso de investimento de mais R\$ 50 milhões, distribuídos em um período de cinco anos (SANTOS, 2013); além de parcerias com agências governamentais e não-governamentais (ver tabela 05, apêndices). Ademais, prevê-se negociação na bolsa de créditos de carbono, oriunda do desmatamento evitado, que poderá apoiar o Programa nos próximos anos, de acordo com a diminuição dos desmatamentos em cada UC.

Os dados oficiais da FAS (2012 *apud* SANTOS, 2013) indicam investimentos de mais de R\$ 30 milhões nas UC's nos últimos cinco anos, voltados em sua maioria para apoio à infraestrutura comunitária, ao fortalecimento organizacional e à geração de renda. Contudo nota-se que, apesar da vontade política e do esforço da FAS em envolver os vários segmentos da sociedade na implementação de um tipo de gestão territorial compartilhada nas UC's estaduais do Amazonas, dentre eles os movimentos sociais, as organizações não-governamentais e a própria iniciativa privada, ainda assim nota-se que são incipientes os resultados das ações no que se refere à melhoria das condições materiais de vida das populações moradoras das UC's, beneficiadas pelo

Programa Bolsa Floresta; apesar de serem perceptíveis certos movimentos de mudanças contextuais na postura e no pensamento dos moradores das UC's em relação ao uso sustentável dos recursos naturais, fruto dos trabalhos de oficinas e cursos de capacitação voltados ao fomento de oportunidade de geração de renda, conforme podem ser evidenciados nos resultados da pesquisa de campo realizado na RDS do Rio Negro.

- **Instrumentos da gestão territorial compartilhada nas unidades de conservação do Amazonas**

- ✓ **Planos de Gestão**

O SNUC (2000) estabelece como instrumentos necessários à gestão das unidades de conservação pelo menos duas ferramentas importantes para a implementação de um tipo de gestão compartilhada, quais sejam: os Planos de Manejo e os Conselhos Gestores.

Esses dois instrumentos de gestão territorial deverão ser constituídos de forma democrática e compartilhada com os diversos atores que fazem parte do cenário territorial da unidade de conservação a ser criada e gerida, prevendo a participação das representações da sociedade civil organizada, da iniciativa privada, do governo e das populações locais.

Na política ambiental do Estado do Amazonas, os Planos de Manejo são denominados Planos de Gestão que, na prática, são os mesmo instrumentos definidos pelo SNUC. Os Planos de Gestão constituem os instrumentos de planejamento que estabelecem as diretrizes de ações que deverão ser implementadas, indicando a missão e os objetivos da UC. São constituídos de programas e subprogramas pelos quais as ações a serem implementadas deverão estar bem definidas, voltadas para a administração da unidade de conservação, para o manejo dos diversos recursos naturais (florestal, pesqueiro, agroextrativista, e outros), para os programas de geração de renda, bem como identificadas as zonas de amortecimento e corredores ecológicos que irão interligar as diferentes zonas de proteção da UC.

Apesar da legislação prever um prazo de até cinco anos para a elaboração dos Planos de Gestão, após a criação da UC; no Estado do Amazonas, algumas unidades de conservação (13 do total de 42 UCs) ainda não possuem esse importante instrumento de

gestão do território protegido, conforme pode ser notado na tabela 01, incidindo em reflexos negativo nos níveis de sustentabilidade em relação ao conjunto de políticas territoriais voltadas para as áreas protegidas do Estado do Amazonas.

Tabela 01 - Planos de Gestão e Conselhos Gestores de UCs no Estado do Amazonas

NOME DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	Município	ÁREA (ha)	ANO DE CRIAÇÃO	CONSELHO GESTOR (Portaria)	PLANO DE GESTÃO
APA Caverna do Maroaga	Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva	374.700,00	1990	SDS/GS-114/09	Possui (2012)
APA da ME do Rio Negro - Setor Aturiá / Apuauzinho	Manaus, Presidente Figueiredo e Novo Airão	559.097,79	1995	Não possui	Previsto
APA da MD Rio Negro - Setor Paduari / Solimões	Novo Airão, Iranduba e Manacapuru	461.740,67	1995	Não possui	Previsto
APA da ME do Rio Negro - Setor Tarumã-Açu / Tarumã Mirim	Manaus	56.793,00	1995	Não possui	Previsto
APA Nhamundá	Nhamundá e Parintins	195.900,00	1990	Não possui	Previsto
APA Guajuma	Nhamundá	28.370,00	1989	Não possui	Previsto
Floresta Estadual Canutama	Canutama e Tapauá	150.588,57	2009	SDS/GS- 008/14	Possui (2014)
Floresta Estadual de Maués	Maués	438.440,32	2003	SDS/GS- 002/10	Possui (2012)
Floresta Estadual de Apuí	Apuí	185.946,16	2005	SDS/GS - 055/10	Possui (2010)
Floresta Estadual de Manicoré	Novo Aripuanã	83.381,03	2005	SDS/GS - 055/10	Possui (2010)
Floresta Estadual do Aripuanã	Apuí	336.040,06	2005	SDS/GS - 055/10	Possui (2010)
Floresta Estadual do Sucunduri	Apuí	492.905,27	2005	SDS/GS - 055/10	Possui (2010)

Cont. Tabela 01 - Planos de Gestão e Conselhos Gestores de UCs no Estado do Amazonas

NOME DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	Município	ÁREA (ha)	ANO DE CRIAÇÃO	CONSELHO GESTOR (Portaria)	PLANO DE GESTÃO
Parque Estadual do Sucunduri	Apuí	808.312,18	2005	SDS/GS - 055/10	Possui (2010)
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Aripuanã	Apuí	224.290,81	2005	SDS/GS - 055/10	Possui (2010)
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bararati	Apuí	113.606,43	2005	SDS/GS - 055/10	Possui (2010)
Reserva Extrativista do Guariba	Apuí e Novo Aripuanã	150.465,32	2005	SDS/GS - 055/10	Possui (2010)
Parque Estadual do Guariba	Novo Aripuanã	72.296,33	2005	SDS/GS - 055/10	Possui (2010)
Floresta Estadual de Tapauá	Canutama e Tapauá	881.704,00	2009	SDS/GS- 011/14	Possui (2014)
Floresta Estadual do Rio Urubu	Rio Preto da Eva	27.342,00	2003	Não possui	Não possui
Parque Estadual do Rio Negro - Setor Norte	Novo Airão	146.028,00	1995	SDS/GS-067/08	Possui (2009)
Parque Estadual do Rio Negro - Setor Sul	Manaus	77.950,86	1995	SDS/GS-253/10 de 02/12/2010	Possui (2013)
Parque Estadual da Serra do Aracá	Barcelos	1.818.700,00	1990	Não possui	UC em redelimitação
Parque Estadual do Matupiri	Borba e Manicoré	513.747,47	2009	SDS/GS- 015/14 de 16/01/2014	Possui (2014)
Parque Estadual Sumaúma	Manaus	52,62	2003	SDS/GS-051/07	Possui (2009)

Cont. Tabela 01 - Planos de Gestão e Conselhos Gestores de UCs no Estado do Amazonas

NOME DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	Município	ÁREA (ha)	ANO DE CRIAÇÃO	CONSELHO GESTOR (Portaria)	PLANO DE GESTÃO
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã	Barcelos Codajás, Coari e Maraã	2.313.000,00	1998	SDS/GS-070/14	Em elaboração
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã	Borba	22.354,86	2005	Não possui	Previsto
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim	Jutaí	2.450.381,56	2003	SDS/GS-043/08	Possui (2009)
Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari	Carauari	632.949,02	2005	SDS/GS-010/08	Possui (2008)
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma	Novo Aripuanã	589.611,28	2006	SDS/GS-129/09	Possui (2010)
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Matupiri	Borba	179.083,45	2009	SDS/GS- 010/14	Possui (2014)
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Amapá	Manicoré	216.108,73	2005	SDS/GS-059/07	Possui (2010)
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro	Novo Airão, Iranduba, Manaus e Manacapuru	102.978,83	2008	SDS/GS-254/10	Em elaboração
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã	São Sebastião do Uatumã e Itapiranga	424.430,00	2004	SDS/GS-033/08	Possui (2010)

Cont. Tabela 01 - Planos de Gestão e Conselhos Gestores de UCs no Estado do Amazonas

NOME DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	Município	ÁREA (ha)	ANO DE CRIAÇÃO	CONSELHO GESTOR (Portaria)	PLANO DE GESTÃO
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó-Açú	Beruri, Borba e Manicoré	397.557,32	2009	SDS/GS- 012/14	Possui (2014)
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	Fonte Boa, Japurá, Maraã, Uarini, Japurá e Tonantins	1.124.000,00	1996	SDS/GS-015/10	Possui (1998)
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu – Purus	Anori Beruri Tapauá e Coari	1.008.167,00	2003	SDS/GS-177/09 de 27/10/2009	Em elaboração
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Madeira	Novo Aripuanã, Borba e Manicoré	283.117,00	2006	SDS/GS-016/10 de 05/02/2010	Possui (2014)
Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos	São Gabriel da Cachoeira	36.900,00	1990	Não possui	Não possui
Reserva Extrativista Catuá Ipixuna	Tefé e Coari	217.486,00	2003	SDS/GS-001/08	Possui (2010)
Reserva Extrativista Canutama	Canutama	197.986,50	2009	SDS/GS- 013/14	Possui (2014)
Reserva Extrativista do Rio Gregório	Ipixuna e Eirunepé	305.268,47	2007	SDS/GS-03/09	Possui (2013)
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista	Manaus	86.233,43	2014	SDS/GS-182/14	Não possui

Fonte: SEMA, 2016.

A elaboração dos Planos de Gestão requer uma grande quantidade de recursos humanos e financeiros, pois, os roteiros metodológicos são complexos exigindo estudos minuciosos da flora, fauna, estudos dos solos, recursos hídricos, diagnóstico socioeconômico, zoneamento e demais informações que serão relevantes para a gestão da unidade de conservação. No caso do Amazonas, as distâncias são grandes e os deslocamentos são onerosos, já que geralmente torna-se necessária a composição de equipes multidisciplinares de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Em nosso entendimento, esse conjunto de fatores (roteiros metodológicos complexos, recursos financeiros insuficientes, poucos recursos humanos, além das distâncias continentais) se apresentam como limitações relevantes para a efetivação das unidades de conservação no Brasil e mais especificamente no Estado do Amazonas.

✓ **Conselhos Gestores**

Os Conselhos Gestores são os instrumentos públicos onde estão presentes os segmentos que atuam direta e indiretamente na gestão das unidades de conservação. São os instrumentos de gestão que garantem de fato o compartilhamento da gestão entre o governo, a sociedade civil organizada e a iniciativa privada. Podem ser constituídos de duas categorias: Conselhos Consultivos, voltados para a gestão de UC's de proteção integral e Conselhos Deliberativos, presentes nas UC's de uso sustentável.

Essas entidades territoriais são presididas pela instituição gestora da UC (município, estado ou governo federal), que têm a missão de consultar e discutir em conjunto com os representantes dos segmentos da sociedade (governamental, não-governamental e iniciativa privada), políticas públicas pertinentes à gestão da unidade de conservação.

Os Conselhos são compostos por representantes do órgão gestor, geralmente presidindo os fóruns de discussão, juntamente com representantes diretos dos moradores das localidades/comunidades, organizações governamentais e não-governamentais e representantes das iniciativas privadas.

A principal diferença entre o Conselho Consultivo e o Deliberativo, está no nível de participação entre os envolvidos. Ao passo que no primeiro grupo, os participantes podem somente ser ouvidos e opinar; nos Conselhos Deliberativos além de constituírem espaços de consulta e opinião, deliberam em conjunto com representantes das

coletividades territoriais temas e questões pertinentes ao planejamento e compartilhamento da gestão da UC. Nos Conselhos Deliberativos as populações moradoras das UC's e representantes da sociedade civil são de fato empoderadas, já que podem tomar decisões diretas, discutindo e deliberando problemas levantados para posteriores encaminhamentos que irão entrar nas pautas de gestão daquele espaço protegido.

É de competência dos Conselhos Gestores:

1) acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo [Gestão], quando couber, garantindo o seu caráter participativo; 2) buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno; 3) conhecer, discutir, propor e divulgar as ações da unidade de conservação, promovendo ampla discussão sobre o seu papel e a sua gestão; 4) esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade; 5) opinar, no caso de Consultivo, ou ratificar, no caso de Deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com Oscip, na hipótese da gestão compartilhada da unidade. Sua fiscalização também faz parte das atribuições do Conselho; 6) manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; 7) identificar os problemas e conflitos, propor soluções, bem como identificar as potencialidades de manejo da unidade de conservação, em articulação com os atores envolvidos (HIGUCHI, 2013).



Figura 39 – Conselho Gestor da RDS Uatumã.
Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

No Brasil e no Estado do Amazonas, os Conselhos Gestores têm sido os principais instrumentos de participação coletiva dos segmentos sociais e representações das populações moradoras das UC's (Figura 39). Apesar dos avanços nas leis do SNUC e SEUC, nota-se que ainda há UC's estaduais que não possuem (ou não estão regularizadas) esse instrumento de gestão (Tabela 01), necessitando, assim, caminhar na direção de uma real gestão compartilhada.

A seguir apresenta-se um panorama das comunidades localizadas em unidades de conservação estaduais, resultado de pesquisas científicas e consultorias técnicas realizadas desde 2006, envolvendo comunidades de UC's e seus entornos. Esta parte do trabalho visa apresentar aspectos dos modos de vida das populações rurais de unidades de conservação do Amazonas, para relacioná-las por meio da análise comparativa, com os reflexos das políticas de gestão territorial sobre o trabalho e modos de vida dos moradores de áreas protegidas do Amazonas, notadamente daquela serviu de base da pesquisa de campo.

- **Meios e modos de vida de populações de unidades de conservação do Estado do Amazonas**

Sobre os modos de vida das populações moradoras de unidades de conservação no Amazonas, em trabalho de consultoria técnica realizado para o Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC no ano de 2010, acerca do perfil socioeconômico de 14 UCs estaduais abrangidas pelo Programa Bolsa Floresta – PBF (BARROS, 2010), foi possível compreender que os modos de vidas dos moradores de unidades de conservação do Estado do Amazonas são aqueles típicos das populações rurais amazônicas, usuárias dos diferentes ambientes que caracterizam o bioma amazônico, como as várzeas, os igapós e a terra firme.

A vida dessas populações é regulada pela dinâmica da cheia e vazante dos rios. As moradias são construídas nas áreas mais altas dos núcleos comunitários (Figura 40), local onde se encontram a escola, igreja, centro social, campo de futebol e onde são desenvolvidas grande parte de suas atividades socioculturais, como festejos e reuniões comunitárias. Há também as moradias dos ambientes de várzea, adaptadas às dinâmicas

de subida e descida dos rios, como estratégia de sobrevivência e reprodução social das populações locais, conforme figura 41.



Figura 40 - Núcleo comunitário de uma das comunidades da Reserva Extrativista Catuá-Ipixiuna, Tefé-Am.
Fonte: Pesquisa de campo, 2007.



Figura 41 - Moradia típica de populações de ambientes de várzea, UC's do Am.
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Os principais meios de transportes utilizados pelos moradores locais são aqueles comumente das populações rurais amazônicas, com destaque para a “rabetá” – motor de baixa propulsão que realiza trajeto de curta distância (Figura 42); o barco popular ou “barco de linha” – que realiza o transporte para os núcleos urbanos, e o barco comunitário, geralmente para o deslocamento intercomunitário e/ou para a sede municipal.



Figura 42 – Principais meios de transportes de populações moradoras de UC's no Estado do Amazonas. Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Quanto às formas de organização socioprodutivas, Chaves (2001a) pesquisadora que há mais de 20 anos desenvolve estudos e projetos de intervenção social na Amazônia, dá destaque ao fato de essas populações estarem organizadas em formas de comunidades³⁶, constituídas de vários grupos domésticos, que assumem formas próprias de gestão e intervenção sobre o território e o meio natural, condicionadas pelos meios materiais de produção.

A agricultura, a pesca e a extração de produtos madeireiros e não-madeireiros (Figuras 43 e 44) constituem as principais atividades produtivas das populações moradoras de unidades de conservação estaduais, com destaque para a pesca e a produção de farinha (Figuras 45 e 46), responsáveis pelo abastecimento de grande parte do pescado e farinha consumidos na cidade de Manaus (BARROS, 2010).

³⁶ O termo comunidade há muito vem sendo discutido por sociólogos, antropólogos e extensionistas que trabalham com populações rurais, sem, contudo, chegar a um consenso acerca desta definição. O termo aqui empregado refere-se ao lugar de pertencimento dos moradores locais, enquanto território de contrastes e contradições, e onde são estabelecidas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, representando uma identidade para os seus integrantes (RIBEIRO & FABRÉ, 2003).



Figura 43 – Produção agrícola de UC's estaduais do Am.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.



Figura 44 – Produtos extrativistas da floresta amazônica – atividade produtiva das populações de UC's estaduais do Am.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.



Figura 45 - Filho de pescador tecendo rede de pesca, uma das principais atividades produtivas do Am.

Fonte: Banco de dados, 2006.



Figura 46 – Produção de farinha – atividade produtiva das populações de UC's do Am.

Fonte: Banco de dados, 2006.

Apesar de as populações rurais terem um papel relevante na produção de produtos alimentícios, suprimindo grande parte das demandas da cidade de Manaus, sobretudo o fornecimento de pescado, ainda assim, os trabalhos dessas populações não são vistos e reconhecidos pelas políticas oficiais, sendo tratados em geral como trabalhos invisíveis, secundários. Como consequência, nos últimos anos, notou-se a intensificação de embates e conflitos na Amazônia, notadamente pelo direito ao acesso à terra e regularização fundiária, conforme pode ser notado em documentos oficiais, como aqueles produzidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que no ano de 2013

publicou em seu relatório anual o aumento dos conflitos em torno do uso da terra em áreas protegidas da Amazônia. Segundo a CPT (2013),

Na Amazônia, há 174 pessoas ameaçadas de morte por conflitos no campo (...) muitas áreas da Amazônia continuam sendo terra sem lei, palco habitual de atuação de pistoleiros impondo pela força os interesses dos poderosos. No Estado do Amazonas, há 40 pessoas ameaçadas de morte por pistoleiros e fazendeiros que ocupam terras públicas ilegalmente. Muitas delas são expulsas de seus assentamentos agrários.

Como forma de amortizações desses conflitos os governos estadual e federal criaram programas socioambientais voltados especificamente para unidades de conservação (Programas Bolsa Floresta e Bolsa Verde), como estratégia de diminuição da violência no campo, por meio de promessas de regularização fundiária que, através da adesão compulsória dos moradores das UC's aos novos arranjos das políticas de conservação ambiental, cujo princípio subsiste na ideia de manutenção da floresta em pé, como principal condição ao acesso às políticas oficiais.

Esses novos dispositivos presentes nas atuais políticas de gestão das áreas protegidas vêm tendo reflexos nos meios e modos de vida das populações que habitam e trabalham no interior dessas zonas protegidas, sobretudo nas formas de trabalho e práticas produtivas. Na pesquisa de campo foi possível notar, através das falas dos entrevistados, que nem todos podem realizar plenamente suas atividades produtivas, pois, como não possuem formação técnica para a elaboração dos planos de manejo (florestal, de uso da terra e de pesca), ficam limitados ao exercício de suas atividades, necessárias para a reprodução social dessas populações.

Em 05/05/2014, o governo federal instituiu obrigatoriedade a todos os produtores rurais de aderirem ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), previsto no Código Florestal Brasileiro e aprovado há dois anos como forma de controle das ações desenvolvidas no interior das propriedades rurais. Ao nosso ver, esses novos dispositivos, apesar de serem necessários, atualmente são fatores limitantes para a sustentabilidade das populações rurais, uma vez que, no caso brasileiro, e mais especificamente na Amazônia, a maior parte da população rural não possui formação técnica ou mesmo nível mínimo de ensino formal para elaboração deste tipo de

documentação técnico-jurídico, limitando o pleno desenvolvimento de suas atividades produtivas, incidindo em enfrentamentos e conflitos entre a legislação ambiental e as práticas socioculturais de sobrevivência, historicamente desenvolvidas por essas populações.

Durante a IV Conferência Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Amazonas, realizada na cidade de Manaus, de 03 a 06 de junho de 2013, os moradores das unidades de conservação do Estado do Amazonas deixaram claros suas prioridades no âmbito da gestão das UC's estaduais: desenvolver ações concretas que visem à melhoria das suas condições de vida e o pleno exercício de suas atividades produtivas.

Como nota-se, os desafios à gestão territorial de UC's na Amazônia são muitos que, se forem bem discriminados, seriam necessários mais estudos para melhor elucidá-los. No caso do Estado do Amazonas, território de realização da pesquisa de campo e onde o autor tem maior imersão investigativa, pode-se apontar alguns entraves que contribuem para efetivação de um tipo de gestão territorial sustentável, dentre os principais se destacam:

- Grande extensão territorial. Para efeitos de comparação, o território do Estado do Amazonas (1. 577. 820, 2 Km²), é praticamente três vezes maior que todo o território francês (547.000 Km²);
- Dificuldades de acesso que implicam em enormes gastos com transporte e infraestrutura;
- Poucos recursos humanos para fiscalização e monitoramento;
- Uso clandestino e irregular dos recursos naturais e do território, gerando conflitos socioambientais de diversas naturezas;
- Limitações de políticas públicas setoriais de amplo acesso dos produtores rurais ao fomento às atividades e cadeias produtivas sustentáveis;
- Limitações de ações públicas na melhoria das infraestruturas comunitárias (energia elétrica, água potável, saúde e comunicação);
- Limitações de políticas de formação e fortalecimento organizacional no campo;
- Limitações de ações de ampliação da educação formal dos produtores rurais;
- Escassez de políticas de fomento ao escoamento da produção em mercados de circuito-curto, dentre outros.

Em linhas gerais, percebe-se que muito há o que se fazer para o alcance de um modelo sustentável de gestão dos territórios amazônicos. Caberá aos governos, à sociedade civil organizada, juntamente com a iniciativa privada, eleger e pautar como tema de prioridade políticas públicas adaptadas à realidade amazônica, com vistas à melhoria da gestão ambiental e à qualidade de vida das populações que habitam esse enorme território de proporções continentais. Espera-se que estudos como este possam servir de subsídios para ações instrumentais visando à efetivação de um modelo de gestão territorial compartilhada, à luz dos princípios da sustentabilidade. A seguir apresentam-se os resultados da pesquisa de campo empreendida na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, UC que serviu de *locus* para a investigação no *terrain* brasileiro.

- **Perfil socioeconômico da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro**

A RDS do Rio Negro é uma unidade de conservação estadual, regulamentada através da Lei Estadual Nº 3355 de 26/12/08, a partir do desmembramento da Área de Proteção Ambiental (APA) Margem Direita do Rio Negro (Setor Puduari-Solimões). Limita-se com os municípios de Manacapuru, Novo Airão e Iranduba (Figura 47), sendo sua gestão de responsabilidade da SEMA, por meio do DEMUC e parcerias institucionais como a FAS e a Associação das Comunidades Sustentáveis do Rio Negro (Associação-Mãe da RDS).



Figura 47 - Localização da RDS do Rio Negro em relação aos municípios fronteiriços.
Fonte: SDS, 2013.

A RDS possui uma área total de 102.978,83 ha (Figura 48), tendo como objetivos principais preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida das populações e do manejo dos recursos naturais, através da valorização do saber-fazer local, da conservação e do aperfeiçoamento das técnicas de manejo desenvolvidas pelos moradores locais (CEUC, 2013).



Figura 48 – Placa de identificação da RDS do Rio Negro.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Esta unidade de conservação integra o Mosaico de Áreas Protegidas do baixo rio Negro (portaria nº 483, 14/12/2010), que reúne 11 UCs municipais, estaduais e federais de diferentes categorias na região metropolitana de Manaus. Sua criação foi motivada em função dos cenários prospectivos de possíveis desmatamentos vislumbrados em função da construção da Ponte sobre o rio Negro, inaugurada em 2011 e do perfil de multiuso do território pelas comunidades rurais, através da polivalência das atividades produtivas praticadas pelos moradores locais (PLANO DE GESTÃO – RDS DO RIO NEGRO, 2016).

O acesso à RDS ocorre tanto por via fluvial do rio Negro através de recreios e barcos de linha (Figura 49), como por via terrestre partindo de Novo Airão, Manacapuru ou Manaus, distanciando-se cerca de 16 km de Novo Airão e 46 km de Manaus em

linha reta. O trecho Manaus-Novo Airão pode ser realizado pela estrada asfaltada AM-070; pela AM-352 (trecho Manaus-Manacapuru) e pela Estrada do Manairão (trecho Manacapuru-Novo Airão).



Figura 49 – Barco de linha, meio de transporte fluvial dos moradores da RDS do Rio Negro.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A RDS possui uma população de aproximadamente 791 famílias (PLANO DE GESTÃO-RDS RIO NEGRO, 2016), distribuídas ao longo de 19 comunidades rurais, dentre as quais se destacam: Terra Santa, Marajá, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, São Francisco do Bujaru, São Tomé, Tiririca, Santo Antônio do Acajatuba, Tumbira, Saracá, Santo Antônio, Nova Esperança, Santa Helena do Inglês, Nossa Senhora da Conceição, Terra Preta, Nossa Senhora de Fátima, Carão, Camará, Nova Aliança (entorno da UC) e XV de Setembro (Tabela 02). Estas localidades estão distribuídas em sua maioria às margens do rio Negro, ao longo dos lagos, igarapés e demais corpos d'água que servem de afluentes do rio principal, conforme figura 50.

Tabela 02 – Relação das comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro.

Comunidade	Ano de criação	Nº de residências georreferenciadas
Terra Santa	1945	81
Marajá	1955	32
Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	1976	104
São Francisco do Bujaru	1980	66
São Tomé	1982	48
Tiririca	1985	20
Santo Antônio do Acajatuba	1985	38
Tumbira	1986	45
Saracá	1986	50
Santo Antônio	1988	13
Nova Esperança	1989	58
Santa Helena do Inglês	1989	33
Nossa Senhora da Conceição	1989	66
Terra Preta	1990	84
Nossa Senhora de Fátima	1991	67
Carão	1993	14
Camará	1995	38
Nova Aliança (entorno da UC)	2001	25
XV de Setembro	2002	46

Fonte: Plano de Gestão – RDS do Rio Negro, 2016.

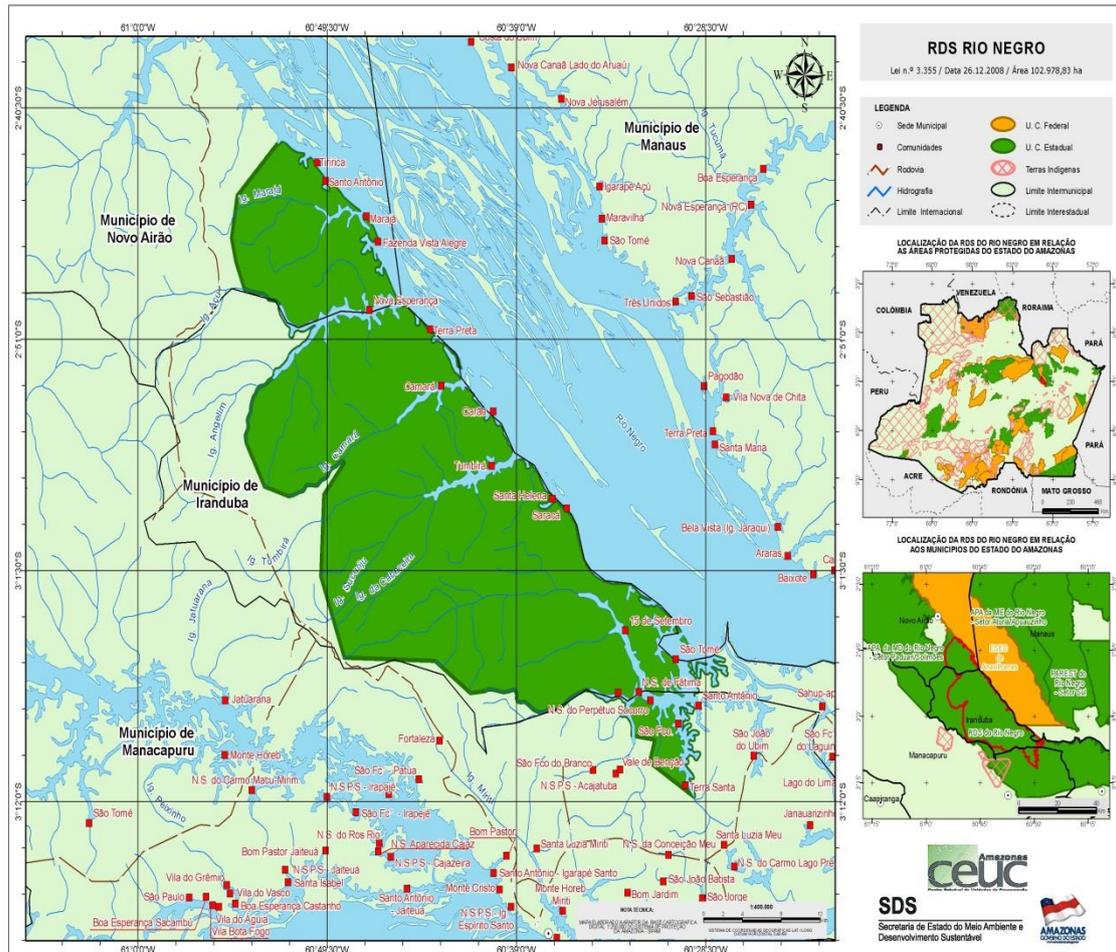


Figura 50 – Mapa de localização das comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro.

Fonte: IPAAM, 2010.

Para fins administrativos, a RDS foi dividida em três polos: i) Polo 1 – composto de 04 comunidades (Tiririca, Santo Antônio, Marajá, Nova Esperança), pertencentes ao município de Novo Airão; ii) Polo 2 – envolvendo 06 comunidades (Terra Preta, Camará, Carão, Tumbira, Santa Helena do Inglês, Saracá), localizadas no município de Iraduba; iii) Polo 3 – constituído de 09 comunidades (São Tomé, Santo Antônio de Acajatuba, XV de Setembro, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Nossa Senhora da Conceição, São Francisco do Bujaru, Terra Santa e Nova Aliança), pertencentes aos municípios de Iraduba e Manacapuru.

A região foi ocupada há muito pelas populações indígenas e mais tarde pelas populações rurais. As comunidades se instalaram há pelo menos 70 anos, sendo a mais antiga datada de 1945 (comunidade Terra Santa) e a mais contemporânea de 2002 (comunidade XV de Novembro). As moradias se distribuem ao longo do rio Negro, nas

margens dos principais lagos, igarapés, furos e outros corpos d'água da região e, mais recentemente, nos ramais e vicinais que atravessam a RDS (Figura 51).

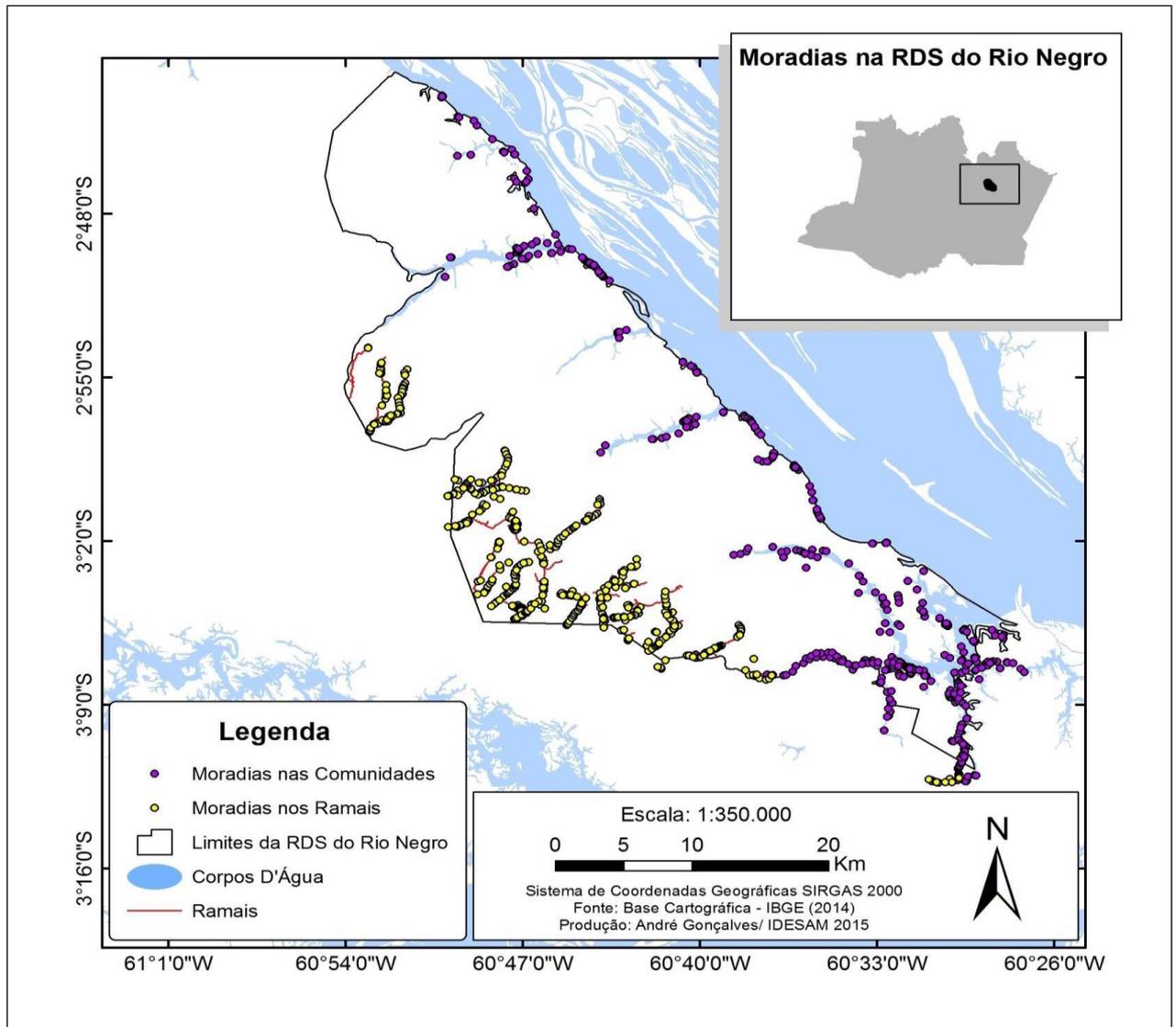


Figura 51 - Distribuição das moradias ao longo da RDS do Rio Negro.

Fonte: Plano de Gestão – RDS do Rio Negro, 2016.

Muitas dessas localidades que estão se formando ao longo dos ramais foram se constituindo em função da especulação imobiliária advinda após a construção da Ponte sobre o rio Negro, e, não são reconhecidas pela SEMA como pertencentes à unidade de conservação, pois se constituíram após a homologação da RDS em 2008, apesar de existirem casos de moradores que já habitavam ramais antes desta data (PLANO DE GESTÃO – RDS RIO NEGRO, 2016). Diante de tal situação, algumas localidades estão reivindicando o direito de pertencer à UC, o que tem gerado conflitos com o órgão

gestor da RDS, principalmente com a expectativa de terem acesso às políticas públicas oficiais voltadas para às unidades de conservação, dentre elas o Programa Bolsa Floresta.

Os modos de vida das populações moradoras desta área protegida estão plenamente adaptados à dinâmica dos ciclos ecológicos da natureza. Suas existências dependem dos multiusos do território e da polivalência da exploração dos recursos naturais. As casas são construídas às margens do rio principal ou seus afluentes, nas áreas mais altas (Figura 52), local onde se assenta o núcleo comunitário (centro social, igreja, escola, campo de futebol, dentre outros) que serve de espaço para os principais eventos sociais, como celebrações religiosas e reuniões comunitárias (Figura 53).



Figura 52 – Subida do porto da comunidade Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Figura 53 – Vista do núcleo comunitário da comunidade N. Sra. de Fátima.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

As moradias possuem de dois a três cômodos e são construídas de forma que possam seguir a dinâmica de subida e descida das águas do rio. Algumas residências possuem estruturas de madeiras, zinco ou alumínio, outras de alvenarias ou mistas (com telhas do tipo Brasilit ou de barro), localizadas principalmente nos ambientes de terra firme, não necessitando de assoalhos suspensos. Outras moradias estão localizadas nas áreas mais baixas, sujeitas às inundações, sendo construídas de forma suspensas,

com material de madeira, a fim de se proteger da subida das águas do rio, típica dos modos de vida das populações ribeirinhas da Amazônia³⁷ (Figuras 54 e 55).



Figura 54 – Empreendimento turístico na comunidade Santa Helena do Inglês, típico dos modelos de moradias ribeirinhas.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Figura 55 – Estilos de moradias da RDS do Rio Negro em ambientes de terra firme.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Os serviços de infraestrutura das comunidades da RDS do Rio Negro se assemelham às demais localidades rurais amazônicas. Os principais meios de transportes fluviais se assentam no uso de equipamentos de baixa e média propulsão como rabetas (motor de popa com potência de 5,5 hp adaptados em canoas de madeira), voadeiras (motor de maior potência, em torno de 25 a 115 hp, utilizados em botes de alumínio) e os barcos de linha que realizam trajetos maiores, comumente utilizados para transporte às sedes municipais (Figuras 56 e 57). Além das vias fluviais é possível ter acesso à RDS por meio de transportes terrestres como ônibus, carros e motocicletas. O período de maior dificuldade de acesso à Reserva concentra-se no mês de agosto, provavelmente em função da vazante do rio Negro, já que o principal meio de locomoção das populações locais ocorre por via interfluvial.

³⁷ O entendimento adotado para definir populações ribeirinhas se aproxima daquele apresentado por Little (2001 *apud* BARROS, 2006) que as caracteriza como “populações tradicionais que podem ou não ser populações indígenas, já que há comunidades de ribeirinhos que estão se identificando como indígenas, enquanto outras renegam sua identidade, mas que de todo modo representam uma população ambientalmente diferenciada considerando que seu modo de adaptação é sintonizada com os fluxos hídricos dos rios”.



Figura 56 – Meio de transporte do tipo voadeira - RDS do Rio Negro.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Figura 57 – Meio de transporte do tipo rabeta utilizado pelos moradores da RDS do Rio Negro.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

O acesso à energia é diferenciado entre os moradores dessa área protegida. Das dezenove comunidades que estão presentes na RDS, dezesseis delas têm acesso à rede pública de eletrificação, advinda com o Programa Luz para Todos (PLANO DE GESTÃO – RDS RIO NEGRO, 2016). Ainda assim, três comunidades (Marajá, Santo Antônio e Tiririca) têm acesso à energia somente pelo uso de geradores comunitários, com energia fornecida basicamente uma parte da noite (três a quatro horas), levando os moradores locais a intercambiar uso de velas e lamparinas para iluminação de suas residências.

A captação de água para consumo é obtida pela maioria das comunidades por meio de poço comunitário, seguida pelo consumo direto do rio e cacimbas. Atualmente uma das frentes de ações do governo do Estado, por meio do Programa Água para Todos, está sendo a instalação de tanques para captação de água das chuvas, conforme figura 58, como forma de minimizar as doenças veiculadas aos recursos hídricos como a diarreia, uma das principais patologias presentes entre os moradores locais.



Figura 58 – Uso de tanques d’água na RDS do Rio Negro - comunidade Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

▪ **Organização político-institucional**

As comunidades da RDS do Rio Negro organizam-se em grupos sociais, a fim de garantir a manutenção da vida comunitária. Dentre os diferentes grupos sociais existentes destacam-se aqueles ligados às igrejas/congregações religiosas, os grupos de mulheres, de pais e mestres, de jovens, de pescadores, de marceneiros, de agricultores, de artesãs, dentre outros. Da mesma forma, essas localidades organizam-se juridicamente em forma de Associações Comunitárias, no âmbito do modelo organizativo implantado pela igreja católica, através do Movimento de Educação de Base - MEB e das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs nos anos 80, a fim de garantir o acesso a determinadas políticas públicas (BARROS, 2006). Apesar de as 19 comunidades da RDS possuírem Associações Comunitárias, apenas 07 delas estão com

suas Associações regularmente registradas com CNPJ (PLANO DE GESTÃO – RDS RIO NEGRO, 2016), indicando certa fragilidade no âmbito político-organizacional.

Em 2009 foi fundada a Associação de Comunidades Sustentáveis da RDS do Rio Negro, conhecida como “Associação-Mãe”, tendo representantes das dezenove localidades que fazem parte da UC. É através desta Associação que são garantidos os recursos do Programa Bolsa Floresta - PBF para o fortalecimento organizacional comunitário, para o qual são destinados 10% (dez por cento) por ano, dos recursos investidos no subprograma bolsa renda.

▪ Trabalho e atividades produtivas

Nas comunidades rurais amazônicas, o trabalho está inserido no conjunto de *activités*, que garante a reprodução social e material do homem. Nesta dimensão, o trabalho é um processo que envolve o homem e a natureza, havendo trocas de energias entre ambos, como apregoava Karl Marx (1818-1883).

Essa multidimensionalidade do trabalho garante ao homem amazônico uma relação quantitativa e qualitativa com a natureza, envolvendo dimensões biológicas, cognitivas, afetivas, psicológicas e culturais, enquanto ação integradora e agregadora, à luz das proposições feitas por Teiger (1993) e Béguin (2005), ao caracterizar o trabalho como “*activité*”, adotada pela Ergonomia de Língua Francesa.

É através do trabalho realizado que o homem rural amazônico garante sua sobrevivência e permanência neste mundo, já que é por meio do esforço físico e de sua obra, enquanto atividade que exige o *savoir-faire* adquirido ao longo de sua existência, que o permite conhecer a dinâmica e os ciclos da natureza, que são repassados de geração em geração. Dessa forma, o homem rural amazônico consegue reconhecimento social para além da vida, já que os conhecimentos empíricos sobre a natureza são eternizados pelo repasse, através da oralidade e da *activité* realizada, a outras gerações, geralmente seus filhos, genros e agregados que fazem parte do mesmo núcleo familiar.

De acordo com Fraxe (2000), entre as populações rurais amazônicas, por volta de 08 anos a criança camponesa da várzea [e da terra firme] insere-se no processo de trabalho, idade em que deixa de pertencer somente à unidade de consumo e passa a ser incluída na unidade de produção (FRAXE, 2000:80). Continua Fraxe (*op. cit.*), na

maioria das vezes quem administra a divisão do trabalho é o patriarca, como a atividade pesqueira que é comandada pelo pai. Às mulheres cabem a organização do trabalho doméstico, criação de pequenos animais e atividades de roça, que são ensinadas e iniciadas pelas crianças mulheres. Os homens e mulheres idosas realizam tarefas leves, ligadas geralmente a atividades de subsistência.

Sobre a atividade produtiva da pesca, Barros & Ribeiro (2005) destacam que desde muito cedo as populações rurais amazônicas passam a estabelecer relações com a atividade pesqueira. As crianças do sexo masculino em um primeiro momento acompanham os pais nas práticas laborais, aprendendo a identificar os ambientes, os métodos e técnicas de pesca e, em um segundo momento, por volta dos 12 anos de idade deixam de realizar atividades secundárias de apoio e passam a ocupar cada vez mais posição central.

Ainda segundo Barros & Ribeiro (*op.cit.*), à medida que os “novos atores” vão se incorporando à dinâmica estrutural da atividade da pesca, pela prática e pela aquisição das habilidades herdadas dos mais antigos, paulatinamente passam a desempenhar funções na execução de tarefas, até assumir a atividade central nas relações com o ecossistema e no acesso ao espaço aquático. Aos poucos os filhos do sexo masculino vão assumindo a responsabilidade de contribuir para suprir as necessidades da família, dando continuidade ao círculo que se processa no interior da economia doméstica das populações rurais amazônicas, os mais velhos se retirando das atividades produtivas ou diminuindo a intensidade, e os mais novos assumindo posição-chave.

Quanto às formas de organização para o trabalho rural, na Amazônia prevalecem dois tipos de organização produtiva, o grupo de trabalhador polivalente (FURTADO, 1993), que intercambia diferentes atividades de acordo com os ciclos de subida e descida dos rios como a agricultura, a pesca, o extrativismo vegetal e a pecuária de pequena escala; e o grupo de “trabalhadores profissionais”, monovalentes, que ocupam seu tempo quase exclusivamente com uma única atividade, geralmente de prestação de serviços, durante todo o ano.

Além desses modelos de organização produtiva, notam-se nas comunidades rurais amazônicas aqueles tipos organizativos praticados em formas de ajuda mútua, como os ajuris, mutirões ou parcerias, realizados pelos moradores dos núcleos

comunitários (CHAVES, 2001b), geralmente voltados para organização de festejos, manutenção de equipamentos sociais como igreja, escola, campo de futebol, dentre outras.

Além dessas atividades já mencionadas, entre populações rurais da Amazônia existem as práticas laborais conhecidas como “trabalho acessório” que, embora praticado por uma pequena parcela de trabalhadores rurais, este tipo de trabalho é caracterizado pela prestação de serviços (limpeza de terrenos, ajudante nas atividades de construção naval, empregada doméstica, dentre outros) em troca de um salário temporário, em alguns meses do ano, a fim de complementar a renda familiar.

Na RDS do Rio Negro é possível identificar todas as modalidades de trabalho descritas acima, já que as comunidades locais são preñes de características das populações rurais amazônicas. Dentre as principais atividades produtivas destacam-se a produção de farinha, pesca, extração e beneficiamento de madeira (Figuras 59 e 60), artesanato, turismo e prestação de serviços, atividades estas que garantem renda para os moradores locais, somado ao recebimento de benefícios sociais como bolsa floresta, bolsa família, seguro-defeso e aposentadorias que contribuem para o incremento da renda familiar. De acordo com o Plano de Gestão da RDS do Rio Negro (versão preliminar-consulta pública, 2016), até o ano de 2014, 559 famílias foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Floresta, como uma média de distribuição de R\$ 926,52 por família/ano, representando um aporte não desprezível na renda local.



Figura 59 – Casa de farinha, local de produção agrícola na RDS do Rio Negro.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Figura 60 – Marcenaria, atividade produtiva legalizada por meio de planos de manejo florestal na RDS do Rio Negro.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Fazendo um balanço geral da efetividade de gestão da RDS do Rio Negro, nota-se a importância do Programa Bolsa Floresta no controle socioambiental desta UC, principalmente em função da atuação da Fundação Amazônia Sustentável - FAS, que tem desenvolvido relevantes ações de formação e capacitação para os moradores/trabalhadores desta área protegida. O turismo e atividades como artesanato e manejo florestal (com 11 planos de manejo simplificados de pequena escala aprovados pelo IPAAM) vêm despontando no conjunto de atividades produtivas, além do manejo dos recursos pesqueiros, contribuindo no incremento da renda das famílias locais.

Antes da recategorização da RDS, segundo o Sr. R. B., morador da comunidade Tumbira, algumas comunidades dos polos 1 e 2 desta UC trabalhavam de forma ilegal na exploração madeireira. Atualmente, com os trabalhos de formação e capacitação desenvolvidos pela FAS, notadamente aqueles voltados para elaboração de planos de manejo florestal, empreendedorismo, turismo de base comunitária, manejo da pesca e fomento às atividades agrícolas, os moradores locais passaram a desenvolver suas atividades de forma legal, com reflexos positivos na qualidade da gestão e na vida dos habitantes, como é destacado na fala do morador local: *muito ainda há o que se fazer, no entanto, quando comparado ao que era no passado, na época que pertencia à categoria de Área de Proteção Ambiental muito se avançou, com destaque para a melhoria na área de educação* (R. B., antigo administrador de comunidade).

Como se nota, as ações provenientes de um modelo de desenvolvimento indutor, capitaneado por políticas públicas compartilhadas podem ser implementadas, quando se percebe que a sustentabilidade não é um elemento isolado no conjunto da gestão de um determinado território. Os reflexos dessas políticas aparecem na medida em que se avançam no propósito de fomentar o protagonismo local, embora nem sempre esses resultados venham à tona na mesma rapidez como se deseja, já que as mudanças sociais variam de acordo com a dinâmica interna de cada grupo social, como será verificado a seguir, com a exploração dos resultados do estudo de caso realizado na comunidade Tumbira, pertencente à RDS do Rio Negro.

3. Estudo de caso: reflexos das políticas territoriais na comunidade Tumbira, RDS do Rio Negro

A comunidade Tumbira está localizada na margem direita do rio Negro (Figura 61), fazendo parte das dezenove (19) comunidades pertencentes à RDS do Rio Negro. Administrativamente está ligada ao município de Iranduba, Estado do Amazonas, embora mantenha relações com outros municípios próximos como Manacapuru e Novo Airão. Foi fundada no ano de 1986 (Figura 62), há trinta anos, com aproximadamente 10 famílias e atualmente congrega 38 núcleos familiares, com cerca de 200 habitantes.



Figura 61 – Imagem da placa indicativa de localização da comunidade Tumbira, no território da RDS do Rio Negro.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Figura 62 – Faixa comemorativa do ano de fundação da comunidade Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

- **Organização e morfologia social da comunidade Tumbira**

Assim como nas demais localidades rurais da Amazônia, a comunidade Tumbira é constituída de diferentes elementos arquitetônicos que dão forma e corpo à comunidade, como a escola, o centro social, a igreja e o campo de futebol (Figuras 63 e 64).



Figura 63 – Centro social da comunidade Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Figura 64 – Campo de futebol da comunidade Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Os principais prédios da comunidade são basicamente a igreja católica (Figura 65), a escola (Figura 66), o equipamento predial construído pela FAS, utilizado para alojamento de técnicos, pesquisadores e comunitários de outros núcleos quando estão em processos de formação e capacitação (Figura 67) e a pousada/restaurante do Sr. José Roberto (Figura 68), empreendimento que fornece alimentação e hospedagem para moradores da região e turistas de diferentes localidades.



Figura 65 – Vista da igreja da comunidade Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Figura 66 – Estrutura predial da escola da comunidade Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Figura 67 – Estrutura do complexo predial da FAS - comunidade Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Figura 68 – Restaurante e pousada do Sr. Roberto - comunidade Tumbira.
Fonte: Ave Lola Espaço de Criação, 2015.



Figura 69 – Agentes de saúde em deslocamento para capacitação na comunidade Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Assim como algumas localidade rurais amazônicas, a comunidade Tumbira dá a impressão de constituir-se apenas em uma paisagem monótona, perdida na imensidão do território amazônico. No entanto, ao se aproximar e entrar em contato com a vida comunitária, percebe-se uma série de contrastes, combinando diferentes elementos sociais, ambientais e culturais da tradição e da modernidade (SILVA & BARROS, 2000).

Por localizar-se estrategicamente à margem do rio Negro, sua população desenvolve diferentes meios de adaptação aos ciclos da natureza. Os modos de vida dos seus moradores seguem a mesma dinâmica das demais áreas rurais da Amazônia, notadamente das populações que habitam as margens dos rios e lagos. Como estratégia de adaptação às dinâmicas ambientais e fazer parte da configuração sócio-espacial, nesta localidade, grande parte das moradias está incrustada nas áreas mais elevadas do núcleo comunitário (Figura 70), apesar de notar-se também a presença de casas do tipo palafitas (Figura 71), construídas à margem do rio principal, adaptadas às dinâmicas socioambientais que a vida do homem ribeirinho exige.



Figura 70 – Moradias construídas em ambientes de terra firme na comunidade Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Figura 71 – Moradia do tipo palafita, construída em ambientes mais baixos para adaptar-se à subida e descida do rio Negro - comunidade Tumbira.
Fonte: Ave Lola Espaço de Criação, 2015.

Outros contrastes sociais são notados na combinação de hábitos típicos das populações rurais da Amazônia como o cultivo de hortas e plantas medicinais com a incorporação de diferentes elementos da vida moderna como antenas parabólicas (Figura 72) e serviços bancários, resultado das diferentes ações e parcerias entre FAS/Comunidade e iniciativa privada (Figura 73).



Figura 72 – Equipamentos urbanos (antenas parabólicas) presentes na comunidade Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Figura 73 – Novos elementos da modernidade: serviços bancários, disponibilizados para a comunidade Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Os principais meios de transportes utilizados pelos moradores locais são aqueles típicos das populações ribeirinhas, com destaque para o uso da “rabeta”, do “barco de linha” – que realiza o transporte para os núcleos urbanos, e o barco comunitário, geralmente utilizado para o transporte de alunos e para o deslocamento intercomunitário e/ou para sedes municipais (Figuras 74 e 75).



Figura 74 – Barco comunitário utilizado pelos moradores da comunidade Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Figura 75 – meio de transporte do tipo voadeira, utilizados na comunidade Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

▪ **Trabalho e demais atividades produtivas na comunidade Tumbira**

No que se refere às diferentes formas de uso do território e da natureza por meio do trabalho, Chaves (2001a; 2001b), ressalta que o intercâmbio entre sociedade e natureza deve ser visto e analisado à luz das necessidades históricas de uma determinada sociedade e, que nesse processo laborativo, devem-se considerar dentre outros aspectos, as necessidades dos homens e da própria sociedade no processo de transformação da natureza que, ao agir um sobre o outro, acabam sendo transformados, por meio de interconexões.

Estudos sobre a Amazônia (BARROS, 2006; CHAVES, 2001a; 2014; FRAXE, 2000, FURTADO, 1993) apontam que o homem amazônico, na sua relação com os vários ambientes (várzea, terra firme, igapó) possui uma capacidade ímpar de adaptar-se às dinâmicas da natureza para atender às suas necessidades de sobrevivência e reprodução social, desenvolvendo diferentes práticas produtivas na sua *Vita Activa*, no sentido harendtiano, em que entram em cena uma tripla conotação: (i) *le travail*,

utilizado para satisfazer suas necessidades biológicas de sobrevivência como a agricultura, a pesca e a exploração florestal; (ii) *l'œuvre*, que garante sua eternização nesse mundo – no caso do homem rural amazônico entendemos que *l'œuvre* está presente em seus conhecimentos adquiridos (oralmente e empiricamente) sobre o território e as dinâmicas da natureza que são repassados para outras gerações; e, (iii) *l'action* – exercido através das suas diferentes formas organizativas de atuar junto à comunidade e na gestão do território.

Da mesma forma, a noção de natureza, entendida aqui como um conteúdo holístico, carregado de significados e interpretações em que se associam elementos mítico-antropomórficos, exprimindo aspectos religiosos das sociedades primitivas, prenhe de elementos, comportamentos e sentidos dados às ações humanas (CHAVES, 2001b), bem como uma estrutura ou lei que rege os fenômenos naturais, ou pelo menos o sentido atribuído à gênese, nascimento ou um ciclo de vida (CASSINI *apud* CHAVES, 2001b) às vezes conciliando tanto elementos míticos, associados às sociedades tradicionais, e mecanicista, relacionados aos saberes acadêmico-científicos (CHAVES, *op. cit.*).

É nesse bojo que se analisará a relação do homem amazônico, através de seu trabalho com a natureza, levando em conta a polivalência do uso dos territórios e as diferentes atividades produtivas praticadas pelo trabalhador/morador da RDS do Rio Negro, incluindo a comunidade Tumbira.

Na comunidade Tumbira assim como nas demais localidades rurais amazônicas, as principais atividades produtivas estão associadas às dinâmicas da natureza. Em determinadas épocas do ano as populações se dedicam à prática agrícola, em outros momentos, voltam-se para atividades extrativas como pesca e extração de produtos florestais.

Os dados da pesquisa indicam que as populações locais utilizam como estratégia de sobrevivência o intercâmbio de algumas atividades agrícolas como a produção de farinha (Figura 76), exploração madeireira, marcenaria, artesanato, turismo e pesca, que possibilitam a reprodução social e garantem as condições materiais de sobrevivência.

Dentre as principais atividades geradoras de renda se destacam a agricultura, a pesca, a extração e beneficiamento da madeira por meio das marcenarias instaladas na

comunidade, produção de farinha, artesanato, turismo, prestação de serviços e salários advindos de contrato de trabalho para instituições como a FAS, o município e o Estado, no caso dos professores e agentes de saúde (Figura 77).

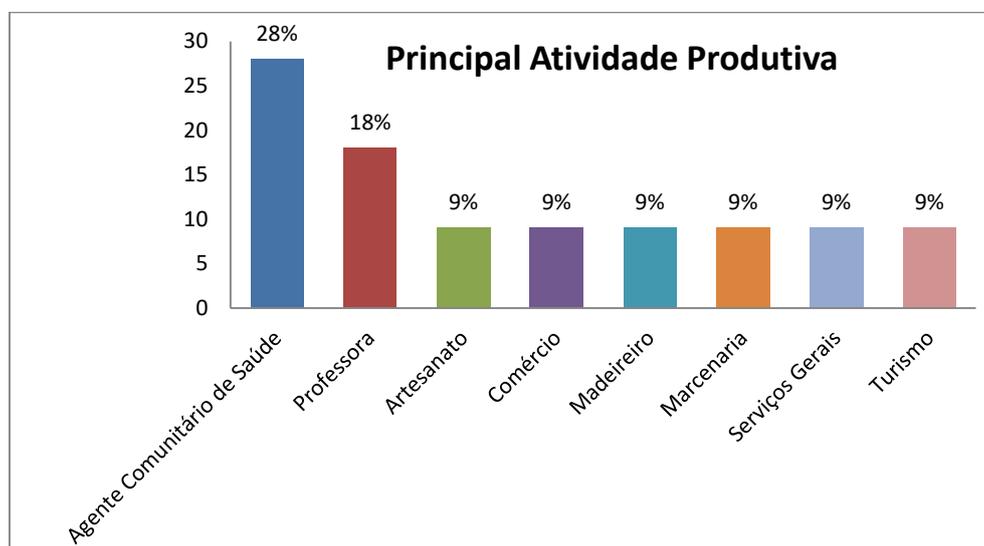


Figura 76 – Principais atividades produtivas desenvolvidas pelos moradores da comunidade Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

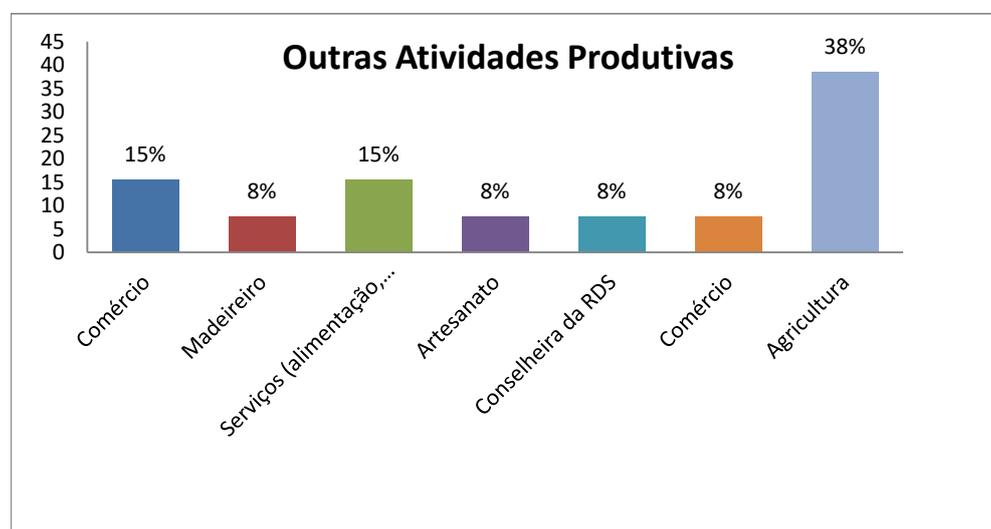


Figura 77 – Atividades produtivas secundárias da comunidade Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Além das atividades mencionadas, a prestação de serviços ligados ao turismo (hotelaria, alimentação, artesanato, entre outros) e o acesso a benefícios sociais como o

bolsa floresta, o bolsa família, o seguro-defeso e a aposentadoria garantem complemento e, em alguns casos, se apresentam como principal fonte de renda das famílias locais (Figuras 78).

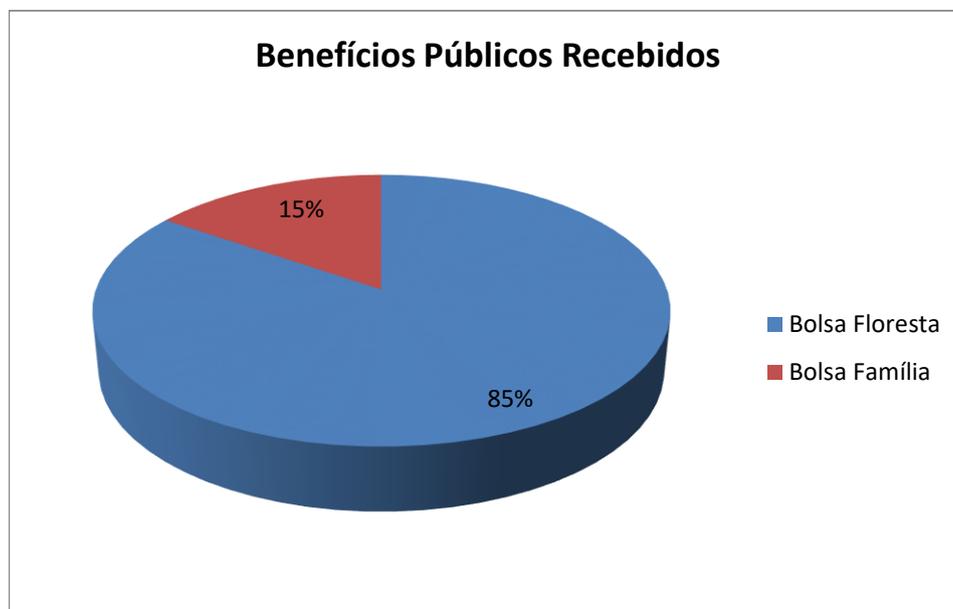


Figura 78 – Principais benefícios públicos recebidos pelos moradores da comunidade Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

▪ Família e atividades produtivas

Na comunidade Tumbira a organização produtiva se baseia no modelo de agricultura familiar. A maioria das famílias está inserida no modelo de família nuclear: o chefe de família (homem), sua esposa e seus filhos; embora existam as famílias do tipo extensa, em que mais de um núcleo familiar habita uma mesma residência. Os dados da pesquisa de campo evidenciam uma média elevada de filhos por núcleo familiar (principalmente quando comparado à média das famílias francesas), como também um elevado índice de pessoas por habitação (Figuras 79 e 80), ratificando a tendência de tamanho das famílias amazônicas, em sua maioria com muitos membros habitando uma única unidade nuclear.

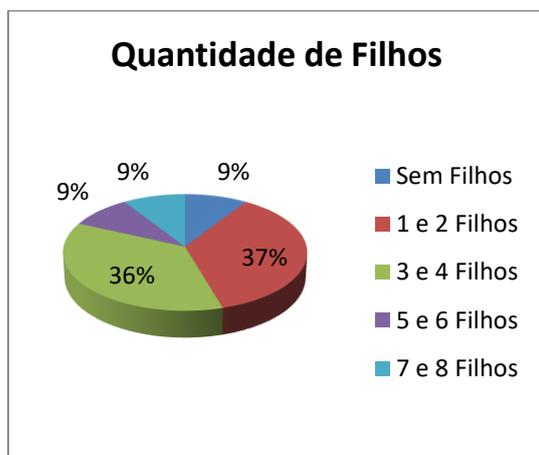


Figura 79– Média do número de filhos dos moradores da comunidade Tumbira
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

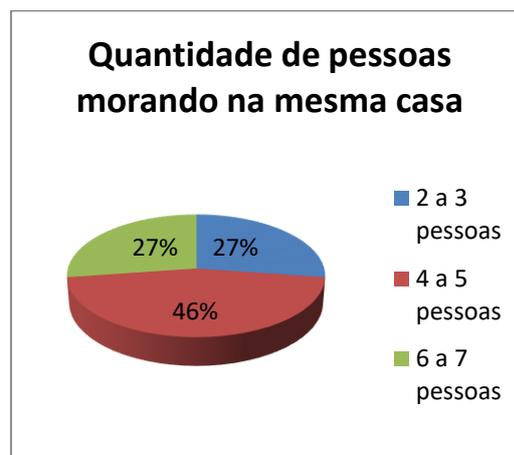


Figura 80 – Média do número de pessoas por residência da comunidade Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Na comunidade Tumbira, embora socialmente o pai seja reconhecido como o chefe da família, é nítida a participação da mulher nas atividades produtivas e nas decisões comunitárias. Os dados de campo indicam tendência de protagonismo do sexo feminino frente às atividades de trabalho e à participação na política. Atualmente, a presidência da comunidade Tumbira é exercida por uma mulher, Sra. Izolena da Silva Garrido (Figura 81). Do total de entrevistados, 64% foram do sexo feminino (Figura 82), evidenciando o protagonismo das mulheres nesta comunidade, embora se saiba que os homens, principalmente os pescadores, madeireiros e marceneiros sejam maioria em suas respectivas atividades produtivas.



Figura 81 – Sra. Izolena, atual presidente da comunidade Tumbira
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

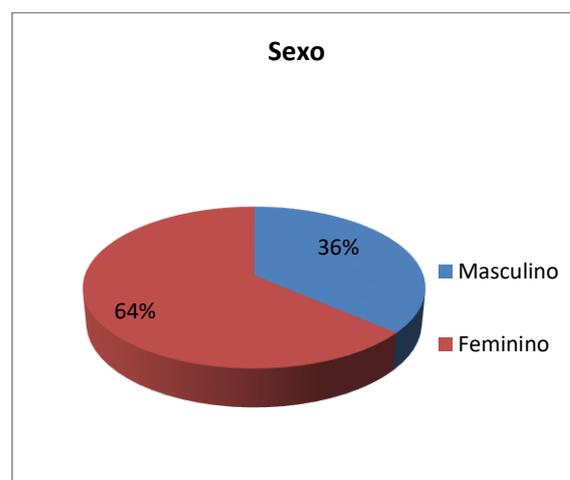


Figura 82 – Percentual de gênero dos entrevistados na pesquisa de campo.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Como é típico das famílias rurais amazônicas, a maioria dos casais das comunidades da RDS do Rio Negro, incluindo a comunidade Tumbira, vive em regime de união consensual, sem a prática da cerimônia do casamento, conforme pode ser evidenciado nos dados de campo (Figura 83). Diferentemente das famílias rurais francesas, que têm no modelo de casamento formal uma prática social e cultural evidente. Estes dados podem estar relacionados com as práticas de comportamento e valores socioculturais que variam de uma região para outra, ficando evidente a necessidade de um estudo investigativo sobre essa temática, envolvendo outros métodos e técnicas de investigação, como a pesquisa participante.

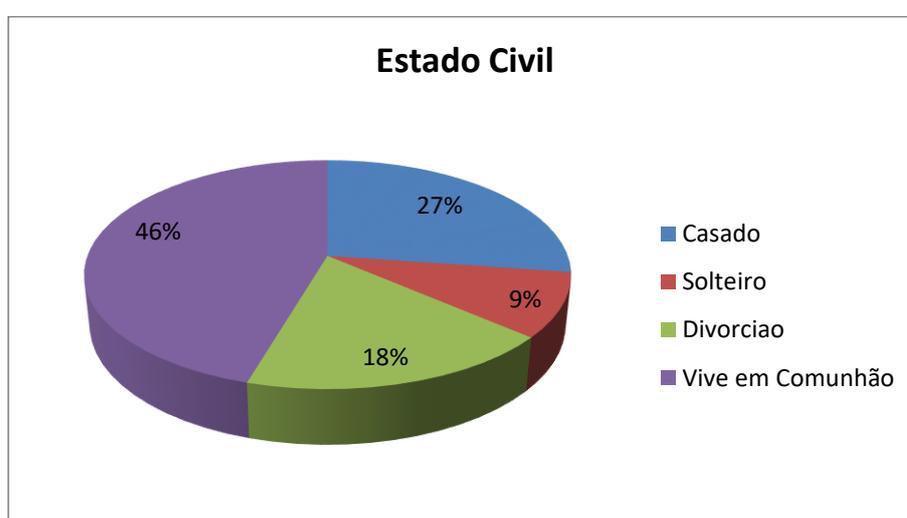


Figura 83 – Estado civil dos moradores das comunidades Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

▪ Governança territorial na comunidade Tumbira

Considerada como resultado de um processo social, a governança territorial – reflexo das políticas implementadas sobre um determinado espaço – traduz o processo pelo qual são garantidos direitos dos atores sociais de desenvolverem suas práticas de uso do território por meio do trabalho e suas atividades produtivas, bem como pelas práticas socioculturais para garantir sua sobrevivência e reprodução social, incluindo o direito de preservação de sua identidade como ator político e social.

Neste âmbito, a governança territorial assume conotações políticas na medida em que são reivindicados pelas coletividades territoriais o direito de garantir os meios

necessários de participarem direta e indiretamente do planejamento e da condução das estratégias indutoras de desenvolvimento territorial.

Um dos grandes desafios na atualidade é a implementação de políticas territoriais descentralizadoras que levem em consideração a gestão dos recursos de uso comum, tais como os serviços florestais, pesqueiros e agrícolas, a fim de evitar o esgotamento de tais recursos, contrapondo-se à teoria da “Tragédia dos Comuns”, popularizada por Garret Hardin (1968), segundo a qual “*em situações de livre acesso a apropriação privada, a exaustão e a degradação do recurso explorado é inevitável*” (PEREIRA, 2004 *apud* BARROS, 2006).

O Estado do Amazonas, pelo fato de deter uma das maiores biodiversidades do planeta e, por conseguinte, contribuir em serviços e produtos ambientais para a manutenção do clima na Terra, tem recebido atenção e interesses dos grupos geopolíticos mundiais para a implementação de políticas voltadas para a criação de áreas especialmente protegidas (unidades de conservação). Esta situação tem favorecido a captação de recursos para a implementação de programas e projetos voltados para a promoção da sustentabilidade, que vem sendo traduzida em arranjos institucionais de diversas ordens, com reflexos na concretização de parcerias nas esferas governamentais, não-governamentais e nas iniciativas privadas.

A pesquisa de campo na comunidade Tumbira indica que os resultados desses arranjos interinstitucionais, traduzidos em políticas de governança territorial, têm tido reflexos positivos nas formas de trabalho e nos meios de vida das populações moradoras dessa área, embora se acredite que esses reflexos ainda se apresentem de forma tímida e embrionária, quando comparado com as políticas implementadas no território francês.

Quando perguntado se o fato de estarem em uma unidade de conservação, favorece ou não o trabalho e as atividades produtivas, os entrevistados da RDS do Rio Negro, incluindo moradores/trabalhadores da comunidade Tumbira, são tácitos em reconhecer o apoio da FAS nesse processo (Figura 84). Esse apoio se mostra de diversas maneiras, sobretudo no que se refere ao fomento das atividades produtivas e ao acesso a bens e serviços como: atividades de formação na área de gestão ambiental, acesso a programas e projetos comunitários, favorecimento na comercialização de produtos, implantação e melhoria na infraestrutura comunitária, oportunidade de criação de novos

postos de trabalho através do fomento ao turismo, dentre outros, conforme pode ser evidenciado na figura 85.



Figura 84 – Reflexos das políticas territoriais sobre o trabalho dos moradores das comunidades da RDS do Rio Negro, incluindo a comunidade Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

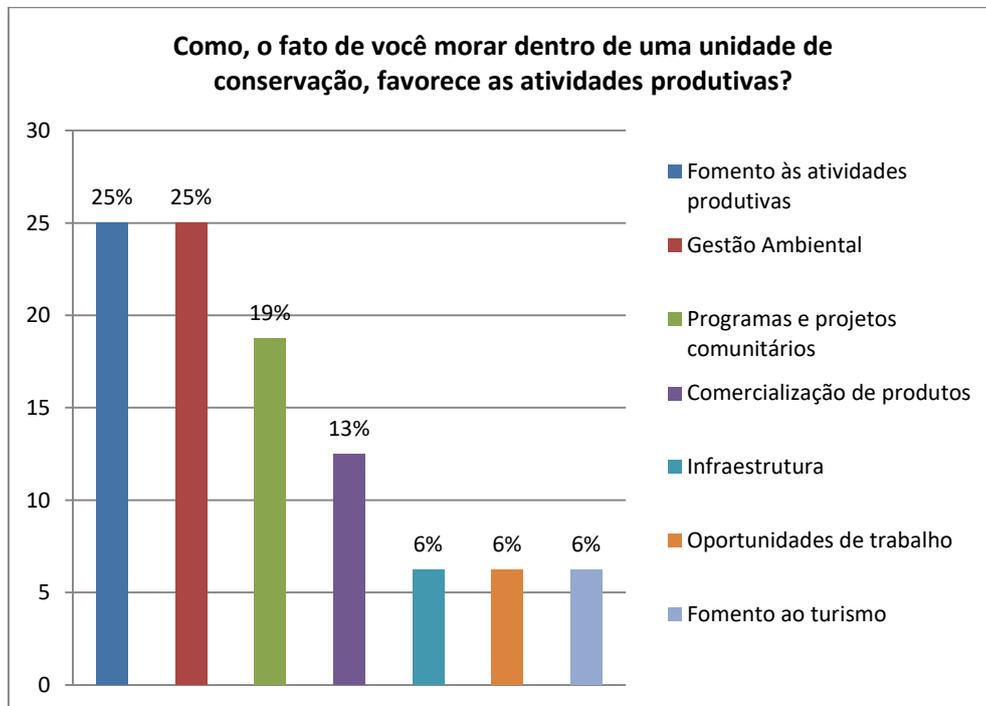


Figura 85 – Principais reflexos das políticas territoriais sobre as atividades produtivas dos moradores das comunidades da RDS do Rio Negro, incluindo a comunidade Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Apesar dos esforços do governo no desenvolvimento de diferentes ações voltadas à implementação de um tipo de governança territorial compartilhada (Figura 86) e aos investimentos humanos e financeiros nas UCs estaduais, beneficiadas com o Programa Bolsa Floresta, somente no ano de 2012 os investimentos das FAS somaram mais de 10 milhões de reais (SANTOS, 2013), talvez o maior desafio dos governos e das instituições que co-implementam a gestão nas unidades de conservação no Estado do Amazonas, será superar o fosso que ainda se estende nos níveis de educação formal entre os moradores das zonas rurais.

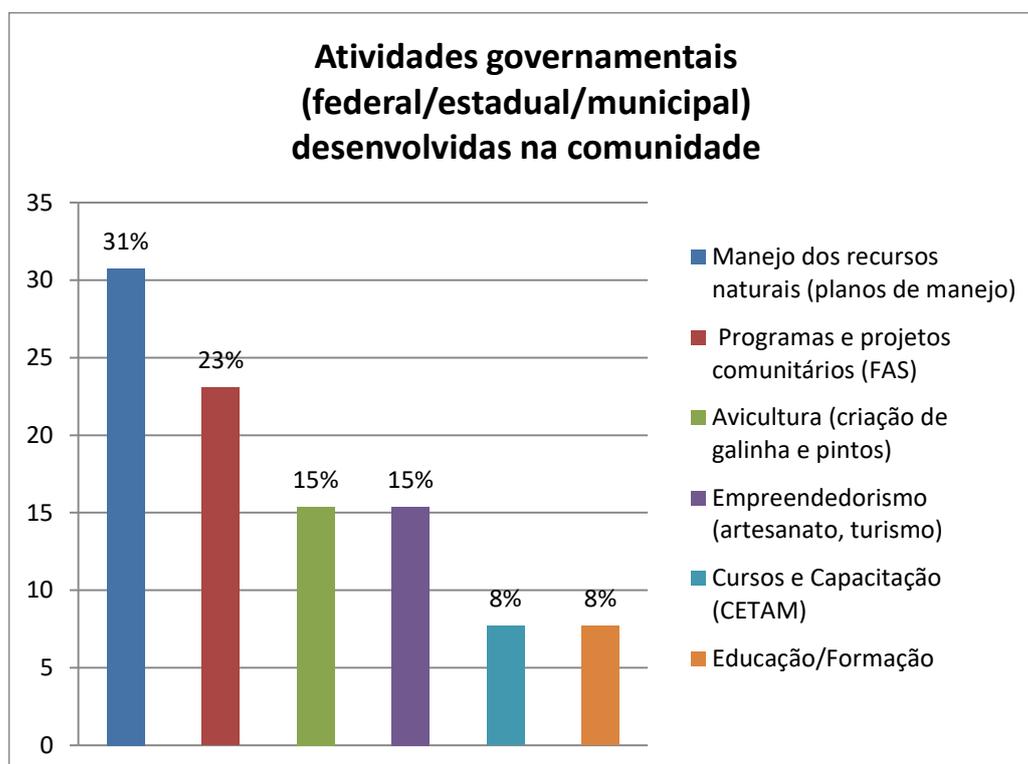


Figura 86 – Principais atividades desenvolvidas pelo governo e seus representantes nas comunidades da RDS do Rio Negro, incluindo a comunidade Tumbira.
 Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Fazendo uma análise dos dados de campo é possível perceber que ainda há muito a se fazer para melhorar os índices dos níveis de instrução da população rural da RDS, principalmente entre a população adulta, objeto de estudo desta pesquisa (Figura 87). Entre os moradores entrevistados da RDS do Rio Negro que estavam presentes na comunidade Tumbira no momento da pesquisa (comunidade Tumbira, Terra Preta, XV de Setembro e Nossa Senhora de Fátima), a metade dos entrevistados declarou possuir somente o ensino fundamental incompleto (50%) e o restante distribuído entre os

índices de ensino médio completo, ensino superior e sem instrução, conforme mostra a figura 88.

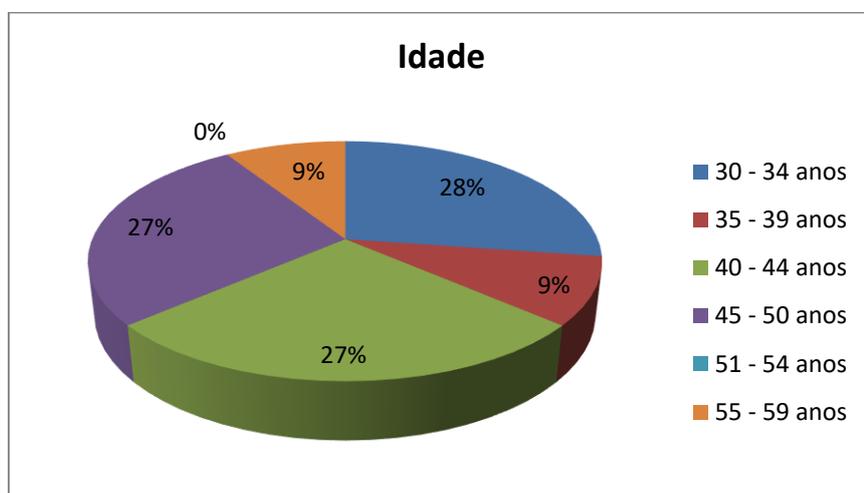


Figura 87 – Média de idade dos entrevistados das comunidades da RDS do Rio Negro, incluindo a comunidade Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

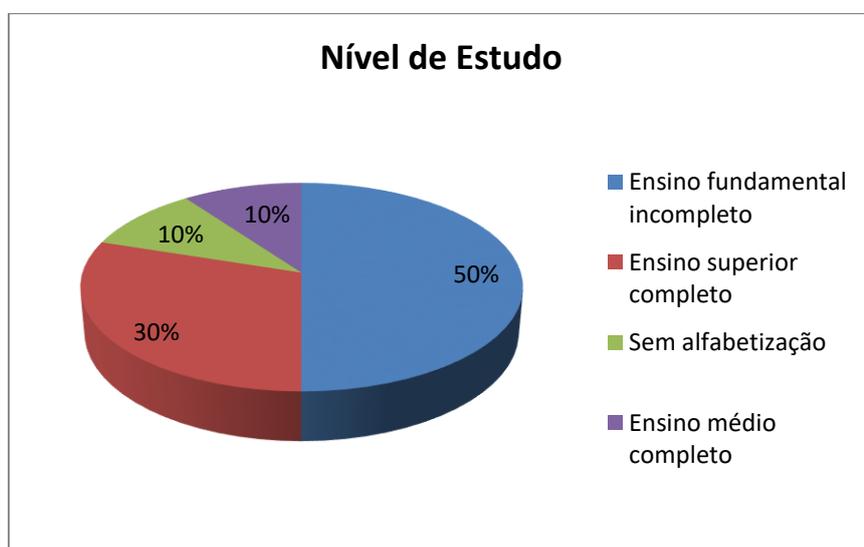


Figura 88 – Nível de instrução dos moradores das comunidades da RDS do Rio Negro, incluindo a comunidade Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Cabe destacar que esses índices de instrução se elevam em função do fato de mais de 40% do universo amostral ter sido constituído de agentes comunitários de saúde (28%) e professores (18%), que são obrigados a possuírem o ensino formal para exercerem suas atividades laborativas. Se as demais categorias de trabalhadores, como pescadores e madeireiros, estivessem incluídos no universo amostral da pesquisa, pois naquele momento estavam ausentes, desenvolvendo suas respectivas atividades produtivas e não puderam participar da investigação, os índices de analfabetismo talvez seriam bem mais elevados.

Esse fato nos leva a refletir sobre a importância da implementação de políticas de educação voltadas para as populações rurais, já que historicamente no Brasil essa camada da sociedade esteve à margem do acesso à educação formal, diferentemente do que acontece em outros países como a França, que há muito extinguiu o analfabetismo em seu território. Vale destacar ainda o quão importante é superar essa problemática, principalmente quando se queira implementar um tipo de gestão territorial que se diz sustentável, já que não basta preocupar-se somente com a proteção da natureza e sua biodiversidade, mas, também, e em pé de igualdade, com políticas de inclusão por meio do acesso universal à educação e formação continuada para que de fato, as populações possam gerir ativamente seus territórios, conscientes da importância de suas ações na efetivação de um modelo de gestão territorial compartilhada.

▪ **Organização político-institucional**

No interior da comunidade Tumbira nota-se a coexistência de vários grupos sociais com diferentes modalidades de atuações, voltadas, sobretudo, para a manutenção das atividades socioprodutivas e culturais. Merecem destaque os grupos religiosos, grupo de pescadores, de marceneiros, grupo de mulheres, de artesãs, agentes ambientais, dentre outros.

Além dos grupos sociais, existem as organizações político-institucionais, constituídas em formas de Associações Comunitárias, já que na atualidade, é através desses modelos de organizações que as populações locais têm acesso a determinadas políticas públicas. Como já ressaltado anteriormente, esse modelo organizativo no

Brasil teve início na década de 1980 com a atuação da igreja católica através das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), como estratégia de inserção do meio rural ao conjunto das políticas setoriais, advindas no processo de redemocratização do país. Atualmente esse modelo organizacional se estende a quase todas as localidades que possuem grupos organizados, a fim de poder ter maior participação política e, na maioria das vezes, acesso a benefícios sociais, tanto no meio rural como nas áreas urbanas. Como o processo de legalização das Associações é burocrático e custoso, muitas comunidades acabam ficando na ilegalidade ou dependentes da atuação de instituições/organizações externas, que atuam no processo de organização comunitária.

Na RDS do Rio Negro, incluindo a comunidade Tumbira, apesar de a maioria dos entrevistados afirmar ser filiado a alguma Associação Comunitária (Figura 89) e haver a existência de uma série de Associações Comunitárias (Figura 90), somente sete (07) comunidades estão com suas Associações legalizadas, conforme evidencia a tabela 03.

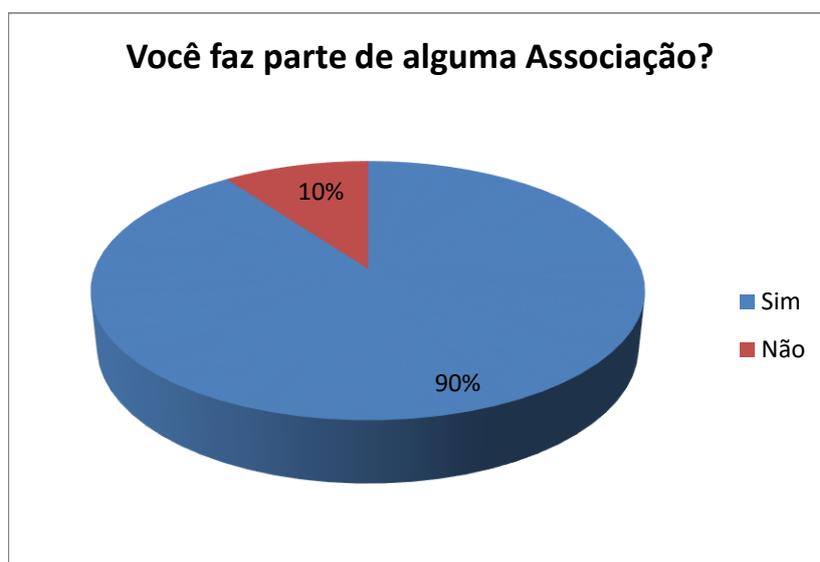


Figura 89 – Participação dos moradores das comunidades da RDS do Rio Negro em Associações Comunitárias, incluindo a comunidade Tumbira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

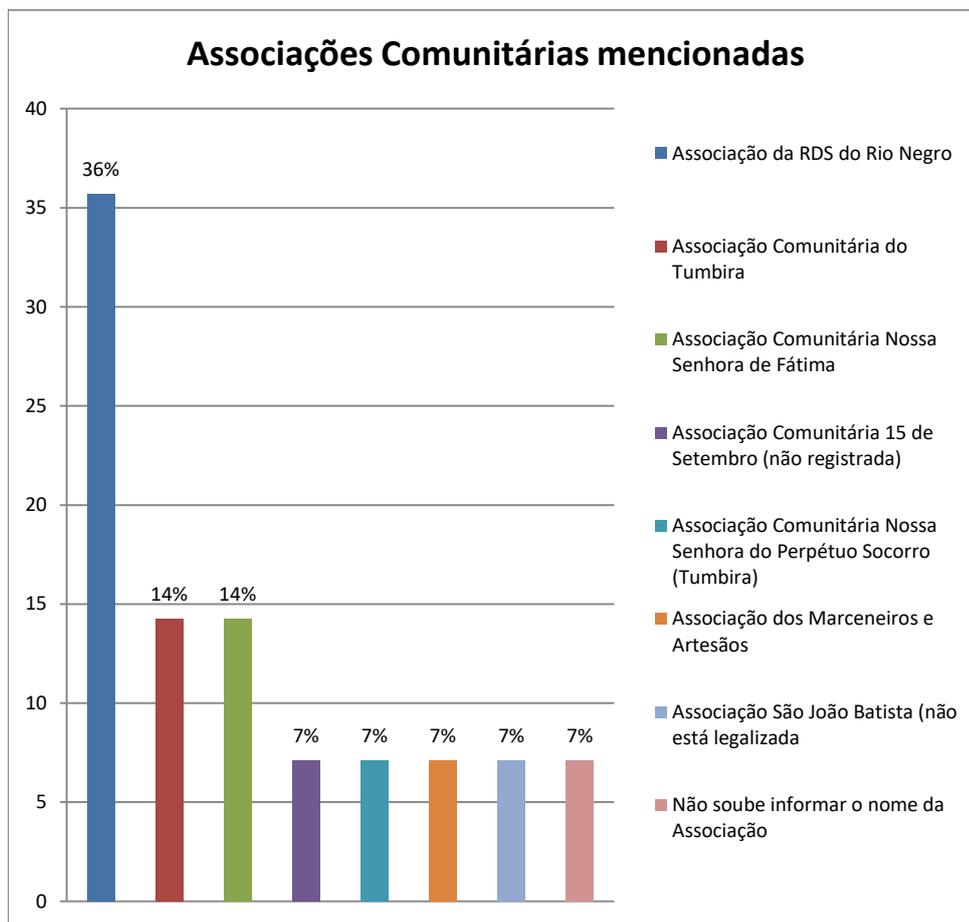


Figura 90 – Principais Associações Comunitárias mencionadas pelos moradores das comunidades da RDS do Rio Negro, incluindo a comunidade Tumbira.
 Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Tabela 03 – Organizações comunitárias da RDS do Rio Negro.

No	Comunidade	Polo	Associação comunitária	CNPJ	Frequência de reuniões
1	Tiririca	I	Associação dos Produtores agrícolas da Comunidade do Tiririca.	Sim	Apenas quando necessário
2	Santo Antônio	I	Associação de moradores do Santo Antônio	--	Apenas quando necessário
3	Marajá	I		--	Mensalmente
4	Nova Esperança	I	Associação Agrícola da Comunidade Nova Esperança do Igarapé Açu	Sim	Mensalmente
5	Terra Preta	II	Associação dos Moradores da Comunidade Terra Preta	--	Mensalmente
6	Camará	II	Associação Comunitária Nossa Senhora de Fátima do Igarapé do Camará	Sim	Apenas quando necessário
7	Carão	II	--		Mensalmente
8	Tumbira	II	Associação de moradores da comunidade do Tumbira.		Mensalmente
9	Santa Helena Inglêss	II	Associação dos produtores agrícolas da comunidade Santa Helena dos Ingleses		Mensalmente
10	Saracá	II	Associação comunitária do Saracá		Bimestralmente
11	São Tomé	III	Associação dos pescadores do São Tomé	--	Mensalmente

Cont. Tabela 03 – Organização comunitária da RDS do Rio Negro.

No	Comunidade	Polo	Associação comunitária	CNPJ	Frequência de reuniões
12	Santo Antônio do Acajatuba	III	Associação dos moradores do tiririca	--	Bimestralmente
13	XV de Setembro	III	Associação Comunitária XV de Setembro	--	Mensalmente
14	Nossa Senhora de Fátima	III	Associação dos moradores de Nossa Senhora de Fátima	Sim	Apenas quando necessário
15	Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	III	Associação dos moradores do Perpétuo Socorro	Sim	Apenas quando necessário
16	Nossa Senhora da Conceição	III	Associação dos moradores de Nossa Senhora da Conceição	Sim	Mensalmente
17	Terra Santa	III	Associação Comunitária Terra Santa	Sim	Mensalmente Mensalmente
18	São Francisco do Bujaru	III	Associação dos Produtores Rurais do São Francisco do Bujaru	--	Quinzenalmente
19	Nova Aliança	III	Associação Comunitária Nova Aliança	--	Apenas quando necessário

Fonte: Plano de Gestão da RDS Rio Negro, 2016.

No que diz respeito ao tema da organização político-institucional das comunidades da RDS do Rio Negro, os resultados do levantamento de campo deixam em relevo a percepção de situações contraditórias nas práticas organizativas das populações moradoras dessa área protegida. Ao passo que há uma variedade de instituições/organizações atuantes na RDS, como a Associação das Comunidades Sustentáveis da RDS do Rio Negro, conhecida entre os moradores como Associação-Mãe, com participação e representação das 19 comunidades que compõem essa unidade de conservação, além dos grupos associativos de marceneiros, artesãos e Associações Comunitárias, nota-se que apesar do Programa Bolsa Floresta dedicar um componente (Bolsa Floresta Associação) para o fortalecimento organizacional das comunidades, parece que essas ações ficam concentradas em torno da Associação-Mãe, pois como evidencia-se na tabela 03, a maioria das Associações Comunitárias não estão legalizadas ou mesmo encontram-se inadimplentes junto à Secretaria da Fazenda (Sefaz).

Nota-se ainda que, apesar de os moradores estarem filiados a alguma Associação Comunitária, os mesmos não têm muitos esclarecimentos sobre a importância dessas organizações para a vida comunitária, já que alguns desconhecem o próprio nome das organizações a que estão filiados, sugerindo não haver ações afirmativas de conscientização e esclarecimentos sobre a importância dessas instituições nos processos de gestão comunitária e territorial.

Cabe um estudo mais aprofundado sobre a temática a fim de melhor elucidar as questões levantadas. Por outro lado fica evidente a importância da atuação de instituições indutoras ao fortalecimento organizacional, a exemplo da FAS, evidenciado nas ações desenvolvidas por esta instituição e seus parceiros, reconhecidas pelos entrevistados como importantes para a gestão comunitária e organizacional, conforme pode ser notado na figura 91.



Figura 91 – Principais ações desenvolvidas pelos representantes do governo no processo de gestão comunitária mencionadas pelos moradores das comunidades da RDS do Rio Negro, incluindo a comunidade Tumbira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

4 – Síntese do capítulo

A incursão que se fez no *terrain* brasileiro pretendeu realizar um análise das políticas de gestão territorial implementadas no Brasil e, particularmente no Estado do Amazonas. Para tanto, fez-se uma breve digressão sobre a maneira como foram e estão sendo executadas as políticas de gestão territorial em áreas protegidas, sob o signo das unidades de conservação.

As pesquisas de campo realizadas na RDS do Rio Negro indicam reflexos que podem ser considerados, em um primeiro momento, positivos para a sustentabilidade dos territórios e do trabalho das populações que habitam esse espaço pesquisado.

Sabe-se que nem todas as UC's estaduais vêm tendo a mesma atenção das políticas territoriais, já que a maior parte delas não tem acesso a Programas como o Bolsa Floresta. Caberá um estudo mais abrangente para perceber como as outras unidades de conservação estaduais estão sendo implementadas e quais os reflexos da gestão nos meios e modos de vida das populações locais.

O estudo de caso realizado na comunidade Tumbira, pretendeu ser pontual, na medida em que servirá de base para comparar com o modelo de gestão territorial implementado no território francês, e, espera-se que sirva de parâmetro para avaliar, em termos comparativos, a sustentabilidade das políticas de gestão territorial no Brasil e na França, objeto de atenção do quarto e último capítulo desta tese doutoral.

Capítulo 4 – Análise comparativa dos dispositivos institucionais do Brasil e da França na gestão de áreas protegidas

O método comparativo já vem sendo utilizado desde os primórdios da Sociologia, notadamente por Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber para análise de diferentes dispositivos da sociedade, tornando-se atualmente parte intrínseca do conjunto de instrumentos metodológicos das Ciências Sociais já que, nesse atual momento, a complexidade dos fenômenos sociais é tamanha que nem sempre é possível interpretá-la à luz dos métodos convencionais.

Existe uma variedade de estudos comparativos, contudo, os mais conhecidos em nível de pesquisas societais são os estudos de casos e as análises de variáveis. Os estudos de caso comportam instrumentos que se diferenciam fundamentalmente de outras estratégias de investigação pela sua abordagem qualitativa, permitindo triangular dados de uma questão central e, ao mesmo tempo analisar diferentes situações das mais diversas áreas do conhecimento. Já as análises de variáveis têm como principal objetivo comprovar algumas hipóteses abstratas que derivam de teorias. Baseiam-se em métodos estatísticos, por meio da manipulação de dados empíricos para estabelecer e descobrir correlações.

Os estudos comparativos reúnem características que permitem ao pesquisador combinar diferentes estratégias metodológicas para explicar a heterogeneidade dos fenômenos e as relações que o homem estabelece com seu meio, a fim de dar respostas a problemas de grande envergadura social. Na Sociologia esse instrumento vem sendo utilizado especialmente para comparar fenômenos macrossociais, bem como analisar fenômenos que ocorrem em duas ou mais sociedades (VIDAL, 2013).

Inspiradas na indução, inaugurada por Francis Bacon e mais tarde aprofundado pelo empirista John Stuart Mill no século XIX, o método comparativo, dependendo da resposta que se quer encontrar, permite ao pesquisador fazer análises transversais de determinadas variáveis, podendo ter como fins apenas a descrição de dados ou aprofundamento de explicações voltadas para a generalização ou verificação de determinadas teorias.

Dentre os diferentes métodos e técnicas utilizadas nas análises comparativas (co- variação, multi-variação de casos) a mais citada pela literatura especializada é conhecida como método de contraste de contexto (SKOCPOL E SOMER *apud* SCHNEIDER & SCHIMITT, 1998), caracterizado pelo jogo de comparação de dois ou mais casos, buscando identificar os pontos de intersecção e suas diferenças entre si, podendo ser classificadas como: a) de sistemas similares e b) de sistemas diferentes. Ambas as técnicas têm uma lógica similar, consistindo em fatores causais isolados ou em eliminação de variáveis (SCHNEIDER & SCHIMITT, 1998).

Na técnica de sistemas similares, são escolhidos objetos de pesquisa que são semelhantes ao máximo de variáveis, já nos sistemas diferentes, são eliminadas as variáveis externas e selecionados os sistemas não diferenciados para comparar o fenômeno a pesquisar. As técnicas são basicamente de caráter qualitativo, embora se utilizem também em determinados casos abordagens quantitativas.

Como é notório, todo método possui sua plenitude e sua limitação. As análises comparativas baseadas nos aspectos das semelhanças ou das igualdades partem do pressuposto de que duas ou mais instâncias de um fenômeno investigado compartilham somente uma entre várias possibilidades, uma entre várias circunstâncias causais em comum. Este método é considerado de simples aplicação, pois pode se efetivar de forma direta com o objeto de estudo. Se um pesquisador quer conhecer a causa de um fenômeno, primeiro identifica as instâncias do mesmo e logo trata de determinar quais circunstâncias invariavelmente são as causas do seu aparecimento.

Por outro lado, como bem destaca Forni (2012), o método do consenso ou semelhança é incapaz de analisar uma situação típica dos fenômenos sociais, qual seja a multicausalidade, quando um mesmo fenômeno é produzido por diferentes causas. Isto pode se tornar uma situação problemática em um estudo dos fenômenos sociais, já que como ressalta o autor, a multicausalidade é quase regra dos processos de investigação social.

Foi buscando superar essas limitações epistemológicas que segundo Forni (*op. cit.*), John Stuart Mill pensou no método da diferença, que consiste em uma dupla aplicação do método da semelhança, Neste método buscam-se similitudes coletivas e diferenças cruciais, sendo esta última as que explicam a presença ou ausência do

fenômeno. Apesar do avanço nas análises do método da diferença, este também possui suas limitações epistêmicas, já que existem casos que podem não apresentar resultados similares em um primeiro momento; mas podem ser, todavia, similares em outras circunstância, tornando-se problemático em uma investigação comparativa, pois, de acordo com o autor, os casos podem apresentar tanta complexidade que se torna impossível compartilhar ou explicar semelhanças que as únicas diferenças existentes sejam justamente as que explicam os aspectos diferenciados de um dado fenômeno.

Quanto aos estudos de caso, de acordo com Vidal (2013), esta estratégia metodológica pode ser organizada em torno de uma análise conceitual, dispensando uma grande teoria explicativa, salvo em caso de se utilizar microteorias que ajudam a conformar os conceitos que serão analisados. Destaca ainda o autor que o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa e cada estratégia representa uma série de vantagens e desvantagens, dependendo basicamente de três aspectos:

- 1) Tipo de questões norteadoras ou perguntas estabelecidas pelo pesquisador;
- 2) Tipo de controle do pesquisador sobre o fenômeno a ser estudado e;
- 3) Tipo de fenômeno que se pretende estudar.

Sobre a análise realizada neste empreendimento de pesquisa, pode-se dizer que as três questões elencadas pelo autor se fazem presentes vertical e transversalmente de diferentes formas e conteúdos, que metodologicamente poderiam ser agrupados da seguinte maneira:

- 1) Questão norteadora da pesquisa: quais os reflexos dos dispositivos institucionais de gestão territorial no Brasil e na França sobre as formas de trabalho e sistemas de produção das populações moradoras de áreas protegidas?
- 2) Tipo de controle do pesquisador sobre o fenômeno estudado: experiência profissional e acadêmica do pesquisador no Brasil e a *expertise* adquirida nos estudos realizados na França; acesso a informações produzidas sobre o fenômeno;

- 3) Tipo de fenômeno estudado: de caráter eminentemente social, mas permeado de relações com a política, o meio ambiente, a cultura, a ciência e a tecnologia.

Com vistas a cumprir o objetivo central do exercício investigativo desta tese doutoral, o texto que se apresenta irá analisar comparativamente os reflexos das políticas de proteção dos espaços no Brasil e na França, por meio de estudo de casos e análise de variáveis em duas áreas protegidas, o PRN do *Pilat* (França) e a RDS do Rio Negro (Brasil), a partir das seguintes variáveis:

1. Dispositivos institucionais na gestão de áreas protegidas no Brasil e na França;
2. Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas;
3. Identificação dos instrumentos de políticas públicas de fomento às atividades produtivas das populações moradoras de áreas protegidas;
4. Reflexos das políticas de gestão territorial sobre as formas de trabalho das populações moradoras/trabalhadoras de áreas protegidas no Brasil e na França.

O texto está organizado em duas partes principais. Na primeira parte apresenta-se a análise das variáveis que subsidiaram as reflexões sobre as políticas de gestão territorial no Brasil e na França e; no segundo momento, faz-se uma breve análise dos efeitos das políticas territoriais nos sistemas de produção e trabalho das populações moradoras de áreas protegidas.

1 - Dispositivos institucionais na gestão de áreas protegidas no Brasil e na França

Fazendo uma análise comparativa dos dispositivos institucionais presentes no arcabouço legal da gestão territorial de áreas protegidas no Brasil e na França, é possível indicar uma série de semelhanças e diferenças, nos quais podem-se aferir correlações importantes para a compreensão dos contrastes e contradições que se formaram ao longo da constituição histórica da legislação para a conservação da natureza e do desenvolvimento territorial nesses dois países.

Os dispositivos institucionais brasileiro e do Estado do Amazonas, voltados para a gestão de áreas protegidas, possuem um histórico que se mostra extenso, que inclui uma série de decretos, atos e menções de intensões. Da mesma forma, nota-se um cenário semelhante no conjunto de dispositivos institucionais francês, salvo algumas exceções, como o fato de este último país ter iniciado a gestão de áreas protegidas institucionalmente em suas Colônias e só mais tarde se estendido ao território metropolitano. Apesar dessas diferenças nota-se uma série de correlações entre os dois países, conforme pode ser elencado a seguir:

- Tanto o Brasil como a França iniciaram suas tentativas de construir um arcabouço legal para criação de áreas especialmente protegidas desde final do século XIX, quando do registro da intenção de criar uma área protegida no Brasil em 1876 por indicação de André Rebouças na ilha do Bananal, no rio Araguaia e Sete Quedas, no rio Paraná. No território francês essas indicações podem ser notadas desde 1861 quando Napoleão III classifica por decreto 1.097 hectares da floresta de *Fontainebleau* como área a ser protegida contra o corte e derrubada de madeira, considerado o texto embrionário dos projetos de áreas protegidas dentro da zona metropolitana francesa;
- Desde as primeiras décadas do século XX o governo brasileiro já vem mostrando preocupação em criar pastas ministeriais especiais para gerir áreas protegidas. Em 1921 com a criação do Serviço Florestal do Brasil e posteriormente em 1934, com a institucionalização do decreto nº 23.793/1934, o Brasil deu especial atenção à gestão das florestas nacionais, abrindo espaço para a formação de parques nacionais, estaduais e municipais, vindo inaugurar o processo de institucionalização de unidades de conservação no Brasil. Na

França, o processo de institucionalização de áreas protegidas inicia-se primeiramente em terras de além-mar e em suas colônias. Em 1901 e 1938 foram criados os primeiros parques nacionais franceses em Terras Austrais e Antártica, respectivamente. No ano de 1921 dá-se início à implementação dos projetos de áreas protegidas nas colônias francesas, começando pela Argélia e depois se estendendo a outras colônias como Marrocos, Tunísia, Madagascar e outros territórios da África Equatorial. Cabe destacar que apesar de a França iniciar a “experimentação” de gestão de áreas protegidas em suas colônias, o governo francês teve a preocupação de organizar Fóruns e Congressos de cunho mundial sobre o tema, contribuindo para disseminar a ideia de gestão de áreas protegidas, inclusive conseguindo adeptos ao redor do mundo, possibilitando “incubar” a noção de proteção da natureza pelo viés da gestão territorial em seu país. Cabe verificar como esses modelos de projetos de criação e gestão de áreas protegidas foram construídos, implantados e, sobretudo repercutidos nas colônias que serviram de laboratório para sua incubação;

- Comparando Brasil e França em termos de institucionalização de áreas protegidas em seus territórios, nota-se que apesar de a França ter sido precursora na disseminação da ideia e ter experimentado a gestão de áreas protegidas por lei em suas colônias, o Brasil iniciou bem antes, em 1937, o marco legal de proteção de seu território por meio de unidades de conservação, com a criação do Parque Nacional de Itatiaia. No território metropolitano francês, apesar de desde 1930 já terem sido criados as primeiras reservas naturais sob aplicação da lei relativa à proteção dos espaços, somente em 1960 foi promulgada uma lei específica para a criação de áreas protegidas nos moldes de unidades de conservação, como são conhecidas no Brasil. Além do mais, somente em 1963 foi instituído o primeiro Parque Nacional na França. É notório ressaltar que apesar da demora na promulgação da Lei relativa aos Parques na França, desde o início de sua regulamentação institucional, o país vem desenhando estratégias de proteção e desenvolvimento de seu território, o que não ocorreu em relação ao Brasil que, após a criação do primeiro Parque Nacional, somente 43 anos depois foi instituído um instrumento legal de uso e manejo das unidades de conservação,

com a Lei Nº 9.985/2000, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC);

- Outras diferenças que podem ser destacados entre Brasil e França nos dispositivos institucionais sobre gestão de áreas protegidas diz respeito à atenção do país francês em estar constantemente atualizando suas leis e órgãos de gestão territorial. No ano de 2006, através da Lei de 14 de abril de 2006, a França publicou um novo dispositivo da política nacional de áreas protegidas, revisando a Lei de 1960 relativa aos Parques Nacionais, Parques Marinhos e Parques Naturais Regionais, sob a coordenação do Ministério da Ecologia, da Energia da Gestão e do Desenvolvimento Sustentável e, em 2014, reestruturou o órgão responsável pela implementação da legislação territorial ao criar o Comissariado Geral para a Igualdade dos Territórios, resultado da fusão de três entidades: Delegação Interministerial para o Planejamento Regional e Atratividade Regional (DATAR), Secretaria-Geral do Comitê Interministerial para as Cidades (CIV) e Agência Nacional para a Coesão Social e Igualdade de Oportunidades. No Brasil, desde a promulgação da Lei relativa ao SNUC, não se nota atualização em sua legislação, apesar de os estudos científicos apontarem que, diante à dinâmica das transformações que vem sofrendo o território brasileiro nos últimos anos, torna-se *mister* a revisão e atualização de sua legislação em relação à gestão de áreas protegidas.
- No Estado do Amazonas (Brasil), existe uma legislação própria sobre meio ambiente e gestão de áreas protegidas (unidades de conservação), com a institucionalização do Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC e a criação do Sistema SDS em 2007, permitindo avanços consideráveis na gestão sustentável de seu território, embora nos últimos anos tenha-se notado grande retrocesso quanto ao aparelhamento de seus órgãos e revisão/atualização da legislação para a gestão sustentável das unidades de conservação. Na região Rhône-Alpes (França) desde 2014, com a reforma territorial implementada pelo governo logo após as eleições de 2015, o governo vem discutindo e implementando um modelo de gestão territorial condizente com as novas territorialidades advindas com o processo de reestruturação da economia e do território europeu; tanto que em 2014 a região Rhône-Alpes, passou a fazer parte da região Auvergne-Rhône-Alpes,

reagrupando as regiões Auvergne e Rhône-Alpes, nos quais estão presentes 12 departamentos e uma metrópole, sob o status de *collectivité territoriale*, conforme detalhado na tabela 04 (Apêndice).

2 - Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas

Tanto a legislação brasileira como a francesa asseguram o direito à participação dos cidadãos, da sociedade civil organizada, da iniciativa privada e dos próprios órgãos governamentais na gestão de seus territórios.

Os processos de gestão das áreas protegidas no Brasil e na França envolvem uma complexa malha de agentes institucionais, que asseguram um tipo de gestão compartilhada do território entre os diversos atores sociais (governo, sociedade civil organizada, iniciativa privada), atuando direta e indiretamente na gestão do território, cuja participação ocorre de diversas formas e em vários níveis.

No Brasil, o órgão majoritário da gestão de áreas protegidas é o Ministério do Meio Ambiente, responsável pela coordenação e execução de políticas públicas voltadas para o meio ambiente, inclusive a gestão de áreas protegidas. Criado em 15 de março de 1985 pelo governo de José Sarney, o Ministério do Meio Ambiente veio substituir a Secretaria Especial de Meio Ambiente, ligada ao Ministério do Interior, criado em 1973.

Desde a criação da primeira UC no Brasil em 1937, os processos de gestão das áreas protegidas passaram por diversos órgãos. De 1938 a 1962 as UCs federais estavam sob a administração do Serviço Florestal. A partir de 1989, passaram à responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. A partir de 2007, com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, este órgão passou a gerir as unidades de conservação federais. Em níveis estadual e municipal as unidades de conservação são geridas pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente.

Na França, as áreas protegidas são geridas por uma instituição pública de cooperação e o Sindicato Misto Aberto, cujo Conselho de Administração é composto por membros eleitos dos representantes de comunidades locais, municípios, departamentos, regiões e parceiros socioeconômicos de entidades privadas e da sociedade civil organizada. Até o ano de 2014, a gestão do território francês pertencia à pasta do Ministério da Ecologia, da Energia da Gestão e do Desenvolvimento Sustentável e a partir de 2016 passou à responsabilidade do Comissariado Geral para a

Igualdade dos Territórios, ligado diretamente ao também reformulado Ministério do Meio Ambiente, da Energia e do Mar.

No Brasil os principais instrumentos de participação dos segmentos territoriais, incluindo as populações moradoras de UCs são os Planos de Manejo (UCs federais e municipais), Planos de Gestão (UCs estaduais-AM) e os Conselhos Gestores das Unidades de Conservação.

O Plano de Manejo é o documento que estabelece a missão e as diretrizes da UC, a partir de diversos estudos, incluindo diagnósticos do meio físico, biológico e social. Estabelece as normas, restrições para o uso, ações a serem desenvolvidas e manejo dos recursos naturais da UC, seu entorno e, quando for o caso, os corredores ecológicos a ela associados. Podem também incluir a implantação de estruturas físicas dentro da UC, visando minimizar os impactos negativos, garantir a manutenção dos processos ecológicos e prevenir a simplificação dos sistemas naturais (MMA, 2016).

Os Conselhos Gestores são os espaços políticos pelos quais se dá a participação efetiva dos atores e dos segmentos territoriais. São os órgãos responsáveis pela fiscalização do cumprimento do Plano de Manejo, podendo ser de duas categorias: a) Conselho Consultivo e, b) Conselho Deliberativo, dependendo da categoria de proteção da UC. O estudo deixou em evidência que, apesar de haver um prazo de até cinco anos para a institucionalização dos Conselhos e Planos de Manejo após a criação da UC, grande parte das unidades de conservação ainda não possui os Planos de Manejo concluídos e Conselhos formados (conforme Tabela 01). O nível de participação dos segmentos territoriais ocorre de forma diferenciada, no caso das UC's de proteção integral, cujo Conselho Consultivo pode somente opinar e não deliberar sobre questões da gestão da UC. As decisões são tomadas de forma muito mais verticalizadas, já que o governo é o órgão legal que preside o Conselho e, o responsável pela decisão final, apesar de notarem-se avanços nas participações dos representantes dos moradores e segmentos da sociedade civil organizada em UCs estaduais e federais de uso indireto nos últimos anos.

No caso dos Conselhos Deliberativos, nota-se uma participação muito mais horizontalizada e paritária entre representantes dos governos, da iniciativa privada, da sociedade civil organizada e dos moradores das UC's, ainda que esse último segmento

tenha tímida participação em grande parte dos Conselhos, pois, na maioria das vezes, carecem de formação e de capacitação técnica para atuarem de forma mais pró-ativa nas arenas políticas das quais participam.

Na França, os principais instrumentos de participação das coletividades territoriais ocorrem através da carta/mapa da área protegida e do Sindicato Misto. A carta/mapa se configura como o mesmo princípio dos Planos de Manejo no Brasil. É a carta/mapa que estabelece os caminhos e rumos que a área protegida deve seguir. Trata-se de um documento de planejamento com ampla participação da sociedade, envolvendo desde *expertises* científicos a representantes dos trabalhadores e moradores das áreas protegidas. O governo e a sociedade civil, através das coletividades territoriais, são bastante incisivos quanto à necessidade de construção da carta/mapa da área protegida, podendo esta deixar de existir e perder seu decreto se as coletividades territoriais não elaborarem nos prazos estipulados. Por isso, a pesquisa sugere que todas as áreas protegidas na França, cuja categoria se incluem nos modelos de parques, possuem seu documento de planejamento, como condição essencial para sua existência.

Além da carta/mapa, outro espaço de participação das coletividades ocorre através do Sindicato Misto e dos Conselhos de Administração do Parque. Estes são os representantes legais da sociedade civil organizada, das populações moradoras da área protegida e da iniciativa privada. São tipos de estruturas de cooperação intercomunal, ou seja, envolve uma rede de coletividades que pode ser territorial, de segmentos de trabalhadores, de setores produtivos e de organizações comunitárias. Os Sindicatos Mistos existem a fim de permitir às coletividades se associarem entre elas e entre os estabelecimentos públicos. Os Conselhos de Administração asseguram a pluralidade de participação na gestão das áreas protegidas.

Os dados da pesquisa indicam que, tanto no Brasil como na França, as políticas governamentais vêm fomentando e permitindo o acesso à participação de forma democrática dos diversos segmentos da sociedade na gestão das áreas protegidas. Talvez a grande diferença entre esses dois países ocorra no nível de qualificação dos atores sociais envolvidos no processo da gestão, sobretudo, as populações moradoras dessas zonas, principalmente no que diz respeito às diferenças nos níveis de educação formal entre os moradores das áreas protegidas dos dois países em questão: enquanto

que na França o analfabetismo já deixou de existir oficialmente, e os dados da pesquisa ratificam tal informação; no Brasil os índices de analfabetismo são preocupantes, principalmente o chamado analfabetismo funcional, situação em que os sujeitos muitas vezes sabem assinar seu nome, mas não conseguem ler e interpretar corretamente textos escritos. Cabe ressaltar que apesar de no Brasil e mais especificamente na Amazônia os índices de educação formal entre as populações rurais se apresentarem baixos, esta condição não impede a participação das populações locais nos processos de gestão das unidades de conservação. Muitas vezes a participação da população rural é muito mais profícua e regular que os representantes das populações urbanas. O que se questiona aqui é a qualidade da participação em termos de esclarecimentos sobre a legislação ambiental e sobre o domínio das argumentações nas arenas públicas de comunicação, necessárias para a efetividade de um modelo de gestão compartilhada das áreas protegidas.

Além disso, apesar de existir uma notável rede de programas e projetos institucionais voltados para a criação e implementação das áreas protegidas no Brasil e na França, percebe-se que no Brasil essas políticas carecem de ações concertadas, no sentido de atuarem simultaneamente nos níveis federal, estadual e municipal, permitindo que as mesmas possam atingir de forma consistentes as populações moradoras das unidades de conservação, fazendo valer o princípio da sustentabilidade como uma noção integrada, que transcende a relação homem-natureza, já que envolve processos interculturais que são unívocos, enquanto unidades que não se separam, envolvendo a educação formal, a melhoria das condições materiais de vida, o cuidado com o meio ambiente, o fomento à autonomia, à liberdade e à participação; a fim de que as populações moradoras das zonas protegidas possam, a médio e longo prazo, se instrumentalizarem suficientemente para serem os verdadeiros protagonistas na gestão de seus territórios. Na tabela 05 (Apêndice) apresenta-se a síntese dos principais instrumentos e estratégias de participação das coletividades territoriais na gestão de áreas protegidas no Brasil e na França.

3 - Instrumentos de políticas públicas de fomento às atividades produtivas das populações moradoras de áreas protegidas

Em que pese as políticas de fomento às atividades produtivas nas áreas protegidas no Brasil e na França, os dados da tabela 06 (Apêndice) indicam certa preocupação dos governos desses dois países em implementar políticas de apoio ao trabalho e às atividades produtivas dos moradores e trabalhadores das zonas protegidas, através de projetos e programas institucionais.

Na Amazônia (Brasil), a diversidade biológica e ecológica da região constitui um diferencial que tem atraído a atenção do mundo todo em apoiar ações que visem ao desenvolvimento local, em consonância com a conservação da biodiversidade e da preservação do patrimônio genético da região.

Nesse campo, o Brasil é considerado um líder mundial na construção de modelos de desenvolvimento sustentável (FREITAS, 2014), que incluem projetos e programas de proteção da biodiversidade e da implementação de instrumentos de planejamento territorial e manutenção dos serviços ambientais da floresta amazônica, como aqueles voltados para o combate ao desflorestamento, às queimadas, bem como aos de apoio à realização do zoneamento ecológico-econômico do território amazônico e à criação de unidades de conservação, enquanto instrumentos de políticas de alcance mundial, voltados para a manutenção do clima na Terra.

Isto porque já é do conhecimento de todos a enorme diversidade social e biológica que a floresta amazônica brasileira comporta, “sendo possível encontrar cerca de 23 milhões de habitantes, 163 povos indígenas de diferentes troncos étnicos e linguísticos, um terço da reserva mundial de latifúndio, uma quinta parte da superfície de água doce do mundo, além de sua importância na mecânica, termodinâmica e estabilidade química dos processos atmosféricos em nível mundial” (FREITAS, 2014:100).

O Estado do Amazonas, com cerca de 95% de sua cobertura vegetal preservada, apresenta um enorme potencial de exploração sustentável de suas florestas, cujo potencial madeireiro chega a 30 milhões de metros cúbicos por ano (SDS, 2005). No entanto, apesar da situação privilegiada do Estado em relação à sua biodiversidade, os recursos florestais existentes ainda são comercializados apenas como matéria-prima, sem nenhum ou pouco beneficiamento. Isto implica um sub aproveitamento deste

recurso, já que boa parte da produção ainda é oriunda do desmatamento ilegal e do corte seletivo não sustentável, salvo algumas exceções, como já vem ocorrendo na RDS do Rio Negro, que por meio de ações de projetos e programas de formação e de capacitação, voltados para elaboração de planos de manejo e do aproveitamento da madeira por meio do manejo florestal sustentável em pequena escala, comunitário e empresarial. Essa iniciativa já vem se traduzindo em melhorias na qualidade do trabalho, das atividades e dos produtos advindos da exploração sustentável da madeira.

Outra atividade produtiva que merece destaque, pela sua importância econômica, social e ambiental, é a pesca. Esta atividade é importante tanto no suprimento de proteína animal para o consumo da população, como também é a atividade responsável pela maior parte da ocupação de mão-de-obra, geração de renda e arrecadação do Estado do Amazonas (SDS, 2005). Apesar disso, ainda se verificam grandes contradições neste setor no que se refere ao fomento às suas potencialidades para a exploração sustentável deste recurso, que se traduz na ausência de infraestrutura condizente com o potencial deste setor para a economia regional. O desperdício do pescado, a precariedade das estruturas de estocagem e beneficiamento e a pouca preocupação com a sustentabilidade são alguns dos principais desafios que o poder público, juntamente com a iniciativa privada, vêm enfrentando para alavancar o setor.

Nas áreas protegidas do Estado do Amazonas, o governo vem desenvolvendo diversas frentes de ações no sentido de potencializar a exploração sustentável deste recurso.

Na RDS do Rio Negro, sabendo da grande importância da atividade pesqueira no conjunto das atividades produtivas das populações moradoras desta zona protegida, várias frentes de ações vêm sendo desenvolvidas, desde a capacitação dos moradores locais para a elaboração e implementação de planos de manejos pesqueiros, até o fomento e fortalecimento das cadeias produtivas da pesca, visando minimizar os conflitos socioambientais inerentes deste setor (BARROS, 2006), que se destaca no conjunto das atividades geradoras de trabalho e renda da população amazônica.

No que se refere às atividades de extração de produtos da floresta como óleos vegetais, cipós e frutos como a castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* H.&B. Lecythidaceae), também conhecida como castanha-do-pará e castanha-da-amazônia, os

potenciais são enormes e todavia subexplorados. As demandas no mercado internacional para esses produtos são grandes, principalmente das indústrias farmacêuticas na busca da industrialização e comercialização em larga escala em busca da exploração dos princípios ativos encontrados nas plantas da Amazônia.

Em função desses fatores, a tendência de desenvolvimento sustentáveis para a Amazônia a médio prazo são enormes, combinando estratégias que possam somar usos de tecnologias para inventariar e explorar industrialmente com base em princípios sustentáveis, os ecossistemas amazônicos e estender os benefícios desta exploração para a melhoria da qualidade de vida das populações que manejam e dependem destes recursos para sua sobrevivência. No Estado do Amazonas, e mais especificamente na RDS do Rio Negro, alguns mecanismos de fomento ao uso sustentável da biodiversidade e às atividades produtivas vêm sendo realizadas, amparadas pelo Programa Bolsa Floresta que, sem dúvida, se constitui o principal instrumento institucional de fomento do trabalho e das atividades produtivas das populações moradoras de unidades de conservação estadual, na atualidade.

No território francês nota-se uma série de políticas afirmativas voltadas para o fomento do trabalho e das atividades produtivas dos moradores de áreas protegidas. Isto porque a política adotada pela União Europeia e pela própria França reconhece a multiplicidade do trabalho agrícola, pautando-se em modelos de ações que vão desde o incentivo à formação dos agricultores, incluindo capacitação para a exploração multifacetada dos produtos agrícolas, até ao fortalecimento organizacional através de sindicatos e cooperativas, que resultam em benefícios diretos para os produtores e consumidores finais.

Na região Auvergne-Rhône-Alpes (antiga região Rhône-Alpes), a produção agrícola é caracterizada por uma diversidade de produtos e serviços. Este contexto é favorecido pelos tipos de terrenos e condições naturais, resultando na polivalência da exploração agrícola, com destaque para a produção de leite, de gado leiteiro, hortifrúti, carnes diversas, viticulturas e produtos oriundos do beneficiamento das culturas locais como queijos e vinhos, além daqueles voltados para a charcuteria como salsichas, linguiças mortadelas, dentre outros.

A região Rhône-Alpes é também conhecida como uma das primeiras áreas da França a implantar o chamado mercado de circuito-curto, prática que se caracteriza pela diversificação de atividades produtivas, incluindo o beneficiamento de produtos agrícolas e a comercialização direta para o consumidor final. Aliás, no conjunto de áreas protegidas francesas, essa zona foi a primeira área industrial da França, o que permitiu desenvolver o turismo como grande mola propulsora do desenvolvimento local, favorecendo a implantação de um tipo de gestão controlada dos espaços e dos recursos naturais, bem como fomentar modos de vida solidários, que se traduz em qualidade de vida para os moradores e trabalhadores da região. Dentre as principais ações de fomento ao trabalho e às atividades produtivas desenvolvidas pelo governo francês nesta região se destacam:

- Ajuda de *handicap* natural (áreas pantanosas e de *friches*);
- Ajuda para construção de novos espaços para o gado leiteiro;
- Fomento e gestão do turismo;
- Fomento a atividades produtivas como o artesanato;
- Ações de formação e beneficiamento de produtos locais;
- Fortalecimento das organizações político-institucionais como associações, sindicatos, cooperativas;
- Fortalecimento das organizações territoriais (*Communes/Pays/Gier*);
- Desenvolvimento do turismo, do trabalho e das organizações territoriais locais.

Em linhas gerais, as políticas de fomento às atividades produtivas no território francês apresentam um painel infraestrutural forte e acolhedor para os turistas e visitantes. Para tanto os moradores/trabalhadores das áreas protegidas dispõem de apoio para manter e potencializar suas habilidades produtivas que se traduz em conquistas de selos de qualidades para seus produtos e serviços, cujos reflexos são demonstrados pela própria qualidade do trabalho e dos meios de vida dos moradores desta zona protegida, conforme se nota nos dados da tabela 06 (Apêndice).

4 - Reflexos das políticas de gestão territorial sobre as formas de trabalho das populações moradoras/trabalhadoras de áreas protegidas no Brasil e na França

Fazendo uma análise global dos reflexos das políticas territoriais sobre o trabalho dos moradores e trabalhadores de áreas protegidas, a pesquisa mostrou que os processos de desenvolvimento territorial são reflexos das políticas adotadas pelas instâncias governamentais, em variados níveis de participação da sociedade civil.

O exercício científico permitiu compreender que a gestão sustentável de um território deve ser pautada em políticas concertadas e compartilhadas com os vários segmentos e entidades territoriais que possam garantir a inclusão social, econômica e cultural das populações nos processos de desenvolvimento e na melhoria da qualidade de vida do homem e do ambiente.

Os países que implantaram modelos de governança territorial pautados na égide do desenvolvimento endógeno e inclusivo, no qual o homem, por meio do seu trabalho e de seus saberes locais, está no centro das políticas governamentais, e onde é possível aliar desenvolvimento territorial, participação da sociedade civil nas decisões políticas e estratégias de proteção ambiental, hoje colhem os frutos das medidas adotadas no passado, como é o caso do território francês.

No Brasil, apesar dos esforços governamentais dos últimos anos em adotar medidas pautadas no compartilhamento da gestão ambiental, visando à sustentabilidade do seu território, muito ainda há que se caminhar para chegar a um patamar condizente com os indicadores considerados ideais pelas organizações internacionais de proteção da natureza (IUCN, PNUD), quando se pensa em modelos de desenvolvimento sustentável. Talvez o maior desafio do Brasil seja superar os índices de deficiências educacionais presentes na população brasileira, notadamente aqueles verificados no meio rural, já que o componente humano, a nosso ver, é parte fundamental para a proteção da biodiversidade e sustentabilidade do planeta.

Os dados da pesquisa de campo traduzem muito bem os reflexos das políticas de gestão territorial adotadas pelos governos brasileiro e francês. Apesar de no *terrain* brasileiro (RDS do Rio Negro) diversas ações estarem sendo implementadas através da Fundação Amazônia Sustentável, com aval do governo estadual e apoio de diversas organizações governamentais, não-governamentais e iniciativa privada (conforme tabela

05 - Apêndice) com vistas ao fomento e potencialização do trabalho e das atividades produtivas dos moradores da unidade de conservação pesquisada, muito ainda poderá ser realizado para que os esforços institucionais se traduzam de fato na melhoria das condições de vida do homem do campo, apesar de se notarem mudanças em andamento, como ações de projetos e programas de fomento às atividades produtivas (agricultura, pesca e manejo florestal) e geração de novos postos de trabalho advindos dos processos de formação e capacitação, sobretudo aqueles ligados ao artesanato e turismo. Além disso, cabe destacar a mudança de postura dos moradores em relação ao cuidado e uso sustentável dos recursos naturais que vem se processando na contemporaneidade, fruto das ações institucionais por meio da potencialização das associações comunitárias e demais instâncias políticas, representativas dos moradores/trabalhadores de unidades de conservação.

Há que se reconhecer que o modelo adotado pelo governo do Estado do Amazonas em apoiar uma entidade não-governamental na implementação de políticas de desenvolvimento territorial, como vem sendo implantado pela FAS, envolvendo parcerias entre as diferentes secretarias estaduais, órgãos do governo federal, prefeituras municipais, movimentos sociais e participação das populações locais, merece ser replicado em outras áreas protegidas do Amazonas, já que, considerando a extensão territorial do Estado e a insuficiência de profissionais concursados para implementar as políticas socioambientais nas unidades de conservação, os desafios são imensuráveis, apresentando-se como um grande entrave e como fator limitante para a sustentabilidade territorial do Estado.

Os dados de campo indicam que programas e projetos estão sendo implementados com vistas à formação e capacitação do morador/trabalhador das UCs, capitaneado pelo Programa Bolsa Floresta que vem sendo implantado em 16 unidades de conservação do Estado e cujas ações visam ao desenvolvimento local baseado no fomento à geração de renda, fortalecimento organizacional e manutenção da floresta em pé. No entanto, cabe a pergunta: como se encontram as demais 26 unidades de conservação estaduais que não contam com o aporte do Programa Bolsa Floresta e com a atuação da Fundação Amazônia Sustentável? Será que com a retirada do Programa e da Fundação Amazônia Sustentável o Estado vai conseguir manter os mesmos níveis de

gestão como vem sendo realizados na atualidade? Caberão pesquisas futuras responderem a tais questionamentos.

Quanto à situação francesa, apesar dos dados de campo indicar níveis considerados bons para um tipo de gestão territorial compartilhada, e aí se incluem as condições sociais e materiais dos moradores das áreas protegidas, conforme já discutido anteriormente, ainda assim, cabe uma análise crítica sobre a situação das áreas protegidas na França. Pesquisadores e críticos já apontam que apesar de a França dispor de um conjunto de instrumentos legislativos e regulamentadores da natureza, ainda assim nota-se a ausência de uma verdadeira estratégia nacional de áreas protegidas, como por exemplo, a institucionalização de um Sistema Nacional de Áreas Protegidas como aquele adotado no Brasil desde o ano 2000. Do ponto de vista institucional a França não dispõe de nenhuma agência central, com responsabilidade exclusiva para administrar e gerir as áreas protegidas, atualmente esta pasta está sob o encargo do Ministério do Meio Ambiente, da Energia e do Mar, responsável pela execução das políticas ambientais em geral, incluindo aquelas voltadas para as áreas protegidas, ficando a mercê de numerosas instituições regionais que, apesar de suas experiências na gestão dos territórios, não dispõem de autonomia suficiente para gerir questões pertinentes a áreas protegidas.

Como já afirma Martinez (2007), talvez seja interessante a França aprofundar em seu plano de ações uma estratégia coerente que se aplique no plano nacional de áreas protegidas. E, apesar de dispor de uma infinidade de categorias de proteção da natureza, o território francês ainda carece de espaços representativos de ecossistemas do planeta devidamente protegidos, incluindo diferentes tipos de habitats, biomas e espécies ameaçadas, já destacados pela comissão francesa de áreas protegidas do Programa da CDB.

Como podem ser notados na tabela 07 (Apêndice), os reflexos das políticas territoriais sobre o trabalho e as condições de vida do morador das áreas protegidas na França são notórios, sobretudo aqueles capitaneados pelo turismo, fomento às atividades agrícolas e ações de incentivo à participação dos diversos segmentos territoriais, refletindo em um tipo de gestão territorial compartilhada e sustentável.

Os dados da pesquisa e a percepção do autor do estudo ratificam as informações levantadas, e, apesar do estudo ter sido pontual a uma área protegida tanto no Brasil como na França, estudos futuros poderiam ser realizados e compartilhados entre os países em questão, a fim de se pensar em estratégias mais amplas de proteção da natureza, de fomento ao trabalho e da melhoria das condições de vida dos moradores das zonas protegidas dos dois países envolvidos na pesquisa e quiçá servir de modelo para todo o planeta.

5. Considerações Finais

Os grandes desafios postos pela crise ecológica mundial demonstram cada vez mais a necessidade de políticas, cujos campos de ação devam ultrapassar os limites setoriais que a estrutura governamental tende a se apresentar. A gestão dos territórios é um desses ramos que a cada dia vem demandando ações de caráter transdisciplinar e transectorial.

A sustentabilidade, enquanto princípio ontológico da conservação ambiental e do desenvolvimento humano que outrora se apresenta para a humanidade, tende a ser uma alternativa de suporte epistemológico para as políticas territoriais, frente aos novos desafios paradigmáticos enfrentados pela sociedade global. As áreas protegidas, personificadas nas políticas territoriais como instrumentos de orientação ao desenvolvimento sustentável se apresentam atualmente quase como única alternativa das ações governamentais visando conciliar preservação do meio ambiente, desenvolvimento humano e conservação do patrimônio histórico-cultural.

O estudo permitiu notar que, apesar dos esforços dos governos e sociedade civil organizada em implementar modelos de gestão territorial compartilhada, muitos problemas e conflitos socioambientais ainda se fazem presentes nas áreas protegidas e seus entornos, principalmente na Amazônia, onde o conflito por acesso à terra ainda é uma realidade. Isto porque, como foi salientado no decorrer da pesquisa, os desafios para implementar modelos sustentáveis de proteção da natureza e desenvolvimento humano ainda são grandes. Por exemplo, no caso da região amazônica, onde outrora a região dispõe de pouca atenção do governo federal, com ações pontuais e escassas, muitas comunidades têm que migrar para as áreas protegidas a fim de terem acesso e determinadas políticas públicas exclusivas para unidades de conservação, aumentando ainda mais os problemas de gestão existentes nestas áreas.

O exercício investigativo permitiu perceber que, por mais que esteja em andamento uma variedade de ações governamentais em algumas unidades de conservação no Estado do Amazonas, notadamente aquelas atendidas pelo Programa estadual Bolsa Floresta, os reflexos dessas ações ainda são limitados no que diz respeito à qualidade de vida associada às práticas de trabalho das populações moradoras dessas áreas. Além disso, muitos problemas e conflitos ainda são vigentes nas áreas protegidas no Brasil e mais especificamente na Amazônia. O documento preliminar do Plano de

Gestão da RDS do Rio Negro (2016) aponta uma série de situações conflituosas que outrora se apresenta nesta unidade de conservação, mas que poderiam ser estendidos a outras UCs estaduais do Amazonas, dentre elas podem-se destacar:

I. Organização comunitária: baixa participação nas atividades comunitárias, limitações na comunicação entre comunidades e ausência de planos e programas de gestão intercomunitária;

II. Infraestrutura comunitária: limitações no fornecimento de energia, ausência de sistemas de esgotos e manutenção de ramais que possam servir como canais de escoamento da produção;

III. Uso dos recursos naturais: conflitos referentes ao uso de recursos naturais com outras comunidades e pessoas externas à UC;

IV. Instituições não-governamentais: críticas e problemas sobre projetos desenvolvidos por instituições não governamentais nas comunidades da UC, como projetos inacabados, falta de comunicação com comunitários, falta de alinhamento com outras instituições, dentre outros;

V. Terra: conflito por terras como vendas ilegais e invasões;

VI. Saúde: problemas relacionados a recursos humanos e financeiros para a saúde, falta de agentes de saúde, postos de saúde e combustível para transporte dos doentes em casos de emergência;

VII. Educação: problemas relacionados a recursos humanos e financeiros para a educação, como falta de professores, problemas no transporte escolar, manutenção de infraestrutura das escolas, dentre outros;

VIII. Gestão da UC: críticas e problemas com a gestão da UC, como não-cumprimento de prazos para projetos e falta de alinhamento com outras instituições;

IX. Meio ambiente: problemas ambientais como desmatamento na terra firme e nas margens dos rios, além da poluição de praias e rios;

X. Turismo: práticas de turismos predatórios e insustentáveis, na maioria das vezes por pessoas de fora da UC; ocorrência de turismo particular, ausência de implementação de um tipo de turismo de base comunitária;

XI. Emprego e renda: falta de capacitação técnica e oportunidades de emprego para todas as comunidades que fazem parte da RDS;

XII. Infraestrutura da UC: ausência de placas de sinalizações, equipamentos explicativos e estrutura interna que possa orientar e compartilhar informações sobre as regras de uso coletivo para a visitação da UC (PLANO DE GESTÃO, RDS DO RIO NEGRO, 2016).

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos governos brasileiros em implementar as unidades de conservação tal como encontram-se definidas nos Planos de Gestão, acredita-se ser plenamente exequível a aplicação de políticas que possam conciliar desenvolvimento territorial, proteção dos recursos naturais e elevação da qualidade de vida humana que, em nossa compreensão, se concretizará por meio de ações de fomento e valorização do trabalho e das atividades produtivas sustentáveis, tal como vêm sendo realizados em outros lugares, a exemplo da França.

O relatório de trabalho, envolvendo a embaixada brasileira e o governo francês (DELELIS, 2010) sobre áreas protegidas na França e os mosaicos de unidades de conservação no Brasil, propõe medidas para o alcance de um tipo de gestão territorial em bases sustentáveis, sugerindo ações que poderiam ser adotadas no território brasileiro que, no nosso entendimento, podem servir de orientações de políticas públicas. Dentre os vários aspectos, destacamos:

- (i) Ênfase na valorização dos produtos e produtores de áreas protegidas, com foco na certificação de qualidade de origem dos produtos e serviços;
- (ii) Elaboração de planos de desenvolvimento territorial, agregando valor à identidade sociocultural do território;
- (iii) Organização de um modelo de turismo eco-cultural de base comunitária;
- (iv) Pagamento pelos serviços socioambientais oferecidos pelo território protegido;
- (v) Exploração da marca “área protegida”, incorporando elementos simbólicos da cultura e do modo de vida das populações locais, com vistas à valorização dos produtos e serviços oriundos de áreas protegidas;
- (vi) Articulação entre os espaços e as políticas territoriais a níveis locais, regionais e nacionais, envolvendo ministérios, secretarias e coletividades territoriais;

- (vii) Fomento ao trabalho e às atividades produtivas sustentáveis, que levem em consideração a polivalência do trabalho agrícola e o uso multifuncional dos territórios.

No caso da França, ao reconhecer as áreas protegidas como pedra angular da conservação *in situ* da diversidade biológica (MARTINEZ, 2007), este país terá como desafio para esse novo milênio não só ampliar suas zonas de proteção dos espaços (op. cit., 2007), como também permitir que essas novas formas de governanças venham acompanhadas de informações acessíveis, que possam subsidiar a implementação de políticas territoriais que o novo momento histórico exige.

Em relação ao Brasil, acredita-se que somente altos investimentos em pesquisas que envolvam ciência, tecnologia e inovação, levando em consideração os aspectos culturais de cada grupo étnico e especificidades socioambientais de cada região, poderiam dar certos para este país com dimensões continentais que é o Brasil. No caso da Amazônia, como bem destaca Freitas (2014) a região já possui uma predisposição para a implementação de programas de sustentabilidade em diferentes escalas.

Sabe-se que os desafios à gestão compartilhada de UC's na Amazônia são muitos. No entanto, alguns entraves podem ser superados, desde que pensadas e implementadas políticas arrojadas, condizentes às necessidades das populações e dos territórios. Como forma de contribuição deste estudo, elencamos algumas ações que poderão contribuir para superar os entraves que outrora considera-se primordiais para o alcance de um modelo de desenvolvimento territorial sustentável, dentre eles destaca-se:

- ✓ Elaboração e implementação de políticas de gestão territorial para a Amazônia que leve em consideração a grande extensão territorial da região;
- ✓ Planejamentos adequados de gastos com transporte e infraestrutura para implementação das UCs, dadas as condições socioambientais da região amazônica;
- ✓ Investimentos em contratação e formação de mão-de-obra para fiscalização e monitoramento do território aquático da Amazônia;
- ✓ Ações integradas que possam acabar com o uso clandestino e irregular dos recursos naturais e do território amazônico;

- ✓ Ações de mitigação dos conflitos socioambientais de diversas naturezas, principalmente pelo uso da terra;
- ✓ Políticas públicas setoriais de amplo acesso dos produtores rurais ao fomento às atividades e cadeias produtivas sustentáveis;
- ✓ Ações de melhoria da infraestrutura comunitária (energia elétrica, água potável, saúde e comunicação);
- ✓ Políticas de formação e fortalecimento organizacional intercomunitário;
- ✓ Ações de ampliação da educação formal dos produtores rurais da Amazônia;
- ✓ Políticas de fomento ao escoamento da produção e alinhamento aos mercados-curtos sustentáveis no território amazônico;
- ✓ Necessidade de ordenamento do turismo na e para a região amazônica, baseada em sistemas de trabalho sustentáveis, em que homem e natureza possam receber os investimentos necessários para a manutenção da floresta em pé, dos recursos naturais e inserção das populações locais nos circuitos de produção e comercialização;
- ✓ Necessidade de um Plano Estadual de Turismo no Amazonas, a exemplo do que já vem sendo realizado na França, notadamente voltado para as áreas protegidas;
- ✓ Fomento a implantação de redes de sustentabilidade direcionadas para as áreas protegidas, com ênfase na geração de emprego, renda e manutenção da biodiversidade;
- ✓ Fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos sustentáveis, incluindo programas de certificação de produtos advindos de áreas sustentavelmente manejadas, alinhado a políticas de inclusão social a fim de tornar a vida dos moradores de áreas protegidas na Amazônia dignas de certificação de qualidade de vida;
- ✓ No caso do território francês, institucionalização de um Sistema Nacional de Áreas Protegidas que seja representativo das necessidades de proteção dos espaços e dos recursos naturais, notadamente dos recursos florestais e marinhos daquele país.

Todas essas proposições deverão vir de um trabalho coletivo, integrado e compartilhado nas três esferas do poder público, em pé de igualdade com os diversos segmentos e representações da sociedade civil organizada, do setor privado e das instituições de ciência e tecnologia.

Por último, tornar-se *mister* pensar na ampliação de políticas voltadas para áreas protegidas como vêm sendo implementadas em outras regiões do planeta, acompanhado de um modelo de gestão compartilhado em que os vários segmentos territoriais possam participar em nível de igualdade, com investimentos maciços em ciência, tecnologia e inovação para a proteção da natureza, manutenção do patrimônio histórico-cultural e inclusão social e econômica dos moradores de áreas protegidas, por meio do fomento à educação e práticas produtivas sustentáveis.

6 – Referências

ALMEIDA, A. W. B. **A dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” na Amazônia.** In: Cadernos CEAS - Centro de Estudos e Ação Social. Salvador, 2005.

ALONSO, A.; COSTA, V. **Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico.** In: Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais, ANPOCS. No. 53, 1o.semestre de 2002.

_____. **Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil.** Encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da Clacso – Rio de Janeiro, 22 e 23 de novembro de 2000 (*paper*).

ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial.** Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.

ARENDDT, H. **Condition de l'homme moderne.** Paris: Calmann-Lévy, 2002.

BARBALHO, C. R. S. e MORAES, S. O. **Guia para normatização de teses e dissertações.** Manaus: UFAM, 2005.

BARROS, J. F. **Uso dos recursos pesqueiros e conflitos socioambientais em uma área manejada de várzea na Amazônia Central.** Manaus. UFAM: 2006. Dissertação de Mestrado.

BARROS, J.F. **Perfil socioeconômico das unidades de conservação do estado do Amazonas abrangidas pelo programa bolsa floresta.** Manaus: [s.p.], 2010.

BARROS, J.F; SANTOS, M. C. N; CERDEIRA, R. G. P. **De la zonificación ecológica-económica al ordenamiento territorial: desafíos y perspectivas de gestión territorial participativa en la Amazonia brasileña.** In ROBLEDOS, M.A.; LÓPEZ, E. D.; SOLÍS, V. V.; PÉREZ, O. R. (eds). Ordenamiento territorial y participación social: problemas y posibilidades. México: UASLP, 2013.

BECKER, B. K.; COSTA, R. K.; SILVEIRA, C. B.; (orgs). **Abordagens políticas da espacialidade.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia.** Revista de Estudos Avançados 19 (53), 2005.

BÉGUIN, P. **Cours d'introduction à l'ergonomie.** Lyon: Université Lumière Lyon 2, 2013 (Comunicação Pessoal).

_____. **Propos sur le développement du concept d'activité.** Revue Portugaise Laboréal, 2005.

BÉGUIN, P. & PUEYO, V. **Quelle place au travail des agriculteurs dans la fabrication d'une agriculture durable.** *Pistes, Vol 13, n° 1, 2011.* <http://www.pistes.uqam.ca/v13n1/articles/v13n1a1.htm>

BOLÍVIA. **El Ordenamiento Territorial en Bolívia.** Unidad de Administración Territorial (UAT), 2002.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. Comissão Europeia. **Textos de referência em planejamento e gestão territorial / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.** – Brasília: MP, 2006.

BURSZTYN, M. (org.). **A difícil sustentabilidade política energética e conflitos ambientais.** Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2001.

CANDOTTI, E. **Desenvolvimento Sustentável na Amazônia.** In: LASTRES, H.M.M (orgs). A nova geração de políticas de desenvolvimento produtivo: sustentabilidade social e ambiental. Brasília: CNI, 2012.

CASTRO, E. **Tradição e Modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia.** Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 1 - dezembro 1999.

CHAVES, M.P.S.R. et.al. (Org.). **Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia.** Manaus: FUA, 2014.

CHAVES, M.P.S.R. **Uma experiência de pesquisa-ação para a gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de reforma agrária Iporá.** Campinas, 2001a

_____. **Uso de recursos naturais e populações tradicionais: da escassez de recursos aos limites de acesso.** Venezuela, 2001b

CHIFUCO, N. C. **O conflito e o fenômeno de venda de terras no contexto de turismo, sua origem e mecanismos da sua prevenção.** II

CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. Brasília: Biblioteca do Senado Federal, 2012.

COMITE FRANÇAIS DE L'UICN. **Les espaces protégés français : une diversité d'outils au service de la protection de la nature.** Carole Martinez (Coord.), Paris, 2008.

COQUIL, X. **Transition des systèmes de polyculture élevage laitiers vers l'autonomie: une approche par le développement des mondes professionnels.** Paris: AgroParisTech, 2014. Tese de Doutorado.

DALLABRIDA & BECKER. **Governança Territorial um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica.** Desenvolvimento em Questão, vol. 1, núm. 2, julho-dezembro, 2003, p. 73-97, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (www.redalyc.org).

DEL PRETTE, M.E. & KRUGER, H. **Referências Metodológicas de um ZEE participativo.** In Cadernos de Cooperação Técnica nº 06/2007. Manaus: Agência de Cooperação Técnica Alemã – GTZ, (2007)

DELELIS, C. J. et. al. **Mosaïques d'aires protégées: réflexions et propositions de la coopération franco-brésilienne.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, MMA; Embaixada da França no Brasil - cds UnB, 2010.

DIEGUES, A. C. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas.** São Paulo em Perspectiva, 6 (1-2): 22-29, jan/jun, 1992.

_____. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: HUCITEC, 3ª.Ed., 2000.

_____. **A Gestão Integrada dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação.** In: Cavalcanti, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

DOLLFUS, Oliver. Geopolítica do sistema-mundo. In: SANTOS, Milton. **Fim de século e globalização.** São Paulo: HUCITEC, 1993.

DRUMOND, M. **Participação comunitária no manejo de unidades de conservação: manual de técnicas e ferramentas.** Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Sócio-Ambiental, 2002.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ECO-EQUADOR. **Le Parc Naturel Régional du Pilat: une gestion raisonnée et équilibrée des ressources naturelles.** ENSAIA , 2005-2006.

FALZON, P. **Ergonomia.** São Paulo: Ed. Blucher, 2007.

FÉDÉRATION DES PARCS NATURELS RÉGIONAUX DE FRANCE (2015) In <http://www.parcs-naturels-regionaux.fr> (acessado em 11.01.2016).

FORNI, P. **De Bacon y Mill a la lógica difusa : la investigación comparativa en Ciencias Sociales.** Revista de investigación Social, nº 09, diciembre de 2012, pp. 28-56.

FRAXE, T.J.P. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas.** Ceará : Annablume, 2000.

FREITAS, M. & SILVA FREITAS, M.C. **La sostenibilidad – el mundo amazónico del hombre.**[?]: América Star Books, 2014.

FREITAS, M. **La naturaleza de la sostenibilidad y la Amazonia: una “mirada” hacia el futuro.** In. FREITAS, M. & SILVA FREITAS, M.C. **La sostenibilidad – el mundo amazónico del hombre.**[?]: América Star Books, 2014.

FRIEDMANN, G. **Qu’est-ce que le travail?** In. Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 15e année, N. 4, 1960. pp. 684-701.

FURTADO, L.G. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goelgi, 1993.

GODARD, O. **O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual.** In. CASTRO, E. (Org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.** Belém: Ed. Cejup, 1997.

GODARD, O. **A Gestão Integrada dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação.** In: CAVALCANTI, C. (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

GONDIM, N. **A Invenção da Amazônia.** 2ª ed. Manaus: Valer, 2007.

GTZ. AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ALEMÃ – **Referências Metodológicas de um ZEE Participativo** In: Cadernos de Cooperação Técnica nº 6/2007. Manaus, Subprograma de Políticas de Recursos Naturais, Ministério do Meio Ambiente, (2007).

HANNIGAN, J. **Environmental Sociology: a social constructionist perspective.** Londres, Routledge, 1995.

HIGUCHI, M. I.; FREITAS, C.C; HIGUCHI, N. (Orgs.). **Morar e viver em unidades de conservação no Amazonas: considerações socioambientais para os planos de manejo.** Manaus: [s.n.], 2013.

JENTOFT, S. **Co-management -the way forward.** In WILSON, D.C;Nielsen, J.R. & Degnbol, P. **The fisheries co-management experience: accomplishments, challenges and prospects. The Institute for fisheries management and coastal community development.**Hirtshals, Denmark. Klumer Academic Publishers. Dordrecht/Boston/London, 2003.

KOHLHEPP, G. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira.** Estudos Avançados. São Paulo. V. 16, nº 45, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 6ª ed., São Paulo: Atlas, 2011.

LAMELAS, R. **Hacia el co-manejo de los recursos naturales em una región costera: El CEBSE en la República Dominicana.** Instituto Panos e Instituto Caribeño de Recursos Naturales, 1999.

LARRÈRE, Raphaël. Histoire (s) et mémoires des parcs nationaux. In LARRÈRE, Raphaël (coord.). **Histoire des parcs nationaux – comment prendre soin de la nature?** Paris/Versailles: Éditions Quae/Muséum national d’histoire naturelle, 2009.

LEPLAT, J. & MONTMOLLIN, M. **As relações de vizinhança da ergonomia com outras disciplinas.** In. Falzon, P. Ergonomia. São Paulo: Ed. Blucher, 2007.

LITTLE, P. E. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política.** In: BURSZTYN, M. (org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais.** Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2001.

LIZET, Bernadette. Faire en sorte que le territoire des autres devienne le territoire de tous. In LARRÈRE, Raphaël (coord.). **Histoire des parcs nationaux – comment prendre soin de la nature?** Paris/Versailles: Éditions Quae/Muséum national d’histoire naturelle, 2009.

MARULANDA, O. **Cultura y manejo integrado de los recursos en la perspectiva ambiental del desarrollo**. In: LEFF, H. (Coord). *Los problemas del conocimiento y la perspectiva ambiental del desarrollo*. 2ª ed. México: Siglo Veintiuno, 2000.

MARTINEZ, Carole (Coord.). **Les espaces protégés français. Une diversité d'outils au service de la protection de la nature**. Comité français de l'UICN, Paris, 2008.

_____ (ed.) - **Analyse du dispositif français des aires protégées au regard du Programme de travail «Aires protégées» de la Convention sur la diversité biologique - Etat des lieux et propositions d'actions**. Comité français de l'UICN, Paris, France, 2007– 53 pp + annexes.

MARX. K. **O capital**, Livro 1, tomo 1. São Paulo, 1996.

MASSIRIS CABEZA, Á. **Ordenación del territorio en América Latina**. Scripta Nova. Revista electronica de geografía e ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, No 125, 1 de octubre de 2002. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-125.htm>.

MENDÉZ, E. **Gestión ambiental e ordenación del territorio**. Mérida (Venezuela): Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Forestales, Instituto de Geografía y Conservación de los Recursos Naturales, 1990.

NAÇÕES UNIDAS (CEPAL). **Análise ambiental e de sustentabilidade do Estado do Amazonas**, Santiago, Chile, 2007.

PARENTE, V. M. **A economia da pequena produção na várzea: sobrevivência das famílias ribeirinhas**. In. RIBEIRO, O. & FABRÉ, N. (Orgs). *Sistemas Abertos Sustentáveis (SAS)*. Manaus: Edua, 2003.

PÉREZ, A. **Bases conceptuales para el ordenamiento territorial en Colombia**. Biblioteca virtual del Banco de la República, 15 de diciembre de 2004. <http://www.lablaa.org/blaavirtual/geografia/geografia/orden2.htm>.

PARC NATUREL REGIONAL DU PILAT. **QUE RETENIR DE L'ANNÉE 2013 DU PARC DU PILAT: BILAN ANNUEL D'ACTIVITÉ**. Pélussin: PNR du Pilat, 2013 (www.parc-naturel-pilat.fr).

PLAN DE PARC DE LA CHARTE 'OBJECTIF 2025'. **Mon parc naturel régional Pilat 2025: un avenir à partager**. Pélussin: Maison du Parc, 2011 (www.parc-naturel-pilat.fr).

PLANO DE GESTÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO: Versão Consulta Pública. Manaus: SEMA, 2016.

PUEYO, V. **Analyse ergonomique du travail** Lyon: Université Lumière Lyon 2, 2013 (Comunicação Pessoal).

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, G. L. **Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento**. In. Revista Série Antropológica nº 23: UNB, 1992.

RIBEIRO, M.O.A. & FABRÉ, N. (Orgs.). **Sistemas Abertos Sustentáveis – SAS: uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia**. Manaus: Edua, 2003.

RYLANDS, A. B. & PINTO, L. P. de S. **Conservação da Biodiversidade na Amazônia Brasileira: uma análise do sistema de unidades de conservação**. Rio de Janeiro: FBDS, 1998.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. In: BURSZTYN, M. Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SANTOS, F.P. **Gestão de UC's no Amazonas: avanços e desafios para a conservação ambiental**. Revista Geonorte, V.8, N.1, p.102-124, 2013 (ISSN-2237-1419).

SCHNEIDER, S.; SCHMITT, C. **O uso do método comparativo nas ciências sociais**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v.9, 1998, p.49-87.

SCHWARTZ, Y. **La conceptualisation du travail, le visible et l'invisible**. L'Homme et la société/2, N° 152, p. 47-77, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS (SDS). **Subsídios para o plano de gestão do Corredor Central da Amazônia**. Manaus. Amazonas, 2005b.

SELMI, A. L'émergence de l'idée de parc national en France: de la protection des paysages à l'expérimentation coloniale. In LARRÈRE, Raphaël (coord.). **Histoire des parcs nationaux – comment prendre soin de la nature?** Paris/Versailles: Éditions Quae/Muséum national d'histoire naturelle, 2009.

SILVA, M. C. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus, EDUA, 2000.

SILVA, M. C. ; BARROS, J. F. **Uma comunidade da várzea: organização e morfologia social**. In. Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: Edua, 2000.

SOULARD, C-T. **Pratiques, politiques publiques et territoires : construire une géographie agricole des villes**. Université Bordeaux Montaigne/UFR Géographie – Aménagement. Version 1, 29 Jun, 2014 (Mémoire d'habilitation à diriger des recherches).

TEIGER, C. **L'approche ergonomique: du travail humain à l'activité des hommes et des femmes au travail**. In. Education Permanente, N° 116/1993-3.

THEODORO, S.H.(org.). **Conflitos e Uso Sustentável dos Recursos Naturais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TOMAZI, N. D. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 2000.

TORRES, Iraíldes Caldas. **A formação social da Amazônia sob a perspectiva de gênero**. In: NORONHA, Nelson Matos de e ATHIAS, Renato (org.). Ciência e saberes na Amazônia: indivíduos, coletividades, gênero e etnias. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Fapesp, 2008.

VIDAL, J. P. **Metodologia comparativa e estudo de caso**. Belém: Papers do NAEA 308, 2013.

VIGLIOLA, José Luiz Oliveira. **El Ordenamiento Territorial: moda o necesidad?**. In: Revista Dinâmica Cooperativa N° 120, 2001.

VIOLA, E. ; LEIS, H. Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, J. ; VIEIRA P. F. (Orgs.) **Dilemas do socioambientalismo e desenvolvimento sustentável**. Unicamp, Campinas, 1995.

YANNICK, S. **Les territoires du développement durable en France: analyse des référentiels de la décentralisation et de leurs traductions locales dans les espaces ruraux**. Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável. Florianópolis, 2007

Hyperlinks principais visitados

<http://amazoniareal.com.br/amazonia-tem-174-pessoas-ameacadas-de-morte-por-conflitos-no-campo-diz-cpt/> (acessado em maio de 2014).

<http://www.cartesfrance.fr> (acessado em fevereiro de 2016).

<http://www.code-villes.com> (acessado em maio de 2015).

<https://fr.geneawiki.com> (acessado em novembro de 2016).

<http://www.icnf.pt> (acessado em novembro de 2016).

<http://www.idesam.org.br> (acessado em fevereiro de 2016).

<http://www.mma.gov.br> (acessado em diversas ocasiões).

<http://www.parc-naturel-pilat.fr> (acessado em maio de 2015).

<http://www.recoin.fr> (acessado em maio de 2015).

<http://www.sds.am.gov.br> (acessado em diversas ocasiões).

<http://ww.socioambiental.org.br> (acessado em maio de 2016).

<http://trouveruneville.fr/ville/42/sainte-croix-en-jarez>

<http://www.ufam.edu.br> (acessado em fevereiro de 2016).

7 - Apêndice

A – Formulário de entrevista aplicado no *terrain* francês.

B – Formulário de entrevista aplicado no *terrain* brasileiro.

C – Tabela 04 – Dispositivos institucionais na gestão de áreas protegidas no Brasil e na França.

D – Tabela 05 - Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas.

E – Tabela 06 - Identificação dos instrumentos de políticas públicas de fomento às atividades produtivas das populações moradoras de áreas protegidas.

F – Tabela 07 - Reflexos das políticas de gestão territorial sobre as formas de trabalho das populações moradoras/trabalhadoras de áreas protegidas no Brasil e na França.

G – Painel de imagens – Região Rhône-Alpes, França.

H – Painel de imagens – RDS do Rio Negro - Estado do Amazonas, Brasil.

UNIVERSITÉ LUMIÈRE LYON 2
PROGRAMME DOCTORAL DE SOCIOLOGIE ET ANTHROPOLOGIE

QUESTIONNAIRE - PARC NATUREL REGIONAL DU PILAT

Interviewer: _____ **Date:** _____

Formulaire d'identification

Zone protégée:		
Localisation	Departament	Région
Nom:		
Prénom:		
Sexe () M () F Âge ()		
Situation familiale		
État civil: () marié () divorcé () célibataire () veuf / veuve		
Combien de personnes, (vous y compris), vivent dans votre maison ?		
Combien d'enfants avez-vous? ()		
Exercez vous une activité rémunérée? () Oui () Non		
Laquelle? _____		
Education - Niveau d'études		
() école maternelle/primaire () certificat d'étude () collège/lycée () baccalauréat		
() études supérieures		
Aspects économiques		
Principale activité de production _____		
Autres Activités Productives		
() Agriculture () Elevage () Pêche () Commerce () industrie () Production de fromage		
() Forestier () Tourisme () Artisanat () Services () Autres		
Laquelle _____		
Quelle forme de vente de production? _____		
Recevez-vous une subvention de la collectivité locale/région pour le développement des activités productives?		
() Oui () Non		
Laquelle?		

À votre avis, le fait d'être dans une zone protégée (Parc Naturel Régional du Pilat) favorise-t-elle ou affecte-t-elle les activités productives?

Favorise Ne favorise pas N'a aucune influence

Comment?

Les questions agricoles

Êtes-vous propriétaire de la terre que vous travaillez?

Oui Non

Organisation et participation:

Y-a-t-il une vie associative ici? Oui Non

Laquelle? _____

Faites-vous partie d'une association ? Oui Non

Nom de l'Association _____

Y-a-t-il une activité d'une collectivité locale? (gouvernement)

Oui Non

a) Laquelle? _____

b) Comment fonctionne-t-elle? (principales actions qui se développent)

B – Formulário de entrevista aplicado no *terrain* brasileiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO E POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Entrevistador: _____ Data: _____

Formulário de identificação

Unidade de Conservação:		
Comunidade	Município	Estado
Nome do entrevistado:		
Sexo () M () F Idade ()		
Situação familiar		
Estado civil: () casado (a) () divorciado (a) () solteiro (a) () viúvo (a)		
Quantas pessoas (incluindo você), moram na sua casa?		
Quantos filhos você possui? ()		
Você exerce alguma atividade remunerada? () Sim () Não		
Qual? _____		
Educação – Nível de estudo		
() sem alfabetização () ensino fundamental incompleto () ensino fundamental completo		
() ensino médio incompleto () ensino médio completo () ensino superior incompleto		
() ensino superior completo		
Aspectos econômicos		
Principal atividade produtiva _____		
Outras atividades produtivas exercidas		
() Agricultura () Pesca () Pecuária () Extrativismo () Comércio () Indústria		
() Madeireiro () Turismo () Artesanato () Serviços () Outros		
Qual? _____		
Qual a forma de comercialização da produção? _____		
Você recebe algum tipo de benefício público do governo federal/estadual/municipal para o desenvolvimento de suas atividades produtivas?		
() Sim () Não		

Qual?

Você recebe algum outro benefício público do governo federal/estadual/municipal?

Sim Não

Qual?

Na sua opinião, o fato de você morar dentro de uma Unidade de Conservação favorece ou não as atividades produtivas?

Favorece Não favorece Não tem influência nenhuma

Como?

Questão agrícola

Você é proprietário do terreno que trabalha?

Sim Não

Organização político-institucional:

Existe alguma Associação Comunitária aqui na sua comunidade? Sim Não

Qual? _____

Você faz parte de alguma Associação? Sim Não

Nome da Associação _____

Existe alguma atividade desenvolvida por representantes do governo (federal/estadual/municipal) aqui na sua comunidade?

Sim Não

a) Qual? _____

b) Como funcional? (principais ações desenvolvidas)

C - Tabela 04- Variável 1 - Dispositivos institucionais na gestão de áreas protegidas.

Variável	Brasil	França
Dispositivos institucionais na gestão de áreas protegidas	<p>Denominação institucional = Unidades de Conservação.</p> <p>1876 – Primeiras indicações de criação de unidades de conservação no Brasil (irmãos Rebouças) – Ilha do Bananal, no rio Araguaia; Sete Quedas, no rio Paraná.</p> <p>1921 - Criação do Serviço Florestal do Brasil, enquanto pasta especial do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio através do Decreto Legislativo nº 4.421, indicando as primeiras referências aos parques nacionais.</p> <p>1934 - O Decreto nº 23.793/1934 deu especial atenção à gestão das florestas nacionais que as classificou sob a categoria de protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento, abrindo espaço para a formação de parques nacionais, estaduais e municipais, inaugurando a institucionalização de unidades de conservação no Brasil.</p> <p>1934 – Realização, na cidade do Rio de Janeiro, da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza..</p> <p>1937 – Criação da primeira unidade de conservação brasileira (Parque Nacional de Itatiaia).</p> <p>De 1938 a 1962 – as UCs estavam sob administração do Serviço Florestal.</p> <p>1940 – O Brasil adere à Convenção de Londres (Convenção para a Preservação da Fauna e da Flora em Estado Natural, na tentativa de padronização internacional para designação das diferentes categorias de áreas protegidas).</p>	<p>Denominação institucional = Áreas Protegidas (Aires Protégés).</p> <p>1861 - Napoleão III classifica, por decreto, 1.097 hectares da floresta de Fontainebleau como área a ser protegida contra o corte e a derrubada de madeira, considerado o texto embrionário dos projetos de áreas protegidas dentro da zona metropolitana francesa.</p> <p>1901 e 1938 - Criação dos primeiros parques nacionais franceses em Terras Austrais e Antártica, respectivamente.</p> <p>1906 - Lei de 21 de abril de 1906, substituída pela Lei de 2 de Maio de 1930, sobre a proteção dos monumentos naturais e sítios de características artística, histórica, científica, lendária ou pitoresca.</p> <p>1912 – Criação de pequenos fragmentos protegidos (les Calanques) no território metropolitano francês.</p> <p>1913 - Organização do Primeiro Congresso Florestal Internacional na cidade de Paris. Na ocasião, vários países se pronunciaram a favor da criação de parques nacionais em seus respectivos territórios.</p> <p>1913 – Criação da Associação de Parques Nacionais da França e das Colônias.</p> <p>1921 – Início da implementação dos projetos de áreas protegidas nas colônias francesas. Em fevereiro de 1921, por meio de decreto, o governo geral da Argélia deu início ao processo de institucionalização de áreas protegidas naquela colônia.</p>

C – Cont. Tabela 04- Variável 1 - Dispositivos institucionais na gestão de áreas protegidas.

Variável	Brasil	França
Dispositivos institucionais na gestão de áreas protegidas	<p>1945 - A Era Vargas (1930-1945) é considerada o marco regulatório de criação das primeiras unidades de conservação no Brasil; e pontapé inicial de aplicação de medidas regulatórias de ocupação do interior do país, com destaque para as regiões Norte e Centro-Oeste (ARAÚJO, 2007).</p> <p>1948 – O Brasil ratifica a Convenção de Londres (Decreto Legislativo nº 3/1948).</p> <p>1948 – O Brasil participa do Congresso Internacional sobre Proteção da Natureza no castelo de Fontainebleau, na França.</p> <p>1960 - A partir dos anos 60 novas unidades de conservação foram criadas no Brasil como os Parques Nacionais de Caparaó em Minas Gerais e Espírito Santo; Sete Cidades, no Piauí; São Joaquim, em Santa Catarina; Tijuca, no Rio de Janeiro; e Sete Quedas, no Paraná. Já sob o regime parlamentarista em 1961, foram criados os Parques Nacionais de Brasília, no Distrito Federal; do Monte Pascoal, na Bahia, e a Floresta Nacional de Caxiuana, no Pará (ARAÚJO, 2007).</p> <p>De 1962 a 1967 – as UCs passaram a ser administradas pelo Departamento de Recursos Naturais Renováveis – DRNR.</p> <p>De 1967 a 1989 – O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF tornou-se o órgão responsável pela administração das UCs no Brasil.</p>	<p>1923 – Realização em Paris do I Congresso Internacional para a Proteção da Natureza.</p> <p>1930 - Criação das primeiras reservas naturais sob aplicação da lei relativa à proteção dos espaços na França.</p> <p>1948 – Realização do Congresso Internacional sobre Proteção da Natureza no Castelo de Fontainebleau, patrocinado pelo governo francês e pela Unesco, que culminou na criação da União Internacional para a Proteção da Natureza (IUPN). Mais adiante, em 1956, alterado para a denominação de União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN).</p> <p>1960 – Promulgação da Lei de 22 de julho de 1960, instituindo e regulamentando a criação de Parques Nacionais franceses.</p> <p>1963 – Criação do 1º Parque Nacional na França (Parque Nacional de Vanoise).</p> <p>1967 – Promulgação do decreto de 1º de março de 1967 (Artigo L. 333-1 à L. 333-4 e R. 333-1 à R. 333-16) que institucionalizou os Parques Naturais Regionais na França.</p> <p>1968 – Regulamentação do primeiro Parque Natural Regional na França (Parc Naturel Régional Scarpe-Escaut), sob a coordenação da Delegação do Ordenamento Territorial (DATAR).</p>

C – Cont. Tabela 04- Variável 1 - Dispositivos institucionais na gestão de áreas protegidas.

Variável	Brasil	França
Dispositivos institucionais na gestão de áreas protegidas	<p>1979 - A partir de 1979 com a proposta do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, embasado nas proposições da Comissão de Parques e Áreas Protegidas da UICN que estabelecia objetivos, normas e categorias de áreas protegidas, novos rumos e critérios para criação de unidades de conservação no Brasil são pensados e implementados, agora baseados em estudos e aparatos técnico-científicos.</p> <p>1981 – Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981 - institucionalização da Política Nacional do Meio Ambiente.</p> <p>1989 – As UCs passaram à administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.</p> <p>1992 - Após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992, foi assinada a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), reconhecendo a importância das atividades humanas para a conservação ambiental, incorporando nos dispositivos institucionais as unidades de conservação como instrumentos de sustentabilidade da gestão e desenvolvimento territorial.</p> <p>2000 – Promulgação da Lei N° 9.985, que regulamenta o artigo 225 (incisos I, II, III e IV) da Constituição Federal, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instrumento legal de manejo e gestão das UCs no Brasil, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA).</p> <p>2007 – Criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, que passou a gerir as unidades de conservação federais.</p>	<p>1972 – Assinatura em Paris da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.</p> <p>1975 - Lei de criação do Conservatório das Zonas Costeiras e Margens Lacustres francesas.</p> <p>1976 – Lei de criação das Reservas Naturais.</p> <p>1988 – Regulamentação do decreto de 1967 de institucionalização dos Parques Naturais Regionais franceses.</p> <p>1990 - A partir dos anos 1990, a gestão dos parques começou a se inserir em um ambiente científico, político e social diferente dos antigos modelos de áreas protegidas, deixando o foco estritamente preservacionista para a assimilação das atividades humanas como instrumentos sustentáveis no processo da gestão territorial.</p> <p>2006 - Lei de 14 de abril de 2006, novo dispositivo da política nacional de áreas protegidas, revisando a Lei de 1960 relativa aos Parques Nacionais, Parques Marinhos e Parques Naturais Regionais, sob a coordenação do Ministério da Ecologia, da Energia da Gestão e do Desenvolvimento Sustentável.</p> <p>2006 - Decreto de 28/07/2006 relativo à atualização da legislação e gestão dos Parques Nacionais franceses.</p>

C – Cont. Tabela 04- Variável 1 - Dispositivos institucionais na gestão de áreas protegidas.

Variável	Brasil	França
<p>Dispositivos institucionais na gestão de áreas protegidas</p>	<p>Categorias de unidades de conservação no Brasil:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Unidades de conservação de proteção integral <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estação Ecológica; ▪ Reserva Biológica; ▪ Parque Nacional; ▪ Monumento Natural; ▪ Refúgio de Vida Silvestre. 2) Unidades de conservação de uso sustentável <ul style="list-style-type: none"> ▪ Área de Proteção Ambiental; ▪ Área de Relevante Interesse Ecológico; ▪ Floresta Nacional; ▪ Reserva Extrativista; ▪ Reserva de Fauna; ▪ Reserva de Desenvolvimento Sustentável; ▪ Reserva Particular de Patrimônio Natural. <p>No Estado do Amazonas</p> <p>1989 - criação da primeira UC estadual do Amazonas - Parque Estadual Nhamundá (Decreto Nº 12.175 de 06/07/1989), gerida pela Fundação Parques e Reservas Florestais do Amazonas – FUNDEPAR.</p>	<p>2014 – Criação do Comissariado Geral para a Igualdade dos Territórios – criado em 31 de maio de 2014, resultado da fusão de três entidades: Delegação Interministerial para o Planeamento Regional e Atratividade Regional (DATAR), Secretaria-Geral do Comitê Interministerial para as Cidades (CIV) e Agência Nacional para a Coesão Social e Igualdade de Oportunidades.</p> <p>Categorias de Áreas Protegidas na França:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Parques (parques nacionais, parques naturais regionais, parques naturais marinhos); ▪ Reservas (reservas naturais nacionais, reservas naturais regionais, reservas naturais da Corsa, reservas biológicas, reservas da caça e da fauna selvagem, reserva da biosfera); ▪ Espaços Especiais Notáveis (espaços do conservatório litoral, espaços dos conservatórios regionais, espaços naturais sensíveis, espaços de proteção do biótipo, sítios classificados, sítios inscritos); ▪ Rede Francesa Natura 2000; ▪ Zonas (zonas naturais de interesse ecológico, faunístico e florístico; zonas úmidas da conservação Ramsar) ▪ Áreas Protegidas no Além-Mar (espaços protegidos da Polinésia Francesa, espaços protegidos da Nova Caledônia, espaços protegidos da Wallis e Futuna, espaços protegidos das Terras Austrais e Antártica francesas).

C – Cont. Tabela 04- Variável 1 - Dispositivos institucionais na gestão de áreas protegidas.

Variável	Brasil	França
Dispositivos institucionais na gestão de áreas protegidas	<p>1990 – realização do Workshop 90 - Áreas Prioritárias para a Conservação da Amazônia, realizado de 10 a 21 de janeiro, com participação de mais de cem cientistas e conservacionistas, representantes de todos os países da Pan-Amazônia.</p> <p>1990 – criação de cinco UCs estaduais (Decreto N° 12.836 de 09/03/1990): i) REBIO Morro dos Seis Lagos; ii) PAREST da Serra do Araçá; iii) RDS Mamirauá; iv) APA Caverna do Maroaga; v) APA Nhamundá;</p> <p>1995 – criação de 05 UCs estaduais (Decretos N°s 16.497 e 16.498): i) APA da MD do Rio Negro-Setor Paduari/Solimões; ii) PAREST do Rio Negro-Setor Norte; iii) APA da ME do Rio Negro-Setor Aturiá/Apuauzinho; iv) PAREST do Rio Negro Setor Sul; v) APA ME do Rio Negro-Setor Tarumã-Açu/Tarumã Mirim.</p> <p>2003 - início da implementação do Programa Zona Franca Verde.</p> <p>2003 – criação de 05 UCs estaduais: i) RDS Cujubim (Decreto N° 23.724); ii) RDS Piagaçu-Purus (Decreto N° 23.723); iii) Floresta Estadual do Rio Urubu (Decreto N° 23.993); iv) PAREST Sumaúma (Decreto N° 23.721); v) Floresta Estadual de Maués (Decreto N° 23.540).</p>	<p>Na Região Rhône-Alpes</p> <p>1963 – Criação do Parque Nacional de Vanoise - 06 de julho de 1963 - região Auvergne-Rhône-Alpes.</p> <p>1970 – Criação do Parque Nacional dos Cévennes – 2 de setembro de 1970 - regiões Languedoc-Roussillon-Midi-Pyrénées+ Auvergne-Rhône-Alpes.</p> <p>1970 – Criação do Parque Natural Regional de Vercors – 16 de outubro de 1970 - região Auvergne-Rhône-Alpes.</p> <p>1973 – Criação do Parque Nacional dos Écrins – 27 de março de 1973 – regiões Auvergne-Rhône-Alpes + PACA (Provença-Alpes-Costa Azul).</p> <p>1974 – Criação do Parque Natural Regional do Pilat -17 de maio de 1974 – região Auvergne-Rhône-Alpes.</p> <p>1977 – Criação do Parque Natural Regional dos Volcans d’Auvergne – 25 de outubro de 1977 – região Auvergne-Rhône-Alpes.</p> <p>1986 – Criação do Parque Natural Regional Livradois-Forez – 4 de fevereiro de 1986 – região Auvergne-Rhône-Alpes.</p> <p>1986 – Criação do Parque Natural Regional do Haut-Jura - 21 de abril de 1986 – regiões Bourgogne-Franche-Comté, Auvergne-Rhône-Alpes.</p>

C – Cont. Tabela 04- Variável 1 - Dispositivos institucionais na gestão de áreas protegidas.

Variável	Brasil	França
Dispositivos institucionais na gestão de áreas protegidas	<p>2005 – criação de 12 novas UCs estaduais: i) Floresta Estadual de Manicoré (Decreto Nº 24.806); ii) PAREST do Guariba (Decreto Nº 24.805); iii) Floresta Estadual de Aripuanã (Decreto Nº 24.811); iv) RDS Aripuanã (Decreto Nº 24.811); v) Floresta Estadual do Sucunduri (Decreto Nº 24.808); vi) PAREST do Sucunduri (Decreto Nº 24.810); vii) Floresta Estadual de Apuí (Decreto Nº 24.812); viii) RDS Bararati (Decreto Nº 24.813); ix) RESEX do Guariba (Decreto Nº 25.040); x) RDS Canumã (Decreto Nº 25.026); xi) RDS de Uacari (Decreto Nº 25.039); RDS do Rio Amapá (Decreto Nº 25.041).</p> <p>2006 – criação da RDS do Juma (Decreto Nº 26.010), RDS Rio Madeira (Decreto Nº 26.009).</p> <p>2007 – criação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas – SEUC (Lei complementar Nº 53, de 05 de junho de 2007).</p> <p>2007 – institucionalização da Lei de Mudanças Climáticas do Amazonas (Decreto Nº 26.581)</p> <p>2007 – criação do Centro Estadual de Unidades de Conservação (Lei complementar Nº 53, de 05 de junho de 2007).</p> <p>2007 – criação da RESEX Rio Gregório (Decreto Nº 26.586).</p> <p>2008 – criação da RDS do Rio Negro através da Lei Estadual Nº 3355 de 26/12/08, a partir do desmembramento da APA MD do Rio Negro.</p> <p>2009 – criação do PAREST do Matupiri-Setor Sul (Decreto Nº 28.420); RDS Igapó-Açu (Decreto Nº 28.420); RESEX Canutama (Decreto Nº 28.421)</p>	<p>1995 – Criação do Parque Natural Regional da Chartreuse – 6 de maio de 1995 – região Auvergne-Rhône-Alpes.</p> <p>1995 – Criação do Parque Natural Regional do Massif des Bauges – 7 de dezembro de 1995 - região Auvergne-Rhône-Alpes.</p> <p>2001 – Criação do Parque Natural Regional dos Monts d’Ardèche – 9 de abril de 2001 - região Auvergne-Rhône-Alpes</p> <p>2015 – Criação do Parque Natural Regional dos Baronnies Provençales – 26 de janeiro de 2015 – regiões Auvergne-Rhône-Alpes, Provence-Alpes-Côte d’Azur.</p>

D - Tabela 05 - Variável 2 - Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas.

Variável	Brasil	França
<p>Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas</p>	<p>Instrumentos de gestão e participação:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Plano de Manejo/Plano de Gestão ii) Conselho Gestor: consultivo e deliberativo iii) Corredores Ecológicos iv) Mosaicos v) Reserva da Biosfera vi) Sítios do Patrimônio Natural; vii) Sítio Ramsar viii) Cadastro Nacional de Unidades de Conservação <p>As unidades de conservação no Brasil são regidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação instituído no ano 2000, gerido pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente.</p> <p>Órgãos Gestores:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ministério do Meio Ambiente (MMA) ▪ Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) ▪ Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ▪ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) ▪ Secretarias Estaduais de Meio Ambiente ▪ Secretarias Municipais de Meio Ambiente 	<p>Instrumentos de gestão e participação:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Carta/Mapa ii) Sindicato Misto iii) Agenda 21 iv) Rede Francesa Natura 2000; v) Reserva da Biosfera vi) Reservas Naturais vii) Sítio Ramsar viii) Arrêtés Préfectoraux <p>As áreas protegidas na França são geridas por uma instituição pública de cooperação e Sindicato Misto aberto, cujo Conselho de Administração é composto por membros eleitos dos representantes de comunidades locais, municípios, departamentos, regiões e parceiros socioeconômicos de entidades privadas e da sociedade civil organizada.</p> <p>Órgãos Gestores:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ministério do Meio Ambiente, da Energia e do Mar ▪ Commissariado Geral para a Igualdade dos Territórios ▪ Conselho Nacional de Proteção da Natureza ▪ Comitê Permanente ▪ Comissão de Áreas Protegidas ▪ Comissão de Parques Naturais Regionais e Cartas/Mapas de Parques Nacionais ▪ Comissão de Fauna e seus Habitats

D – Cont. Tabela 05 – Variável 2 - Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas.

Variável	Brasil	França
<p>Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas</p>	<p>Principais Programas e Projetos Institucionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde ▪ Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) ▪ Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) ▪ Projeto Corredores Ecológicos (PCE - Finalizado) ▪ Projeto Estruturação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – LifeWeb ▪ Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF-Mar ▪ Projeto GEF-Terrestre ▪ Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) ▪ Cadastro Ambiental Rural (CAR) ▪ Programa Água Doce ▪ Agenda Ambiental na Administração Pública ▪ Agenda 21 ▪ Programa Nacional de Águas Subterrâneas ▪ Programa Cerrado Sustentável ▪ Programa Nacional de Combate à Desertificação ▪ Programa Nacional de Florestas <p>Principais Atores Sociais/Institucionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Funbio – O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade é uma associação civil sem fins lucrativos, com o título de <u>OSCI</u>P, que iniciou sua operação em <u>1996</u>. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comissão de Flora e seus Habitats <p>Principais Programas e Projetos Institucionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa Natureza e Riqueza das Nações ▪ Estratégia Nacional para Criação e Gestão de Áreas Marinhas Protegidas ▪ Programa Os preços da habitação: quais fatores explicam sua disparidade dentro e entre áreas urbanas? ▪ Programa Para um bom estado ambiental do meio marinho até 2020 ▪ Programa Mudanças climáticas e áreas protegidas <p>Principais Atores Sociais/Institucionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Touring Club de France (TCF) e Club Alpin Français (CAF) - entidades representativas que congregam silvicultores, caçadores, profissionais do turismo, escritores, pintores, etc, na gestão de áreas protegidas. ▪ Associação de Parques Nacionais da França e das Colônias. ▪ Gilbert André - idealizador dos primeiros projetos de parques culturais na França. ▪ Denys Pradelle (1913-1999) – proponente dos modelos de gestão concentrada do território, que inspirou o marco institucional da criação dos primeiros parques nacionais metropolitanos (1963). ▪ Conselho de Administração dos Parques - constituído por representantes das coletividades territoriais com interesses comuns aos agrupamentos locais.

D – Cont. Tabela 05 – Variável 2 - Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas.

Variável	Brasil	França
<p>Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Touring Clube do Brasil (TCB) - com denominação de Sociedade Brasileira de Turismo, em 1923 foi criado o TCB entidade que congrega diversos segmentos da iniciativa privada, cujo objetivo é divulgar as belezas naturais brasileiras e que abriu campanha pela proteção ambiental, culminando na criação do Parque Nacional Serra dos Órgãos (PARNA SO) em 1939. ▪ Alberto Loefgren, no início do século XX iniciou uma campanha em prol da necessidade de institucionalização de um código florestal para regularizar a criação de parques e serviços nacionais de florestas, culminando na criação de uma estação biológica no Itatiaia, que mais tarde se tornou o primeiro parque nacional brasileiro. ▪ Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) - veio inaugurar uma nova etapa dos movimentos de resistências à expropriação de terras e em favor da criação das Reservas Extrativistas em que entraram em cena diversas organizações não-governamentais e movimentos sociais que deram vozes às populações moradoras de áreas protegidas. ▪ Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7 (FINALIZADO) - Com a realização da Rio-92 no Rio de Janeiro, foi instituído o PPG7 propondo um novo modelo de gestão de florestas tropicais no Brasil, visando à implementação de um modelo de desenvolvimento endógeno na Amazônia Legal. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conselho Econômico e Social - formado por representantes de organismos, associações, personalidades e representantes de moradores e usuários que de alguma forma participem das atividades econômicas, sociais e culturais do parque ou que contribuam para o desenvolvimento territorial, assessorando sobre os rumos e diretrizes das políticas contratuais, do monitoramento da carta/mapa do parque e fomento das atividades locais. ▪ Conselho Científico - constituído por personalidades qualificadas das ciências da vida, da Terra e das ciências humanas e sociais, encarregado de assessorar o Conselho de Administração e seu diretor, validando estudos e pesquisas necessárias à gestão do patrimônio natural, cultural e paisagístico do parque. <p>Na Região Rhône-Alpes</p> <p>Principais atores sociais/institucionais que atuam na gestão de áreas protegidas na Região Rhône-Alpes</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ministério do Meio Ambiente, da Energia e do Mar ▪ Política Agrícola Comum (PAC) ▪ União Europeia ▪ Conselho Geral do Rhône ▪ Conselho Geral da Loire ▪ Conselho Regional do Rhône-Alpes ▪ Associação dos Amigos do Parque do Pilat ▪ Federação dos Habitantes, Usuários e Amigos do Parque ▪ Casa de turismo do Parque do Pilat

D – Cont. Tabela 05 – Variável 2 - Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas.

Variável	Brasil	França
<p>Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio) - Em 1994 o governo brasileiro criou o Pronabio, instituído pelo Decreto nº 1.354, de 29 de dezembro de 1994, para coordenar a implementação dos compromissos da Convenção sobre Diversidade Biológica (www.mma.gov.br, 2016). ▪ Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio) - O Probio é o mecanismo de auxílio técnico e financeiro na implementação do Programa Nacional da Diversidade Biológica - Pronabio, tendo todas as suas ações aprovadas pela Comissão Nacional de Biodiversidade – Conabio. ▪ Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (Probio II) - marco por meio do qual se pretende impulsionar a transformação dos modelos de produção, consumo e de ocupação do território nacional, começando com os setores de agricultura, ciência, pesca, florestas e saúde (www.mma.gov.br, 2016). ▪ Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio) - composta por representantes de órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, tem um relevante papel na discussão e implementação das políticas sobre a biodiversidade. Compete à comissão promover a implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil junto à CDB, bem como identificar e propor áreas e ações prioritárias para pesquisa, conservação e uso sustentável dos componentes da biodiversidade (www.mma.gov.br, 2016). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunidade de Aglomerações Saint-Étienne Métropole ▪ Associações de Proteção do Meio Ambiente ▪ Câmaras Consulares (agricultura, comércio e indústria) ▪ Centros Regionais de Propriedades Florestais ▪ Instituto Nacional de Florestas ▪ Federação de Caçadores e Pescadores da região ▪ Comissões Departamentais de Turismo ▪ Cooperativas de Produtores Rurais ▪ Mairie de Sainte-Croix-en-Jarez ▪ Association de sauvegarde de la Chartreuse de Sainte-Croix-en-Jarez ▪ Empresas Privadas Rurais (agrícolas e florestais) além de quase uma centena de organizações governamentais, não governamentais e representantes do setor privado (Quadro 01) que atuam em parceria com o Sindicato Misto do Parque Natural Regional do <i>Pilat</i>, além dos outros atores sociais e institucionais que atuam nas outras áreas protegidas da Região Rhône-Alpes.

D – Cont. Tabela 05 – Variável 2 - Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas.

Variável	Brasil	França
<p>Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas</p>	<p>No Estado do Amazonas</p> <p>O Estado do Amazonas possui sua própria Lei de gestão de unidades de conservação - Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC), criado através da Lei Complementar nº 53/2007.</p> <p>2003 – instituídos pela Lei 2.783/2003 para implementar as políticas socioambientais, foi criado o sistema SDS, formado pelas instituições</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS); ▪ Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM); ▪ Fundação Estadual de Povos Indígenas (FEPI); ▪ Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS); ▪ Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS). <p>2007 – criação do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) e Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA)</p> <p>2007-2008 – criada em 2007 pelo governo do Estado do Amazonas em parceria com o Banco Bradesco, a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) entidade sem fins lucrativos que congrega instituições públicas e privadas, desde 2008 vem implementando o Programa Bolsa Floresta (PBF), criado pelo governo do Estado em setembro de 2007 através da Lei de Mudanças Climáticas e Lei Complementar 53 e atualmente se constitui o principal programa voltado para as UCs estaduais de uso sustentável,</p>	

D – Cont. Tabela 05 – Variável 2 - Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas.

Variável	Brasil	França
<p>Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas</p>	<p>2015 – criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), instituição responsável pela gestão das políticas ambientais no Amazonas, em substituição à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS).</p> <p>2015 – criação do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC), órgão responsável pela gestão das UCs no Amazonas, em substituição ao CEUC e CECLIMA.</p> <p>2015 – homologação do Regimento Interno da SEMA.</p> <p>Principais Projetos e Programas Institucionais nas UCs estaduais do Amazonas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa Bolsa Floresta – PBF (FAS) ▪ Programa Bolsa Família – Governo Federal ▪ Programa de Educação e Saúde - PES (FAS) ▪ Programa de Soluções Inovadoras – PSI (FAS) ▪ Empreendedorismo Ribeirinho (FAS) ▪ Primeira Infância Ribeirinha (FAS) ▪ Programa Agentes Ambientais Voluntários (SEMA) ▪ Jovens Protagonistas (SEMA) ▪ Programa Água para Todos no Amazonas (SEMA) ▪ Programa de Regularização Ambiental – PRA (SEMA) ▪ Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Amazonas (SEMA) ▪ Cadastro Ambiental Rural – CAR (SEMA) 	

D – Cont. Tabela 05 – Variável 2 - Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas.

Variável	Brasil	França
<p>Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ pressão do desmatamento no sul do Estado do Amazonas – PRORESAF (SEMA) ▪ Assistência Técnica Agrícola – IDAM ▪ Seguro Defeso para Associados – Colônias de Pescadores ▪ Financiamento e Assistência Técnica para Pescadores Artesanais – Colônias de Pescadores ▪ Habitação Rural – INCRA ▪ Fomento e Financiamentos em Equipamentos Agrícolas – INCRA <p>Principais atores sociais/institucionais presentes nas UCs estaduais do Amazonas</p> <p>Governo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS) ▪ Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) ▪ Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) ▪ Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Amazonas ▪ Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC) ▪ Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (Fapeam) ▪ Fundação de Vigilância da Saúde ▪ Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal e Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) 	

D – Cont. Tabela 05 – Variável 2 - Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas.

Variável	Brasil	França
Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto de reflorestamento em áreas de intensa Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) ▪ Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) ▪ Ministério da Integração Nacional (MIN) ▪ Ministério do Meio Ambiente (MMA) ▪ Ministério da Saúde ▪ Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) ▪ Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC ▪ Secretaria de Estado da Saúde, Desporto e Lazer ▪ Universidade Federal do Amazonas (UFAM) ▪ Universidade do Estado do Amazonas (UEA) ▪ Organizações da Sociedade Civil: ▪ Agências Alemãs de Cooperação Internacional (GTZ, KFW e GIZ); ▪ Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) ▪ Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira ▪ Coordenação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas ▪ Fórum de Turismo de Base Comunitária ▪ Fundação Amazônia Sustentável (FAS) ▪ Fundo Amazônia ▪ Fundação Bernard Van Leer ▪ Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) ▪ Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) ▪ Fundação Vitória Amazônica 	

D – Cont. Tabela 05 – Variável 2 – Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas.

Variável	Brasil	França
Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fundação Moore ▪ Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) ▪ Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) ▪ International Institute for Environment and Development (IIED) ▪ Instituto Camargo Correa ▪ Instituto Coca-Cola Brasil ▪ Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) ▪ Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) ▪ Instituto Piagaçu-Purus (IPI); ▪ Instituto Ecológico e Comunitário da Amazônia (IECAM); ▪ Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ); ▪ Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM); ▪ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ▪ Rainforest Alliance ▪ Word Wide Fund for Nature – WWF ▪ Dentre outros. ▪ Iniciativa Privada: ▪ Banco Bradesco ▪ Bemol ▪ Coca Cola Brasil 	

D – Cont. Tabela 05 – Variável 2 - Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas.

Variável	Brasil	França
Participação do Estado, das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada nos processos de criação e gestão de áreas protegidas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Editora Abril ▪ EMS Saúde ▪ Fogás ▪ Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) ▪ Google ▪ HRT Oil & Gas ▪ Instituto TIM ▪ Jhonson & Jhonson ▪ La Salle ▪ LATAM Linhas Aéreas ▪ Marriott Internacional ▪ Natura ▪ Parsons ▪ Sansung ▪ SEBRAE ▪ Symantec ▪ Terracycle ▪ Videolar ▪ Yamamay ▪ Dentre outros 	

E - Tabela 06 - Variável 3 - Instrumentos de políticas públicas de fomento às atividades produtivas das populações moradoras de áreas protegidas

Variável	Brasil	França
<p>Instrumentos de políticas públicas de fomento às atividades produtivas das populações moradoras de áreas protegidas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde ▪ Programa Nacional de Florestas ▪ Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) ▪ Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (Probio II) <p>No Estado do Amazonas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa Bolsa Floresta (PBF) <p>O PBF é composto por 4 componentes, divididos em:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Bolsa Floresta Familiar; ▪ Bolsa Floresta Renda; ▪ Bolsa Floresta Social; ▪ Bolsa Floresta Associação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Política Agrícola Comum (PAC) ▪ Programa Natureza e Riqueza das Nações ▪ Programas da União Europeia para o fomento à agricultura e proteção da biodiversidade <p>Na Região Rhône-Alpes</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Carta/Mapa do PNR do <i>Pilat</i> <p>A Carta/Mapa do Parque Natural Regional do <i>Pilat</i> aprovada para o período 2013-2025 prevê ações de fomento à gestão do Parque, dividida em cinco pilares:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Gestão controlada dos espaços e dos recursos; (ii) Modos de vida mais sóbrios e mais solidários (iii) Modos de produção sustentáveis ligadas ao consumo local; (iv) Um parque-ator do e além do território regional; (v) Mobilização de todos os cidadãos para uma nova era

E – Cont. Tabela 06 – Variável 3 - Instrumentos de políticas públicas de fomento às atividades produtivas das populações moradoras de áreas protegidas

Variável	Brasil	França
Instrumentos de políticas públicas de fomento às atividades produtivas das populações moradoras de áreas protegidas	<p>Ações do governo do Estado:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Instalação de maquinário para atividades de marcenaria; ▪ Financiamento e acompanhamento de projetos; ▪ Capacitação para elaboração de planos de manejo (florestal, pesca); ▪ Fomento e gestão do turismo; ▪ Fomento a atividades produtivas como o artesanato; ▪ Ações de formação e beneficiamento de produtos locais; ▪ Melhorias na infraestrutura comunitária para produção e geração de renda. 	<p>Ações das coletividades territoriais regionais e iniciativa privada:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ajuda de <i>handicap</i> natural (áreas pantanosas e de <i>friches</i>); ▪ Ajuda para construção de novos espaços para o gado leiteiro; ▪ Fomento e gestão do turismo; ▪ Fomento a atividades produtivas como o artesanato; ▪ Ações de formação e beneficiamento de produtos locais; ▪ Benefícios da Associação de Sauvegard; ▪ Benefícios das <i>Communes/Pays/Gier</i> (entidades territoriais); ▪ Benefícios/Doações de Mecenatos (privado).

F – Tabela 07 - Variável 4 - Reflexos das políticas de gestão territorial sobre as formas de trabalho das populações moradoras/trabalhadoras de áreas protegidas no Brasil e na França.

Variável	Brasil	França
<p>Reflexos das políticas de gestão territorial sobre as formas de trabalho das populações moradoras/trabalhadoras de áreas protegidas no Brasil e na França.</p>	<p>Na RDS do Rio Negro os reflexos das políticas governamentais podem ser notadas sob diferentes ângulos, dentre os quais se destacam:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fomento a programas e projetos de geração de renda; ▪ Apoio às cadeias produtivas das UCs, ▪ Fomento à práticas de fortalecimento organizacional e gestão comunitária; ▪ Instalação de maquinário para atividades de marcenaria; ▪ Financiamento e acompanhamento de projetos; ▪ Capacitação para elaboração de planos de manejo (florestal, pesca); ▪ Fomento e gestão do turismo de base comunitária; ▪ Fomento a atividades produtivas como o artesanato; ▪ Ações de formação e beneficiamento de produtos locais; ▪ Trocas de experiências entre produtores locais e de outras regiões do Estado; ▪ Melhorias na infraestrutura comunitária para produção e geração de renda. 	<p>No Parque Natural Regional do Pilat as políticas governamentais se traduzem em ações, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fomento e financiamento de projetos ligados ao trabalho e às atividades produtivas; ▪ Serviços de acompanhamentos da equipe técnica pluridisciplinar do parque; ▪ Acesso aos meios financeiros suplementares para as atividades dos projetos locais; ▪ Assessoria nos projetos de interesses coletivos da <i>commune</i> e do parque; ▪ Trocas de experiências inovadoras com outras coletividades territoriais com vistas a planejar ações sustentáveis para a localidade e para o próprio parque; ▪ Manutenção da sua identidade rural e da sua interação com aglomerações rurais da região; ▪ Acesso a ambientes naturais preservados; ▪ Uma melhor compreensão da vida de seu território; ▪ Ajuda, aconselhamento e apoio para antecipar questões e decisões importantes para o futuro da localidade ▪ Ajuda de <i>handicap</i> natural (áreas pantanosas e de friches); ▪ Ajuda para construção de novos espaços para o gado leiteiro;

F – Cont. Tabela 07 – Variável 4 - Reflexos das políticas de gestão territorial sobre as formas de trabalho das populações moradoras/trabalhadoras de áreas protegidas no Brasil e na França.

Variável	Brasil	França
<p>Reflexos das políticas de gestão territorial sobre as formas de trabalho das populações moradoras/trabalhadoras de áreas protegidas no Brasil e na França.</p>		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fomento e gestão do turismo; ▪ Fomento a atividades produtivas como o artesanato; ▪ Ações de formação e beneficiamento de produtos locais; ▪ Benefícios da Associação de Sauvegard para o trabalho e fortalecimento organizacional; ▪ Benefícios das <i>Communes/Pays/Gier</i> (entidades territoriais); ▪ Benefícios/Doações de Mecenatos (privado).

G – Painei de imagens – Região Rhône-Alpes, França.



Fonte: Agnieszka Rychlicka, 2016.

H – Pannel de imagens – RDS do Rio Negro - Estado do Amazonas, Brasil.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.